RELATÓRIO DE GESTÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA

2019

RELATÓRIO DE GESTÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA

2019

SUMÁRIO

MENSAGEM DO MINISTRO DA DEFESA

O presente Relatório de Gestão, no formato de Relato Integrado, apresenta informações sobre a governança e a organização, os principais resultados produzidos e a gestão de recursos de toda ordem do Ministério da Defesa. O documento foi construído de forma participativa, com envolvimento de todos os que integram a Pasta, exceto as Forças Armadas, e observando as diretrizes e os balizadores estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União.

O Ministério da Defesa (MD) gere competências sobre uma diversificada gama de assuntos, alguns de grande sensibilidade e complexidade para a Nação Brasileira.

A missão do MD consiste em "Preparar as Forças Armadas, mantendo-as em permanente estado de prontidão para serem empregadas na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais, na garantia da lei e da ordem; no cumprimento das atribuições subsidiárias; e em apoio à política externa; a fim de contribuir com o esforço nacional de defesa."

As atividades de adestramento conjunto, aprimoram a capacidade de emprego sinérgico do instrumento militar, otimizando a interoperabilidade entre as Forças Singulares, sob a coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

A cooperação com o desenvolvimento nacional, o bem-estar e a responsabilidade sociais, ocorre pela realização de atribuições subsidiárias gerais que têm por finalidade cooperar com a promoção da cidadania e a diminuição do déficit social, fortalecer a integração e a preservação da coesão e unidade nacionais; e contribuir com o controle e a proteção ambiental. As Forças Armadas ainda realizam atribuições subsidiárias particulares que visam os controles marítimo, territorial e aeroespacial. Em situações de calamidade pública, ocasionadas pela ocorrência de catástrofes naturais ou provocadas pela ação humana, as Forças também colaboram com a Defesa Civil, a fim de aliviar as consequências sofridas pela população.

No cumprimento das atribuições subsidiárias gerais e particulares, em atuação coordenada e complementar com agências da área da segurança pública e outros órgãos e instituições públicas, foram realizadas, em 2019, diversas atividades em prol da sociedade. As mais relevantes foram: a Operação Acolhida, que permitiu continuidade às ações de acolhimento, atendendo cerca de 300 mil imigrantes venezuelanos, em situação de vulnerabilidade, propiciando abrigo, atendimento médico e alimentação. Na continuidade das ações, interiorizou mais de 25.500 para diversos estados da Federação; o apoio às ações de socorro, decorrentes do rompimento da Barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG; a Operação Verde Brasil, que atuou, principalmente, no combate aos incêndios ocorridos na floresta Amazônica; a Operação "Amazônia Azul-Mar Limpo é Vida", realizada para mitigar estragos decorrentes do vazamento de óleo em praias brasileiras, principalmente do nordeste; o apoio às missões emergenciais para o transporte de órgãos; o apoio logístico ao "Programa Mais Médicos" e às Operações com os Expedicionários da Saúde - assistência médica e cirúrgica em aldeias indígenas; e a participação na coordenação da logística da ajuda humanitária do Brasil para Moçambique, na África.

Cabe destacar, ainda: as Operações Ágata, que emprega, na faixa de fronteira, tropas operando em ambiente interagência, com a finalidade de atuar contra ilícitos transnacionais e crimes ambientais. Em 2019, foram empregados mais de 25.000 militares das três Forças, 5.000 viaturas, 15 navios, 120 embarcações, 30 aeronaves, além de outros meios de apoio logístico e de inteligência, na realização de mais de 500 operações singulares e conjuntas, bem como cerca de 15.000 patrulhas terrestres, navais e aéreas nas fronteiras; as operações Tranca Forte, destinadas a transferência de 22 presos de alta periculosidade de presídios estaduais para estabelecimentos prisionais federais nos Estados de Rondônia e Rio Grande do Norte; e a Operação BRICS, que teve como propósito prover a segurança dos chefes de estados ou de governo que participaram da XI Cúpula do BRICS e de suas delegações.

Contribuindo com a indústria nacional, o MD promove o fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID), objetivando reduzir a dependência tecnológica externa e, consequentemente, colaborar para o crescimento do País, na medida em que gera, por meio das exportações, divisas e empregos diretos e indiretos e desenvolve produtos

de emprego dual, ou seja, que serão úteis, também, ao meio civil. Em 2019, o volume de exportações da BID apresentou um crescimento de cerca de 25% em relação ao ano anterior.

Os projetos Rondon, Forças no Esporte (PROFESP), João do Pulo e Soldado Cidadão integram o portfólio de programas sociais desenvolvidos ou coordenados pelo MD no âmbito da responsabilidade social, contribuindo para uma maior integração com a sociedade. Destaque especial deve ser atribuído ao PROFESP, que, em 2019, teve a participação de mais de 28.700 crianças, e pretende chegar, em futuro próximo, à marca de 40.000. O Programa Calha Norte, tem por objetivos principais a ocupação dos vazios estratégicos, com ênfase para a faixa de fronteiras, e a melhoria da infraestrutura dos municípios da sua área de abrangência. Atualmente, sua área de atuação atinge mais de 400 municípios. A cooperação do Exército Brasileiro na construção da infraestrutura nacional, executando obras e serviços de engenharia com estados, municípios e órgãos governamentais, é importante instrumento do Ministério no esforço nacional para o desenvolvimento do País.

No desporto, o Brasil sagrou-se terceiro colocado na 7ª edição dos Jogos Mundiais Militares, refletindo o sucesso dos atletas do Programa Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas.

A busca da valorização da dimensão humana, direcionou esforços para a reestruturação da carreira militar e do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas, consubstanciadas na Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

Na busca permanente pelo aperfeiçoamento da governança e da gestão, o Ministério da Defesa iniciou um processo de "Racionalização Administrativa", que tem como escopo o aperfeiçoamento de processos e estruturas organizacionais do Ministério, considerando os órgãos que o integram, não incluídas as Forças Armadas. Em 2020, pretende-se implantar as ações de reestruturação propostas.

Em 2019 também ocorreu a instalação e início do funcionamento do Conselho Superior de Governança, órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo, integrado pelos Comandantes das Forças, pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, pelo Secretário-Geral e presidido pelo Ministro da Defesa, com a finalidade de definir diretrizes para a política de governança pública do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.

Como uma de suas primeiras Resoluções, o colegiado aprovou o Planejamento Estratégico Setorial 2020-2031, que possui como características básicas, a adequação, a simplicidade e o foco no resultado, na busca incansável da efetividade, sem desconsiderar a eficiência, eficácia e economicidade.

Ao lado de tantas realizações, o grande desafio continua sendo garantir condições e recursos para preparar as Forças Armadas para cumprir com efetividade sua destinação constitucional, em um contexto complexo, de crise econômica e ambiente social com inúmeras deficiências estruturais e conjunturais, em um País de dimensões continentais e com diferentes e complexas realidades regionais. Nesse contexto, visando construir capacidades militares em conformidade com as possibilidades de atuação, torna-se imprescindível prosseguir com o processo de transformação das Forças Armadas, a fim de que elas estejam compatíveis com a estatura político-estratégica do Brasil e atendam às demandas e expectativas da sociedade brasileira.

Cabe lembrar que a defesa do País é indissociável do seu desenvolvimento, na medida em que a efetividade de um eventual emprego do Poder Nacional na defesa da Pátria depende das capacidades existentes, de infraestruturas, instaladas e potenciais, industriais e de capital humano, englobando, portanto, a participação de toda a sociedade na construção de tais capacidades. O Setor de Defesa, integrado pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas, contribui fortemente para o incremento das potencialidades nacionais, em especial das industriais, e para o aprimoramento de todos os recursos de que dispõe o Estado brasileiro, sendo um importante participante do esforço de desenvolvimento do país.

Por fim, cabe destacar, com orgulho, que o comprometimento de todos os integrantes do Setor de Defesa com o dever, os valores e, principalmente, a efetividade no cumprimento da sua missão, constitui fator essencial para o fortalecimento da Soberania Nacional e defesa dos interesses da Nação Brasileira.

DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

O presente relatório de gestão busca atender à Estrutura Internacional para Relato Integrado[1] que estabelece que temas relevantes são aqueles que afetam ou podem afetar a capacidade de uma instituição de gerar valor e que nem todos os temas relevantes são considerados materiais. Neste sentido, este item apresenta um resumo do processo de determinação da materialidade das informações que integram o relatório, de modo a torná-lo mais útil para a sociedade, os gestores e os órgãos de controle.

Este relatório integrado inclui contexto suficiente para entender a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, sem se preocupar com informações menos relevantes. As unidades de contexto[2] abordadas foram o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia; Departamento do Programa Calha Norte; Escola Superior de Guerra; Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; Fundo do Ministério da Defesa; Fundo do Serviço Militar; Hospital das Forças Armadas; Instituto Pandiá Calógeras; e Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa.

De modo a demonstrar a relação entre planejamento, organização (governança), recursos, resultados e conformidade contábil, este documento foi organizado em quatro capítulos, cujos conteúdos são apresentados a seguir.

O Capítulo "Governança do Ministério da Defesa" apresenta a organização da Pasta, estrutura e competências, bem como seus principais macroprocessos, considerando a Estrutura Regimental vigente[3]. Nesse capítulo é importante destacar que o planejamento estratégico tem como referências a Política Setorial de Defesa[4] e a Estratégia Setorial de Defesa[5], ressaltando que os órgãos Secretaria-Geral, Escola Superior de Guerra, Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e Hospital das Forças Armadas tem planejamento estratégico próprio.

No Capítulo "Resultados e Desempenho da Gestão", os objetivos estratégicos finalísticos dos órgãos que integram o MD, exceto as Forças Armadas, apresentados no Capítulo "Governança do Ministério da Defesa", foram agrupados por eixos temáticos, de forma a facilitar a apresentação dos resultados. Para isso, foram definidos cinco Eixos Temáticos finalísticos, alinhados com os principais macroprocessos: 1 - Capacidades de Defesa; 2 - Diplomacia de Defesa; 3 - Suporte Operacional; 4 - Indústria de Defesa, Ciência, Tecnologia e Inovação; e 5 - Apoio a Políticas Públicas; e Eixo Temático). Foi estabelecido, também, um Eixo Temático específico que agrupa os resultados das ações de Governança, Gestão e Infraestrutura.

Considerando que os Comandos Militares apresentam individualmente seus Relatórios de Gestão, a abordagem deste documento se limita ao Portfólio Estratégico de Interesse do Ministério da Defesa[6],diretamente relacionado à construção de capacidades de defesa. Os referidos projetos estratégicos estão definidos desde 2018, tendo havido a conclusão da "Aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações - SGDC (Participação do Ministério da Defesa)"[7]. Ainda, é abordado neste documento

---

[1] A Estrutura Internacional para Relato Integrado foi desenvolvida pelo *International Integrated Reporting Council (IIRC)* ou Conselho Internacional para o Relato Integrado, criado em 2010. O IIRC é uma aliança internacional de empresas, reguladores, investidores, organismos de normatização, entidades contábeis e academia. No sítio do IIRC, é possível baixar o arquivo da estrutura em português (http://integratedreporting.org/). No Brasil, a adoção do relato integrado de forma voluntária é fomentada pela Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado – Disponível em: www.relatointegradobrasil.com.br. (TCU, 2019, p.10).

[2] As unidades de contexto foram definidas no Anexo I à Decisão Normativa-TCU nº 178, de 23 de outubro de 2019.

[3] Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018.

[4] Portaria Normativa nº 2.624/MD, de 7 de dezembro de 2015.

[5] Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 7 de dezembro de 2015.

[6] A Portaria Normativa nº 99/GM-MD, de 21 de dezembro de 2018, que "Aprova a diretriz de implantação e funcionamento do processo decisório para novos projetos estratégicos de interesse do Ministério da Defesa e cria a Comissão Permanente para Projetos Estratégicos no Ministério da Defesa.

[7] Disponível em: <http://smp.planejamento.gov.br/pub/lista_empreendimentos_avancar.pdf>. Acesso em: 05/03/2020.

o Programa “Classe Tamandaré”[8], em razão de sua dimensão estratégica para a Defesa Nacional e dos valores aportados no empreendimento. Nesse contexto, foram considerados os seguintes programas/projetos estratégicos: Aquisição de Aeronaves GRIPEN NG (FX-2); Aquisição de Cargueiros Táticos Militares de 10 a 20 Ton. (KC-390); Aquisição de Helicópteros de Médio Porte (HXBR); Aquisição e Desenvolvimento de Blindados – Guarani; Construção de Submarino de Propulsão Nuclear; Construção de Submarinos Convencionais; Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Ton. (KC-X); Desenvolvimento de Sistema de Foguetes - Astros 2020; Desenvolvimento de Tecnologia de Propulsão Nuclear; Implantação de Estaleiro e Base Naval; Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON); e Programa “Classe Tamandaré”.

Os projetos e programas estratégicos são gerenciados e conduzidos pelas Forças Armadas; assim, este relatório apresenta uma macrovisão estratégica do andamento e resultados, observando o contido no Acórdão nº 1.519/2017-TCU-Plenário.

Os resultados apresentados foram extraídos, principalmente, dos acompanhamentos dos planejamentos estratégicos e dos balanços feitos, sempre focando os resultados relevantes e de maior impacto para a sociedade e para a construção das capacidades de defesa.

O Capítulo " Gestão de Recursos " procura apresentar, ainda, de forma resumida e amigável, os principais resultados de cada uma das dimensões, sempre com base em informações extraídas dos sistemas estruturantes e demais instrumentos de gestão e controle pelas respectivas áreas especializadas.

Por fim, no capítulo “Informações orçamentárias, financeiras e contábeis”, evidencia a situação e o desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial da gestão no exercício, por meio de demonstrações resumidas de valores relevantes extraídos das demonstrações financeiras e das notas explicativas. A evidenciação contempla as Unidades Gestoras[9] Secretaria-Geral, Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia e Hospital das Forças Armadas, de forma individual e agrupada.

---

[8] A Marinha do Brasil iniciou, em 2017, o Programa “Classe Tamandaré” com o objetivo de promover a renovação da esquadra com quatro navios modernos, de alta complexidade tecnológica, construídos no País, com previsão de entrega para o período entre 2024 e 2028 (Fonte: MB, 2020. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/programa-classe-tamandare. Acesso em 05/03/2020).

[9] Unidades Gestoras constantes do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal.

Governança do Ministério da Defesa

IDENTIFICAÇÃO

O Ministério da Defesa (MD) é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, atuando no preparo e emprego conjunto e singular das Forças Armadas e na coordenação das operações militares.

Criado em 1999, para reforçar a articulação das Forças Armadas e dar mais fluidez à sua relação com outras áreas do Estado, o MD tem sob sua responsabilidade uma vasta e diversificada gama de assuntos.

Fazem parte de seu escopo de atuação temas de grande alcance:

- Política de defesa nacional, estratégia nacional de defesa e políticas e estratégias setoriais de defesa e militares
- Atuação das Forças Armadas, quando couber: na garantia da lei e da ordem e da votação e apuração eleitoral; na cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais
- Serviço Militar Obrigatório e orçamento de defesa
- Investimento, financiamento, fomento e promoção da base industrial de defesa e compra, contratação, desenvolvimento, importação e exportação de produtos de defesa
- Política marítima nacional, segurança do tráfego aquaviário e salvaguarda da vida humana no mar
- Política militar aeronáutica, atuação na política aeroespacial nacional, segurança da navegação aérea e infraestrutura aeroespacial e aeronáutica
- Operacionalização do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam)

De acordo com a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que "Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas", cabe às Forças Armadas, realizar diversas ações de cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, no contexto do cumprimento das suas atribuições subsidiárias, em articulação com os demais órgãos e instituições públicos, em benefício da sociedade, merecendo destaque: participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social; atuação, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores; atuar contra delitos transfronteiriços e ambientais; prover a segurança da navegação aérea e aguaviária; implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores; cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais na execução de obras e serviços de engenharia; cooperar com órgãos federais na repressão a delitos de repercussão nacional e internacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução; orientar, coordenar e controlar as atividades de Aviação Civil; estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infra-estrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária; controlar o espaço aéreo; entre outras.

A fim de atender ao prescrito na Decisão Normativa TCU 178, de 23 de outubro de 2019, a estrutura deste relatório consolida informações relevantes sobre a gestão dos órgãos que integram o Ministério da Defesa, **excetuando as Forças Armadas**, que apresentam relatórios específicos, uma vez que possuem autonomia de gestão, conforme disposto na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

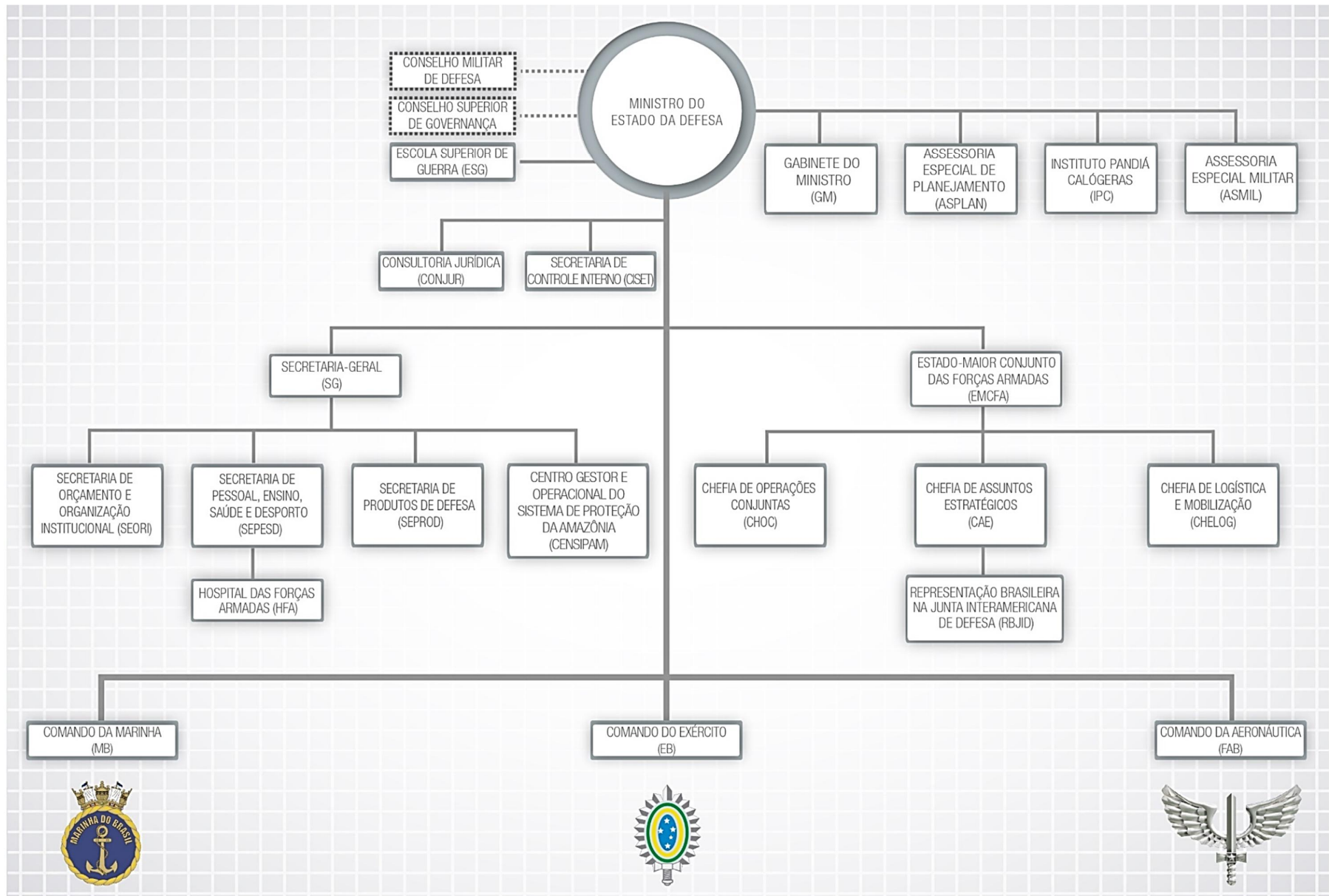
O AMBIENTE EXTERNO

O ambiente externo tem enorme influência sobre as atividades executadas pelo Ministério da Defesa, primeiramente no que se refere ao preparo das Forças Armadas, uma vez que os projetos executados para este fim normalmente são de grande vulto financeiro, complexos e de longa duração; além disso, acontecimentos nacionais e internacionais podem produzir significativo impacto na atuação do Ministério da Defesa, em especial no que diz respeito ao cumprimento de suas competências subsidiárias, como atuação das Forças Armadas, quando couber: na garantia da lei e da ordem e da votação e apuração eleitoral; na cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais. Cabe destacar que, para vários desses acontecimentos, não é possível planejar antecipadamente a atuação das Forças Armadas.

Alguns eventos ocorridos em 2019 impactaram diretamente as ações do Ministério da Defesa, em especial das Forças Armadas: aumento da criminalidade em vários Estados, que resultou em intervenções federais (GLO); desastre ambiental na cidade de Brumadinho, em Minas Gerais; crise política na Venezuela; incêndios e delitos transfronteiriços na Amazônia, que resultaram na Operação Verde Brasil (Decreto nº 9.985, de agosto de 2019, que autorizou o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem para levantamento e combate a focos de incêndio e para ações preventivas e repressivas contra dlitos ambientais); vazamento de óleo em praias brasileiras, principalmente do nordeste, que implicou na atuação das Forças Armadas, mediante a Operação "Amazônia Azul–Mar Limpo é Vida", no contexto da execução do Plano Nacional de Contingência (PNC), em especial em ações de contenção, de prevenção e acompanhamento da poluição hídrica, de apoio à limpeza das praias e no processo de investigação sob a responsabilidade da Marinha do Brasil; prorrogação da Operação Acolhida por mais 12 meses, até março de 2020, dando sequência às ações de acolhimento e interiorização de imigrantes venezuelanos, em situação de vulnerabilidade (pessoas desassistidas), decorrente do fluxo migratório provocado pela crise humanitária naquele país; crise no sistema prisional brasileiro: ano de mais rebeliões, fugas e mortes em presídios, que demandou atuação das forças armadas; apoio a eventos comunitários, ações cívico-sociais, campanhas de saúde pública e socorro às vítimas de desastres naturais, com destaque para à realização de ações pelas Forças Armadas, para o suporte logístico-operacional em casos de calamidade, reduzindo o prazo de resposta das autoridades frente às contingências; aumento do número de casos suspeitos de ações de grupos terroristas no país; maior incidência de ataques cibernéticos; aumento dos casos de delitos transfronteiriços e ambientais; e dificuldade do país de se recuperar da crise econômica e elevação do dólar, com fluxo irregular e cortes de recursos no orçamento de Defesa.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional do MD é bastante peculiar e diferente dos demais ministérios:

- O Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas, conforme estabelecido no art. 142 da Constituição Federal;
- Nos termos da Lei Complementar nº 97, de junho de 1999:
  - O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas;
  - As Forças Armadas possuem autonomia administrativa, orçamentária e financeira,
  - Os comandantes das Forças Armadas exercem, no âmbito de suas atribuições, a direção e a gestão da respectiva Força;
  - As Forças dispõem de estruturas próprias, de efetivos de pessoal militar e civil, fixados em lei, e de autonomia para fazer a gestão, de forma individualizada, dos recursos orçamentários que lhes forem destinados no orçamento do Ministério da Defesa;
  - cabe aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o preparo de seus órgãos operativos e de apoio, obedecidas as políticas estabelecidas pelo Ministro da Defesa (o preparo compreende, entre outras, as atividades permanentes de planejamento, organização e articulação, instrução e adestramento, desenvolvimento de doutrina e pesquisas específicas, inteligência e estruturação das Forças Armadas, de sua logística e mobilização); e
- O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e a Secretaria-Geral são órgãos de alto nível, diretamente subordinados ao Ministro da Defesa.

Fonte: Decreto nº 9.570/2018

A estrutura organizacional do MD contempla três grandes segmentos:

Forças Armadas	São instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Cabem ainda às Forças Armadas, como atribuições subsidiárias, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, bem como atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais. De acordo com a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, o Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelos demais órgãos, conforme definido em lei.
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)	Órgão que tem a missão de "Assessorar o Ministro de Estado da Defesa na direção superior das Forças Armadas, objetivando a organização, o preparo e o emprego, com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e de suas atribuições subsidiárias, tendo como metas o planejamento estratégico e o emprego conjunto das Forças Singulares".
Secretaria-Geral (SG)	Órgão central de direção que coordena e supervisiona as atividades do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN) e dos órgãos específicos singulares, que lhe são subordinados: o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, a Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, a Secretaria de Produtos de Defesa, a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto. Tem como missão "Prover, com oportunidade, os meios e o arcabouço legal para que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas cumpram suas missões; e contribuir para que a percepção de defesa do País transite com desenvoltura pela alma da Nação".

Integram ainda a estrutura do MD:

Escola Superior de Guerra	Instituição voltada a estudos de alto nível sobre defesa nacional
Hospital das Forças Armadas	Órgão vocacionado para prestar assistência médico-hospitalar aos militares das Forças Armadas e a determinados segmentos da sociedade, bem como desenvolver o ensino e a pesquisa
Instituto Pandiá Calógeras	Órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Defesa, que tem o papel de contribuir para desenvolver o pensamento sobre segurança internacional e defesa nacional
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	Estabelecimento que tem como missão "Promover a proteção da Amazônia Legal por meio da sinergia das ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento"
Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa	Órgão que tem o papel de prestar assessoria militar à Missão Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos

ALTA ADMINISTRAÇÃO

Conforme preconiza o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a alta administração do Ministério da Defesa tem a seguinte composição:

Fernando Azevedo e Silva
Ministro da Defesa

Ten Brig Ar Raul Botelho
Chefe do EMCFA

Alte Esq Almir Garnier Santos
Secretário-Geral

Gen Ex César Augusto NARDI de Souza
Chefe de Assuntos Estratégicos

Ten Brig Ar João Tadeu FIORENTINI
Chefe de Logística e Mobilização

Alte Esq Petronio Augusto Siqueira de Aguiar
Chefe de Operações Conjuntas

Franselmo Araújo Costa
Secretário de Orçamento e Organização Institucional

Maj Brig Ar R/1
José Hugo Volkmer
Diretor-Geral do Censipam

Gen Ex R1 Manoel Luiz Narvaz Pafiadache
Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto

Marcos Rosas Degaut Pontes
Secretário de Produtos de Defesa

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SETORIAL

Em 2019 foi feita uma ampla atualização do planejamento estratégico do setor de defesa para o horizonte de 2020/2031, com a revisão dos seus componentes principais. O Conselho Superior de Governança aprovou o Planejamento Estratégico do Setor de Defesa 2020-2031 por meio da Resolução nº 2/CONSUG/MD, de 25 de novembro de 2019. O novo método permitirá o início da interação do Planejamento Estratégico Militar com o Planejamento Estratégico Institucional. O primeiro, voltado para o preparo e emprego das Forças e objetivando a construção das capacidades militares necessárias ao cumprimento da destinação constitucional das Forças Armadas, e o Institucional visando a potencializar fatores críticos de sucesso e criar ou aperfeiçoar as condições de apoio necessário ao desenvolvimento dos processos finalísticos do setor de defesa.

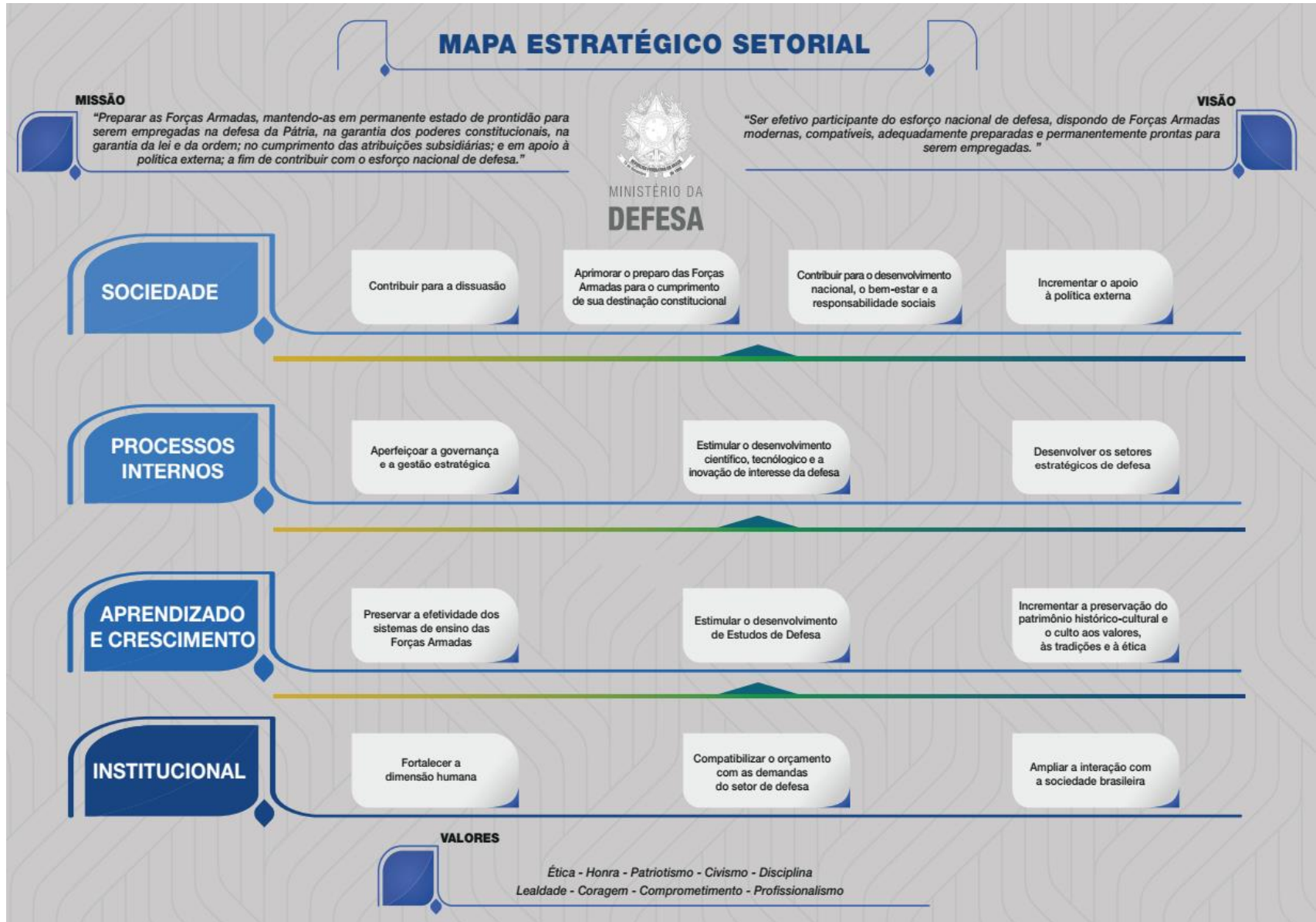
Para fins do processo de planejamento estratégico setorial foi utilizado o conceito de setor de defesa, que compreende o Ministério da Defesa, incluindo a Escola Superior de Guerra, e as Forças Armadas.

A revisão adequou a Identidade Estratégica da Pasta, os objetivos setoriais a serem perseguidos de forma a contribuir para a implementação das ações estratégicas previstas na Estratégia Nacional de Defesa foram estabelecidos pela Política Setorial de Defesa e as ações estratégicas setoriais a serem implementadas com o fito de atingir os objetivos postos na Política Setorial de Defesa foram discriminadas na Estratégia Setorial de Defesa.

Vale ressaltar que acontecimentos nacionais e internacionais, como catástrofes, tragédias humanitárias, ameaças à lei e à ordem, desastres ambientais, entre outros, produzem impacto significativo na atuação do Ministério da Defesa, em especial no que diz respeito ao cumprimento de suas competências subsidiárias, como atuação das Forças Armadas, quando couber: na garantia da lei e da ordem e da votação e apuração eleitoral; na cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais. **Para a maior parte desses acontecimentos não é possível planejar antecipadamente a atuação do MD e das Forças Armadas.**

MODELO DE NEGÓCIOS

O Modelo de Negócios do Setor de Defesa pode ser depreendido a partir do Mapa Estratégico, da Cadeia de Valor e dos macroprocessos, a seguir relacionados.

MAPA ESTRATÉGICO E IDENTIDADE ESTRATÉGICA DO SETOR DE DEFESA

CADEIA DE VALOR DO MINISTÉRIO DA DEFESA

O MD E SEUS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

FORNECEDOR	INSUMOS	MACROPROCESSO	ENTREGAS	CLIENTES
• Presidência da República; • Ministério da Defesa; • Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; • Forças Armadas.	• Diretrizes presidenciais; • Diretrizes ministeriais; • Doutrinas; • Análise de inteligência; • Meios preparados; • Pessoas capacitadas.	• **Planejamento e coordenação do emprego das Forças Armadas**	• Emprego coordenado das Forças Armadas	• Sociedade

FORNECEDOR	INSUMOS	MACROPROCESSO	ENTREGAS	CLIENTES
• Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia; • Congresso Nacional; • Empresas de Defesa; • Forças Armadas e Ministérios; • Instituições de Ensino Superior; • Comitê de Organização e Supervisão do Projeto Rondon; • Instituições parceiras; • Fundo de Amparo do Trabalhador.	• Diretrizes do sistema; • Emendas parlamentares; • Demanda por credenciamento e catalogação; • Diretrizes do MD; • Instrutores, instalações, material didático, desportivo e alimentação; • Equipe multidisciplinar de apoio ao projeto; • Plano de gestão do Programa Soldado Cidadão.	• **Cooperação para o desenvolvimento nacional**	• Informações estratégicas sobre a Amazônia (mapas, boletins, relatórios e alertas); • Convênios e contratos de repasse; • Empresa credenciada e produto catalogado; • Fortalecimento da cidadania e inclusão social; • Inclusão de pessoas com necessidades especiais; • Militar capacitado.	• Sociedade; • Entes do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia; • Estados e Municípios do Programa Calha Norte; • Empresas de Defesa; • Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; • Estudantes universitários; • População vulnerável da sociedade brasileira.

FORNECEDOR	INSUMOS	MACROPROCESSO	ENTREGAS	CLIENTES
• Ministério das Relações Exteriores; • Organismos Internacionais; • Setor de Defesa dos países amigos; • Forças Armadas; • Adidos de Defesa.	• Política Nacional de Defesa; • Estratégia Nacional de Defesa; • Acordos e Tratados Internacionais.	• **Apoio à política externa**	• Cooperação internacional; • Intercâmbio internacional; • Acordos de Defesa.	• Sociedade; • Base Industrial de Defesa; • Forças Armadas; • Ministério das Relações Exteriores; • Instituições Públicas.

FORNECEDOR	INSUMOS	MACROPROCESSO	ENTREGAS	CLIENTES
•Governo; •Instituições Públicas; •Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; •Forças Armadas.	•Cenários de Defesa; •Constituição Federal; •Conjuntura Nacional; •Conjuntura Internacional; •Diretrizes Ministerial; •Lei Complementar 97/1999; •Proposta de normas sobre produtos de defesa, pessoal, ensino e C&T; •Proposta de diretrizes, doutrinas e legislação de emprego das Forças Armadas.	**• Política e Estratégia de Defesa**	•Política Nacional de Defesa; •Estratégia Nacional de Defesa; •Política Militar de Defesa; •Estratégia Militar de Defesa; •Normas sobre produtos de defesa, pessoal, ensino e C&T; •Diretrizes, doutrinas e legislação de emprego das Forças Armadas.	•Sociedade; •Academia; •Base Industrial de Defesa; •Organismos internacionais; •Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; •Forças Armadas.

FORNECEDOR	INSUMOS	MACROPROCESSO	ENTREGAS	CLIENTES
•Instituições de Ensino Superior; •Ministério da Educação / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; •Escola Superior de Guerra; •Escolas militares; •Institutos de C&TI; •Pesquisadores de Defesa nacional; •Programas de pós-graduação.	•Sociedade acadêmica (professores, mestres e doutores); •Estrutura de ensino; •Bolsas acadêmicas; •Articulação institucional com a indústria de defesa; •PROCAD (Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional); •PRO-DEFESA (Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica Tecnológica em Defesa Nacional).	**• Conhecimento de Defesa**	•Conhecimento de Defesa difundido e fortalecido; •Estudo e Pesquisa de Defesa realizados; •Curso de extensão realizado; •Ensino ministrado; •Pós-graduação (Stricto sensu e Lato sensu); •Conhecimento em C&TI gerenciado; •Livro Branco de Defesa Nacional.	•Sociedade; •Alunos militares e civis da Escola Superior de Guerra; •Militares das Forças Auxiliares; •Militares das Forças Armadas; •Bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; •Meio acadêmico.

RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DO MD NO PPA 2016-2019

PROGRAMAS TEMÁTICOS

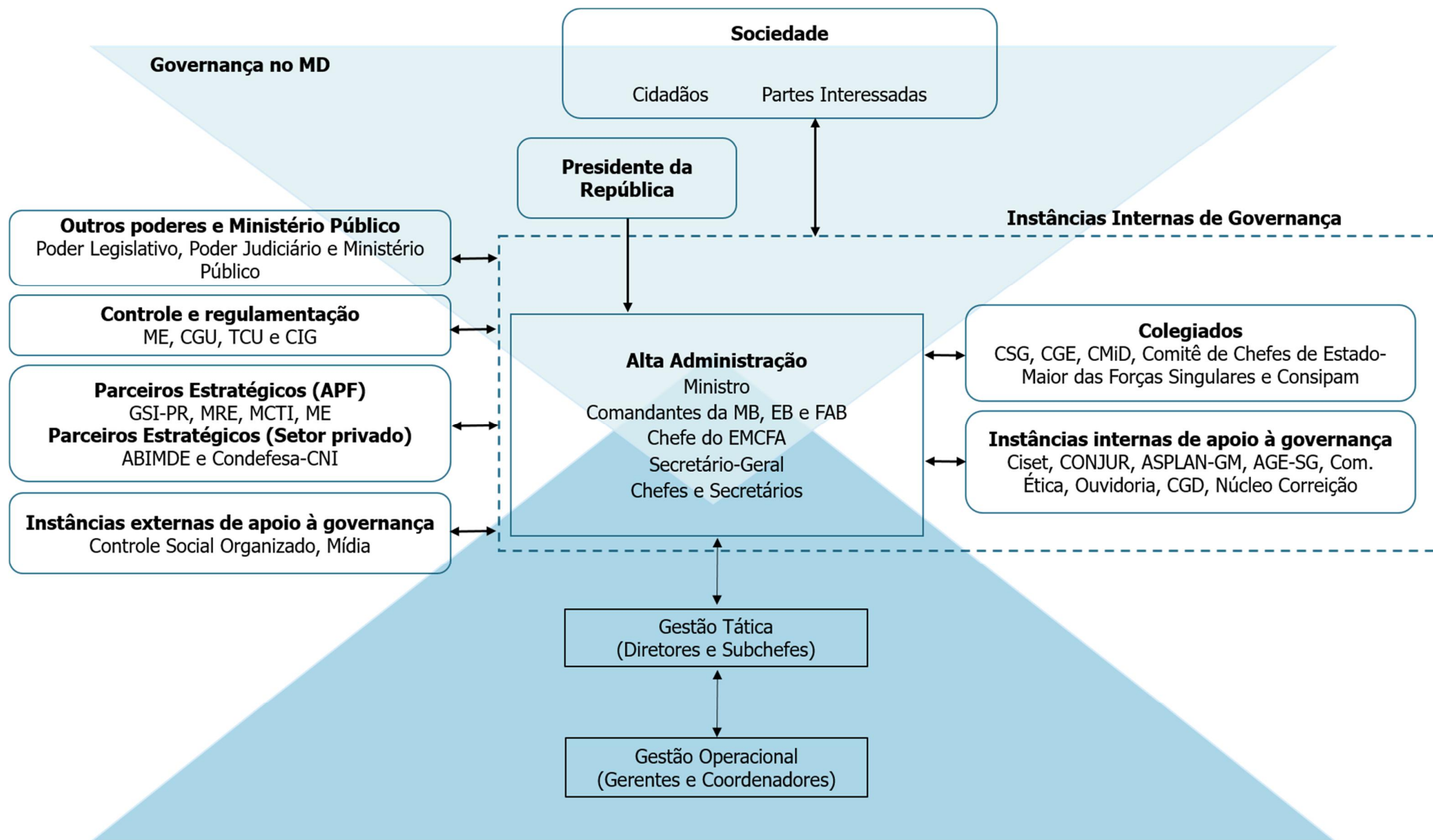
PROGRAMA	OBJETIVOS	METAS	INICIATIVAS
2058 - Defesa Nacional (*)	10	41	94
2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica (*)	4	5	13
2040 - Gestão de Riscos e de Desastres (**)	0	0	1
2050 - Mudança do Clima(**)	0	1	1
2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência (**)	0	0	1
TOTAL:	**14**	**47**	**110**

(*) Programas de responsabilidade do Ministério da Defesa.

(**) Programas de responsabilidade de outros Ministérios.

PROGRAMA DE GESTÃO

Programa
2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa

ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DO MD

Fonte: MD

ÓRGÃOS COLEGIADOS

COLEGIADO	DETALHAMENTO
Conselho Superior de Governança	Instrumento de criação: Decreto nº 9.628, de 26 de dezembro de 2018 (atualizado pelo Decreto nº 9.835, de 2019) Principais competências: Definir diretrizes para a política de governança pública do Ministério da Defesa e das Forças Armadas. Principais Integrantes: Ministro de Estado da Defesa, que o presidirá; Comandante da Marinha; Comandante do Exército; Comandante da Aeronáutica; Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e Secretário-Geral do Ministério da Defesa.
Conselho Militar de Defesa	Instrumento de criação: Lei Complementar nº 97/1999 e Decreto nº 7.276/2010 Principais competências: Assessorar o Presidente da República no que concerne ao emprego de meios militares; e assessorar o Ministro da Defesa: no assessoramento ao Presidente da República a decidir sobre o emprego das Forças Armadas; emitir diretrizes para o emprego das Forças Armadas, condução dos exercícios conjuntos e operações de paz; ativar os Comandos Operacionais em cumprimento à determinação do Presidente da República; designar e ativar os Comandos Operacionais para planejamento de emprego; aprovar os planejamentos estratégicos para atender às hipóteses de emprego; e adjudicar os meios aos Comandos Operacionais. Principais Integrantes: Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelo Ministro de Estado da Defesa (apenas no que concerne ao emprego de meios militares).
Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares	Instrumento de criação: Portaria Normativa nº 22/MD, de 24 de março de 2016 Principais competências: Contribuir para o assessoramento ao Ministro de Estado da Defesa nos seguintes assuntos: na condução dos exercícios e operações conjuntas e quanto à atuação de Forças brasileiras em operação de paz e humanitárias; nas políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa, de inteligência e contrainteligência; nos assuntos e atos internacionais e participação em representações e organismos no país e no exterior; nos assuntos referentes à logística, mobilização e tecnologia militar e articulação e equipamento das Forças Armadas (FA); e nos assuntos referentes às operações em ambiente interagências. Ao Comitê cabe, ainda, contribuir para a atuação do EMCFA, em consonância com os Comandos Militares. Principais Integrantes: Chefes de Estado-Maior dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e sob a coordenação do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (CEMCFA)
Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia	Instrumento de criação: Decreto nº 9.829, de 10 de junho de 2019 (atualizado pelo Decreto nº 10.131, de 2019) Principais competências: Estabelecer diretrizes para a coordenação e a implementação de ações de governo, no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), observado o disposto na política nacional integrada para a Amazônia Legal Principais Integrantes: Secretário-Geral do Ministério da Defesa, que o presidirá; Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República; Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores; Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente; Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional; e Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
Comissão Mista da Indústria de Defesa	Instrumento de criação: Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013 (atualizado pelo Decreto nº 9.857, de 2019)

	Principais competências: Assessorar o Ministro de Estado da Defesa em processos decisórios e em proposições de atos relacionados à indústria nacional de defesa Principais Integrantes: Quatro representantes da Administração Central do Ministério da Defesa; um representante do Comando da Marinha; um representante do Comando do Exército; um representante do Comando da Aeronáutica; um representante do Ministério da Fazenda; um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; um representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; e um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

INSTÂNCIAS DE APOIO À GOVERNANÇA

ÓRGÃO	DETALHAMENTO
Assessoria Especial de Planejamento	órgão de assessoria do Ministro, que tem como principais competências: coordenar o processo do SISPED e acompanhar a execução e medir os resultados das ações e decisões do planejamento estratégico de defesa.
Assessoria de Gestão Estratégica	órgão de assessoria do Secretário-Geral, que tem como principais competências: assistir o Secretário-Geral, na coordenação, na condução e no monitoramento da gestão estratégica da Secretaria-Geral, contemplando, dentre outras, as dimensões de planejamento estratégico, de governança, de integridade, de gestão de riscos, de controles internos da gestão, de desburocratização, de melhoria da gestão e de desempenho.
Secretaria de Controle Interno	órgão de assistência direta e imediata ao Ministro, que tem como principais competências: assessorar o Ministro, como órgão de apoio à supervisão ministerial; acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia de seus resultados; realizar auditorias sobre a gestão de recursos públicos federais; exercer supervisão técnica, coordenação das ações integradas e orientação normativa das unidades de controle interno dos Comandos Militares; apurar, no exercício de suas funções, atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados na utilização de recursos públicos federais e comunicar as autoridades competentes para as providências cabíveis
Comitê de Governança Digital	instituído pela Portaria Normativa nº 57/MD, de setembro de 2016 ("Dispõe sobre a implantação da Política de Governança Digital no âmbito da administração central do Ministério da Defesa"), com a finalidade de deliberar, conforme procedimentos a serem definidos em regimento interno, sobre os assuntos relativos à Governança Digital, nos termos do art. 9º do Decreto nº 8.638, de 2016.

INSTÂNCIAS DE APOIO À GESTÃO DA INTEGRIDADE

ÓRGÃO	DETALHAMENTO
Ouvidoria	A Ouvidoria do MD, criada em 1º de abril de 2013, vinculada ao Gabinete do Ministro, é a instância que promove a participação, proteção e defesa do usuário (pessoa física ou jurídica) de serviços públicos, responsável pelo recebimento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de simplificação dos serviços prestados pelo Ministério da Defesa
Comissão de Ética	É um órgão que visa apurar denúncias e julgar desvios éticos dos agentes públicos, bem como orientar, informar e aconselhar sobre a conduta ética, no âmbito desta Pasta. Esta Comissão foi instituída pela Portaria nº 69/MD, de 14 de janeiro de 2002, e teve seu regimento interno aprovado pela Portaria n° 580/MD, de 10 de outubro de 2002. O órgão faz parte do Sistema de

	Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, previsto no Decreto 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, cujo órgão central é a Comissão de Ética Pública da Presidência da República.
Núcleo de Correição	Compete ao Núcleo de Correição da ACMD, no âmbito de sua atuação, com exceção do Censipam, auxiliar o Diretor de Administração Interna no desempenho das competências de unidade seccional de correição (art. 27, do Anexo VIII, da Portaria Normativa nº 12/MD/2019).
Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)	O SIC/MD é uma área específica para atendimento aos pedidos de acesso a informações apresentados pelos cidadãos, com base na LAI e no Decreto nº 7.724, de 2012, encarregado, portanto, da transparência passiva.
Consultoria Jurídica (CONJUR)	Órgão de assessoria do Ministro, que tem como principais competências: fixar a interpretação das leis, dos tratados e dos demais atos normativos na área de atuação do MD; realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos; assistir o Ministro da Defesa no controle interno da legalidade dos atos do MD e das suas entidades vinculadas; e exercer a supervisão dos órgãos jurídicos das Forças Armadas.
Assessoria de Gestão Estratégica (AGE)	Órgão de assessoria do Secretário-Geral, que tem como principais competências: assistir o Secretário-Geral, na coordenação, na condução e no monitoramento da gestão estratégica da Secretaria-Geral, contemplando, dentre outras, as dimensões de planejamento estratégico, de governança, de integridade, de gestão de riscos, de controles internos da gestão, de desburocratização, de melhoria da gestão e de desempenho.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS

Atento à permanente necessidade de interagir com a sociedade e as partes interessadas, o Ministério da Defesa (MD) atua com o compromisso de:

Promover a participação, a proteção e a defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos

Garantir o acesso às informações

Aprimorar a qualidade de seus serviços, e assegurar o atendimento simplificado

Priorizar o atendimento preferencial

Assegurar a acessibilidade

A disponibilização de informações e o relacionamento do MD com a sociedade e as partes interessadas se dá, principalmente, por meio da Ouvidoria, do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), do sítio eletrônico na internet, da disponibilização de dados abertos, da Carta de Serviços e das ações de comunicação social (imprensa, promoção institucional, mídias sociais, vídeos e programas de rádio).

O MD, o Hospital das Forças Armadas (HFA) e a Escola Superior de Guerra (ESG) trabalham, de forma autônoma, no que se refere à atuação das ouvidorias; dos serviços de informações ao cidadão; das assessorias de comunicação; e da disponibilização dos sítios eletrônicos, das políticas de dados abertos e das cartas de serviços. O Censipam trabalha, de forma autônoma, apenas no que se refere às atividades da assessoria de comunicação e do sítio eletrônico, no restante dos itens, é atendido pelas instâncias da administração central do MD. Atualmente, as Assessorias de Comunicação da ESG e de Controle Interno respondem também pela ouvidoria e pelo SIC. A Assessoria de Comunicação do HFA responde, também, pelo SIC.

A intranet é um importante canal de comunicação com o público interno, sendo utilizada também para disponibilizar serviços, orientações, legislações, documentos, etc.

CANAL		ATUAÇÃO
Comunicação do MD com a sociedade e partes interessadas:	Ouvidoria	· Recebimento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações de simplificação dos serviços prestados pelo MD. · Ouvidorias: - Ouvidoria-MD; Ouvidoria-HFA; e ACS e ACI-ESG.
	Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)	· Atendimento aos pedidos de acesso a informações apresentados pelos cidadãos com base na LAI · Serviços de Informações: SIC-MD; ASCOM–HFA; e ASCOM-ESG
	Ações de Comunicação Social	· Divulgação de atividades e ações institucionais e de informação sobre temas relevantes – aproximação com a Sociedade e com público interno · Assessorias de Comunicação: MD – ASCOM-MD; ASCOM-HFA; ACS-ESG; e ASCOM-Censipam
	Sítio eletrônico na internet, dados abertos e cartas de serviços	· Informações gerais sobre o MD (organização e dirigentes; áreas de atuação; principais projetos e serviços; etc); · Divulgação de informações em meio digital, em formato sem restrições ou controles exclusivos, a fim de que possam ser reutilizadas por toda a sociedade; e · Informações sobre os serviços prestados, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. · Ações autônomas: administração central do MD; HFA; ESG e Censipam (apenas sítio eletrônico na internet).

SIC E RESULTADOS

RESULTADOS	SIC/MD	SIC/HFA	SIC/ESG
Total de pedidos recebidos:	599 pedidos (1.900 perguntas)	66 pedidos (84 perguntas)	23 pedidos (40 perguntas)
Pedidos respondidos sem prorrogação (até 20 dias):	93%	94%	91%
Prazo médio de resposta:	12 dias	12 dias	16 dias
Total de recursos ao Chefe Superior:	49	3	0
Total de recursos à autoridade máxima do órgão:	19	0	0
Total de recursos à CGU:	8	0	0
Atendimento:	www.esic.cgu.gov.br https://www.defesa.gov.br/servico-de-informacoes-ao-cidadao e-mail: sic@defesa.gov.br End.: Esplanada dos Ministérios, bloco "Q", portaria B, 1º andar, sala 151, Brasília/DF Tel.: (61) 3312-8542 e 3312-8528	www.esic.cgu.gov.br www.hfa.mil.br/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic E-mail: comunicacaosocial@hfa.mil.br End.: Prédio da administração, ASCOM/HFA, Setor HFA, Sudoeste, Brasília/DF Tel.: (61) 3966-2383	www.esic.cgu.gov.br www.esg.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-2013-sic E-mail: acessoainformacao@esg.br End.: Fortaleza de São João, Av. João Luiz Alves, s/nº, Urca, Rio de Janeiro/RJ Tel.: (21) 3545-9889 e 3545-9837
Relatórios estatísticos (geral)	Pedidos de acesso – link: esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx		

	Recursos e reclamações - link: esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualRecursos.aspx
Satisfação dos usuários	Relatório gerado pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), acessível no link: esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/PesquisaSatisfacao/ConsultarRelatorioPesquisaSatisfacao.aspx

OUVIDORIAS E RESULTADOS

	Ouvidoria/MD	Ouvidoria/HFA	Ouvidoria/ESG
Pedidos recebidos	E-OUV: 1549 E-mail: 276 Carta: 134 Telefone: 17 Pessoalmente: 4 Total: 1980	E-OUV: 74 E-mail: 469 Carta: - Telefone: - Pessoalmente: 360 Total: 903	E-OUV: 18 E-mail: - Carta: - Telefone: - Pessoalmente: - Total: 36
Tipo de manifestação	Elogio: 23 Solicitação: 806 Reclamação: 321 Denúncia: 226 Sugestão: 219 Comunicação: 338 Simplifique: 47	Elogio: 155 Solicitação: 42 Reclamação: 681 Denúncia: - Sugestão: 25 Comunicação: - Simplifique: -	Elogio: - Solicitação: 6 Reclamação: 1 Denúncia: 1 Sugestão: 5 Comunicação: 5 Simplifique: 0
Atendimento	Links: www.ouvidorias.gov.br www.defesa.gov.br/ouvidoria End.: Esplanada dos Ministérios-Bloco "Q", Portaria "B", 4º andar, Sala 458 Tel.: 61 2023-9400	Links: www.ouvidorias.gov.br www.hfa.mil.br/ouvidoria-menu e-mail: ouvidoria@hfa.mil.br End.: Policlínica HFA, Ala B Tel.: (61) 3966-2314	Links: www.ouvidorias.gov.br www.esg.br/contatos

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O MD interage com a sociedade de diversas formas, buscando dar transparência e publicidade aos atos da instituição e fomentar a criação de laços com os cidadãos. Vale destacar as informações disponibilizadas por meio do sítio na internet e pelas redes sociais, canais de interação direta com o cidadão:

	Sítio do MD na internet: www.defesa.gov.br Segue as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico) E-mail institucional: ascom@defesa.gov.br
	Sítio da ESG na internet: www.esg.br Segue as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico) E-mail institucional: esg@esg.br
	Sítio do CENSIPAM na internet: www.sipam.gov.br Segue as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico) E-mail institucional: comunicacaosocial@sipam.gov.br
	Sítio do HFA na internet: www.hfa.mil.br Segue as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico) E-mail institucional: comunicacaosocial@hfa.mil.br
	Protocolo Integrado: https://protocolointegrado.gov.br/, um canal disponibilizado para facilitar o acompanhamento de processos e documentos em andamento no órgão.
	Carta de Serviços: MD:https://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/servico_de_informacao/csu_vs_2018.pdf HFA: http://www.hfa.mil.br/acoes-e-programas

PRINCIPAIS RESULTADOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

	MD: 544.127 seguidores ESG: 2.784 seguidores CENSIPAM: 703 seguidores		MD: 775.589 seguidores HFA: 8.037 seguidores ESG: 7.563 seguidores CENSIPAM: 1.637 seguidores
	MD: 245 mil seguidores (166 publicações) HFA: 3.859 seguidores (261 publicações) ESG: 195 seguidores CENSIPAM: 407 seguidores (68 publicações)		MD: 35 mil seguidores (3.863.349 visualizações) HFA: 643 seguidores (53.268 visualizações) ESG: 281 seguidores (3.432 visualizações)
	MD: 62 programas radiofônicos		MD: 1904 demandas atendidas (61 veículos de comunicação) e 592 produtos gráficos gerados.

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM PROCESSOS DECISÓRIOS

Consultas públicas: No ano de 2019, o MD não disponibilizou novos documentos para consulta pública.

Ouvidorias: Disponibiliza acesso ao "Simplifique". As manifestações recebidas subsidiam aperfeiçoamentos dos processos e serviços do órgão. No entanto, no ano de 2019, não foram recebidas solicitações para aperfeiçoamento ou simplificação de serviços ou processos por meio do "Simplifique".

HFA: Realiza pesquisas mensais de satisfação, aplicadas aos usuários, desde 2015, como subsídio relevante para a realização de melhorias no Hospital.

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

No contexto da busca permanente pelo aperfeiçoamento da governança e da gestão, o Ministério da Defesa realizou diversas ações em 2019, merecendo destaque:

- No final do primeiro semestre o Ministério da Defesa deu início a um processo de "Racionalização Administrativa", voltado a buscar o aperfeiçoamento de processos e estruturas organizacionais do Ministério, considerando os órgãos que o integram, não incluídas as Forças Armadas. O referido processo foi concluído no final de 2019, resultando em uma proposta de reestruturação, com o aperfeiçoamento de uma série de processos de trabalho e estruturas, o que será levado a cabo ao longo de 2020. Neste contexto, no âmbito do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov), do Ministério da Economia (ME), foi contratada uma consultoria para prestar serviços de apoio ao aperfeiçoamento da gestão estratégica, compreendendo: cadeia de valor; referenciais (análise ambiental) e mapa estratégico; painel de indicadores e metas; projetos e entregas estratégicas; monitoramento da estratégia; e avaliação da estratégia. Os trabalhos foram iniciados no segundo semestre e seguirão ao longo de 2020.
- A atualização do planejamento estratégico do setor de defesa (Ministério da Defesa, incluídas as Forças Armadas), com revisão dos seus componentes principais: o Método de Planejamento Estratégico Setorial 2020/2031 (Portaria Normativa nº 23/GM-MD, de 15 de abril de 2019); a Identidade Estratégica do Setor de Defesa (Portaria Normativa nº 24/GM-MD, de 16 de abril de 2019); a Política Setorial de Defesa e Mapa Estratégico (Portaria Normativa nº 25/GM-MD, de 25 de abril de 2019); e a Estratégia Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 26/GM-MD, de 16 de abril de 2019). Essa nova metodologia valerá para o planejamento para o horizonte de 2020/2031.
- A instalação e início do funcionamento do Conselho Superior de Governança, órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo, integrado pelos Comandantes das três, Forças, pelo Chefe do EMCFA, pelo Secretário-Geral e presidido pelo Ministro da Defesa, que tem a finalidade de definir diretrizes para a política de governança pública do Ministério da Defesa e das Forças Armadas. Na primeira Reunião do Conselho Superior de Governança, realizada em novembro, foram aprovados o Regimento Interno do Conselho; o Planejamento Estratégico do Setor de Defesa 2020-2031, por meio da Resolução nº 2/CONSUG/MD, de 25 de novembro de 2019; e o cronograma das reuniões ordinárias para 2020.
- A realização de estudos para a implantação de uma unidade de integridade (2ª linha de defesa), ligada diretamente ao Ministro, para assessorar no direcionamento dos assuntos relacionados a integridade, gerenciamento de riscos e controles internos, corregedoria, ouvidoria, ética e transparência pública. A Portaria Normativa nº 2/GM-MD, de 7 de janeiro de 2020, instituiu o Núcleo da Assessoria de Integridade, no Ministério da Defesa, que atuará na gestão da conformidade, com a finalidade de sistematizar e aperfeiçoar práticas relacionadas à governança, à gestão de riscos, ao controle interno, à integridade e à ética no âmbito do Ministério da Defesa. A estruturação e implementação da referida unidade, como órgão da estrutura do MD, ocorrerá ao longo de 2020.

A Política de Gestão de Riscos[1] do Ministério da Defesa busca instituir uma gestão de riscos relacionada a processos e projetos, prioritariamente finalísticos, decorrentes de planos estratégicos, táticos e operacionais, de forma progressiva e contínua.

O Ministério da Defesa se encontra no estágio inicial de maturidade com relação ao tema gestão de riscos, ou seja, o tema começou a ser discutido, as pessoas começaram a ser preparadas e foram adotadas medidas iniciais com relação ao tema. A maturidade em gestão de riscos pode ser determinada pelas capacidades existentes em termos de liderança, políticas e estratégias, e preparo das pessoas para gestão de riscos, bem como pelos resultados decorrentes do emprego dessas capacidades[2].

---

[1] Portaria Normativa n° 29/GM-MD, de 22 de maio de 2018 – Institui as instâncias de supervisão da gestão da integridade, governança, riscos, controles internos da gestão e desburocratização e aprova a Política de Gestão de Riscos, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.

[2] BRASIL. Tribunal de Contas da União. Processo 011.745/2012-6. Acórdão nº 2467/2013-TCU-Plenário. Ata 35, Sessão de 11/09/2013. Levantamento de auditoria para elaboração de indicador para medir o grau de maturidade de entidades públicas na gestão de riscos.

Nesse contexto, considerando que a capacitação e o benchmarking com instituições reconhecidas são fundamentais para a realização de ações de implantação da Política de Gestão de Riscos, desde 2018 vêm sendo levantadas boas práticas relacionadas a governança e gestão de riscos e vêm sendo realizadas capacitações do pessoal envolvido no aperfeiçoamento da governança e implantação da Política de Gestão de Riscos do MD, mediante a participação em cursos, seminários e palestras, principalmente com temáticas relacionadas a gestão de riscos, gestão estratégica e governança.

Em 2018, foi instituído o Programa de Integridade[3] do MD (Portaria Normativa nº 68-GM-MD/2018) para prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, em apoio à boa governança. Observando as diretrizes, objetivos e procedimentos gerais estabelecidos no Programa de Integridade, foi aprovado, no final de 2018, o primeiro Plano de Integridade do MD[4] (Portaria Normativa n° 78/GM-MD/2018), que foi construído de forma participativa, com envolvimento de todos órgãos que integram a ACMD.

No referido Plano foram definidas medidas de tratamento de riscos à integridade com os respectivos prazos e responsáveis. Em 2019 foram implementadas as seguintes medidas de tratamento de riscos à integridade, no contexto do primeiro Plano de Integridade do MD:

- Criação da página da integridade no sítio eletrônico do MD, com informações sobre a gestão da integridade no MD. Na referida página são disponibilizadas informações sobre a legislação de referência para o a integridade, bem como sobre o Programa de Integridade e o 1º Plano de Integridade MD.
- Encaminhamento de email aos servidores informando sobre a aprovação do Programa e do 1º Plano de Integridade do MD, sobre a criação da "página de integridade no sítio eletrônico do MD", bem como destacando tópicos específicos, como: A integridade e a confiança pública; A razão de ser dos Programas de Integridade; Programa e Plano de Integridade; Funções / processos fundamentais para o Programa de Integridade, dentre as quais a "promoção da ética e de regras de conduta para os servidores"; e o Código de Ética do Servidor Público.
- Encaminhamento de diversos email aos servidores informando sobre o Programa e o 1º Plano de Integridade do MD, sobre a criação da "página de integridade no sítio eletrônico do MD, bem como destacando tópicos específicos, como: A integridade e a confiança pública; Razão de ser dos Programas de Integridade; Programa e Plano de Integridade; Funções/processos fundamentais para o Programa de Integridade; o Código de Ética do Servidor Público; Conflito de Interesses; Vedação do Nepotismo na Administração Pública Federal; Promoção da transparência; o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC/MD) – transparência passiva; a Ouvidoria; a Correição no MD; A Secretaria de Controle Interno (Ciset); no Radar (Ciset), informações para subsidiar a tomada de decisões.
- Exigência, a partir de 1º de janeiro, de apresentação de **declaração de parentesco,** no conjunto de documentos exigidos no momento da posse ou de modificação de cargo, função ou gratificação.
- Revisão do Termo de posse **dos ocupantes de DAS de 1 a 6** e das FCPE de 1 a 4 para inclusão de menção expressa de que o servidor se compromete a observar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994) ou Código de Conduta da Alta Administração Federal, conforme o caso. O procedimento em questão vem sendo adotado desde 1º de janeiro de 2019.
- Realização de ações para informar os servidores, colaboradores e dirigentes sobre a vedação do nepotismo, no âmbito da administração pública federal: palestra para os servidores, com o tema "Conflito de Interesses e Nepotismo no âmbito da Administração Pública"; e divulgação, por email institucional, para os servidores, de orientações sobre nepotismo e conflitos de interesses.
- Confecção de uma cartilha digital com informações sobre a Ouvidoria (o que é Ouvidoria, seu papel, canais de contato e horários de funcionamento; quem pode procurar e o que a Ouvidoria pode fazer por você; orientações sobre as manifestações tratadas pela Ouvidoria, inclusive as anônimas, e os prazos de resposta; informações sobre

---

[3] Integridade pública refere-se ao alinhamento consistente e à adesão de valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados no setor público (OCDE, 2018 *apud* CGU, 2018, p. 5)

[4] Portaria Normativa n° 78/GM-MD/2018 – Aprova o 1º Plano de Integridade da administração central do Ministério da Defesa (Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/acesso_informacao/integridade/pl_integridade_v2.pdf>).

o pedido de acesso à informação). Foram impressos 1.000 (mil) exemplares da cartilha, as quais foram distribuídas para os servidores, e foi disponibilizada a cartilha em formato digital, no sítio do MD, na página da Ouvidoria.

- Elaboração do Guia de Transparência Ativa do Ministério da Defesa (MD), que apresenta um conjunto de orientações com o objetivo de auxiliar no correto cumprimento das obrigações previstas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e nas demais normas que regem o assunto "Transparência Ativa". É uma ação de fortalecimento para promover, organizar e orientar as ações de transparência ativa no âmbito do MD.
- Foram realizadas ações de conscientização dos servidores e dirigentes sobre a importância da segurança da informação (vazamento de informações; perda e/ou sequestro de dados; etc), merecendo destaque: realização de palestra para os servidores com conceitos básicos em Segurança da Informação e Comunicação (SIC); distribuição de folhetos de SIC disponibilizados pelo Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil – CERT.br.; e distribuição, por email, de dicas de Segurança da Informação e Comunicações para os usuários (servidores do MD) previamente cadastrados no sistema.
- Publicação, em dezembro de 2018, do Plano de Dados Abertos do Ministério da Defesa (PDA/MD) para o período 2019/2020. No primeiro semestre de 2019 foram realizadas ações de treinamento/capacitação de pouco mais de 20 pessoas, entre civis e militares, das diversas áreas do MD, indicados como responsáveis e mantenedores das bases de dados do PDA/MD.
- Aperfeiçoamento das funções do órgão de correição e condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, no âmbito do MD, por meio do Regimento Interno do MD, aprovado pela PN nº 12, de fevereiro de 2019, com a definição, em seus artigos 25 e 27, do Anexo VIII (Regimento Interno da SEORI), das competências do Núcleo de Correição do MD.
- Implementação do sistema Conecta do TCU para maior eficiência do acompanhamento dos processos, das determinações e das recomendações daquela Corte de Contas.
- Criação, pela Secretaria de Controle Interno de um informativo periódico, denominado "No Radar", que visa proporcionar ao gestor informações para a tomada de decisões, elaborado com base em pesquisas no Diário Oficial da União, Artigos, Notas, bem como julgados do Tribunal de Contas da União (TCU), Orientações/Enunciados da Controladoria Geral da União (CGU), dentre outras fontes fidedignas. Essas informações estão organizadas e disponibilizadas no site do MD, na aba auditoria (link para o "No Radar"), em 4 tópicos: Gestão de Pessoas; Governança e Gestão; Logística; e Orçamento e Contabilidade.
- Aprovação, em dezembro, pela Portaria Ciset-MD/2019, do **Plano de Negócios** 2020/2023 da Secretaria de Controle Interno (Ciset), que apresenta a estratégia de longo prazo para a entrega dos serviços da atividade de Auditoria Interna e os resultados esperados com a adoção de práticas internacionais de Auditoria Interna.

Cabe destacar que os Comandos militares, no exercício de sua autonomia de gestão, dispõem de políticas e metodologias de gestão de riscos próprias e alinhadas às suas práticas e culturas organizacionais. Neste contexto, as Forças Armadas são responsáveis pelo gerenciamento dos seus processos e dos seus projetos estratégicos e dispõem de estruturas, sistemáticas e metodologias próprias que garantem a governança e a eficiência da gestão. As Forças já praticam há muito o gerenciamento de projetos e de missões e neste sentido, possuem sistemáticas e métodos que foram adaptados às suas realidades e culturas e vêm sendo aperfeiçoados ao longo do tempo, incluindo metodologias de gestão de riscos e do ciclo de vida dos equipamentos.

A ESG e o HFA também dispõem de políticas e metodologias próprias de gestão de riscos, alinhadas às suas realidades e culturas. A Política de Gestão de Riscos da ESG foi aprovada pela Portaria nº 61/GAB/ESG, de 29 de março de 2017. O Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos da ESG foi instituído por meio da Portaria nº 165/2016 do Comandante da ESG e regulamentado pela Orientação Normativa nº 90/ACI/ESG/2016. A gestão de riscos prioriza os processos críticos, associados aos objetivos estratégicos. Os riscos são avaliados periodicamente e discutidos no âmbito do Comitê.

O HFA criou, em agosto de 2017, o Comitê de Governança, Riscos e Controles, o qual direciona as medidas para sistematização de práticas sobre a gestão de riscos, aos controles internos e à governança. Em outubro de 2017 foi aprovada a Política de Gestão de Riscos do HFA, que estabelece princípios, objetivos, diretrizes, competências, responsabilidades e institui uma sistemática para a gestão de riscos relacionados ao plano estratégico, programas, projetos e processos do HFA. Complementarmente, o HFA definiu o modelo de avaliação, controle e monitoramento dos riscos, por meio da Orientação Normativa nº 05/Cmt Log –HFA, de 27 de março de 2018, que disciplina a Gestão de Riscos no âmbito do HFA.

Dando continuidade ao processo de aperfeiçoamento da governança e da gestão de riscos, foi instituída, no HFA, em março de 2018 (Portaria Normativa nº 10/MD, de 7 de março de 2018, que "Aprova o Regimento Interno do HFA), uma Assessoria de Controle Interno e Gestão de Riscos, com competências de supervisionar os controles internos da gestão; propor e assessorar o Comitê de Governança, Riscos e Controles na adoção de medidas necessárias à excelência na gestão de riscos; acompanhar a observância dos princípios impostos pelo ordenamento jurídico, como os da legalidade, da moralidade, da finalidade pública, da publicidade, da motivação e da impessoalidade; contribuir para a prestação de contas, por meio de orientações, estudos, rotinas e outras ações relacionadas às atividades de controle interno; entre outras.

A Portaria n° 1819/ACI HFA/CMT LOG - HFA/HFA/SEPESD/SG-MD, de 15 de maio de 2018, definiu a Assessoria de Controle Interno e Gestão de Riscos, como unidade responsável por coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito do Hospital das Forças Armada. A esta unidade compete as medidas a serem adotadas nos processos de promoção da ética e das regras de conduta para servidores, de transparência ativa e do acesso à informação, tratamento de conflitos de interesses e nepotismo, tratamento de denúncias, funcionamento de controles internos e do cumprimento de recomendações de auditoria, bem como implementar procedimentos de responsabilização no âmbito do HFA. Tais medidas estão estruturadas no Plano de Integridade do HFA, instituído por meio da portaria nº 4300/Cmt Log/HFA, de 04 de dezembro de 2018.

Em 2019, as principais medidas de gestão de risco aprovadas foram:

- aprovação da Orientação Normativa nº 09/CMT LOG-HFA, de 19 de setembro de 2019, que estabelece as normas para o desenvolvimento de estágios obrigatórios de graduandos e pósgraduandos de Instituições de Ensino Superior parceiras nas estruturas orgânicas do Hospital das Forças Armadas (Boletim Interno nº 233/HFA, de 3 de dezembro de 2019);
- aprovação da Orientação Normativa nº 10 CMT LOG-HFA, 16 de dezembro de 2019, que orienta os procedimentos a serem desenvolvidos para a apuração de irregularidades administrativas no âmbito do Hospital das Forças Armadas bem como regular as condições necessárias para repor os danos causados ao erário (Boletim Interno nº 243/HFA, de 17 de dezembro de 2019);
- aprovação do Programa de Integridade no Hospital das Forças Armadas por intermédio da Portaria nº 4941/CMT LOG/HFA, de 16 de dezembro de 2019 (Boletim Interno nº 244/HFA, de 18 de dezembro de 2019).

Em 2020 pretende-se avançar na capacitação do pessoal e no desenvolvimento e aprovação da metodologia para a gestão de riscos. Alguns desafios se fazem presentes para o aperfeiçoamento da gestão de riscos e controles internos na ACMD, merecendo destaque: alteração da Portaria Normativa n° 29/GM-MD/2018, para atualização das instâncias de governança e dos prazos de implementação; a aprovação da metodologia que será utilizada para a gestão de riscos e respectivas orientações; e a efetiva implementação da unidade de Integridade diretamente ligada ao Ministro da Defesa.

MINISTÉRIO DA DEFESA

O Ministério da Defesa possui uma força de trabalho híbrida, composta por servidores, que são regidos pelos preceitos da Lei no 8.112, de 1990, e militares das três Forças Armadas, sujeitos a regulamento próprio (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares), com regras específicas quanto à apuração e responsabilização disciplinar (legislações internas). Caso a violação seja cometida por militar, o fato é comunicado à autoridade militar que possui competência para apuração e aplicação de sanção disciplinar à luz do Regulamento Disciplinar da respectiva Força singular, conforme disposto no art. 1º, inciso II, da Portaria Normativa nº 3.604/MD, de 22 de novembro de 2011 ("Dispõe sobre a aplicação de disciplinas, recompensas, medidas regulamentares e normativas aos militares lotados no âmbito da administração central do Ministério da Defesa").

No Ministério da Defesa, o Departamento de Administração Interna (DEADI) desempenha as funções de órgão de correição e condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, conforme dispõe o art. 35, inciso II, do Anexo I ao Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, e o art. 25, do Anexo VIII da Portaria Normativa nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019, que aprova os Regimentos Internos de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, excetuada a competência do Censipam.

Cabe ressaltar que os processos administrativos não correcionais ou disciplinares de natureza militar (voltados à gestão de recursos humanos), por suas características, não são objeto de análise da Controladoria-Geral da União; consequentemente, não são inseridos no sistema CGU-PAD. Desse modo, com exceção dos processos disciplinares que tratem de matérias exclusivamente militares, os processos instaurados no âmbito do MD atendem ao que estabelece a Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União, e da Portaria Normativa nº 899/MD, de 9 de junho de 2008, notadamente no que se refere ao cumprimento do prazo de até 30 dias, a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam, para o devido registro no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD).

Em 2019, foram processados 49 (quarenta e nove) procedimentos correcionais, conforme gráfico a seguir:

PROCEDIMENTOS CORRECIONAIS: 2019

TCA/Sindicância; 0
TCA (Termo Circunstanciado Adm); 3
TAC (Termo Ajustamento Conduta); 2
Sindicância Investigativa; 0
Sindicância Contraditória; 0
Sindicância; 0
Sindicância Militar; 41
PAD (Processo Adm Disciplinar); 1
Investigação Preliminar; 2

Fonte: Deadi/MD

Em 2019, o Ministério da Defesa instaurou 1 Processo Administrativo Disciplinar, estando em andamento, e 2 Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), homologado em 2019, conforme o Relatório Anual emitido no CGU-PAD, que seguem discriminados em anexo.

PROCESSO	TIPO	SITUAÇÃO	RESULTADO
60580.000181/2019-31	Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	Andamento	Conforme Registro CGU-PAD
60585.002037/2019-99	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	Encerrado	Conforme Registro CGU-PAD
60230.000366/2018-34	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	Encerrado	Conforme Registro CGU-PAD

Fonte: Deadi/MD

MEDIDAS ADOTADAS PARA APURAÇÃO E RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
				Arquivamento				
	Débito < R$ 100.000	Prazo> 10 anos	Outros Casos*	Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R$ 100.000	Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
3 TCA 2 Investigação Preliminar	0	0	0	0	0	0	0	0
16 Termos de Reconhecimento e Parcelamento de Dívidas	9	0	0	0	1	0	1	5

Fonte: Deadi e DPCN/MD

PROCESSO	TIPO	TERMO CIRCUNSTANCIADO ADMINISTRATIVO - RESULTADO
60585.000012/2019-51	TCA	Ressarcimento realizado
60041.001067/2019-25	TCA	Ressarcimento realizado
60050.000184/2019-62	TCA	Ressarcimento realizado
60586.000090/2019-45	INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR	Absolvição e arquivamento
60410.000100/2019-54	INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR	Absolvição e arquivamento
60414.002401/2015-59	TRPD 01/2019	Ressarcimento Realizado
60414.000490/2016-80	TRPD 02/2019	Ressarcimento em Andamento
60414.002089/2013-31	TRPD 03/2019	Ressarcimento em Andamento
60414.000419/2016-05	TRPD 04/2019	Ressarcimento Realizado

Fonte: Deadi e DPCN/MD

ESG

As atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos são atribuições regimentais do Comandante da ESG, que, para tanto, conta com uma Assessoria Jurídica que orienta os trabalhos dos sindicantes e comissões designadas, bem como assessora na tomada de decisões.

A apuração de ilícitos cometidos por servidores da unidade e a condução dos processos administrativos disciplinares obedecem aos ditames da Lei 8.112/90 e da Lei nº 6.880/80, bem como aos regulamentos disciplinares aplicáveis aos militares de cada Força. No caso de militares, os processos disciplinares são desenvolvidos no âmbito da ESG, porém, a aplicação de penalidades é subdelegada aos Assistentes Militares.

Em 2019, não houve apuração de ilícitos administrativos no âmbito da ESG, inexistindo a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD); de processo administrativo de responsabilização (PAR); de Tomada de Contas Especial (TCE); ou de processos administrativos de apuração de dano ao Erário.

CENSIPAM

O Censipam tem competência para exercer as atividades de administração de recursos humanos, conforme disposto no inciso XVI, do art. 48, do Anexo I ao Decreto nº 9.570, de 2018 (Estrutura Regimental do MD). O art. 40, inciso XV, do Anexo XI, da Portaria Normativa nº 12/MD, de 2019, estabelece que cabe ao Diretor-Geral "autorizar, no âmbito do Censipam a abertura de processos de sindicâncias e processos administrativos disciplinares". Assim, as sindicâncias e os processos administrativos disciplinares são conduzidos por servidores designados pelo Diretor-Geral do Censipam.

Em 2019, houve a instauração de 5 procedimentos correcionais - sendo um investigativo - no âmbito do Censipam. Não houve a atribuição de responsabilidade a agentes públicos ou servidores nos processos relacionados.

PROCESSO	TIPO	RESULTADO
60090.000230/2019-57	Sindicância Investigativa	Cancelamento de processo.
60091.000147/2019-78	Sindicância de Apuração de Responsabilidade	Concluído. Sem responsabilização de agente ou servidor.
60090.000772/2014-15*	Sindicância	Em curso.
60091.000326/2018-24 *	Sindicância de Apuração de Responsabilidade	Concluído. Sem responsabilização de agente ou servidor.
60092.000443/2019-69	Sindicância Acusatória	Concluído. Sem responsabilização de agente ou servidor.

Fonte: Censipam

HFA

As atividades de correição e apuração de irregularidades disciplinares relacionadas ao pessoal da unidade é desempenhada, em conjunto, pelas áreas da Assessoria Técnica e da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do Regimento Interno do HFA, aprovado pela Portaria Normativa nº 10/MD, de 07 de março de 2018, e da Orientação Normativa nº 07/CMT LOG-HFA, de 04 de abril de 2018. A estas instâncias cabe acompanhar, conforme determinação do Comando Logístico do Hospital, a instauração e demais fases relativas a processos administrativos disciplinares e sindicâncias investigativas e apuratórias.

No exercício de 2019 foram conduzidos 21 processos administrativos, sendo 5 sindicâncias investigativas, 12 processos administrativos disciplinares; 3 processos administrativos disciplinares sumários; e 1 sindicância acusatória. Todas as fases dos referidos procedimentos constam devidamente registradas no sistema CGU-PAD.

Foram coordenados, no exercício de 2019, 57 Processos Militares, sendo 7 IPM, 48 Sindicâncias e 2 Processos Administrativos.

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R$ 100.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R$ 100.000		
IPM Nº 7000048-07.2020.7.11.0011 IPM Instaurado a pedido do Ministério Público Militar/1ª Procuradoria da Justiça Militar em Brasília OBJETO: Irregularidades na licitação para aquisição enxoval – sacos hamper	0	0	0	0	0	0	0	0
SINDICÂNCIA MILITAR OBJETO: Apurar a perda de validade de materiais OPME – ortopedia	0	0	0	0	0	0	0	0
IPM Nº 7000506-58.2019.7.11.0011 OBJETO: Apurar Pregão Eletrônico nº 17/2011-HFA – Aquisição de material para Clínica de Cirurgia Geral. NF nº 210.2019.000074 (NOVA) (LANÇADA)	0	0	0	0	0	0	0	0
IPM Nº 7000440-78.2019.7.11.0011 OBJETO:Irregularidades nos pregões nº 23/2011 e 24/2011 aquisição de material clínica ortopédica e cirúrgica.Por solicitação da 1ª Procuradoria de Justiça Militar em Brasília/DF	0	0	0	0	0	0	0	0
SINDICÂNCIA MILITAR Produção de novo relatório referente a Sindicância nº 60550.032291/2018-38 que trata purar responsabilidade civil visando ressarcimento ao erário do prejuízo constatado na aquisição de SACO HUMPER	0	0	0	0	0	0	0	0

PROCESSO ADMINISTRATIVO MILITAR Apurar responsabilidade civil visando ressarcimento ao erário do prejuízo constatado na aquisição de SACO HUMPER	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: HFA

ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

De acordo com o Decreto nº 9.570, de 2018 (Estrutura Regimental do MD), a Secretaria de Controle Interno (CISET/MD) é um órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Defesa, com atuação nos órgãos do MD e nos órgãos e entidades a ele vinculados. A CISET é órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal (SCIPEF).

Nos termos do art. 7º do Anexo I ao Decreto nº 9.570, de 2018, as principais competências da CISET são: assessorar o Ministro, como órgão de apoio à supervisão ministerial; acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia de seus resultados; realizar auditorias sobre a gestão de recursos públicos federais sob responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados e sobre acordos e contratos firmados com organismos internacionais; exercer supervisão técnica, coordenação das ações integradas e orientação normativa das unidades de controle interno dos Comandos Militares, sem prejuízo de suas subordinações administrativas; e apurar, no exercício de suas funções, atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados na utilização de recursos públicos federais e comunicar as autoridades competentes para as providências cabíveis.

A ESG possui, em sua estrutura regimental, uma Assessoria de Controle Interno, com o seguinte papel: controlar, certificar, verificar, esclarecer e orientar, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de cunho administrativo e financeiro, constituindo-se no principal elo entre a ESG e a CISET/MD.

O HFA possui, em sua estrutura regimental, uma Assessoria de Controle Interno e Gestão de Riscos, que é um elo importante com a CISET/MD, com as seguintes competências principais: supervisionar os controles internos da gestão no HFA; propor e assessorar o Comitê de Governança, Riscos e Controles na adoção de medidas necessárias à excelência na gestão de riscos; acompanhar a observância dos princípios impostos pelo ordenamento jurídico; contribuir para a prestação de contas no HFA; e assessorar o Comandante Logístico quando da ocorrência de diligência, achado de auditoria ou informação sobre fato negativo ocorrido, para que as medidas saneadoras sejam tomadas no menor prazo possível.

O Censipam possui, em sua estrutura organizacional, um Núcleo de Assessoramento em Governança, subordinado ao Diretor-Geral, que é um elo importante com a CISET/MD, com as seguintes competências principais: coordenar a elaboração das respostas aos relatórios e solicitações de auditoria; supervisionar o atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle e dos compromissos assumidos nos planos de providências permanentes; mapear e elaborar relatórios em relação aos controles administrativos; apoiar as unidades organizacionais na gestão de riscos administrativos; avaliar os processos administrativos quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares, das políticas e das diretrizes estabelecidas; e propor regras e atividades de governança, bem como a criação de mecanismos de controle preventivo.

Cabe destacar que cada uma das Forças Armadas possui um Centro de Controle Interno, com a competência principal de assessorar o Comandante e planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades de Controle Interno, no âmbito da Força respectiva.

Relatório de Gestão do Ministério da Defesa

Resultados e Desempenho da Gestão

RESULTADOS

Os objetivos estratégicos dos órgãos que integram o MD estão alinhados com as Ações Setoriais de Defesa, definidas na Estratégia Setorial de Defesa, com os objetivos do Plano Plurianual 2016-2019 e com os macroprocessos finalísticos que compõem a Cadeia de Valor do Setor de Defesa. Considerando que 2019 foi o último ano do PPA 2016-2019, os resultados finalísticos do MD ora apresentados, estão alinhados aos objetivos do PPA 2016/2019. Assim, para cada objetivo do PPA 2016-2019 serão apresentadas as principais realizações de 2019, juntamente com uma avaliação dos resultados alcançados ao longo do ciclo 2016/2019 do PPA.

Conforme definido na Portaria Normativa nº 99/GM-MD, de 21 de dezembro de 2018, o Portfólio de Projetos Estratégicos de interesse do Ministério da Defesa inclui aqueles contemplados no antigo Programa AVANÇAR, instituído pela Portaria nº 442, de 13/12/2017, do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, além do Programa "Navios Classe Tamandaré", de responsabilidade da Marinha do Brasil, em razão de sua dimensão estratégica para a Defesa Nacional e dos valores aportados no empreendimento.

Os Projetos Estratégicos de interesse do Ministério da Defesa estão diretamente relacionados à construção de capacidades de defesa, assim, são gerenciados e conduzidos pelas Forças Armadas. Embora as realizações relacionadas para os objetivos do PPA englobem também, de forma sucinta e pontual, os Projetos Estratégicos, este relatório apresentará também um ítem específico, com uma visão resumida e de natureza mais estratégica, do andamento e dos principais resultados relacionados a esses projetos. Informações detalhadas sobre cada um dos projetos que integram o Portfolio de Projetos Estratégicos de Defesa serão apresentadas nos Relatórios de Gestão das respectivas Forças.

É relevante citar que os principais resultados relacionados às dimensões de gestão de recursos e de infraestrutura estão contemplados no Capítulo 3, que trata da gestão.

RELAÇÃO ENTRE OS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DO MD E OS OBJETIVOS DO PPA 2016-2019

Cadeia de Valor do Setor de Defesa Processos finalísticos	OBJETIVOS DO PPA
Preparo e Emprego das Forças Armadas	Elevação da capacidade operativa dos meios e efetivos das forças armadas (Objetivo 1114)
	Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações militares terrestres (Objetivo 1116)
	Desenvolver capacidades nas áreas cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação (Objetivo 1119)
	Aparelhamento das Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a defesa nacional (Objetivo 1121)
	Planejamento, preparação e condução de operações militares nacionais e internacionais (Objetivo 1122)
	Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre e aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras (Objetivo 1123)
	Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da defesa nacional (Objetivo 1124)
	Recursos humanos para as ações necessárias à defesa nacional (Objetivo 1113)
Apoio à Política Externa	Promoção da multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais (Objetivo 0554)
	Planejamento, preparação e condução de operações militares nacionais e internacionais (Objetivo 1122)
Cooperação com o desenvolvimento Nacional	Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade (Objetivo 1125)

A Cadeia de Valor do Setor de Defesa relaciona, ainda, o macroprocesso finalístico "**Política e Estratégia de Defesa**". O referido macroprocesso engloba os processos e atividades ligados ao Planejamento Estratégico Militar, à Política Nacional de Defesa, à Estratégia Nacional de Defesa, ao Livro Branco de Defesa Nacional e à elaboração e revisão de atos normativos relacionados aos assuntos de competência da Defesa. Objetiva elaborar os documentos estratégicos e normativos de competência da Defesa, caracterizando-se como um macroprocesso transversal, que permeia diversos objetivos do PPA. Assim, vários resultados relacionados a esse processo estão diluídos pelos objetivos do PPA, enquanto que alguns resultados específicos, a seguir relacionados.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2019 E AO LONGO DO PPA 2016-2019

PROJETOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA: PRINCIPAIS RESULTADOS EM 2019

Conforme dito anteriormente, os projetos estratégicos de Defesa estão diretamente relacionados à construção de capacidades de defesa e são gerenciados e conduzidos pelas três Forças Armadas, as quais apresentarão informações mais detalhadas sobre cada uma dos projetos em seus respectivos relatórios de gestão.

A tabela a seguir demonstra o rol de Projetos do Ministério da Defesa no Programa AVAÇAR e também apresenta o Programa Classe Tamandaré, que embora não componha o rol de empreendimentos do Programa AVANÇAR, possui relevância estratégica para o Ministério da Defesa, além de ser expressivo do ponto de vista da materialidade, tendo em vista o grande volume de recursos investidos.

Unidade	Projetos Estratégicos de Defesa	Início/Término
Ministério da Defesa	HX-BR	2008/2023
Marinha do Brasil	Submarinos Convencionais	2010/2023
	Submarino de Propulsão Nuclear	2009/2032
	Estaleiro e Base Naval	2009/2028
	Programa Nuclear da Marinha	2000/2030
	Programa Classe Tamandaré	2018/2026
Exército Brasileiro	Guarani	2012/2040
	Astros 2020	2011/2023
	Sisfron	2012/2035
Força Aérea Brasileira	FX-2	2014/2026
	KC-Desenvolvimento	2009/2021
	KC-Aquisição	2014/2027

Fonte: Ministério da Defesa

A seguir, são apresentados os Projetos Estratégicos, seus objetos, vigências, entregas e estágio da realização física (%), com a posição de dezembro/2019.

PROJETOS ESTRATÉGICOS DA DEFESA DAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS

Atualmente, a Marinha do Brasil conta com três importantes projetos destinados à defesa das águas jurisdicionais brasileiras: Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), Programa Nuclear de Marinha (PNM) e Programa Classe Tamandaré.

O Prosub foi lançado em 2008 e está subdividido em três subprojetos: a construção, no país, de um submarino com propulsão nuclear; a construção, no país, de quatro submarinos convencionais de propulsão diesel-elétrica; e a construção de um Estaleiro e de uma Base Naval no município de Itaguaí/RJ. O valor total do Prosub é de R$ 37,1 bilhões, sendo que já foram investidos mais de R$ 19,5 bilhões. Com relação aos submarinos convencionais, destaca-se que no segundo semestre de 2019 iniciaram-se os testes de cais e realizou-se a imersão estática do Submarino Riachuelo, que tem sua primeira saída ao mar prevista para março de 2020. Mais uma importante etapa da construção do Submarino Humaitá, o segundo dos quatro convencionais previstos no PROSUB, ocorreu em outubro de 2019: a união das cinco seções que o integram. Relevante mencionar que seu lançamento ao mar está previsto para dezembro de 2020. Para este mesmo período está prevista a união final das seções do terceiro submarino

convencional brasileiro, o Submarino Tonelero. No que diz respeito a Base Naval foram entregues os prédios administrativos e os centros integrados de controle, além da oficina de suporte leve do estaleiro de manutenção. O Prosub gera aproximadamente 4.800 empregos diretos e 12.500 indiretos, contando com a participação de cerca de 700 empresas, três universidades e institutos de pesquisa. O Programa tem contribuído para o fomento da indústria nacional, o desenvolvimento de novas tecnologias e a nacionalização de sistemas e equipamentos, além de proporcionar diversos benefícios para a região de Itaguaí e arredores.

O Programa Nuclear de Marinha (PNM), desenvolvido desde 2000, tem como propósito o domínio do ciclo de combustível nuclear e o desenvolvimento e construção de uma planta nuclear de geração de energia elétrica, visando à propulsão nuclear de submarinos. O Programa tem interação com o Programa Nuclear Brasileiro e atualmente concentra os seus esforços na construção de um protótipo em terra do sistema de propulsão nuclear do submarino, chamado de Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (Labgene), localizado na cidade de Iperó - SP, cujo início do comissionamento foi postergado 2023, em função das restrições orçamentárias. O Programa inclui, ainda, a implantação de uma unidade de produção de hexafluoreto de urânio. A previsão de conclusão do PNM é em 2030 e o valor total estimado é da ordem de R$ 6,8 bilhões. Até o momento, foram investidos mais de R$ 1,8 bilhão e executados cerca de 53,0% da meta física do Programa.

Em 2018 iniciou-se o Programa Classe Tamandaré, com o objetivo de promover a renovação da esquadra com quatro navios modernos, construídos no país, no período de 2019 a 2026. Serão navios com alto poder combatente, capazes de proteger a extensa área marítima brasileira, com mais de 4,5 mil km², denominada "Amazônia Azul", realizar operações de busca e salvamento e atender compromissos internacionais, entre outras tarefas. Por meio desse Programa, será possível dotar os estaleiros nacionais de capacidade de construção de navios militares e a absorção de novas tecnologias, contribuindo, dessa forma, com o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID).

Os principais resultados dos projetos Estratégicos sob a responsabilidade do Comando da Marinha em 2019 são:

SUBMARINOS CONVENCIONAIS

PARÂMETROS (R$ Milhão)	
OBJETO:	Construção de 4 submarinos e obtenção da tecnologia de construção
INÍCIO/TÉRMINO DO PROJETO:	2010/2023
VALOR ATUALIZADO DO PROJETO:	R$ 12.484,8
DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019:	R$ 507,7
DESPESAS PAGAS DO ORÇAMENTO DE 2019:	R$ 386,1
RESTOS A PAGAR INSCRITOS:	R$ 116,1
RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2019:	R$ 104,0
TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO 2019:	R$ 490,1
REALIZAÇÃO ATÉ 31/12/2019	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA
A REALIZAR: 30,5	REALIZADO: 7.814,1
REALIZADO: 69,5	PREVISTO: 12.484,8
RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2019: Submarino Riachuelo: início dos testes de cais (Set/2019) e realização da imersão estática (Nov/2019); Submarino Humaitá: união das cinco seções que o integram (Out/2019).	

SUBMARINO DE PROPULSÃO NUCLEAR

PARÂMETROS (R$ Milhão)	
OBJETO: Construção de submarino com propulsão nuclear e obtenção da tecnologia de construção	
INÍCIO/TÉRMINO DO PROJETO:	2009/2032
VALOR ATUALIZADO DO PROJETO:	R$ 12.140,6
DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019:	R$ 393,3
DESPESAS PAGAS DO ORÇAMENTO DE 2019:	R$ 378,9
RESTOS A PAGAR INSCRITOS:	R$ 142,5
RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2019:	R$ 120,7
TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO 2019:	R$ 499,6
REALIZAÇÃO ATÉ 31/12/2019	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA
A REALIZAR: 79,3	REALIZADO: 3.216,5
REALIZADO: 20,7	PREVISTO: 12.140,6
RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2019: Fev/2019: início da fase inicial de detalhamento de projeto; início da fase de maturidade de projeto da planta nuclear embarcada; e início do processo de licenciamento.	

ESTALEIRO E BASE NAVAL

PARÂMETROS (R$ Milhão)	
OBJETO: Construção do estaleiro com ilha nuclear e da Base de Apoio que abrigará a estrutura de comando e controle dos submarinos convencionais e de propulsão nuclear	
INÍCIO/TÉRMINO DO PROJETO:	2009/2028
VALOR ATUALIZADO DO PROJETO:	R$ 12.497,9
DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019:	R$ 381,3
DESPESAS PAGAS DO ORÇAMENTO DE 2019:	R$ 344,1
RESTOS A PAGAR INSCRITOS:	R$ 53,1
RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2019:	R$ 29,0
TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO 2019:	R$ 373,1
REALIZAÇÃO ATÉ 31/12/2019	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA
A REALIZAR: 34,9	REALIZADO: 8.553,2
REALIZADO: 65,1	PREVISTO: 12.497,9

RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2019: Entrega dos prédios administrativos e dos centros integrados de controle da Base Naval e da oficina de suporte leve do estaleiro de manutenção.

PROGRAMA NUCLEAR DA MARINHA

PARÂMETROS (R$ Milhão)	
OBJETO: Desenvolvimento da propulsão nuclear para submarinos e implantação de laboratório de energia núcleo-elétrica	
INÍCIO/TÉRMINO DO PROJETO:	2000/2030
VALOR ATUALIZADO DO PROJETO:	R$ 6.834,7
DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019:	R$ 252,1
DESPESAS PAGAS DO ORÇAMENTO DE 2019:	R$ 68,7
RESTOS A PAGAR INSCRITOS:	R$ 271,7
RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2019:	R$ 193,1
TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO 2019:	R$ 261,8

REALIZAÇÃO ATÉ 31/12/2019

FÍSICA (%)		FINANCEIRA	
A REALIZAR	47	REALIZADO	1.820,6
REALIZADO	53	PREVISTO	6.834,7

RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2019: Submarino Riachuelo: início dos testes de cais (Set/2019) e realização da imersão estática (Nov/2019); Submarino Humaitá: união das cinco seções que o integram (Out/2019).

NAVIOS CLASSE TAMANDARÉ

PARÂMETROS (R$ Milhão)	
OBJETO: Construção de 4 navios de alta complexidade tecnológica	
INÍCIO/TÉRMINO DO PROJETO:	2018/2026
VALOR ATUALIZADO DO PROJETO:	R$ 9.500,0
DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019:	R$ 6.500,0
DESPESAS PAGAS DO ORÇAMENTO DE 2019:	R$ 6.500,0
RESTOS A PAGAR INSCRITOS:	R$ 417,0
RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2019:	R$ 417,0
TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO 2019:	R$ 6.917,0

REALIZAÇÃO ATÉ 31/12/2019

FÍSICA (%)		FINANCEIRA	
A REALIZAR	100	REALIZADO	9.500,0
REALIZADO	0	PREVISTO	9.500,0

RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2019: Seleção de consórcio (concluído em Mar/19). Ganhador: “Águas Azuis” (THYS-SENKRUP, EMBRAER S.A. e ATECH). O estaleiro Oceana, em Itajaí/SC, atuará como construtor.

PROJETOS ESTRATÉGICOS DA DEFESA TERRESTRE

O Exército Brasileiro, responsável pela defesa terrestre do país, tem em sua carteira os Programas Guarani, Astros 2020 e Sisfron, os quais são de grande importância para a defesa do extenso território brasileiro.

O Programa Guarani tem o objetivo geral de dotar o Exército de uma nova família de blindados sobre rodas, para mecanizar a infantaria motorizada e modernizar a cavalaria mecanizada. Em 2007, foi selecionada a empresa IVECO Latin América Ltda para o desenvolvimento do primeiro protótipo da VBTP-MSR (Viatura Blindada de Transporte de Pessoal – Média de Rodas) 6x6 GUARANI, sendo que em 2013, a referida empresa inaugurou, em seu complexo industrial de Sete Lagoas – MG, uma linha de produção com capacidade de fabricar até 120 (cento e vinte) dessas viaturas por ano, fortalecendo a renascida indústria de viaturas blindadas no Brasil.

Até o final de 2019, foram adquiridas 394 viaturas VBTP-MSR 6x6 Guarani; 11 Sistemas de Armas (Torre Automatizada Remax); e 96 Sistemas de Comando e Controle. Os veículos adquiridos já participaram de diversas operações, como a Operação Ágata, Operação multiagências de combate ao contrabando e descaminho; operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), entre outros, em conjunto com as Forças de Segurança Estaduais. Para 2020 está prevista a entrega de mais 80 viaturas, sendo 60 blindados Guaranis 6x6 e 20 viaturas blindadas especializadas Socorro 6X6.

O Programa ASTROS 2020 contribui para o aparelhamento da Força Terrestre, com a entrega de capacidades dissuasórias e de apoio de fogo, por meio de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), de aquisição e modernização de viaturas do Sistema ASTROS e de construções de instalações de Organizações Militares. Além disso, proporciona o fomento da Base Industrial de Defesa, gerando mais de 7.000 empregos diretos e indiretos nas áreas de ciência, tecnologia e construção civil, e insere o meio acadêmico nos assuntos de Defesa. Na área de P&D, encontram-se os projetos de desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro (MTC) de 300 Km e do Foguete Guiado SS-40G, ambos contratados junto à empresa brasileira AVIBRAS, bem como o Sistema Integrado de Simulação ASTROS (SIS-ASTROS), desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Na área de infraestrutura, está sendo construído, em Formosa/GO, o Forte Santa Bárbara, composto por diversas Organizações Militares (OM) e Próprios Nacionais Residenciais (PNR). Em 2019 foi concluída a infraestrutura de paióis e as instalações do 16º grupo de mísseis e foguetes, assim como a automação e o acabamento do anfiteatro do centro de instrução de artilharia de mísseis e foguetes. Foram entregues 8 (oito) viaturas do sistema Astros, 7 (sete) viaturas logísticas e concluída a última etapa do foguete guiado. As obras do Forte Santa Bárbara continuam e diversos treinamentos baseados em computadores das viaturas Astros e da mesa tática com *videowalll* foram realizados. Importante destacar que os novos Produtos de Defesa (PRODES) e a inovação tecnológica, previstos no Programa, incentivam as universidades a desenvolverem estudos de engenharia nas áreas de mísseis, foguetes, guiamento eletrônico, telemetria, química, blindagem, tecnologia da informação, simulação, georreferenciamento e propulsão de foguetes, entre outras, alavancando a capacidade técnica do país.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), programa estratégico destinado ao fortalecimento da presença e da capacidade de monitoramento do Estado na faixa de fronteira terrestre, já está operando com 97,0% da capacidade tática do seu projeto-piloto, cobrindo uma extensão de 650 quilômetros na fronteira sul de Mato Grosso do Sul, possibilitando respostas rápidas do poder público, reduzindo ilícitos transfronteiriços e contribuindo com a preservação ambiental e com a proteção das comunidades da região abrangida, inclusive as indígenas.

O projeto-piloto do Sisfron é o ponto de partida para dar continuidade ao sistema, bem como a realização de novas edições da Operação Ágata, que integra o Plano Estratégico de Fronteiras do Governo Federal, ação de grande escala para fortalecer a segurança dos quase 17 mil quilômetros de fronteiras, contemplando ações destinadas a coibir delitos transfronteiriços, como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais. Ao longo das operações Ágata, as Forças Armadas realizam missões táticas que abrangem, desde a vigilância do espaço aéreo, até operações de patrulha e inspeção nos principais rios e estradas de acesso ao país, em cooperação com 12 ministérios e 20 agências governamentais.

O término do piloto foi postergado para 2020 em função das restrições orçamentárias e da capacidade de entrega de equipamentos das empresas envolvidas. Para 2020 também está prevista o início da implantação do Sisfron em brigadas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, integrantes do Comando Militar do Oeste.

BLINDADOS GUARANI

PARÂMETROS (R$ Milhão)	
OBJETO: Desenvolvimento e aquisição de 3.830 viaturas, integradas com os sistemas de armas, comando e controle, proteção e suporte logístico	
INÍCIO/TÉRMINO DO PROJETO:	2012/2040
VALOR ATUALIZADO DO PROJETO:	R$ 20.800,0
DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019:	R$ 425,9
DESPESAS PAGAS DO ORÇAMENTO DE 2019:	R$ 232,7
RESTOS A PAGAR INSCRITOS:	R$ 174,0
RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2019:	R$ 127,9
TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO 2019:	R$ 360,6
REALIZAÇÃO ATÉ 31/12/2019	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA
A REALIZAR 89,7	REALIZADO 1.837,0
REALIZADO 10,3	PREVISTO 20.800,0
RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2019: Aquisição de 394 viaturas VBTP-MSR 6x6 Guarani; 11 Sistemas de Armas (Torre Automatizada Remax); e 96 Sistemas de Comando e Controle.	

ASTROS 2020

PARÂMETROS (R$ Milhão)	
OBJETO: Pesquisa, desenvolvimento e aquisição de mísseis táticos de cruzeiro de longo alcance, foguetes guiados com elevada precisão, munições e componentes	
INÍCIO/TÉRMINO DO PROJETO:	2011/2023
VALOR ATUALIZADO DO PROJETO:	R$ 2.435,0
DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019:	R$ 181,8
DESPESAS PAGAS DO ORÇAMENTO DE 2019:	R$ 73,8
RESTOS A PAGAR INSCRITOS:	R$ 123,7
RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2019:	R$ 100,0
TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO 2019:	R$ 173,8
REALIZAÇÃO ATÉ 31/12/2019	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA
A REALIZAR 57,5	REALIZADO 1.037,9
REALIZADO 42,5	PREVISTO 2.435,0
RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2019: 8 viaturas do sistema ASTROS, versão MK-6; 7 viaturas logísticas e conclusão da última etapa do foguete guiado.	

SISFRON

PARÂMETROS (R$ Milhão)	
OBJETO: Sistema de comando e controle, comunicações, computação, inteligência, vigilância e reconhecimento, destinados à proteção de fronteiras	
INÍCIO/TÉRMINO DO PROJETO:	2012/2035
VALOR ATUALIZADO DO PROJETO:	R$ 11.992,0
DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019:	R$ 283,0
DESPESAS PAGAS DO ORÇAMENTO DE 2019:	R$ 113,7
RESTOS A PAGAR INSCRITOS:	R$ 368,9
RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2019:	R$ 214,4
TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO 2019:	R$ 328,1
REALIZAÇÃO ATÉ 31/12/2019	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA
A REALIZAR 87,5	REALIZADO 1.553,8
REALIZADO 12,5	PREVISTO 11.992,0

RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2019: Conclusão de 97,0% do projeto piloto no Estado do Mato Grosso do Sul.

PROJETOS ESTRATÉGICOS DA DEFESA AEROESPACIAL

Compete à Força Aérea, a defesa do espaço aéreo brasileiro e, dessa forma, a condução do Projetos: H-XBR, FX-2, KC- Desenvolvimento e KC-Aquisição.

A finalidade do Projeto FX-2 é dotar a Força Aérea Brasileira de aeronaves de caça multiemprego, a fim de padronizar a frota, melhorar o custo logístico e garantir a soberania nacional, bem como capacitar a indústria aeroespacial do Brasil para, no futuro, desenvolver uma aeronave de 5ª geração. Dessa forma, o Projeto prevê a aquisição de 36 aeronaves, incluindo transferência de tecnologia, serviços de suporte logístico contratado, aquisição e integração de armamentos. A entrega do primeiro lote de aeronaves está prevista para outubro de 2021 e a indústria nacional já participa do desenvolvimento e da fabricação de parte das aeronaves no Brasil.

O Projeto H-XBR, sob a coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e execução pela Força Aérea, prevê a produção, desenvolvimento e aquisição de 50 helicópteros de médio porte, de emprego geral, para uso das Forças Armadas e da Presidência da República. O Projeto contempla a integração dos armamentos específicos, contratos de logística, suporte de serviços, formação e capacitação de recursos humanos e transferência de tecnologia na área de aeronaves de asas rotativas, o que capacita o Brasil a conceber, desenvolver e produzir aeronaves de asas rotativas e dotar as Forças Armadas Brasileiras de aeronaves modernas para emprego geral.

Os Projetos KC-X e KC-390 referem-se, respectivamente, ao desenvolvimento (KC-X) e à aquisição (KC-390), de 28 unidades do Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas, de fabricação nacional, com vistas a substituir e padronizar a frota de transporte aéreo logístico de tropa e carga em território nacional ou internacional, reabastecimento em voo, evacuação aeromédica e combate a incêndio em voo, com flexibilidade operacional. O Projeto de Desenvolvimento encontra-se em fase de realização de campanhas de voos de ensaios para a Certificação Militar da aeronave. Em 2019 foram entregues as 2 primeiras unidades (Projeto de aquisição) e mais 3 unidades estão previstas para 2020.Os principais resultados dos projetos Estratégicos sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica em 2019 são:

Projeto H-XBR

PARÂMETROS (R$ Milhão)	
OBJETO: Produção, desenvolvimento e aquisição de 50 helicópteros de médio porte, de emprego geral, para uso das Forças Armadas e da Presidência da República	
INÍCIO/TÉRMINO DO PROJETO:	2008/2023
VALOR ATUALIZADO DO PROJETO:	R$ 6.792,9
DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019:	R$ 439,0
DESPESAS PAGAS DO ORÇAMENTO DE 2019:	R$ 336,8
RESTOS A PAGAR INSCRITOS:	R$ 46,2
RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2019:	R$ 43,9
TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO 2019:	R$ 380,7
REALIZAÇÃO ATÉ 31/12/2019	

RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2019: Em 2019 foi recebido 1 helicóptero, ampliando o número de recebimentos para 35, sendo: 10 para a Marinha do Brasil (MB), 11 para o Exército Brasileiro (EB), 14 para a Força Aérea Brasileira (FAB), sendo 2 para o Grupo de Transporte Especial da FAB.

PARÂMETROS (R$ Milhão)	
OBJETO: Aquisição, com transferência de tecnologia, de 36 aeronaves de caça multiemprego equipadas com e armamentos e simuladores de voo.	
INÍCIO/TÉRMINO DO PROJETO:	2014/2026
VALOR ATUALIZADO DO PROJETO:	R$ 21.733,3
DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019:	R$ 1.350,3
DESPESAS PAGAS DO ORÇAMENTO DE 2019:	R$ 1.418,2
RESTOS A PAGAR INSCRITOS:	R$ 379,2
RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2019:	R$ 378,0
TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO 2019:	R$ 1.796,2
REALIZAÇÃO ATÉ 31/12/2019	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA
A REALIZAR 100	REALIZADO 6.625,2
REALIZADO 0	PREVISTO 21.733,3

RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2019: Desenvolvimento de itens exclusivos para a versão brasileira, assim como de simuladores e equipamentos de suporte à missão.

KC-X (Desenvolvimento)

PARÂMETROS (R$ Milhão)	
OBJETO: Desenvolvimento de cargueiro tático de 10 a 20 toneladas, por meio de atividades de pesquisa e desenvolvimento, formação e capacitação de recursos humanos	
INÍCIO/TÉRMINO DO PROJETO:	2009/2021
VALOR ATUALIZADO DO PROJETO:	R$ 5.869,3
DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019:	R$ 9,0
DESPESAS PAGAS DO ORÇAMENTO DE 2019:	R$ 8,9
RESTOS A PAGAR INSCRITOS:	R$ 52,3
RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2019:	R$ 0,0
TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO 2019:	R$ 9,0
REALIZAÇÃO ATÉ 31/12/2019	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA
A REALIZAR 4,9	REALIZADO 5.266,4
REALIZADO 95,1	PREVISTO 5.869,3
RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2019:	

KC-390 (Aquisição)

PARÂMETROS (R$ Milhão)	
OBJETO: Aquisição de 28 unidades do cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas	
INÍCIO/TÉRMINO DO PROJETO:	2014/2027
VALOR ATUALIZADO DO PROJETO:	R$ 14.046,7
DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019:	R$ 811,0
DESPESAS PAGAS DO ORÇAMENTO DE 2019:	R$ 798,6
RESTOS A PAGAR INSCRITOS:	R$ 46,1
RESTOS A PAGAR PAGOS EM 2019:	R$ 15,7
TOTAL PAGO NO EXERCÍCIO 2019:	R$ 814,3
REALIZAÇÃO ATÉ 31/12/2019	
FÍSICA (%)	FINANCEIRA
A REALIZAR 92,9	REALIZADO 2.177,6
REALIZADO 7,1	PREVISTO 14.046,7
RESULTADOS RELEVANTES ATÉ 31/12/2019: Recebimento de 2 aeronaves.	

PPA 2016/2019: PROGRAMA DEFESA NACIONAL (2058)

A Política Nacional de Defesa conceitua Defesa Nacional como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. O alcance dos objetivos do Programa Defesa Nacional é essencial para a efetividade da Política Nacional de Defesa.

É importante destacar que os contratos dos projetos estratégicos de interesse da defesa, priorizados no PPA 2016/2019, foram estabelecidos, em geral com cláusulas de transferência de tecnologia, elemento importante para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID) e para a autonomia e desenvolvimento do país.

PRINCIPAIS RESULTADOS: COMENTÁRIOS GERAIS

O Programa Defesa Nacional, coordenado pelo Ministério da Defesa e executado por meio da atuação concertada dos Comandos Militares e de órgãos que integram a estrutura do Ministério da Defesa, possibilitou avanços no quadriênio 2016-2019, notadamente no aparelhamento das Forças Armadas; no monitoramento do espaço terrestre, aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras, e no fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID).

Os avanços obtidos, assim como as dificuldades orçamentárias decorrentes da situação fiscal do País, se refletiram no desempenho dos cinco indicadores do Programa. No quadriênio, três indicadores tiveram índices superiores aos de referência, declarados em 2015; um se manteve constante; e outro teve desempenho inferior ao ponto de partida.

O índice de operacionalidade da força terrestre, que era de 45%, em 2015, ao final do plano atingiu 74,4%; o de disponibilidade da frota da Força Aérea Brasileira passou de 40,11% em 2015 para 40,64% em 2019; enquanto o índice de monitoramento do espaço aéreo se manteve em 93,13% no período, patamar adequado para a cobertura do espaço aéreo brasileiro nos padrões atuais. O índice de monitoramento do espaço aéreo não sofreu alteração porque, a partir de 2015, os novos radares que entraram em operação não se destinaram a ampliar a cobertura radar no nível de voo 200 (20.000 pés), mas para substituir radares que já estavam no fim da sua vida útil e para prover monitoramento adicional em áreas terminais especificas.

Por outro lado, o índice dos meios operativos da Marinha, apresentou o resultado de 47%, quando o índice de referência em 2015 era de 48%, uma vez que a conjuntura financeira restritiva impôs sucessivas postergações das atividades de manutenção (preditiva e corretiva), com a consequente redução do nível de prontidão dos meios operativos. Por fim, o índice de participação da base industrial de defesa no PIB, evoluiu de 0,15% em 2015 para 0,17% em 2019, dado o volume de autorizações de exportação de produtos de defesa de US$ 1,2 bilhão.

PRINCIPAIS RESULTADOS POR OBJETIVO

PROMOÇÃO DA MULTILARIDADE NA ÁREA DE DEFESA COM PAÍSES E ORGANISMOS INTERNACIONAIS (OBJETIVO 0554)

A presença do Brasil em foros internacionais é uma das formas de promover a multilateralidade na área de defesa e de projetar o país junto aos países e organismos do entorno estratégico e espectro de seu interesse.

O Brasil avançou na promoção da multilateralidade na área de defesa, no período de 2016 a 2019, ao formalizar vários acordos e atos internacionais, fomentando a cooperação entre os países e contribuindo para o estreitamento das relações bilaterais nas áreas de ensino; treinamento e capacitação militar; apoio à população civil; e indústria de defesa. O modelo de Acordos-Quadro adotado pelo MD é abrangente e tem como propósito estabelecer o amparo jurídico às condições gerais norteadoras da cooperação em áreas de interesse da Defesa. Merecem destaque os Acordos de Cooperação celebrados com Cabo Verde (2016), Indonésia (2017), Argélia (2018), Chile (2018), Líbano (2018), e República Dominicana (2018). Em 2019, foram discutidos temas importantes na Conferência de Ministros de Defesa das Américas (CMDA) e realizadas reuniões, no âmbito da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa – CPLP (33ª Reunião Plenária do SPAD da CPLP, 21ª Reunião de Chefe de Estado-Maior Geral das Forças Armadas da CPLP, XIX Reunião de Ministros da Defesa Nacional da CPLP e XI Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional da CPLP), com o objetivo de aprofundamento das relações entre seus membros.

No que se refere à diplomacia militar, a saída do Brasil da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em outubro de 2019, implicou na saída do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e no encerramento das atividades da Escola Sul-americana de Defesa (ESUDE), sendo que as atividades de cooperação na América Latina terão continuidade no âmbito do Foro do Progresso para a América do Sul – PROSUL. Em março de 2019, Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru, em março de 2019, assinaram uma declaração, por meio da qual indicaram sua vontade de constituir o referido Foro e em setembro do mesmo ano foram definidas as diretrizes para o seu funcionamento.

Foram realizadas 24 reuniões voltadas ao intercâmbio e cooperação internacional na área de defesa, merecendo destaque: a participação na 3ª Conferência Ministerial de Defesa das Nações Unidas sobre Manutenção da Paz, que contou com a presença de mais de 130 Ministros de Defesa e das Relações Exteriores; as Reuniões de Diálogo Político-Militar (RDPM), destinadas ao intercâmbio de experiências e alinhamento de ações no nível político-estratégico de Defesa com países considerados estratégicos para o Brasil, com o Chile, Estados Unidos, França e Itália; a reunião plenária anual do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR, sigla em inglês); 14ª Conferência de Ministros de Defesa das Américas (CMDA).

Cabe destacar, ainda, o trabalho de assessoria prestado pela Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID) à Missão Permanente do Brasil junto à Junta Interamericana de Defesa (JID), entidade da Organização dos Estados Americanos (OEA), que tem como principal propósito prestar à OEA e a seus Estados membros serviços de assessoramento técnico, consultivo e educativo em assuntos relacionados a temas militares e de defesa no Hemisfério. A RBJID implementou seu Plano de Ação por meio da execução de créditos orçamentários recebidos nas seguintes Ações Governamentais: 2D55 - Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa e 20T4 - Manutenção do Sistema Militar de Catalogação Brasileiro. São essas as principais realizações da RBJID em 2019:

- gerenciamento dos recursos humanos e materiais, de logística e de orçamento com o objetivo de apoiar os militares e civis alocados na sede da RBJID, em Washington, EUA, e a Missão Permanente do Brasil na Organização das Nações Unidas (MPBONU);
- participação da Delegação do Brasil em todas as reuniões ordinárias e extraordinárias e em todos os processos de votação, do Conselho de Delegados da JID, defendendo e divulgando os assuntos de interesse da Defesa do Brasil;
- atender às necessidades administrativas da própria RBJID;
- apoiar, amparada pela Portaria Normativa MD 2.756, de 19 de setembro de 2011, o Escritório do Conselheiro Militar junto à Missão Permanente do Brasil na Organização das Nações Unidas (MPBONU); e
- atender às despesas do CASLODE com relação aos pagamentos devidos, por utilização de serviços de catalogação, à Agência de Manutenção e Suprimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A RBJID tem uma estrutura bastante enxuta, contando com apenas seis militares, um servidor civil e 5 auxiliares locais contratados nos Estados Unidos da América. A sua estrutura de governança é bem simples, compreendendo: Ordenador de Despesas (por delegação de Competência), Gestor Financeiro e Agente Fiscalizador, que são cargos distribuídos dentre os Oficiais Delegados e o Assessor Administrativo. O acompanhamento dos atos e fatos administrativos se faz pela apresentação de Prestação de Contas mensal da UG, além de registros e controles diários dos gastos administrativos relacionados à manutenção da vida vegetativa da Representação.

Não houve variação significativa na execução das despesas da RBJID no ano de 2019, comparando-se com o ano de 2018. A maior necessidade de recursos orçamentários, em Reais (R$), deve-se à valorização do dólar (US$) no ano de 2019, uma vez que as despesas da RBJID são realizadas no exterior.

Considera-se, portanto, que o objetivo foi atingido em 2019, levando-se em conta os avanços nas negociações relacionados ao intercâmbio na área de defesa e o alcance das duas metas componentes restantes, uma vez que o encerramento das atividades da ESUDE implicou no cancelamento da meta de "implementar as atividades da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE)". As demais metas foram atingidas: a meta "Celebrar e ratificar acordos de cooperação e memorandos de entendimento na área de defesa com países de interesse estratégico brasileiro, como instrumento da Defesa Nacional" foi alcançada; e a meta "Cooperação e intercâmbio na área de defesa, com países e organismos multilaterais como forma de contribuir para a paz, segurança e estabilidade regional e internacional" também foi alcançada.

RECURSOS HUMANOS PARA AÇÕES NECESSÁRIAS À DEFESA NACIONAL (OBJETIVO 1113)

Foram realizadas ações de capacitação envolvendo os servidores da Administração Central do Ministério da Defesa, dos Comandos das Forças, da Escola Superior de Guerra, do Hospital das Forças Armadas e do Censipam. Foram capacitados, no período de 2016 a 2019, 11.519 servidores civis, ultrapassando a meta prevista de 8.000 servidores capacitados, sendo 2.047 em 2019.

Merecem destaque as seguintes realizações da Escola Superior de Guerra (ESG) no quadriênio do PPA: a 1ª edição do Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED); a implantação do Mestrado em Segurança Internacional e Defesa; o 1º concurso para professores do quadro de magistério superior da ESG; a certificação de quatro cursos regulares como pós-graduação lato-sensu; a inauguração, em dezembro de 2019, das novas instalações da ESG em Brasília, no Campus Jardim (anteriormente ocupado pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP), possibilitando a ampliação da oferta de cursos e eventos, sobre temas relevantes de defesa e segurança nacionais, em atendimento à crescente demanda, de diversos segmentos da sociedade; e a criação, em 2019, do Centro de Capacitação em Aquisição de Defesa (CCAD), que tem como principal finalidade o aperfeiçoamento dos profissionais integrantes da Comunidade de Aquisição de Defesa.

O aperfeiçoamento dos profissionais da Comunidade de Aquisição de Defesa é entendido como de suma importância, em um contexto onde a obtenção de modernos sistemas de armas e a estruturação da logística de sustentação das Forças são essenciais para a obtenção da capacidade militar desejada para as Forças Armadas. Ressalta-se que a Comunidade de Aquisição de Defesa é responsável pela gestão executiva da maior fatia dos investimentos realizados em defesa, razão pela qual as principais potências econômicas e militares estruturaram cursos, institutos, escolas e até mesmo universidades dedicadas ao tema. O Brasil não possui um sistema estruturado de capacitação em aquisição de defesa, tornando-se a Escola Superior de Guerra pioneira neste mister.

Em 2019, foram ministrados pela Escola Superior de Guerra (ESG) 12 (doze) cursos regulares, incluindo o curso de pós-graduação com o ingresso da 1ª turma do Mestrado em Segurança Internacional e Defesa, e três cursos de capacitação em aquisição de defesa. Os diferentes cursos ministrados estão voltados para as áreas de Política, Estratégia, Logística, Mobilização, Defesa, Inteligência, Direito Internacional Humanitário, Segurança Internacional, todos relacionados com a Defesa, Segurança e Desenvolvimento, contribuindo para a formação continuada de 964 civis e militares, do Brasil e de Nações Amigas.

Além desses cursos, foram realizados diversos eventos acadêmicos (cursos, oficinas de pesquisa, estágios, seminários, mesas redondas, workshops, colóquios e encontros), que totalizaram 1.917 participantes de diferentes esferas da sociedade brasileira. Essas atividades constituem-se em oportunidade ímpar de intercâmbio entre pesquisadores, docentes e estagiários dos cursos da ESG e discentes das escolas congêneres e instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais, bem como membros da sociedade brasileira em geral, produzindo reflexos positivos na disseminação e no aumento do interesse por temas da defesa, por parte de diferentes setores da sociedade, e, consequentemente, maior envolvimento de integrantes dos setores governamental, industrial e acadêmico em produção científica e tecnológica e em inovação dos assuntos de Defesa.

Em 2019 foram realizadas diversas ações voltadas ao aprimoramento da gestão, da interoperabilidade e da complementaridade dos sistemas de saúde e assistência social no âmbito do Ministério da Defesa, como: reuniões com os Diretores de Saúde das FA e com os Diretores dos Hospitais Militares sediados em Brasília; reuniões com os Gestores Nacionais do Programa de Prevenção e Controle das DST/Aids nas Forças Armadas, com o intuito de promover a descentralização das ações operacionais; ações de articulação institucional junto ao Ministério da Saúde, como, por exemplo, a aquisição de vacinas especiais para a imunização dos militares designados para missões no exterior; articulação institucional das áreas envolvidas com as temáticas de biossegurança, bioproteção, defesa biológica e biodiversidade das Forças Singulares e do MD para tratar de temas como: propostas para a elaboração da Política Nacional de Biossegurança e Bioproteção e o mapeamento de infraestruturas críticas (IEC) nas áreas de biossegurança e bioproteção, entre outros; realização do 7° Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa (7º FASMD), no período de 24 a 26 de setembro de 2019, na Casa do Marinheiro, Rio de Janeiro/RJ, com o tema "Endividamento dos Militares e propostas para seu enfrentamento". Consolidando sugestões resultantes do Fórum, o MD encaminhou às Forças Singulares orientações no sentido de fomentar ações socioeducativas sobre a questão do endividamento, inclusive nas escolas de formação militar.

No âmbito do Hospital das Forças Armadas, merecem estaque as seguintes realizações em 2019:

- Atendimentos realizados: 296.771;

- Cirurgias realizadas: 3.985, sendo: 1.524 de pequeno porte; 1.800 de médio porte; e 661 de grande porte;
- Realização de Programa de Desenvolvimento de Liderança impactando cerca de 40% do efetivo do hospital;
- Aquisição de aparelhos e equipamentos médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares, para manutenção da qualidade, modernidade e eficiência da infraestrutura hospitalar;
- Conclusão das novas instalações da Central de Material Esterelizável;
- Manutenção e reforma de Próprios Nacionais Residenciais;
- Modernização do Pronto Atendimento Médico;
- Reforma para adequação e ampliação da Oncologia;
- Contrução de estacionamento com 556 vagas;
- Capacitação de 2.528 pessoas, sendo 1.236 servidores civis, 903 militares e 389 integrantes da comunidade; e
- Capacitação de 33 médicos militares, por meio do Programa de Instrução em Serviço (PIS/HFA), que consiste em Programa de treinamento em serviço oferecido pelo HFA a médicos militares, com carga horária e conteúdos similares ao da residência médica.

Ao final de 2019, foram alcançadas as três metas relativas à capacitação. Foram capacitados, no período de 2016 a 2019, 11.519 servidores civis da administração central do MD, dos Comandos das Forças, da ESG e do HFA, ultrapassando a meta prevista de 8.000 servidores capacitados em áreas de interesse da defesa, sendo 5.378 em 2016, 2.387 em 2017, 1.707 em 2018 e 2.047 em 2019. No Comando da Marinha foram capacitados, no decorrer do período do PPA, 68.558 militares, ultrapassando a meta prevista de 54.000 militares da Marinha formados e capacitados. Ao longo do período foram capacitados 70.592 servidores civis e militares do Comando do Exército, ultrapassando a meta estabelecida de formar e capacitar 60.000 militares do Exército. As duas metas da FAB, uma de alteração da composição do quantitativo de oficiais temporários de 40% para 41% e a outra de alteração da composição do quantitativo de graduados temporários de 10% para 19,7%, não foram alcançadas, em virtude da descontinuidade da estratégia da política pública. Vale destacar, no entanto, que durante o período do PPA, o Comando da Aeronáutica capacitou 59.207 militares, uma média de 14.802 por ano.

ELEVAÇÃO DA CAPACIDADE OPERATIVA DOS MEIOS E EFETIVOS DAS FORÇAS ARMADAS (OBJETIVO 1114)

Foram promovidas diversas ações e atividades com a finalidade de elevar a capacidade operativa das Forças Armadas, com cumprimento das metas associadas ao treinamento dos efetivos.

No campo do adestramento, merecem destaque: a participação das Forças Armadas (FA), no período de 2016 a 2019, em operações e exercícios militares, a exemplo da Operação Rio Branco, dos Exercícios Meridiano e Azuver e participação no exercício multinacional PANAMAX.

A promoção de eventos ao longo dos anos de 2016 a 2019, tais como as Jornadas de Interoperabilidade Logística e workshops, contribuíram para a elevação dos níveis de cooperação e de interoperabilidade logística entre as Forças Singulares, merecendo destaque a realização, em 2019, do workshop de transporte de combustível para a disseminação da experiência das FA resultante da participação em operações militares realizadas para atenuar os conflitos ocorridos em decorrência da greve dos caminhoneiros em 2018.

No que se refere ao aperfeiçoamento dos processos de apoio logístico às Forças Armadas, merecem destaque as seguintes realizações em 2019: aperfeiçoamento do Sistema APOLO (Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa), mediante a inclusão do Módulo de Planejamento Logístico e a atualização do Módulo de Cenários Logísticos e Mobilização, com nova engenharia e funcionalidades; o desenvolvimento do protótipo do Sistema de Geoinformação de Defesa (SISGEODEF); o levantamento de requisitos para Modelo Digital do Terreno; a atualização e o aperfeiçoamento dos planejamentos e da doutrina logística das operações conjuntas, resultando em aumento da interoperabilidade logística entre as Forças Singulares e o EMCFA; aprovação e publicação das Normas de Funcionamento do Centro de Coordenação de Logística e Mobilização (CCLM), sendo este Centro responsável pela logística no nível estratégico.

No campo do aprimoramento da área de saúde das Forças Armadas, merecem destaque as seguintes realizações no ano de 2019: revisão da Doutrina de Alimentação de Nutrição; revisão do Manual de Apoio de Saúde em Operações Conjuntas; padronização dos Kits de 1º socorros; e capacitação de 186 militares, como multiplicadores, em "boas práticas na manipulação de alimentos.

Quanto à ampliação do emprego do sensoriamento remoto, da meteorologia e da cartografia militar, em apoio à defesa e à segurança nacionais, merecem destaque, em 2019, as seguintes realizações: 28 (vinte e oito) visitas técnicas a empresas de aerolevantamento, para inscrição ou renovação de inscrição junto ao MD e transferência de originais de aerolevantamento, com atendimento a todas as demandas de visitas técnicas; reunião da VIII Comissão de Cartografia Militar para a confecção da minuta de alteração da Portaria Normativa nº 452/MD (estabelece procedimentos relativos à solicitação de autorização para a execução, por organizações estrangeiras, de Levantamentos Hidrográficos em Águas Jurisdicionais Brasileiras); acompanhamento técnico do desenvolvimento e implantação do Protótipo do Projeto Estratégico do Sistema de Geoinformação de Defesa (SisGEODEF), com aprovação do Conceito Operacional (CONOPS); aprimoramento do Sistema de Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional (SisCLATEN); benchmarcking com o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) de Portugal; participação em conferências e feiras em busca de conhecimentos necessários ao adequado desenvolvimento da Geoinformação de Defesa; realização do 3º Workshop de Geoinformação de Defesa; realização da VII reunião da COMETMIL (Comissão de Meteorologia Militar); e realização de reuniões para avançar na elaboração do Manual de Meteorologia e Oceanografia de Defesa, bem como para o desenvolvimento e teste do protocolo de trâmite de informações meteorológicas e oceanográficas (METOC) entre os elos do Sistema de Meteorologia de Defesa (SisMetDef), necessários para o Manual de Meteorologia e Oceanografia de Defesa. Embora subjetivos e de difícil mensuração, podemos relacionar alguns benefícios indiretos à sociedade relacionados às atividades afins da Cartografia e da Meteorologia: legislação de drones civis; regularização e inscrições de empresas civis; formulação das Políticas Nacionais de Geoinformação e de Aerolevantamento; Portaria de Regulação do Aerolevantamento.

No Comando da Marinha, o adestramento é implementado nos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, por meio de exercícios operativos e do emprego no patrulhamento da Amazônia Azul e águas interiores; além da participação em operações internacionais e no intercâmbio com Marinhas de outros países. Merece destaque a realização das seguintes missões de adestramento: Aspirantex, Obangame Express, Mansup, Caribex e Aderex. A Marinha também investiu na manutenção, no reparo e na aquisição de sobressalentes para diversos meios, o que permitiu, em conjunto com o adestramento das tripulações, manter um nível de aprestamento adequado.

No campo do adestramento no âmbito do Comando do Exército, merecem destaque: a realização de exercícios de simulação viva e virtual, por intermédio de aquisição, em 2018, de novos hardwares, softwares, equipamentos e sistemas para os Centros de Adestramentos (CA) Sul e Leste; o início da construção, em 2018, de um pavilhão de simulação construtiva e virtual no CA-Sul; a construção, em 2019, das instalações do simulador de adestramento de Comando e Estado-Maior (SIMACEM) no CA-Leste; e a continuidade, em 2019, do desenvolvimento do Sistema Integrado de Monitoramento e Apoio à Decisão (SIMAD/INTEGRADOR).

No que concerne ao adestramento da FAB, destaca-se a implementação, no biênio 2016-2017, do treinamento de tripulações de bordo por meio de simuladores, contribuindo para a formação e reciclagem de pilotos e para a redução dos desgastes de aeronaves e dos custos de manutenção das mesmas. Em 2019 todos os tripulantes cumpriram os treinamentos com intervalo inferior a 24 meses, conforme meta estabelecida no PPA, em razão de parte dos treinamentos serem realizados em simuladores.

A conclusão do Projeto de Racionalização do Serviço Militar, iniciado em 2016, possibilitou o alistamento militar on line, com rapidez da inscrição e simplificação do processo, culminando com a redução do número de apresentações presenciais dos alistados, resultando em significativa economia de tempo e recursos para as famílias brasileiras. Em 2019, foram implementados 61 Postos de Recrutamento e Mobilização (PRM); foi modernizado o Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (SERMILMOB); foram criadas as Comissões de Seleção Permanente das Forças Armadas (CSPFA) nas 1ª, 2ª e 12ª Regiões Militares (RM); e foram alistados 1.575.079 conscritos; participaram da seleção geral e especial 590.000 candidatos; foram distribuídos para a incorporação 300.000; incorporados 80.464 recrutas; licenciados 55.400 recrutas; e apresentados para a reserva mobilizável 70.000 reservistas.

Das três metas estabelecidas, duas foram alcançadas. A meta associada à prontidão de 65% dos meios operativos da Marinha não foi atingida (foi alcançado 47%) em razão da incompatibilidade entre o orçamento do projeto e o dimensionamento da meta. As demais metas foram alcançadas: aprimorar e promover o treinamento anual de 63% do efetivo das unidades operacionais do Exército (foi alcançado 63% ao ano); e reduzir o período médio entre treinamentos em simulador de voo das tripulações operacionais de 30 para 24 meses (quantidade alcançada 24 meses).

ADEQUAR A INFRAESTRUTURA E A DISTRIBUIÇÃO DAS INSTALAÇÕES MILITARES TERRESTRES (OBJETIVO 1116)

Um dos requisitos essenciais para que as Forças Armadas cumpram sua função constitucional é a adequação da infraestrutura e da distribuição das instalações das suas organizações militares. Nesse objetivo as Forças Armadas realizaram obras de construção, ampliação, readequação e reforma de organizações militares (OM) em todo o país.

No período de 2016-2019, cabe destacar a implantação de aquartelamentos do Exército Brasileiro (EB) nas Regiões Norte e Centro-Oeste, o prosseguimento de obras em unidades da Região Sul, a ampliação de quartéis no Nordeste, a readequação de organizações militares no Sudeste e a construção de Próprios Nacionais Residenciais, em várias regiões do território brasileiro.

A Marinha do Brasil priorizou a realização de obras em organizações militares em todo país. Destaca-se, em 2019, a reforma e a modernização das seguintes Organizações Militares: Escola de Guerra Naval; Diretoria de Hidrografia e Navegação; Centro de Instrução e Adestramento de Brasília; Escola de Aprendizes de Marinheiros de Pernambuco; Escola de Aprendizes de Marinheiros do Espirito Santo; Escola de Aprendizes de Marinheiros do Ceará; Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA); Centro de Instrução Almirante Wandenkolk; Escola Naval; Colégio Naval; Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes; Hospital Naval de Brasília; e Policlínica Naval de Rio Grande.

O Comando da Aeronáutica (COMAER) realizou obras e serviços com o objetivo de aprimorar e/ou recuperar a infraestrutura de instalações militares, conforme as prioridades estabelecidas. Em 2019, avançou-se na construção e na modernização de hangares, na cidade de Anápolis em Goiás, destinados ao abrigo das aeronaves KC-390 e F-39. Foram finalizadas as obras de reforma da pista do aeródromo de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, importante base para aeronaves de caça. Foi iniciada a reforma das pistas de pouso da ALA 10, na cidade de Natal. Na Amazônia, foram realizadas reformas em hangares em Manaus, Belém e no Terminal de Passageiros do Posto do Correio Aéreo Nacional. Vale destacar também o cumprimento da primeira fase da implementação da tecnologia BIM (Building Information Modeling - Modelagem da Informação da Construção) no Comando da Aeronáutica, para atendimento ao Decreto nº 9.377/2018.

O Programa Calha Norte (PCN), em sua vertente militar, apoia a melhoria da infraestrutura das organizações militares, localizadas na área de abrangência do Programa, mediante o repasse de recursos orçamentários. Em 2019, 117 Unidades Militares, Agências Fluviais, Capitanias e Pelotões Especiais de Fronteira da região do Calha Norte foram atendidos com obras, serviços de melhoria das instalações e aquisição de equipamentos, de um total de 151 unidades, representando um índice de 77,4% de atendimento. Os recursos repassados viabilizaram a melhoria de diversas instalações militares, mediante: a realização de obras de construção, de reparos, de adequações de prédios e instalações; aquisição, manutenção e realização de reparos em equipamentos e estruturas; entre outras ações. No Projeto Inicial da Lei Orçamentária anual (LOA) 2019, foram alocados, na Vertente Militar do Programa, R$ 52.345.002,00, que foram descentralizados para as três Forças. Dos R$ 52.345.002,00, descentralizados para os Comandos Militares, foram empenhados um total de R$ 51.233.279,00, com um resultado bastante significativo, de valor total empenhado superior a 97,80%.

Três das quatro metas de adequação de organizações militares foram integralmente cumpridas: Aumentar de 50% para 60% a adequação das Organizações Militares na Amazônia (alcançado 64%): aumentar de 75% para 80% a adequação das organizações militares fora da Amazônia (alcançado 84%); e modernizar ou revitalizar 15% das Organizações Militares terrestres da Marinha (alcançado 15,93%). A meta de concluir a construção de um hangar para a aeronave KC-390 foi postergada em razão do andamento dos projetos KC-X/KC-390. Os contingenciamentos e cortes orçamentários dificultaram a programação e a execução das obras e resultaram em incertezas quanto às futuras obras para adequação das instalações militares.

DESENVOLVER CAPACIDADES NAS ÁREAS CIBERNÉTICA, NUCLEAR, ESPACIAL E NAS ÁREAS DE COMUNICAÇÕES, COMANDO E CONTROLE, INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (OBJETIVO 1119)

O objetivo foi atingido e as quatro metas alcançadas, tendo em vista os avanços obtidos nas áreas da cibernética, nuclear, espacial, comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação. Seguem as metas: Alcançar 50% do Projeto de Modernização do Sistema de Comando e Controle do Exército (quantidade alcançada: 50%); Ampliar e modernizar os equipamentos e sistemas de detecção, análise e descontaminação química, biológica, radiológica e nuclear (a meta foi alcançada); Implantar 5,6% do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional (quantidade alcançada: 5,6%); e Integrar o Sistema de Rádio Definido por Software (RDS - Defesa) com os demais sistemas de comunicações das Forças Armadas (a meta foi alcançada).

Na área da defesa cibernética, cabe mencionar a implantação do Sistema Militar de Defesa Cibernética e a estruturação do Comando de Defesa Cibernética, criados para proteger os sistemas de informações e neutralizar ataques. Em 2019, no âmbito do Programa Estratégico de Defesa Cibernética do Exército, buscou-se estabelecer cooperações com a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (segurança cibernética de infraestruturas críticas), Inmetro (elaboração de requisitos de certificação para o Setor cibernético) e UFPE (elaborar os requisitos físicos, técnicos e custos necessários à Implantação e Consolidação do Observatório de Defesa Cibernética), com a finalidade de conjugar esforços para a ampliação da segurança do espaço cibernético do País. Ainda em 2019, foram realizados o 2º Exercício Guardião Cibernético, para simulação de

operações cibernéticas em ambientes controlados e segregados, envolvendo o MRE, MD, GSI, Forças Singulares, setor bancário e nuclear, e o 4º Estágio Internacional de Defesa Cibernética, com a execução de exercícios práticos e de simulação.

Em termos de capacitação na área da cibernética, guerra eletrônica, tecnologia da informação e comunicação e segurança da informação, entre 2016 e 2019 foram realizados aproximadamente 400 cursos e formados mais de 11.000 alunos.

Na área nuclear, merece destaque o Programa Nuclear da Marinha (PNM), que contribui para o país em três vertentes: energia, tecnologia e defesa.

Destaques da continuidade, em 2019, das obras prediais do Centro Experimental Aramar, em Iperó (SP), do PNM: construção do 3º módulo do Laboratório de Materiais Nucleares; continuidade das obras estruturais do prédio auxiliar controlado e da montagem eletromecânica da Unidade Piloto de Produção de Hexafluoreto de Urânio (USEXA); conclusão da fabricação do compartimento do motor elétrico de propulsão e das obras civis estruturais do prédio do reator e de Combustível; contratação dos sistemas de controle (sistema de proteção do protótipo e sistema de segurança e controle) do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (Labgene); e início da pré-instalação, em oficina, dos equipamentos da seção do reator.

Com vistas à mitigação dos riscos envolvidos com o PNM, foram adotadas as seguintes iniciativas: reestruturação do setor nuclear da Marinha; ações para aproveitamento das oportunidades da Lei de Inovação Tecnológica; e busca por parcerias tecnológicas com universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento e empresas.

No setor espacial, merece destaque o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE). No período de 2016-2019 houve incremento da participação institucional de órgãos de defesa e segurança pública no Programa e a promoção do conhecimento científico e tecnológico para o domínio de tecnologias críticas do setor.

O Projeto do Veículo Lançador de Satélites (VLS), modelo de foguete desenvolvido no Brasil, com a finalidade de colocar satélites na órbita da Terra, foi encerrado pelo Comando da Aeronáutica face aos desafios tecnológicos e às restrições de recursos financeiros e humanos ocorridas no período de 2016 a 2019. Como alternativa, foi apresentada uma nova proposta de um Veículo Lançador de Microssatélites mais simples, denominado VLM-1, que recebeu o legado de conhecimentos do projeto descontinuado. Em 2019 o Projeto VLM-1 registrou alguns avanços, dentre os quais a definição de sua missão e o início da revisão crítica do Projeto (CDR) do S-50, propulsor do veículo. A perspectiva para os próximos anos é de que o S-50 deva se tornar o propulsor de maior capacidade do Brasil, se forem garantidos os recursos orçamentários necessários.

No que se refere à Implantação de sistemas de monitoramento para prover serviços de observação terrestre – CCISE (Comissão e Implantação de Sistemas Espaciais) – o Comando da Aeronáutica concluiu o "Request for Proposal" do Sistema Carponis, composto por satélites de órbita baixa de altíssima resolução de imagens. Essa ferramenta contribuirá de forma significativa para a detecção e atuação tempestiva em casos de desmatamento, bem como para o monitoramento extensivo das fronteiras do país, fortalecendo a política de combate a crimes transfronteiriços, entre outros usos.

No campo da segurança da informação, a autoridade certificadora da defesa emitiu em 2019, segundo ano de funcionamento, cerca de 1.500 certificados, acumulando um total de 2.000 nos dois primeiros anos de funcionamento.

Os serviços disponibilizados pelo Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) foram ampliados, no período de 2016 a 2019, com a efetiva entrada em operação do Satélite Geoestacionário de Comunicações (SGDC) e com a instalação, em 2019, de novos pontos de presença da rede WAN em algumas organizações militares, propiciando maior capilaridade para a Rede Operacional de Defesa (ROD), principal infraestrutura de defesa do SISMC². Atualmente o Brasil consegue estar no mesmo patamar das maiores potências bélicas mundiais na área de segurança de comunicação via rádio.

Em 2019 foi finalizado, no âmbito do Projeto Rádio Definido por Software de Defesa (RDS-Defesa), que tem por finalidade a pesquisa e o desenvolvimento de novas funcionalidades para as comunicações militares, o desenvolvimento dos Módulos de rádio frequência, alimentação, processamento, interface de interação, segurança e formas de onda em HF. Foi dada continuidade ao desenvolvimento de aplicativos softwares de Comando e controle (C2), amplamente empregados nas atividades de preparo e emprego.

Os produtos cartográficos, utilizados em grande escala no C2, somaram, em 2019, aproximadamente 130.000 km2 de novas áreas mapeadas, acumulando, de 2016 a 2019, quase 550.000 km2, além dos mapas impressos e digitalizados (mais de 1.100 produzidos no período), disponibilizados inclusive para acesso público (bdgex.eb.mil.br), chegando próximo de 250.000 acessos no período.

APARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS COM MEIOS E EQUIPAMENTOS MILITARES PARA A DEFESA NACIONAL (OBJETIVO 1121)

O País necessita de forças armadas bem aparelhadas e em condições de pronto emprego para a garantia da soberania, da lei e da ordem, dos interesses nacionais e para cumprimento das atribuições subsidiárias.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil (Prosub), que tem como objetivos a construção de um estaleiro de construção, um de manutenção e uma base naval; a fabricação e a construção de quatro submarinos diesel elétricos convencionais (S-BR); e a construção de um submarino com propulsão nuclear, merece destaque: foi entregue o primeiro submarino convencional (Riachuelo), que se encontra em fase de testes de mar; o segundo submarino convencional (Humaitá) teve suas cinco seções integradas (partes que o compõem) e sua entrega está prevista para o segundo semestre de 2020; e a construção do Estaleiro e da Base Naval atingiu cerca de 65% de execução. No projeto do Submarino com Propulsão Nuclear (SN-BR), foi iniciado o detalhamento com o suporte técnico da empresa francesa Naval Group e dada continuidade ao processo de transferência de tecnologia.

No âmbito do Programa Nuclear de Marinha (PNM), que tem como propósito o domínio do ciclo de combustível nuclear e o desenvolvimento e construção de uma planta nuclear de geração de energia elétrica, visando à propulsão nuclear de submarinos, merece destaque: em 2019, foram iniciados o detalhamento do projeto e o processo de licenciamento Submarino com Propulsão Nuclear SN-BR; e teve início a fase de maturidade de projeto da planta nuclear embarcada do SN-BR.

No tocante ao Programa de Obtenção de Meios de Superfície (Prosuper), destaca-se, em 2019, a incorporação à Marinha dos seguintes equipamentos: Navio Socorro Submarino "Guillobel”, que terá a missão de efetuar o socorro de submarinos sinistrados e de suas tripulações; e uma Aeronave EC-135 T3, que por sua capacidade de operações em condições climáticas adversas, atuará em apoio ao Programa Antártico Brasileiro e em outras ações governamentais.

No que se refere à modernização de meios aeronavais, em 2019, foram modernizadas uma aeronave de Asa Fixa AF-1-1B (Monoposto) e duas do modelo AH-11A SuperLynx.

A modernização da Aeronave Asa Fixa AF-1-1B teve como propósito privilegiar e incrementar a capacidade de nacionalização progressiva do material de uso militar, a melhoria da qualidade dos serviços técnicos de alta complexidade executados no Brasil, ampliar a possibilidade de o país deter o domínio dos softwares e códigos-fontes de seus sistemas e salvaguardar os dados referentes aos parâmetros de desempenho e limitações das aeronaves.

A modernização da Aeronave AH-11A SuperLynx teve como principal objetivo a redução da defasagem tecnológica, em termos de aviônicos e sensores instalados, para estender a vida operacional das aeronaves, assim como aumentar a segurança e a letalidade das corvetas e fragatas habilitadas a operar com esses meios aeronavais.

No que se refere ao aparelhamento da Força Terrestre, cita-se como destaques os Programas Astros 2020 e Guarani.

No âmbito do Programa Astros, que tem como principal objetivo dotar a Força Terrestre de um sistema estratégico de artilharia de mísseis e foguetes que permite atingir alvos de forma mais precisa e a longas distâncias, foi concluído o desenvolvimento do foguete guiado e foram adquiridas viaturas e munições, totalizando 42,5% do programa e 52% do sistema de lançadores múltiplos.

No âmbito do Programa Guarani, que dotará o Exército de blindados sobre rodas desenvolvidos no país, foram entregues 197 viaturas blindadas 6x6 e adquiridos 75 kits completos de Comando e Controle e 11 Sistemas de Armas.

No que concerne à Força Aérea Brasileira, os projetos mais importantes são: H-X BR, FX-2, KC-X (Desenvolvimento) e KC-390 (Aquisição das aeronaves).

No Projeto H-X BR, que visa o desenvolvimento, produção e aquisição de 50 helicópteros de médio porte, foi recebida, em 2019, a 35ª unidade. Já no âmbito do Projeto FX-2, que dotará a Força Aérea Brasileira de 36 novos caças multiemprego, incluindo a transferência de tecnologia, serviços de suporte logístico contratado, aquisição e integração de armamentos, a primeira aeronave brasileira teve a campanha de ensaios iniciada em agosto de 2019, com a realização de seu primeiro voo.

Os Projetos KC-X e KC-390 referem-se, respectivamente, ao desenvolvimento e à aquisição de 28 Aviões Cargueiros Militares, de projeto e fabricação nacional. A aeronave desenvolvida no âmbito do KC-X já foi homologada para fabricação e, em 2019, se encontrava em fase de certificação final de aeronavegabilidade, alcançando 95,1% de execução física do projeto. No Âmbito do projeto KC-390 foram entregues duas aeronaves, com previsão de mais três em 2020.

Cabe ressaltar que a Força Aérea Portuguesa já adquiriu cinco aeronaves do Projeto KC-390 e que há o interesse de outros países pela aeronave. A Revista Aviation Week anunciou a escolha da aeronave KC-390 como o melhor novo produto da categoria Defesa. A cerimônia de premiação está prevista para março de 2020.

A despeito dos significativos avanços verificados nos projetos estratégicos relacionados, no período de 2016 a 2019, o alcance do Objetivo ficou prejudicado, principalmente em decorrência das restrições orçamentárias.

Das 7 metas propostas, apenas a de incorporação de 10 meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais à Marinha atingiu o percentual previsto para o final do período (a quantidade alcançada foi de 11 unidades). Seguem as demais metas e respectivos resultados:

- a meta de implantação de 85% do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS 2020, atingiu 52%;
- quanto a meta de obtenção de 300 viaturas da nova família de blindados sobre rodas, foram adquiridas, ao final do PPA 2016-2019, 197 viaturas, 82% do planejado, em razão dos seguintes fatores principais, para além dos sucessivos cortes orçamentários: o atraso de três anos na assinatura do contrato da Plataforma 4x4; a frustração na assinatura do contrato das torres manuais; a aquisição da versão com sistema de armas manual e; a auditoria operacional do TCU, que demandou ajustes e renegociações contratuais;
- quanto a meta de modernização de 15 meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais do Comando da Marinha, foram modernizadas 11 unidades no período;
- quanto a meta de aquisição de 22 aeronaves militares, do Comando da Aeronáutica, foram adquiridas 8 aeronaves até o final de 2019, em razão do acidente ocorrido com o primeiro Protótipo 01, que ocasionou atrasos no desenvolvimento do KC-X e dificultou o andamento do projeto, para além dos sucessivos cortes orçamentários;
- no âmbito da meta "Atingir 35,8% do desenvolvimento do Projeto da aeronave caça multimissão (F-X2)", prevista para o período de 2016 a 2019, foi alcançado 22,74% de execução, percentual compatível com as alterações realizadas nos termos aditivos contratuais, os quais preveem a inclusão e/ou a substituição de alguns equipamentos e entrega de etapas e, consequentemente, a adequação do Cronograma Físico-financeiro;
- por fim, quanto a meta de modernizar 17 aeronaves militares, do Comando da Aeronáutica, foram modernizadas 16 (94,12%).

PLANEJAMENTO, PREPARAÇÃO E CONDUÇÃO DE OPERAÇÕES MILITARES NACIONAIS E INTERNACIONAIS (OBJETIVO 1122)

Os exercícios conjuntos e as operações militares, realizados entre as Forças Armadas brasileiras, assim como os exercícios militares combinados, que envolvem a participação de outros países, são importantes instrumentos de avaliação das condições de operacionalidade das Forças.

Ao longo do período de vigência do PPA foram realizados 20 exercícios militares conjuntos, contribuindo para a ampliação dos níveis de adestramento e prontidão logística das Forças Armadas. Destacaram-se, em 2019, a realização dos exercícios militares Meridiano (visa ao adestramento de militares componentes de Estados-Maiores, em planejamento conjunto e para realização de treinamento de tropas), Azuver (exercício conjunto de simulação construtiva conduzido no nível operacional, anualmente e de forma conjunta, com a participação dos oficiais alunos das três forças singulares), Panamax (tem como foco a proteção do Canal do Panamá, envolvendo a capacitação de uma Força de Segurança Multinacional para respostas às ameaças transnacionais à livre navegação no referido canal, sob a égide da Organização das Nações Unidas - ONU) e Felino (têm a finalidade de permitir a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados membros da comunidade dos países de Língua Portuguesa (CPLP) e o treino para o emprego das mesmas em operações de paz e de assistência humanitária, sob a égide ONU).

No que se refere a participação em missões de paz, em 2019, o Brasil: manteve um navio e uma aeronave orgânica na costa libanesa com o objetivo de impedir a entrada de armas ilegais e contrabandos naquele país, além de contribuir para o treinamento da Marinha libanesa, de modo que a mesma possa conduzir suas atribuições de forma autônoma; e manteve militares em 9 missões da ONU, realizando o preparo de cada deles, bem como toda a estrutura de acompanhamento e controle. Além disso, foram realizadas atividades vinculadas a disseminação do conhecimento como seminários e eventos de revisão dos manuais da ONU.

Ainda em 2019, o Ministério da Defesa realizou: a operação conjunta de adestramento Rio Branco, além de operações específicas de adestramento conjunto para nivelamento e padronização de técnicas, táticas e procedimentos e aprimoramento do comando e controle conjuntos; as operações Tranca Forte, destinadas a transferência de 22 presos

de alta periculosidade de presídios estaduais para estabelecimentos prisionais federais nos Estados de Rondônia e Rio Grande do Norte, possibilitando o isolamento de líderes de facções criminosas em instalações com maior segurança; as operações de garantia da lei e da ordem (GLO), sendo, as mais emblemáticas, a Amazônia Azul, visando à minimização dos danos ambientais causados por resíduos de óleo que atingiram a costa brasileira, a Operação Verde Brasil, com o objetivo de diminuir os índices de incêndios e crimes ambientais na Região Norte, e a Operação BRICS, que teve como propósito prover a segurança dos chefes de estados ou de governo que participaram da XI Cúpula do BRICS e de suas delegações; e a coordenação, juntamente com os Ministério da Ciência, Tecnologia, Comunicações e Inovação e o das Relações Exteriores, a realização de exercícios de assistência para proteção da América Latina e Caribe e Países da Comunidade de Língua Portuguesa, com a supervisão técnica da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), que contou com participantes de cerca de 20 países da América Latina e Caribe, além de militares das três Forças.

Cabe destacar as Operações Ágata, que têm por objetivo intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira, em cooperação com os órgãos federais, estaduais e municipais, atuando contra os ilícitos transfronteiriços e crimes ambientais, contribuindo para reforçar o sentimento de nacionalidade e de defesa da Pátria nas regiões de fronteira do País. Em 2019, foram empregados, nas Operações Ágata, mais de 25.000 militares da Marinha do Exército e da Aeronáutica, 5.000 viaturas terrestres, 15 navios, 120 embarcações, 30 aeronaves, além de diversos outros meios de apoio logístico e de inteligência, na realização de mais de 500 operações singulares e conjuntas que totalizaram cerca de 180.000 inspeções, vistorias e revistas de pessoas e veículos, bem como cerca 15.000 patrulhas terrestres, navais e aéreas nas fronteiras: amazônica, oeste e sul do País.

No que se refere ao planejamento e à execução de operações e exercícios militares, considera-se que o objetivo e suas metas foram alcançados. A meta de realização de 19 exercícios militares conjuntos foi ultrapassada, tendo em vista que foram executados, no período de 2016 a 2019, 20 edições. Considera-se atendida a meta de integrar os Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas, tendo em vista que os enlaces satelitais entre os diversos Centros de Comando e Controle (CC^2) das Forças Armadas se mantiveram dentro dos padrões operacionais desejados, não havendo períodos de indisponibilidade capazes de afetar a disponibilidade dos serviços. Cabe ressaltar, no entanto, que por se tratar de uma atividade que envolve tecnologias que estão em constante evolução, essa meta tem caráter contínuo.

MONITORAR, CONTROLAR E DEFENDER O ESPAÇO TERRESTRE E AÉREO E AS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS (OBJETIVO 1123)

Cabe às Forças Armadas, como atribuições subsidiárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais, além de prover a segurança da navegação aquaviária e aérea.

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), que tem por objetivo aumentar a eficiência na fiscalização e nas patrulhas navais nas águas jurisdicionais, apresentou poucos avanços, no período de 2016-2019, principalmente em razão das restrições orçamentárias.

A Marinha realizou, no último ano do PPA, 4.467 vistorias em embarcações; 894 perícias para transporte de petróleo; 1.340 perícias para operação de plataformas; 367 perícias de atestado de inscrição temporária; 1.606 perícias para cartão de tripulação de segurança; 3.351 inspeções de PortStateControl (PSC) em navios estrangeiros que demandaram os portos brasileiros; e 1.566 inspeções de Flag StateControl em embarcações (navios e plataformas) nacionais e estrangeiras que encontram-se operando em águas jurisdicionais brasileiras.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), Programa estratégico de sensoriamento, apoio à decisão e apoio à atuação operacional, que tem por objetivo fortalecer a capacidade de monitoramento e de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, atingiu, no final de 2019, 97% de implantação do Projeto Piloto (em Dourados, Mato Grosso do Sul) e 12,6% do total previsto para o Programa. Em 2019, o EB ativou a fase 3A do Sisfron, que consiste na implantação do Módulos Especiais de Fronteira na área do Comando Militar da Amazônia. Além disso, foram concluídas obras em OM de Curitiba, Foz do Iguaçu e Cascavel, no Estado do Paraná e tiveram continuidade obras em OM no Paraná e Mato Grosso do Sul. Quanto ao apoio às operações do Sisfron, destacam-se aquisições de diversos equipamentos, como balsas carga de 800 toneladas, tratores, retroescavadeira, micro-ônibus, equipamentos médicos, carro porta-padiola, entre outros, para organizações militares, situadas em Belém, Cuiabá, Cáceres, Manaus; Barcelos, Porto Velho e Tefé. Convém mencionar, que a prioridade para a aquisição de produtos brasileiros na conformação do Sisfron confere ao Sistema a característica de forte indutor do desenvolvimento regional e nacional.

O Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (Prg EE DA Ae) tem como principal objetivo dotar a Força Terrestre de capacidade de defender as estruturas estratégicas terrestres do país, especialmente contra possíveis ameaças provenientes do espaço aéreo. Nos anos de 2016, 2017 e 2018 foram adquiridos, no âmbito do Programa, os postos de tiro e simuladores do sistema de mísseis portáteis telecomandados RBS 70, com materiais e rádios de comunicações; o radar SABER M60 foi atualizado (em 2019, além da aquisição de dois simuladores Mockup do Sistema Radar SABER M60, foram realizadas ações de gerenciamento); foi desenvolvido o radar de vigilância M200 vigilante; foram realizadas obras de adaptação das de organizações militares e na infraestrutura do Sistema Logístico Integrado inicial do Sistema RBS 70.

No que se refere ao espaço aéreo e à defesa aeroespacial, desde 2016 a FAB vem locando espaço em satélites para ampliar a capacidade de monitoramento e defesa do espaço aéreo. O emprego dessa tecnologia contribui para a identificação de pistas de pouso clandestinas, para a localização de focos de incêndio, para o aumento da capacidade de vigilância marítima, para a localização de manchas de óleo no mar, para a identificação do local de partida de aeronaves irregulares que entram no espaço aéreo brasileiro, entre tantas outras utilidades.

Não obstante os progressos obtidos, o objetivo não foi plenamente atingido, visto que 5, das 6 metas estabelecidas, não foram alcançadas em razão da incompatibilidade entre a programação orçamentária e o dimensionamento da meta.

A meta estabelecida de execução de 100 operações de fiscalização ao ano foi superada, uma vez que, no período de 2016 a 2019, foram realizadas 403 operações de fiscalização das águas jurisdicionais (124 em 2016; 120 em 2017; 79 em 2018; e 80 em 2019). A diminuição da quantidade nos dois anos finais do PPA decorre de restrições financeiras que prejudicaram as manutenções realizadas nos meios navais utilizados nas patrulhas e inspeções.

A meta de concluir a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) no Estado do Mato Grosso do Sul não foi atingida, uma vez que ao longo do período o projeto chegou ao patamar de 60,7% de execução no referido estado.

A meta de elevar a cobertura de vigilância aérea no território nacional de 47% para 75%, com ampliação do monitoramento na altitude de 3.300, não foi atingida, uma vez que a quantidade alcançada no período foi de 68,2%. A atual vigilância do espaço aéreo brasileiro sobre o continente é estruturada por meio de 84 (oitenta e quatro) sistemas de radiodeterminação distribuídos por todo o território nacional, em sítios instalados em pontos de interesse operacional para o controle de tráfego aéreo e para a defesa aeroespacial. Trata-se de projeto complexo, uma vez que a implantação, a manutenção e a expansão dessa infraestrutura demandam uma grande quantidade de recursos, intenso gerenciamento logístico, disponibilização de meios e pessoal técnico especializados. Cabe observar que a estrutura atual existente sustenta serviços prestados às aeronaves operando em todo o espaço aéreo brasileiro, com elevado nível de segurança e de qualidade, reconhecidos internacionalmente.

A meta de Implantar 26 módulos de defesa antiaérea de estruturas civis críticas - Projeto de Defesa Antiaérea da Força Terrestre – não foi atingida, uma vez que a quantidade alcançada no período foi de 23 unidades, representando 88,5% da meta definida.

A meta de Implantar 9% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) nos Estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia, Paraná e Santa Catarina, não foi atingida, uma vez que a quantidade alcançada no período foi de 2,8%.

O trabalho de cartografia realizado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) foi importante para o desenvolvimento das atividades das três Forças Armadas, no período de 2016 a 2019. Contudo, a meta de Ampliar o Conhecimento Cartográfico na Amazônia em 37.500 km2 para a cartografia terrestre não foi atingida, tendo em vista dificuldades na mobilização da aeronave de sensoriamento remoto.

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA E DE TECNOLOGIAS DE INTERESSE DA DEFESA NACIONAL (OBJETIVO 1124)

Nos últimos anos, conforme preconizado pala Estratégia Nacional de Defesa, o Brasil vem priorizando a fabricação de produtos de defesa nacionais, bem como estimulando o desenvolvimento de tecnologias relacionadas ao setor, promovendo, portanto, o fortalecimento da Base Industrial de Defesa e a redução da dependência tecnológica externa, bem como a superação das restrições de acesso a tecnologias sensíveis. As ações de fortalecimento da indústria de defesa foram desenvolvidas com o objetivo de reduzir os gargalos que afetam a produtividade e a competitividade da economia de defesa e promover maior eficiência do setor público.

Para promover o fortalecimento da BID e o desenvolvimento de tecnologias relacionadas, o Ministério da Defesa (MD) adotou as seguintes ações principais em 2019:

- promoção comercial e estímulo ao conhecimento sobre os benefícios da BID, mediante:
  - a participação em comitês, grupos de trabalho, workshops, seminários, fóruns (com destaque para a realização do 11º Fórum da Indústria de Defesa), palestras (22 palestras em 5 estados para a divulgação dos benefícios da indústria de defesa), diálogos com a Indústria de Defesa, exposições e missões nacionais (9) e internacionais (14); por meio da realização de estudos (147), de ações de divulgação e de feiras, merecendo destaque a realização, em abril de 2019, da Feira Rio, LAAD Defence and Security (LAAD), no Rio de Janeiro - RJ, que teve como propósito promover a divulgação da BID em nível internacional e estabelecer o diálogos com empresas e investidores internacionais; o fomento à estudos e pesquisas sobre a indústria de defesa, com destaque para a proposta de reativação do Mestrado de Economia de Defesa na UnB; e o início de funcionamento do protótipo do site da Base Industrial de Defesa, o qual visa apresentar uma plataforma mais intuitiva e focada em divulgar as ações do Ministério de Defesa e disponibilizar serviços em prol da BID, contribuindo também para melhorar a interação com potenciais fornecedores e parceiros comerciais.
  - adoção de ações com vistas à ampliação da capacidade produtiva exportadora da BID, merecendo destaque: ações de capacitação de empresas integrantes da BID sobre mecanismos de apoio à indústria de defesa; a negociação de Memorandos de Entendimento (9) para o fomento da BID com países do Oriente Médio, Europa e América do Sul, resultando em benefícios para inúmeras empresas brasileiras; e a aprovação do suporte da CAMEX para dois contratos de exportação da Avibras.
- estratégias de financiamento e investimento para a indústria de defesa, em especial a obtenção de linhas de financiamentos públicos ou privados, merecendo destaque: as negociações do MD com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), visando a criação de um setor, naquela instituição, para tratar de assuntos de defesa; tratativas realizadas com os fundos constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e da Amazônia (FCA), com o intuito de viabilizar a instalação de indústrias de defesa nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte do país; a cooperação com a FIESP para a criação de uma FINTECH (Banco Digital) e a instituição do Banco de Defesa Nacional (BDN), voltados ao atendimento das necessidades financeiras da BID; e o lançamento de iniciativas para a instituição de Fundos de Investimentos em Participações (FIP) para a obtenção de financiamentos em prol da BID, merecendo destaque a negociação do Memorando de Entendimento assinado com a Arábia Saudita para a criação de um Fundo de Investimentos para o desenvolvimento da BID. Merecem menção ainda as ações de articulação junto a diversos órgãos governamentais com o intuito de aprimorar linhas de crédito, financiamentos, seguros e garantias em suporte às atividades da indústria de defesa.
- realização de ações de incentivo à ciência e à tecnologia voltados para a defesa nacional, principalmente nos campos de integração governo-universidade-empresa; formulação e atualização de políticas e legislaçãoes de apoio à ciência e tecnologia de interesse da defesa; governança da tecnologia industrial básica; encomendas tecnológicas; gestão do conhecimento; inteligência tecnológica e estudos de áreas futuras de interesse tecnológico. Cabe ressaltar que vários projetos de defesa estão em desenvolvimento pelas Forças Armadas, com desenvolvimento de tecnologias de interesse da Defesa Nacional.
- Formulação e atualização de legislação e normativos de interesse da defesa, merecendo destaque: estudos e articulação para atualização da Lei 12.598/2012, que versa sobre a Base Industrial de Defesa; atualização da Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID); Atualização da Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID); Publicação da Portaria Normativa 78/2019, que aprova a Diretriz de Obtenção Conjunta; e publicação da Portaria Normativa 86/2019, que estabelece os procedimentos administrativos para o credenciamento, descredenciamento e avaliação de Empresa de Defesa (ED), empresa Estratégica de Defesa (EED) e para a classificação e desclassificação de PRODE.

Quanto ao comércio de produtos de defesa por empresas brasileiras, o volume de autorizações de exportação das principais empresas que compõem a BID chegou a US$ 1,2 bilhões, em 2019, superando as exportações efetuadas por todas as empresas, no ano de 2018, que atingiu US$ 915 milhões. Cabe ao Ministério da Defesa analisar e anuir as operações de exportação e de importação de itens constantes na Lista de Produtos de Defesa (LIPRODE), sob a ótica de segurança nacional, da preservação ou da transferência de tecnologia e do fomento a BID. Merecem menção ainda as seguintes ações de apoio às exportações desenvolvidas em 2019: viabilização da participação do Ministério da Defesa na nova estrutura no Comitê de Estratégia Comercial da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX); simplificação de processos de exportação de produtos de defesa, com a integração dos processos do MD ao Portal Único/SISCOMEX, o estabelecimento de prazos para as etapas do processo de emissão da autorização para exportação e a simplificação das exportações temporárias de produtos de defesa; estruturação e implantação de curso à distância sobre comércio exterior de produtos de defesa e procedimentos necessários para exportação; e a elaboração de catálogo digital de produtos de defesa.

Em 2019, a Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID) elaborou estudo mostrando que de 2013 para 2018 houve um crescimento de 16% no credenciamento de empresas de defesa (credenciamento de 18 Empresas de Defesa); de 11% no credenciamento de empresas estratégicas de defesa (credenciamento de 89 Empresas Estratégicas de Defesa); de 21,8% em empresas habilitadas ao Regime Especial de Tributação para Indústria de Defesa – RETID (32 empresas habilitadas ao RETID) e de 75% na fruição desse regime de tributação (4 empresas passaram a usufruir do RETID).

No que se refere ao processo de catalogação de produtos de defesa verifica-se, ao final de 2019, um crescimento de 74,2% no total de itens catalogados.

Na pesquisa e desenvolvimento aeroespacial, o Brasil passou a dominar tecnologias de vanguarda, destacando-se: as de propulsão hipersônica aspirada utilizando combustão supersônica; a navegação autônoma por imagens ópticas para veículos aéreos não tripulados (VANT); o processo atômico de separação isotópica, para obtenção de metais com elevada pureza isotópica; o micro reator rápido modular de pequeno porte para geração de energia elétrica e calor em localidades isoladas; o alvo aéreo para exercícios de pilotagem militar; as baterias auxiliares para satélite e mísseis teleguiados; a trajetografia óptica de vetores aéreos; a modelagem atmosférica, a dispersão de gases; a eletricidade atmosférica e o comportamento do tempo, para aplicação às operações de lançamento espacial. O esforço em pesquisa e desenvolvimento aeroespacial visa capacitar o Brasil em tecnologia independente, autóctone e estratégica para a defesa nacional.

Apesar dos avanços, 3 das 6 metas desse objetivo não foram atingidas em função da edição de normativos que impactaram o cumprimento integral das metas ou pela incompatibilidade entre a programação orçamentária e o dimensionamento da meta.

As três metas cumpridas foram:

- a de ampliar em 4% ao ano o volume de exportações da Base Industrial de Defesa. Os valores das exportações ao longo do período do PPA foram: 2016 - R$ 925.340.913,02 (-11,2% em relação a 20015); 2017 - R$ 687.639.038,88 (-25,68% em relação a 2016); 2018 - R$ 900.411.805,10 (30,94% em relação a 2017); e 2019 - R$ 1.215.261.989,25 (25,91% em relação a 2018).
- a de catalogar 38% dos Produtos de Defesa, de acordo com o padrão internacional do SOC/OTAN (a quantidade alcançada foi 80%); e
- a de conclusão do desenvolvimento do Míssil A-DARTER. Em 2019, foi concluído com sucesso o desenvolvimento do míssil A-Darter e emitido o certificado de tipo tanto pelo IFI (Autoridade Certificadora Brasileira), quanto pelo DSI (Autoridade Certificadora Sul Africana). Com isso, o referido Míssil inseriu o Brasil no seleto grupo de países capazes de produzir um artefato bélico inteligente de quinta geração, aumentando suas capacidades operacionais e ampliando seu poder dissuasório e de combate.

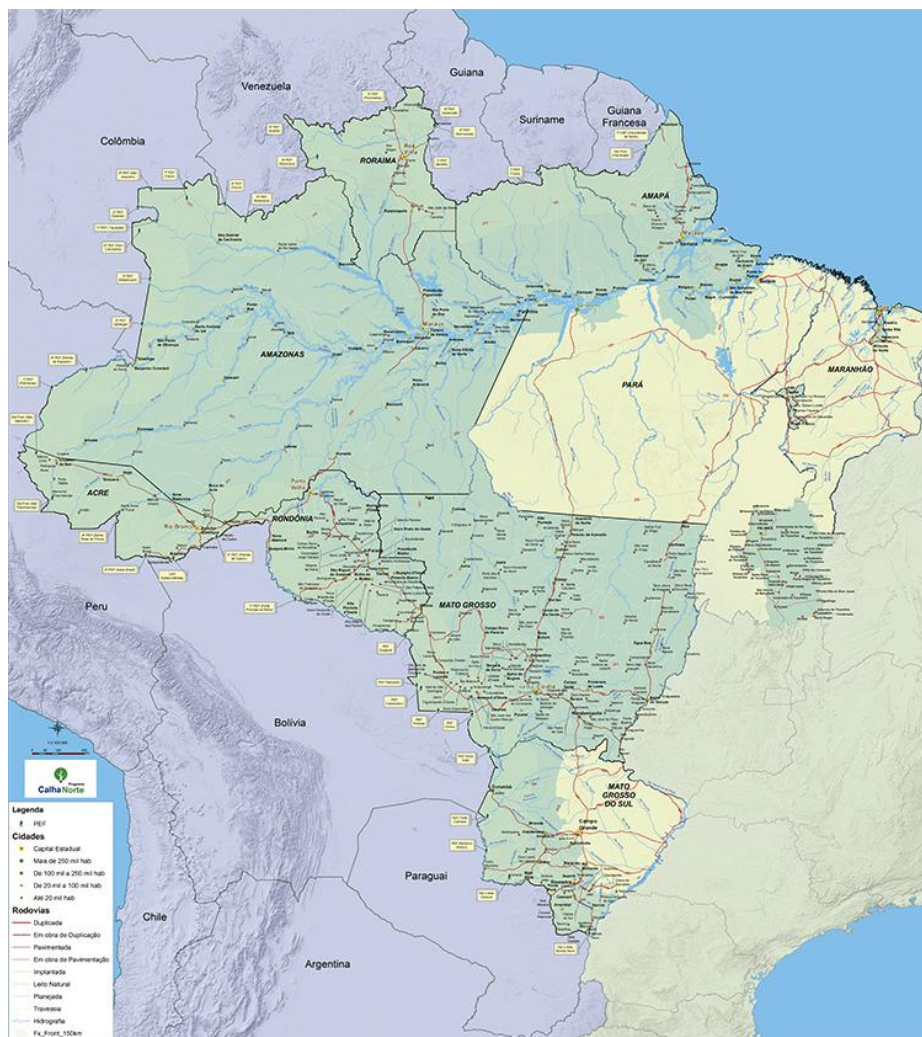
As três metas não alcançadas foram:

- Concluir o programa de ensaios e a certificação da aeronave KC-390 (quantidade alcançada: 0,95), em razão de incompatibilidade entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta e também devido ao acidente com o protótipo I, que gerou atrasos em ensaios. O programa de ensaios e a certificação fazem parte do Projeto de desenvolvimento do cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas, que se encontra na fase de Detalhamento e Certificação de Aeronave. O processo de desenvolvimento continua evoluindo com a realização dos voos de ensaios, nos quais ocorrem, na prática, as confirmações dos dados de engenharia do produto. No final de 2019 o projeto atingiu a realização de 95,02% de avanço físico, considerando-se as atualizações ocorridas com a assinatura dos Termos Aditivos aos Contratos de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009 e nº 001/DCTA-COPAC/2011, que implementaram novas etapas. Para 2020, está previsto o prosseguimento das campanhas de ensaio para certificação das funcionalidades de emprego militar.
- Concluir o Projeto de Enlace de Dados Ar-Ar e Terra-Ar (Projeto LINK-BR2). A presente meta trata dos serviços e do fornecimento de bens necessários para o desenvolvimento, a integração, a validação e o fornecimento de um sistema tático de enlace de dados baseado no conceito operacional do sistema de comunicações por enlaces digitais da aeronáutica e que contenha o Protocolo Link-BR2. A meta física planejada para o exercício financeiro de 2019, de acordo com a metodologia de cálculo, era de 38%, sendo que o percentual alcançado foi de 26%. Dentre as razões que contribuíram para o não atingimento do índice esperado destacam-se: alteração ou instituição de normativos legais que impactaram na meta; e a empresa contratada relatou dificuldades técnicas iniciais com a solução de rádio utilizada.
- Implantar 25,4% do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG). Em 2019 não houve evolução da meta em comparação com o ano de 2018, em razão do projeto de implantação do PCTEG ter sido extinto, conforme consta no DIEx n° 318 de 16/AGO/2017. O cancelamento deveu-se ao forte corte orçamentário iniciado em 2016, com inevitáveis consequências para o ano de 2017.

COOPERAR COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, A DEFESA CIVIL E AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS EM BENEFÍCIO DA SOCIEDADE (OBJETIVO 1125)

O Ministério da Defesa e as Forças Armadas realizam, no contexto do cumprimento das atribuições subsidiárias, várias ações que contribuem com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil, em benefício da sociedade, merecendo destaque: ocupação de vazios estratégicos, com ênfase para a faixa de fronteiras; apoio à melhoria da infraestrutura de municípios; participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social; atuação, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais; apoio à políticas públicas de inclusão social e de cidadania; produção de informações para a proteção da Amazônia Legal; apoio em casos de desastres ambientais; operações de ajuda humanitária; cooperação com órgãos públicos federais, estaduais e municipais na execução de obras e serviços de engenharia; apoio à formação profissional; entre outras.

O Programa Calha Norte (PCN), que tem por objetivos principais contribuir para o aumento da presença do Poder Público na sua área de abrangência, para a ocupação dos vazios estratégicos, com ênfase para a faixa de fronteiras, e para a melhoria da infraestrutura dos municípios da sua área de abrangência, atua, por meio da celebração de convênios com os Estados e Municípios, da região abrangida pelo Programa, para o repasse de **recursos oriundos de emendas parlamentares**, os quais se destinaram

a construções de escolas, creches, postos de saúde, centros de convivência, praças, ginásios de esporte e pavimentações de vias públicas, bem como à aquisição de máquinas e equipamentos.

Em 2019, o PCN celebrou 471 convênios, resultando num montante de R$ 400.998.290,00, e emitiu 478 empenhos, perfazendo um total de R$ 401.348.209,00. Este resultado representa um acréscimo de 8,65% em relação ao valor empenhado no ano anterior. No exercício, foram analisados 440 projetos e termos de referências, dos quais 287 foram aprovados e 58 rejeitados. Ainda em 2019, havia a previsão de apresentação de 269 prestações de contas, das quais 259 foram apresentadas no exercício. No total, foram analisadas 284 prestações de contas, sendo 25 prestações de contas iniciadas por antecipação.

De 2016 a 2019 a área de atuação do Programa foi ampliada, passando de 194 municípios em 2016, para um total de 442 municípios, no final de 2019, distribuídos em dez estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Matogrosso, Matogrosso dos Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Ao todo, são 5.986.784 km²): 70,30% do Brasil (Área do Brasil: 8.515.767 km²). Total da População da Área de abrangência do PCN (15.832.958 hab): 7,53% do Brasil (a população do Brasil em 2019 era de 210.037.000 hab, segundo o IBGE). Outro dado considerado relevante é que o PCN engloba 85% da população indígena brasileira em uma área que corresponde a 99% da extensão das terras indígenas.

Cabe destacar que, em 2019, dos 442 municípios que fazem parte da área de atuação do PCN, 207 municípios foram atendidos, mediante transferências voluntárias de recursos orçamentários da União. Convém salientar que os 15 municípios do Maranhão e os 48 municípios do Tocantins, incluídos na área de atuação do Calha Norte, em 2019, não foram beneficiados com recursos orçamentários.

No ano de 2019, todos os convênios aptos foram vistoriados em relação à execução físico-financeira, mesmo com todas as dificuldades decorrentes da logística da região, resultando na entrega à população de um total de **121 obras** e **108 equipamentos,** merecendo destaque:

Fonte: DPCN/MD

ESTADO	ENTREGA
Acre	**Obras:** Construção de quadra poliesportiva, Urbanização do canteiro central na Av. Antônio Frota e Ampliação da praça municipal, em Tarauacá; Construção de quadra de esportes com grama sintética, em Sena Madureira; Construção de calçadas, em Feijó; Construção de duas praças, Construção de muro na parte externa do estádio municipal e Pavimentação de ruas com drenagem, meio-fio e sarjeta, em Porto Walter; Construção de creche, Ampliação de escola e Construção de vias urbanas pavimentadas para circulação de pedestres nas comunidades Vila Restauração e Vila Triunfo, em Marechal Thaumaturgo; Construção de paradas de ônibus e parklets e Construção de creche, em Máncio Lima; Construção de praça e pórtico do centro cultural, em Guajará; Construção de dois prédios públicos e Construção de calçadas com meio-fio e sarjetas, em Jordão; Construção de rampa de acesso ao rio Juruá, em Rodrigues Alves; Construção de sistema de abastecimento de água, Construção de centro multiuso e Revitalização da área denominada Beco do Mercado, em Cruzeiro do Sul; Construção de praça e Construção de calçadas com meio fio e sarjetas, em Porto Acre; Construção de prédio público, em Epitaciolândia; Ampliação de prédio público, em Assis Brasil; Construção de prédio público, em Senador Guiomar; Construção de calçadas meio fio e sarjetas, em plácido de Castro; Construção do parque Cidade da Criança, Construção de cobertura de quadra no bairro Preventório, Construção de mercado popular, Construção de centro de convivência, Construção de feira coberta, Construção de cobertura de quadra poliesportiva no bairro Castelo Branco, Ampliação da escola municipal Anita Jangles, Construção de cobertura da quadra Plácido de Castro, Construção de centros comunitários, Construção de galpão, Construção de espaços de lazer, Casa da cultura e Construção de praça, em Rio Branco; Construção de calçadas com meio fio e sarjetas e Construção de calçadas com meio fio e sarjetas em vias pavimentadas, em Xapuri. **Equipamentos:** Aquisição de minicarregadeira e implemento, Aquisição de veículo utilitário, retroescavaeira e trator de esteira e Aquisição de trator e implementos agrícolas, em Sena Madureira; Aquisição de veículo utilitário tipo pick-up, em Feijó; Aquisição de máquinas e equipamentos e Aquisição de veículo utilitário tipo pick-up, em Tarauacá; Aquisição de veículo utilitário tipo pick-up, Aquisição de minicarregadeira com implementos e Aquisição de retroescavadeira, em Marechal Thaumaturgo; Aquisição de micro-ônibus, em Rodrigues Alves.
Amazonas	**Obras:** Construção da praça São José, Construção de praça no bairro Planalto e conjunto Jardim Versalles, em Manaus; Construção de quadra polies-portiva coberta, em Tabatinga; Pavimentação em concreto com calçada, meio fio e sarjeta, em Itamarati; Construção de pavimentação asfáltica com calçadas, meio fio e sarjetas e Construção de praça de alimentação, em Canutama; Construção de canteiro central e Construção de centro do idoso e Construção de mini vila olímpica, em Lábrea; Pavimentação com drenagem superficial com meio fio e sarjeta, em Parintins; Construção de quadra poliesportiva, em Rio Preto da Eva; Construção de mini vila olímpica; Pavimentação asfáltica com calçada, meio-fio e sarjeta, em Silves; Construção de quadra de esporte na comunidade de Barra Mansa, em Borba; Construção de praça municipal e Construção de feira municipal, em Tefé; Construção de calçada, meio-fio e sarjeta em vias pavimentadas, Santa Izabel do Rio Negro; Construção da feira municipal de pescado, em Maraã; Ampliação do centro administrativo, em Japurá; e Construção de estádio de futebol, em Tonantins. **Equipamentos:** Aquisição de veículos utilitários tipo pick-up, e Aquisição de retroescavadeira e micro-ônibus, em Coari; Aquisição de trator e imple-mentos agrícolas, em Tonantins; Aquisição de caminhão basculante, em Alvaraes; Aquisição de patrulha mecanizada e Aquisição de veículo utilitário tipo pick-up, em Manacapuru; Aquisição de veículos utilitários tipo pick-up e caminhão, em Japurá; Aquisição de veículo utilitário tipo pick-up, em Manicoré; Aquisição de trator esteira, em Apuí; Aquisição de cinco academias ao ar livre, em Presidente Figueiredo; Aquisição de caminhão com carroceria tipo carga seca, em Rio Preto da Eva; Aquisição de veículo utilitário tipo pick-up, em Iranduba; Aquisição de veículo utilitário tipo van, em Manaus; Aquisição de caminhão com carroceria tipo carga seca, em Parintins; Aquisição de veículos utilitário tipo pick-up, em Amaturá; Aquisição de minicarregadeira hidráulica e Aquisição de caminhão basculante, em Tabatinga.
Amapá	**Obras:** Construção de passarelas em concreto armado no bairro Provedor II, Construção de centro comunitário no bairro Nova Brasília e Construção de passarelas, em Santana; Construção de galpão para fábrica de bloquetes, em Itaubal; Pavimentação em bloquetes, com meio-fio e sarjeta, no distrito de São Pedro dos Bois, Construção de passarelas de madeira em área de ressaca e Construção do centro comunitário profissionalizante, em Macapá; Construção de galerias em áreas urbanizadas, em Santa Luzia D'Oeste.

	Equipamentos: Aquisição de um Caminhão, em Oiapoque; Aquisição de viaturas administrativas (passeio tipo hatch, pick-up, VAN e micro-ônibus) e motocicletas adaptadas, em Macapá; Aquisição de veículo utilitário tipo pick-up, em Mazagão; Aquisição de caminhão caçamba basculante, retroescavadeira, trator e implementos agrícolas, em Ferreira Gomes; e Aquisição de veículo utilitário tipo pick-up, em Santana.
Rondônia	**Obras:** Construção de galerias em áreas urbanizadas, Construção da 2ª etapa da Prefeitura e Ampliação da sede municipal, em Santa Luzia D'Oeste; Construção de bueiros celulares de concreto na zona rural do município, em Alta Floresta D'Oeste; Urbanização de área pública, Pavimentação, drenagem e construção de calçadas com meio fio e sarjetas em ruas e avenidas do município e Construção de prédio público (Secretaria Municipal de Planejamento), em Ji-Paraná; Construção de reservatório de água e Construção da 2ª etapa do centro alternativo (compreendendo eventos educacionais, religiosos, culturais e feira do produtor rural), em Alto alegre dos Parecis; Construção do centro de convivência do idoso, em Cacoal; Pavimentação com drenagem em ruas e avenidas, em Candeias do Jamari; Ampliação da sede municipal e Construção da primeira etapa do Centro de Assistência Social, em Pimenteiras do Oeste; Pavimentação em vias urbanas com meio-fio e sarjetas e drenagem superficial, em Cerejeiras; Urbanização da sede da prefeitura, complementação da rede lógica e o sistema de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA, Pavimentação asfáltica com drenagem superficial, meio fio e sarjetas, e Construção de auditório com banheiros nas instalações do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, em São Francisco do Guaporé; Construção da cobertura da quadra esportiva do distrito de Santa Rosa, em Vale do Paraíso; Pavimentação asfáltica com drenagem superficial com meio-fio e sarjeta, em São Miguel do Guaporé; Pavimentação em canteiros centrais de ruas e avenidas com iluminação, acessibilidade, calçadas e paisagismo, em Rolim Moura; Construção de muro e portal do estádio municipal, em Parecis; Construção de quadra poliesportiva coberta no distrito de Rio Branco e Construção de pavimentação em blocos intertravados de concreto com calçadas, meio-fio, sarjetas e drenagens, em Campo Novo de Rondônia; Implantação de iluminação no canteiro central das Av. Governador Jorge Teixeira e Rondônia, Construção do portal receptivo do município e Ampliação de escola municipal de ensino fundamental, em Monte Negro; Construção de centro multiuso (2ª etapa), em Ministro Andreazza; Ampliação de escola de ensino fundamental, em Alvorado D'Oeste; Construção de quadra esportiva, em Corumbiara; Construção de calçadas com meio-fio e sarjetas, em Cujubim; Construção de galeria de concreto tipo bueiro celular em zona urbana, em Nova Brasilândia do D'Oeste; Construção de capela mortuária, em Colorado do Oeste; Pavimentação asfáltica em vias urbanas com meio fio e sarjetas e Pavimentação em área urbana em bloco sextavado, em Seringueiras; Construção de capela mortuária, em Cabixi; e Construção de prédio público, em Presidente Médici. **Equipamentos:** Aquisição de veículos utilitário tipo pick-up e ônibus escolar, em Rolim Moura; Aquisição de equipamentos para fabricação de manilhas e bloquetes, e Aquisição de veículos utilitário tipo van, administrativo tipo passeio e ônibus, em Alto Alegre dos Parecis; Aquisição de equipamentos agrícolas (grade aradora, perfurador de solo e pulverizador), em São Francisco do Guaporé; Aquisição de ônibus e de pá carregadeira, em Castanheiras; Aquisição de ônibus, em Ministro Andreazza; Aquisição de ônibus, em Colorado do Oeste; Aquisição de pá carregadeira, tratores agrícolas de pneus, veículo utilitário tipo pick-up, ônibus escolar e van, em Pimenta Bueno; Aquisição de ônibus escolar, em Chupinguaia; Aquisição de rolo compactador, em Cacoal; Aquisição de ônibus escolar, em Corumbiara; Aquisição de equipamentos - implementos agrícolas e acessórios, em Alta Floresta D'Oeste; Aquisição de ônibus, em Alvorada do Oeste; Aquisição de caminhão com carroceria tipo carga seca, de caminhão basculante e trator, em Ariquemes; Aquisição de retroescavadeira e veículos utilitários tipo pick-up, em Buritis; Aquisição de equipamento - tratores e implementos agrícolas, em Campo Novo de Rondônia; Aquisição de equipamentos agrícolas – tratores e implementos, em Guajará-Mirim; Aquisição de caminhão caçamba basculante, em Itapuã do Oeste; Aquisição de equipamento – caminhão baú, veículo utilitário e implemento agrícola, em Jaru; Aquisição de ônibus rodoviário e de veículo utilitário tipo pick-up, em Nova Brasilândia do D'Oeste; Aquisição de ônibus e trator agrícola, em Ouro Preto do Oeste; Aquisição de ônibus, van, veículo utilitário tipo pick-up, caminhão tipo carga seca, caminhões basculantes e trator agrícola, Aquisição de tanque de resfriamento de leite, câmara fria, máquina de embalagem e implementos agrícolas, em Porto Velho; Aquisição de ônibus e de micro-ônibus, e veículos utilitários tipo pick-up e tipo van, em Presidente Médici; Aquisição de retroescavadeira e de veículo utilitário tipo van, em Cabixi; Aquisição de equipamentos de fabricação de manilhas e bloquetes, em Costa Marques; Aquisição de caminhão com carroceria – carga seca, em Cujubim; Aquisição de caminhão, escavadeira hidráulica e ônibus rodoviário, em Novo Horizonte do Oeste.

Roraima	**Obras:** Reforma e ampliação do mercado municipal de São Francisco, Reforma e ampliação do edifício sede da Prefeitura Municipal, Infraestrutura urbana no município de boa vista, com implantação de pavimentação asfáltica, urbanização/calçada e drenagem, no bairro Nova Cidade, Bela Vista e Raiar do Sol (fase II) - 4ª etapa, Construção de calçadas com meio fio e sarjetas nas ruas dos bairros Aparecida, 31 de Março e São Francisco, Urbanização de áreas públicas - pavimentação com drenagem e construção de calçadas, meio fio e sarjetas no bairro Centenário, Drenagem, terraplanagem, pavimentação asfáltica e urbanização de ruas e avenidas urbanas dos bairros Silvio Botelho - I etapa, Senador Hélio Campos e Laura Moreira (Conjunto Cidadão) - II etapa, e Profª Araceli Souto Maior e Jardim Tropical - VI etapa, em Boa Vista; Iluminação pública e ampliação de rede elétrica, em Caroebe; Reforma de rede elétrica rural, compreendendo substituição de postes em madeira por estrutura de poste em concreto tipo DT, em Rorainópolis; e Eletrificação urbana das vilas do município, em Alto Alegre. **Equipamentos:** Aquisição de viaturas utilitárias, em São João da Baliza; Aquisição de tratores de pneus e Implementos agrícolas, em Bonfim; Aquisição de caminhões com carroceria (tipo carga seca) e veículos utilitários (tipo pick-up), em Boa Vista; Aquisição de veículos utilitários tipo pick-up e administrativo, em Amajari; e Aquisição de tratores e implementos agrícola, em Rorainópolis.

Fonte: DPCN/MD

Na cooperação para a execução de obras e serviços de engenharia, o Exército realizou, em 2019, asfaltamento de rodovias, manutenção de estradas, recuperação das margens do Rio São Francisco, além de ações de apoio à defesa civil, como a instalação de pontes, em caráter emergencial, em decorrência do rompimento de pontes pré-existentes, dentre outras obras importantes para o desenvolvimento do país. A contrapartida financeira recebida pelo Exército tem viabilizado a manutenção e a renovação de equipamentos e máquinas e o adestramento de seus quadros. Em razão das restrições fiscais, que resultam em dificuldades de cumprimento dos cronogramas de desembolso financeiro dos planos de trabalho pactuados, os batalhões de engenharia vêm atualizando suas metas, de acordo com o efetivo repasse financeiro dos órgãos concedentes.

A Operação Acolhida deu sequência às ações de acolhimento e interiorização de imigrantes venezuelanos, em situação de vulnerabilidade (pessoas desassistidas), decorrente do fluxo migratório provocado pela crise humanitária naquele país. Esta operação atendeu cerca de 300 mil venezuelanos até o final de 2019. Além disso, foram transportados pela Força Aérea Brasileira 25.672 passageiros, nas ações de interiorização dos imigrantes venezuelanos, a fim de minimizar os impactos econômicos e sociais na região da fronteira (Roraima). Foram realizados cerca de 69.200 atendimentos médicos em Boa Vista e 16.820 em Pacaraima, com realização de vacinação em grande escala, e fornecidas aproximadamente 16.000 refeições por dia.

Cabe destacar também, em 2019, as seguintes operações:

- apoio às ações de socorro decorrentes do rompimento da Barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG;
- Operação Verde Brasil, que atuou principalmente no combate aos incêndios ocorridos na floresta amazônica (Decreto nº 9.985/2019, que autorizou o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem para levantamento e combate a focos de incêndio e para ações preventivas e repressivas contra ilícitos ambientais). No contexto desta operação, destaca-se a operação do C-130, que possibilitou a realização de 52 combates a focos de incêndio em áreas de proteção ambiental e unidades federais de conservação ambiental;
- Operação "Amazônia Azul–Mar Limpo é Vida", para mitigar os estragos decorrentes do vazamento de óleo em praias brasileiras, principalmente do nordeste, que implicou na atuação das Forças Armadas, no contexto da execução do Plano Nacional de Contingência (PNC), em especial em ações de contenção, de prevenção e acompanhamento da poluição hídrica, de apoio à limpeza das praias e no processo de investigação das responsabilidades, pela Marinha;
- apoio à ações de saúde, mediante a realização de mais de 150 missões emergenciais para o transporte de órgãos, pela Força Aérea, no período de 2016 a 2019;
- apoio logístico ao "Programa Mais Médicos", que viabilizou: a realização de 20 supervisões estaduais acadêmicas, com o transporte de 280 médicos supervisores nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Roraima; o transporte de 825 médicos para os estados da Amazônia Legal; e a distribuição de médicos intercambistas nos municípios e distritos sanitários especiais indígenas;
- apoio logístico de cerca de 400 militares do Exército e da Aeronáutica para a realização da 42ª Operação com os Expedicionários da Saúde, na aldeia indígena Cartucho, localizada no município de Santa Isabel do Rio Negro (AM). A ação, em parceria com a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI/MS) e a

- Associação Expedicionários da Saúde (EDS), teve como foco oferecer assistência médica e cirúrgica à população indígena, especialmente, na área oftalmológica. Os atendimentos foram oferecidos em especialidades como pediatria, clínica geral e ginecologia, além de cirurgias para catarata e hérnias. Os militares apoiaram com o transporte dos equipamentos para a montagem da estrutura física do complexo hospitalar e transporte dos médicos (aeronaves da Força Aérea e embarcações do Exército), bem como viabilizando internet, segurança e apoio em geral, não só aos indígenas, mas também às equipes de saúde; e
- participação do MD, juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Itamaraty, na coordenação da logística da ajuda humanitária do Brasil para Moçambique, na África, em razão dos estragos provocados pela passagem do ciclone Idai pelo sudeste do continente, que, com ventos de mais de 170 quilômetros por hora, provocou centenas de mortes e destruição em grandes proporções na região. A operação contou com envolvimento e apoio da Força Aérea Brasileira.

No âmbito da Marinha, foram formados, na vigência do PPA, 45.909 aquaviários, nos 488 cursos do Programa de Ensino Profissional Marítimo (EPN), sendo 12.058 em 2019.

O Projeto Rondon contribui para a formação de jovens universitários como cidadãos (fortalecimento da consciência cidadã) e para o desenvolvimento sustentável de comunidades pouco assistidas, em parceria com governos estaduais, municipais e instituições de ensino superior, públicas e privadas. O Projeto Rondon apoiou a participação de 2.973 universitários em suas operações, ao longo do período do PPA, sendo 756 rondonistas em 2019, proporcionando-lhes conhecimento da realidade brasileira e contribuindo para a sua formação acadêmica e de cidadão.

Operação João de Barro (Piauí)-Jul 2019

Operação Vale do Acre (Acre) JUL 2019

Fonte: Projeto Rondon

O Projeto Soldado Cidadão desenvolveu ações de formação profissional de jovens egressos do serviço militar, capacitando 35.342 jovens, no período de 2016 a 2019, sendo 9.062 em 2019, nas seguintes áreas principais: telecomunicações, mecânica, alimentação, construção civil, artes gráficas, confecção, têxtil, eletricidade, comércio, comunicação, transportes, informática, vigilância, pintura e saúde, em sintonia com as demandas do mercado de trabalho regional. O projeto complementa a formação cívica-cidadã e facilita o ingresso no mercado de trabalho. Estima-se que 70% dos participantes do programa conseguiram inserir-se no mercado de trabalho após a conclusão do Serviço Militar.

O PROFESP tem por finalidade promover a valorização da pessoa, reduzir riscos sociais e fortalecer a cidadania, a inclusão e a integração social dos beneficiados, por meio do acesso à prática de atividades esportivas e físicas saudáveis e de atividades socialmente inclusivas, realizadas no contraturno escolar, dentro de organizações militares. O Projeto João do Pulo (PJP), extensão do PROFESP, é destinado ao atendimento de pessoas com deficiência de ambos os sexos, priorizando crianças e jovens, a partir dos seis (seis) anos de idade, também em situação de vulnerabilidade social. Muitas das crianças atendidas pelo PJ participam de atividades inclusivas, equoterapia e práticas de diversas modalidades desportivas adaptadas, em alguns dos núcleos existentes.

O PROFESP e o Projeto João do Pulo (PJP), juntos, beneficiaram 28.000 crianças e adolescentes de 2016 a 2019, em 132 municípios e Distrito Federal, incluindo as capitais dos estados brasileiros e o arquipélago de Fernando de Noronha, envolvendo 201 organizações militares. Como principais dificuldades do Profesp podemos citar a contratação de professores e o repasse de recursos pelos parceiros ao Ministério da Defesa. Para garantir o bom desempenho do Programa, foram essenciais os acordos de cooperação técnica firmados, em 2019, com diversos parceiros, a exemplo do Banco do Brasil e a Arquidiocese do Rio de Janeiro, dentre outros. As Emendas Parlamentares, visando captação de verbas para reformas em instalações do programa nas organizações militares, também têm sido de grande valia para a continuidade do Programa.

Pela grande capilaridade das Forças Armadas, o Programa está presente em 139 localidades de todos os Estados e Distrito Federal, inclusive no Arquipélago de Fernando de Noronha e em comunidades indígenas no interior da Amazônia. Em novembro de 2019, o Presidente da República assinou o decreto nº 10.085, de 5 de novembro, que dispõe sobre o PROFESP e sua extensão, o PJP. O ato visa a ampliação e o fortalecimento do Programa, por meio da ação integrada entre o Ministérios da Defesa e os Ministérios parceiros, fortalecendo e ampliando o atendimento que já abrange todo o território nacional.

O Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas (PAAR) visa incorporar, de forma voluntária, mediante processo seletivo, atletas que se alistaram para o serviço militar temporário. A seleção leva em conta os resultados dos atletas em competições nacionais e internacionais. Já foram incorporados diversos atletas que desenvolveram suas potencialidades durante o período em que foram atendidos pelo Programa.

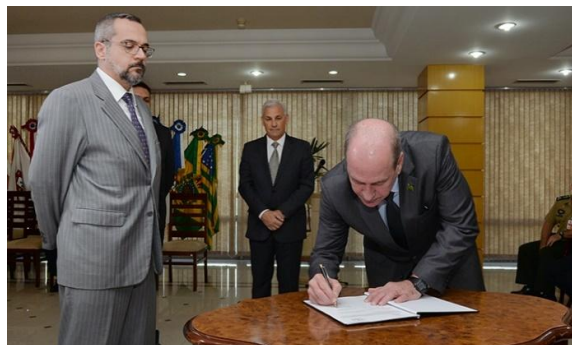
O PAAR propicia ao atleta brasileiro melhores condições de preparação e, portanto, melhores resultados e índices, individuais e coletivos, em competições de alto rendimento. Em 2019, com o apoio do MD, os atletas militares do PAAR participaram dos seguintes eventos desportivos: seletivas das FA, preparação para os 7º Jogos Mundiais Militares – JMM (56 eventos desportivos), Jogos Pan-Americanos - Lima 2019, BRICS - Pentatlo Militar e 7º JMM.

Os principais resultados alcançados em 2019 pelos atletas incorporados ao PAAR foram:

Competições	Resultados		
	Ouro	Prata	Bronze
Mundiais Militares	25	34	40
Mundiais Civis	50	50	60
Nacionais Civis	238	130	95
Total	313	214	195

Fonte: DDM/MD

Foram realizadas diversas ações voltadas à divulgação de assuntos de Defesa para a sociedade, em especial para o meio acadêmico, buscando fortalecer a conscientização sobre a importância de o País dispor de Forças Armadas compatíveis com sua estatura político-estratégica, merecendo destaque: o XVI Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional (CADN) e as 21ª e 22ª edições do Curso de Extensão em Defesa Nacional (CEDN), com cerca de 900 participante, civis e militares, oriundos de 12 Estados; e o IV Concurso nacional de Monografias sobre Defesa Nacional, que premiou 8 (oito) trabalhos no nível de graduação dentre o total de 36 inscritos.

Na dimensão de fomento à pesquisa e formação de recursos humanos merecem destaque as seguintes atividades realizadas por meio de parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): Seminário Marco Zero da 4ª edição do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa IV), com apresentação dos 12 projetos aprovados, dentre 105 inscritos; e o lançamento do Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional (PROCAD-DEFESA), que contemplou 15 projetos de pesquisa selecionados dentre quase 100 inscritos.

Com o intuito de estimular a interação e a harmonização do ensino oferecido nas Forças Armadas e na Escola Superior de Guerra (ESG), foram promovidas, em 2019, três reuniões de interação de ensino e uma reunião de titulares dos Departamento/Diretorias de Ensino das Forças Singulares.

Respeitando e considerando as peculiaridades e os objetivos dos Sistemas de Ensino de cada Força Singular, mas também consciente de que diversos aspectos lhes são comuns, o Ministério da Defesa promoveu o IX Encontro Pedagógico do Ensino Superior, no período de 27 a 29 de agosto de 2019, cujo tema central foi a “Educação 4.0”.

O MD realizou a coordenação de 93 Pedidos de Cooperação de Instrução e de Ensino (PCI e PCE), cedendo palestrantes para todos os temas requisitados, com o objetivo de apoiar as Organizações Militares de Ensino, em seus mais diversos cursos ministrados, e também outros órgãos da admiração direta do Executivo Federal, que demandaram informações especificas sobre as competências do Ministério.

O Instituto Pandiá Calógeras (IPC), realizou diversas ações em 2019, merecendo destaque:

- Visitas para colher informações, promover o diálogo e captar percepções, de diversos atores, como comunidade acadêmica, formadores de opinião, Escolas Militares, gestores públicos, grupos de pesquisa, consultores, diplomatas, oficiais militares de outros países, entre outros (em 2019: 7 diálogos de defesa; cerca de 40 visitas institucionais; e participação em simpósios e seminários), resultando na elaboração de diversos relatórios e notas técnicas e na assinatura de 2 memorandos de entendimento, com o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF) e com o Instituto Sagres, para a realização de estudos e de pesquisas de interesse comum na área de defesa.
- Elaboração de 4 relatórios com panoramas atuais internacionais sobre assuntos de interesse do Ministério da Defesa (Chile, China, Oriente Médio e Situação Curda);
- Realização do Programa Álvaro Alberto, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o objetivo de fomentar a produção de pesquisas em temas de interessa da defesa, com as seguintes atividades principais até o momento: sistematização de 300 produtos oriundos da 1ª chamada do Programa; 5 Projetos de Pesquisa em Desenvolvimento (2018/2021); e 14 policy papers e 21 artigos acadêmicos encomendados. Vale destacar que foram entregues 10 produtos de interesse estratégico para o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA).

No campo de integração de informações e geração de conhecimento atualizado para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal brasileira, visando à proteção e ao desenvolvimento sustentável da região, merecem destaque as seguintes ações do Censipam:

- Contribuição às ações de combate as queimadas na Amazônia, no contexto da Operação Verde Brasil, mediante a produção de dados e informações, aporte de pessoal das Coordenações de Inteligência para atuar no Centro de Operações Conjuntas em Brasília, bem como nos Comandos Conjuntos da Amazônia, Norte e Centro-Oeste, e implementação de um módulo específico, na Plataforma digital de monitoramento e alerta ambiental na Amazônia, desenvolvida em 2017, para tratar a ocorrência de

focos de calor durante o período das queimadas, o que permitiu a geração de mapas de análise de alertas de focos de calor, os quais foram utilizados pelas equipes de campo. As imagens de satélite, obtidas a partir de antenas situadas na Amazônia, propiciaram maior agilidade no processamento dos dados e na geração de alertas de queimadas. Ainda durante a Operação Verde Brasil, foi lançado o aplicativo "Olhos de Águia – Queimadas", para registrar coordenadas geográficas, imagens e informações de áreas onde ocorreram queimadas (para captura dos focos de incêndio e catalogação de dados de queimadas), sendo de grande ajuda para as missões de reconhecimento e para subsidiar o planejamento das ações de combate aos focos de incêndios.

- Contribuições às ações de desmatamento na Amazônia, mediante a disponibilização, para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), de análises dos desmatamentos, produzidos pelo Sistema AMAZÔNIA – SAR, em especial os polígonos de desmatamento tipo "Corte Raso" detectados entre 1 de janeiro de 2019 a 1 de abril de 2019, totalizando 1300 polígonos validados, de um total de 3.200, representando 41% e 518 áreas embargadas que corresponderam. Do total de 1.300 polígonos auditados, 90% apresentaram detecções corretas, 6% erro de interpretação e 4% identificou desmatamento em áreas já desmatadas em anos anteriores. Essas informações são fundamentais para orientar e subsidiar o planejamento das ações de fiscalização do IBAMA.
- No contexto da Operação "Amazônia Azul, mar limpo é vida", foram desenvolvidas ações para apoiar o monitoramento marítimo, particularmente na identificação de manchas de óleo na costa brasileira. Para tanto, foi desenvolvida uma nova versão do aplicativo "Olhos de Águia", disponibilizada em novembro, com foco nas manchas de óleo que atingiram o litoral Nordeste e Sudeste brasileiros. O aplicativo tem duas funcionalidades principais: captura e transição de pontos, e visualização dos pontos capturados. Foram realizados quase 12 mil registros no aplicativo.
- Apoio às atividades de inteligência mediante participação no Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), integrando o Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência (Consisbin), além de Grupos de Trabalho no âmbito do MD, e atuação em apoio aos órgãos de fiscalização federal e de segurança pública na Amazônia Legal.
- Apoio ao planejamento e controle de operações, com pessoal, equipamentos e instalações, nas fases de planejamento e execução de operações conjuntas, singulares, interagências e jogos de guerra das escolas de Estado-Maior das Forças Armadas, e fornecimento de análises, estimativas, mapas temáticos; planos, briefings, relatórios e instalações para montagem de Centros de Coordenação de Operações (CCOp). Em 2019, foram apoiadas 37 operações conjuntas, singulares ou interagências, com os seguintes órgãos principais: o próprio MD e as Forças Armadas; IBAMA; Instituto Chico Mendes de conservação da Biodiversidade (ICMBio); Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); Polícia Federal (PF); e Fundação Nacional do Índio (FUNAI).
- Apoio ao monitoramento de ilícitos nacionais e transnacionais, com foco na obtenção e manutenção da consciência situacional acerca dos principais ilícitos que ocorrem na Amazônia Legal, entre os quais o garimpo ilegal, narcotráfico, desmatamento, tráfego aéreo desconhecido, pirataria fluvial e pesca ilegal, mediante a produção de conhecimentos de inteligência, em proveito dos órgãos de fiscalização, segurança pública e Forças Armadas, resultando em relatórios de inteligência, aplicativos, mapas temáticos e cartogramas de inteligência, tendo como principais usuários: o próprio MD e as Forças Armadas; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério Público Federal; IBAMA; ICMBio; FUNAI; Secretarias de Segurança Pública dos Estados da Amazônia Legal; ABIN; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e Agência Nacional de Mineração (ANM). No que concerne ao monitoramento de garimpos e pistas e pouso, em 2019 foram produzidos 24 relatórios, encaminhados à PF, ABIN e ANM. Para tanto, foram utilizados dados e informações provenientes de sensores orbitais óticos e RADAR; de sensores embarcados em aeronaves R-99 e R-35; do Sistema de gerenciamento de Pistas (GPIS); analistas de geointeligência; e sistemas computacionais de alta capacidade.
- Produção de informações sobre meteorologia, tendo como principais produtos: previsão meteorológica diária para todos os municípios da Amazònia Legal; o Boletim Climático, produzido mensalmente, com projeções de temperatura e precipitação para os três meses subseqüentes; os Boletins Especiais (que podem ser produzidos para situações específicas de condições adversas ou para atender missões de campo) e os boletins diários.
- Produção de informações sobre climatologia da Amazônia. A variabilidade do clima na região é capaz de provocar chuvas intensas, secas prolongadas e temperaturas excessivamente elevadas, tornando o ambiente vulnerável. Para mitigar os efeitos adversos do clima e preparar os órgãos de governo para se antecipar aos acontecimentos, é realizado o monitoramento climático (temperaturas, precipitações – índices pluviométricos, etc). O Censipam dispõe da maior rede de radares meteorológicos no Brasil. São 11 radares instalados nos municípios dos Estados de Roraima, Amazonas, Rondônia, Acre, Pará, Amapá e Maranhão. Essa ferramenta é empregada para o monitoramento de tempestades e previsão de curto prazo na Amazônia. Cada radar realiza dois tipos de varredura, sendo uma com alcance de até 240 quilômetros de raio e outra com até 400 quilômetros de raio.
- Produção de informações no âmbito do Sistema de Alerta e Apoio à Defesa Civil, com consolidação da plataforma de monitoramento de eventos extremos SIipam-Hidro. A Amazônia é considerada como uma das regiões com os maiores índices pluviométricos do planeta, o que, somado à extensa rede hidrográfica local, ocasiona eventos hidrológicos críticos. Tanto os eventos de cheias quanto eventos de estiagens provocam transtornos às populações amazônicas residentes em núcleos urbanos marginais aos rios, principal via de transporte da região. Assim, são produzidas, periodicamente, informações com indicação das áreas de risco para as cheias cíclicas dos rios

Amazônicos, segundo o tempo de recorrência; para apoiar o planejamento urbano e o uso do solo; de alerta à navegação; e de áreas inundáveis nas cidades; entre outras.

O objetivo foi atingido, com três das quatro metas alcançadas.

Com relação à meta de "Apoiar a participação de 3.725 universitários no Projeto Rondon, para o fortalecimento da consciência cidadã", os recursos orçamentários disponibilizados possibilitaram a realização de apenas 12 operações, resultando na participação de 2.793 universitários no Projeto, atingindo 80% da meta definida, mesmo com a adoção de uma série de ações voltadas a reduzir os custos das operações, como: obtenção de recursos via Emendas Parlamentares, parcerias com Estados e Municípios, obtenção de apoio da FAB para o transporte aéreo e a adoção da modalidade "Operação Regional", onde não incide custo das passagens aéreas. Cabe ressaltar que as parcerias contribuíram com mais de 50% do custo total das Operações. É importante mencionar que, no período 2016-2019, 859 Instituições de Ensino Superior (IES) se candidataram a participar do Projeto, atendendo aos Processos Seletivos divulgados, sendo que apenas 215 foram selecionadas para participar das operações, diante da restrição dos recursos orçamentários, mostrando que existe uma enorme demanda que ainda não foi possível atender.

A meta de "Atender 75% dos municípios na área de abrangência do Programa Calha Norte com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, economia, educação, saúde, social, transportes e esportes" foi atingida (quantidade alcançada de 80%), mesmo com a ampliação da área de abrangência do Programa ao longo do percurso.

A meta do PPA, para o período 2016-2019, de "Capacitar profissionalmente 31.398 jovens egressos do serviço militar para inserção no mercado de trabalho, no âmbito do Projeto Soldado-Cidadão" foi alcançada, uma vez que foram profissionalizados 35.342 jovens no período, sendo 9.062 em 2019.

A meta do PPA, para o período 2016-2019, de "Formar e capacitar 23.900 profissionais aquaviários" foi atingida, uma vez que foram formados e capacitados 45.909 aquaviários no período, nos 488 cursos do Programa de Ensino Profissional Marítimo da Marinha, sendo 12.058 em 2019. Os cursos de formação e de qualificação representam, para a maioria dos cidadãos beneficiados, a sua formação técnica para a obtenção do primeiro emprego e, para os integrantes da comunidade marítima, a oportunidade de ascensão profissional e socioeconômica, uma vez que propicia oportunidade de remuneração mais elevada, devido às especificidades da profissão, favorecendo o incremento da economia do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O PPA 2016-2019

A evolução dos objetivos do Programa Defesa Nacional e, consequentemente, da implementação da Política Nacional de Defesa, foi fortemente impactada pelas restrições orçamentárias e financeiras ao longo do período de vigência do PPA 2016-2019, que dotações consignadas nas leis orçamentárias anuais inferiores às necessidades do Programa, com reflexo nos resultados alcançados.

Contudo, de maneira geral os objetivos e as metas do Programa 2058 apresentaram desempenho satisfatório, pois das 44 metas de responsabilidade do MD, 55% foram atingidas e 45% não alcançaram o percentual previsto, sendo que 41% das metas não alcançadas obtiveram percentual de execução acima de 70%.

O MD realizou os arranjos de gestão necessários para minimizar os impactos das restrições orçamentárias, priorizando o cumprimento das metas previstas no PPA, principalmente aquelas relacionados aos projetos estratégicos de defesa.

Por fim, vale ressaltar, que a execução da Política Nacional de Defesa e a manutenção da capacidade de defesa do país são objetivos de caráter contínuo, por isso a perspectiva é de que nos próximos exercícios sejam continuados os esforços de investimentos estratégicos no setor de defesa.

Gestão de Recursos

Na busca incessante pelo aprimoramento da gestão, no final do primeiro semestre de 2019 o MD deu início a um processo de "Racionalização Administrativa", voltado a buscar o aperfeiçoamento de processos e estruturas organizacionais da Pasta, considerando todos os órgãos que o integram, não incluídas as Forças Armadas. O referido processo foi concluído no final de 2019, resultando em uma proposta de reestruturação do Ministério, com o aperfeiçoamento de uma série de processos de trabalho, o que será levado a cabo ao longo de 2020.

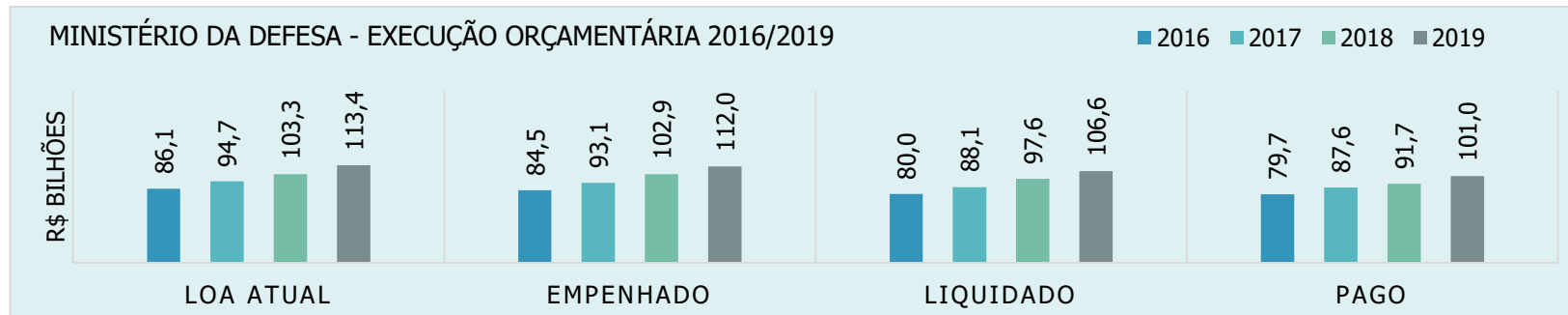
Também em 2019, no âmbito do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov), do Ministério da Economia, o MD aderiru à Ata de Registro de Preços (Pregão Eletrônico nº 3/2019, conduzido pela Central de Compras do ME, Processo nº 19973.100256/2019-56), para contratação de serviços de apoio à gestão estratégica, compreendendo: cadeia de valor; referenciais (análise ambiental) e mapa estratégico; painel de indicadores e metas; projetos e entregas estratégicas; monitoramento da estratégia; e avaliação da estratégia.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

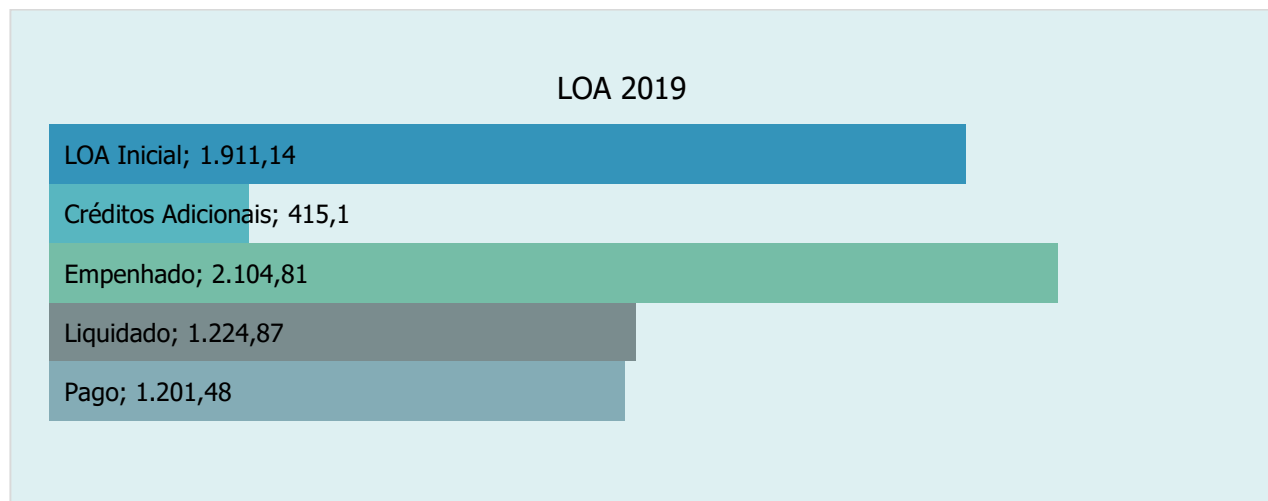
O Ministério da Defesa (MD) foi criado por meio da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com o objetivo de coordenar o esforço integrado das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, visando contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional.

Nos últimos 15 anos, os recursos orçamentários destinados ao MD tiveram relevante incremento nominal, saltando de R$ 33,0 bilhões, em 2005, para R$ 113,4 bilhões em 2019, ou seja, um crescimento nominal de 343,6%. Entretanto, em que pese o aumento nominal do orçamento, isso não significou aumento do seu orçamento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, cuja média, incluindo os Comandos Militares, tem se mantido entre 1,4% e 1,5% do PIB do Brasil, abaixo, portanto, de muitos países de mesmo porte no cenário internacional, e de países que fazem parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cujo percentual médio de gastos em defesa de seus países tem se mantido em torno de 2% do PIB.

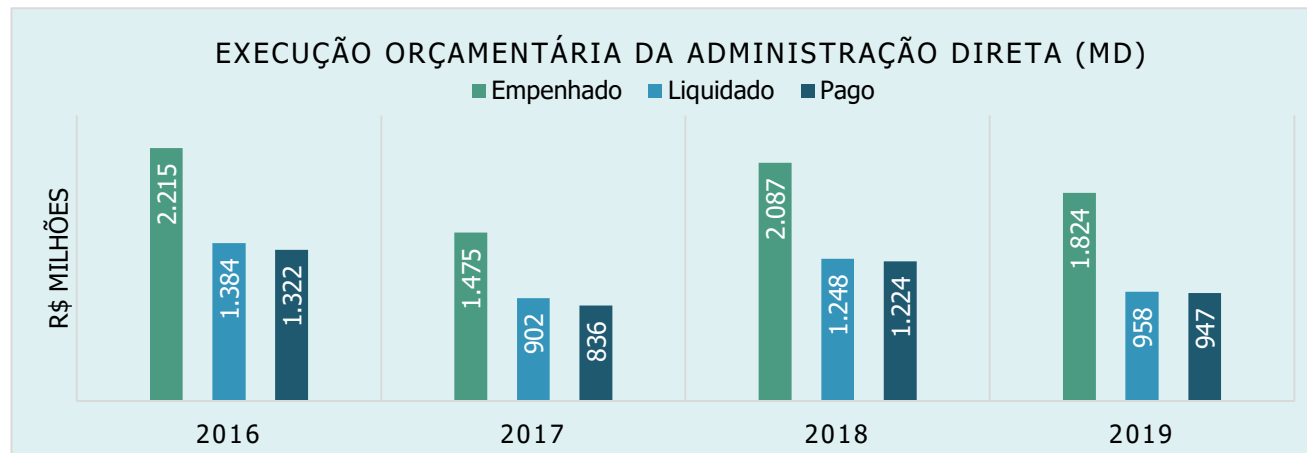
Cabe ressaltar que o orçamento das Forças Armadas é intensivo em despesa obrigatória de pessoal, consumindo entre 80% e 85% de todo o orçamento, por possuir grande quantitativo aprestado e mobilizado, característica da natureza de suas funções precípuas, inerentes à Defesa Nacional. Esse cenário, aliado às restrições fiscais do País nos últimos anos, culminou na destinação apenas de valor residual para o financiamento dos investimentos em Defesa, apesar das suas caraterísticas de alto valor científico e tecnológico e da sua longa maturação. Tais investimentos estratégicos em Defesa Nacional, em função do seu caráter estruturante e dual (de uso civil e militar), produzem um ciclo virtuoso de crescimento econômico e social, beneficiando toda a sociedade brasileira, haja vista o impacto direto na geração de emprego e renda, e o desenvolvimento do País.

Na Lei Orçamentária Anual de 2019 (LOA 2019), o MD obteve um orçamento total da ordem de R$ 113,4 bilhões, empenho de R$ 112,0 bilhões, liquidação de R$ 106,6 bilhões, e pagamento de R$ 101,0 bilhões. Em relação ao ano de 2018 apresentou incrementos da seguinte ordem: i) dotação orçamentária, incremento de R$ 10,1 bilhões (9,8%); ii) empenho, aumento de R$ 9,1 bilhões (8,8%); iii) liquidação, aumento de R$ 9 bilhões (9,2%); iv) pagamento, incremento de R$ 9,3 bilhões (10,1%), não incluídos os pagamentos de Restos a Pagar (RAP).

Fonte: SIOP-BI

Tendo em vista a autonomia de gestão orçamentária conferida aos os Comandos Militares, considerando ainda que essas instituições apresentarão relatórios de gestão próprios, não será objeto deste relatório a análise da sua execução orçamentária e financeira, uma vez que aqueles Comandos deverão contemplar essas informações em relatórios de gestão próprios. Desta forma, o escopo destas informações inclui todas as despesas ordinárias do MD, além daquelas oriundas de emendas parlamentares e de créditos extraordinários, excluídos os valores da reserva de contingência e os recebidos de outros Ministérios e das Forças Armadas.

Em termos orçamentários, o perfil da despesa do MD difere do perfil orçamentário dos Comandos Militares, haja vista que 95,0% do ativo militar que trabalha no MD é pago pelas próprias Forças Militares às quais o militar está vinculado, permitindo que a maior parte do orçamento do MD seja apropriada no custeio e nos investimentos, que será demonstrado mais à frente. A LOA 2019 consignou aos órgãos do MD (Administração Direta e Fundos específicos singulares) dotação orçamentária no total de R$ 1,9 bilhão; contudo, a abertura de créditos adicionais, da ordem de R$ 415,1 milhões, redimensionou o orçamento 2019 para a cifra de R$ 2,3 bilhões.

Fonte: SIOP-BI

PERFIL DO GASTO DE 2016 A 2019, POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (UO)

Fonte: SIOP-BI

No que tange à Unidade Orçamentária 52.101 – Administração Direta (MD), avaliando o comportamento da execução orçamentária em de 2016 a 2019, destaca-se: em termos nominais, houve queda de 33,4% nas despesas empenhadas de 2016 para 2017, seguido de crescimento de 41,5% dos valores empenhados de 2017 para 2018. Em 2019 houve queda nominal de 11,3% dos valores empenhados, quando comparado a 2018.

Fatores que explicam queda nominal de 33,4% do orçamento empenhado de 2016 para 2017

- Fim da ação de *Apoio à Realização de Grandes Eventos*, criada para viabilizar a realização das Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016;
- Conclusão do projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC), reduzindo o montante empenhado em 2017; e
- Abertura de crédito extraordinário, em 2016, para o Apoio das Forças Armadas no Combate ao Aedes Aegypti, transmissor dos vírus Zika e Chicungunha, de forma coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) sem sua continuidade no exercício seguinte.

Fatores que explicam queda nominal de 12,6% dos valores empenhados de 2018 para 2019

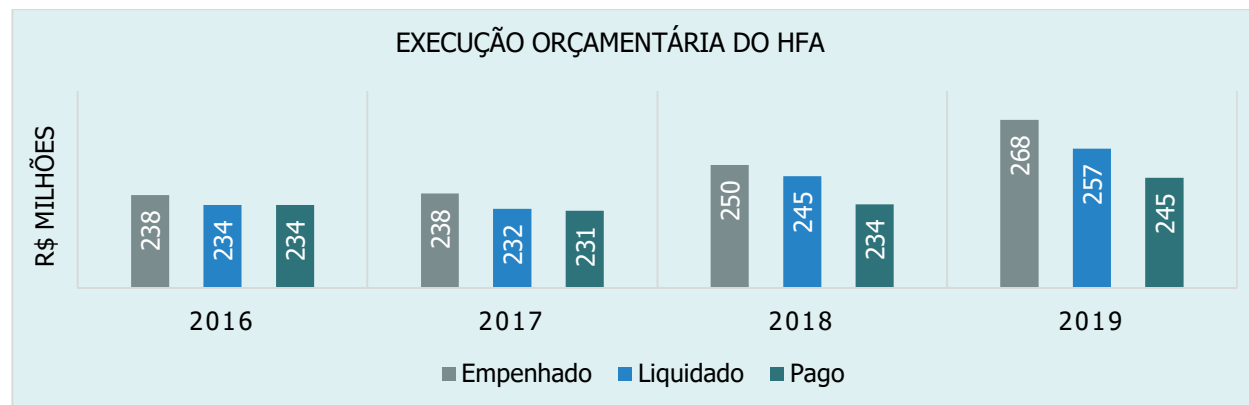
- Diminuição das *Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)* em 2019 em relação ao ano de 2018.
- Menor nível de empenho dos investimentos e despesas correntes do *Projeto de Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas,* em relação ao ano de 2018. Destaca-se que tanto as despesas com as Operações de GLO, quanto para aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas serão discutidas a frente, no título Principais Programas/Projetos da ACMD.
- Diminuição das despesas correntes (custeio), de uma forma geral, no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa.

Fatores que explicam o incremento nominal de 41,5% do orçamento empenhado de 2017 para 2018

- Abertura de créditos extraordinários, por meio da edição das medidas provisórias, que consignaram orçamento para a realização das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e de Assistência emergencial e acolhimento humanitário de pessoas advindas da República Bolivariana da Venezuela (Operação Acolhida).
- Aumento do empenho de recursos no Projeto de Aquisição de Helicópteros, da Administração Direta.

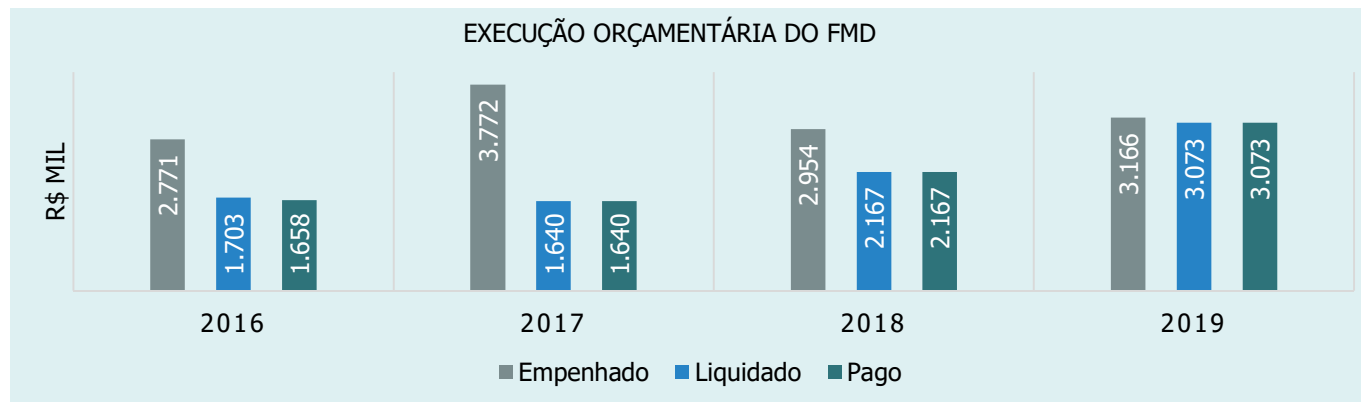
Fatores que explicam o incremento nominal de 7,2% do orçamento empenhado de 2018 para 2019

✓ O crescimento nominal do nível de empenho do HFA, de 2018 para 2019, desconsiderando o efeito inflacionário, é devido à descentralização do pagamento da Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes àquela U.O., o que antes era operacionalizado pela Administração Direta do Ministério da Defesa.

Com relação à Unidade Orçamentária 52.902 – Hospital das Forças Armadas (HFA), verifica-se que houve estabilidade no nível de empenho entre os anos de 2016 e 2017, sendo que, entre 2017 e 2018, houve um crescimento nominal, de aproximadamente 5,0%, ligeiramente acima da inflação do período. Entre 2018 e 2019 houve um crescimento nominal de 7,2% do seu empenho.

Fonte: SIOP-BI

No que tange aos Fundos vinculados à Administração Central do Ministério da Defesa, quais sejam, o Fundo do Ministério da Defesa (FMD) e o Fundo do Serviço Militar (FSM), ambos são Unidades Orçamentárias (UO's) próprias, e apresentam volumes de recursos orçamentários menores, se comparados à Administração Direta e ao HFA.

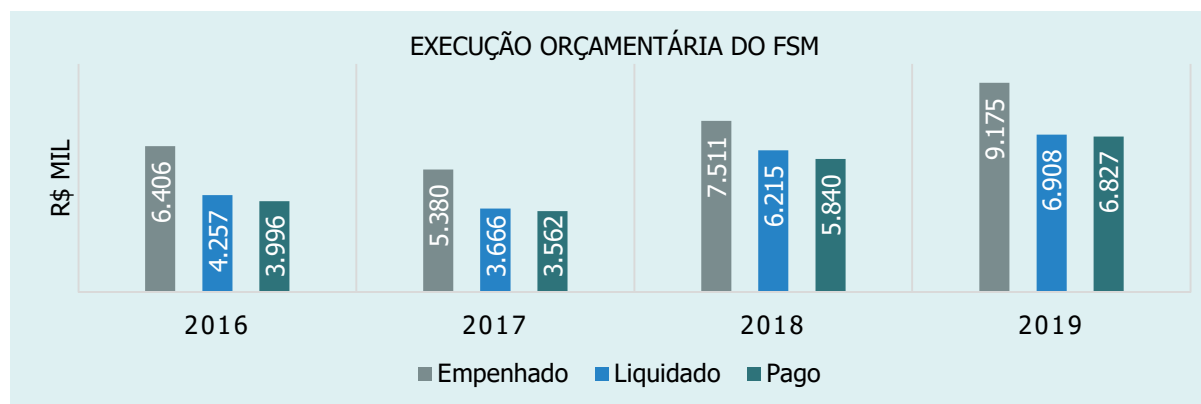
Com relação ao FMD, instituído pela Lei nº 7.448, de 20 de dezembro de 1985, com a denominação original de Fundo do Estado-Maior das Forças Armadas (Fundo do EMFA), compete atender, com aporte financeiro, as demandas da Administração Central do Ministério da Defesa quanto à manutenção dos imóveis funcionais sob sua jurisdição, como também as demandas dos comandos militares, com ações referentes à pesquisa na área de segurança alimentar das Forças Armadas, dentro do planejamento estabelecido pelo Fundo de Rações Operacionais (FRO).

Em relação à sua execução orçamentária, verifica-se que houve aumento nominal do nível de empenho entre os anos de 2016 e 2017 de 36,12%, queda entre 2017 e 2018 de 21,7%, e novo crescimento nominal de 7,1% do nível de empenho em 2019, comparado com 2018.

Fonte: SIOP-BI

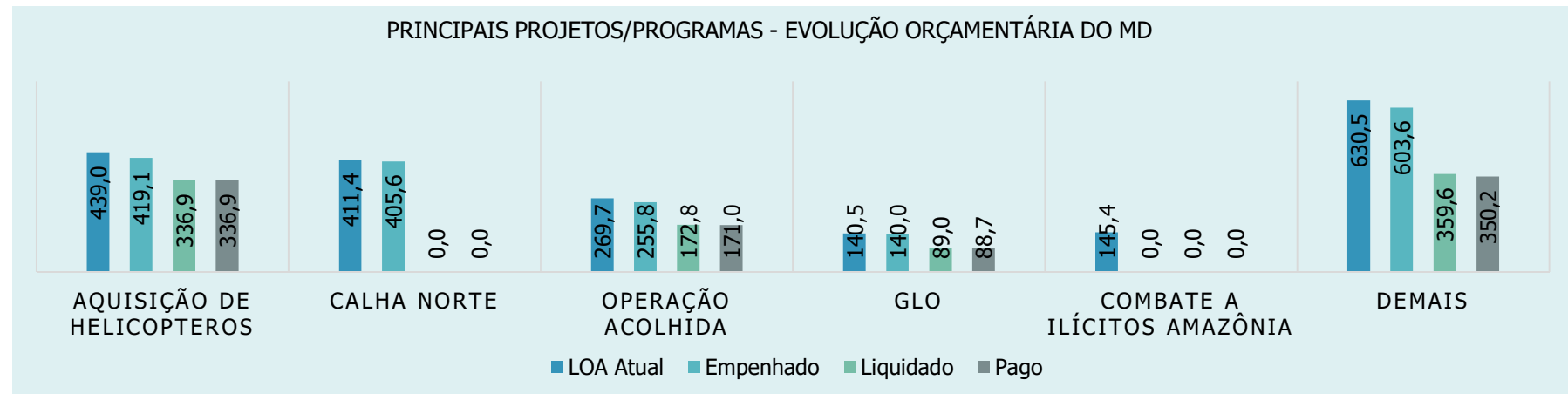
Fatores que explicam a execução orçamentária do FMD

✓ As oscilações dos valores empenhados entre os anos de 2016 a 2019 são explicadas pela própria finalidade do Fundo que é de atender as demandas da ACMD quanto à manutenção dos imóveis funcionais sob sua jurisdição, como também as demandas para os comandos militares, com ações referentes à pesquisa na área de segurança alimentar das Forças Armadas, dentro do planejamento estabelecido pelo Fundo de Rações Operacionais.

Criado por meio da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar (LSM), o Fundo do Serviço Militar tem a finalidade de prover recursos destinados à mobilização para o Serviço Militar Obrigatório (SMO), que consiste no alistamento, na seleção e na incorporação ou matrícula da classe convocada, anualmente, pelo Plano Geral de Convocação.

Em relação à execução orçamentária do FSM verifica-se que houve queda nominal do nível de empenho entre os anos de 2016 e 2017 de 16,0%, aumento entre 2017 e 2018 de 39,6%, e novo crescimento nominal de 22,1% do nível de empenho em 2019, comparado com 2018.

Fonte: SIOP-BI

PRINCIPAIS PROJETOS/PROGRAMAS DO MD

Em 2019, a atuação do MD esteve fortemente pautada na execução de ações finalísticas a cargo do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, tais como a aquisição de helicópteros para o emprego nas Forças Armadas, a assistência emergencial e acolhimento humanitário aos venezuelanos (Operação Acolhida), as ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO); bem como na execução de convênios com outros entes no âmbito do Programa Calha Norte.

Fonte: SIOP-BI

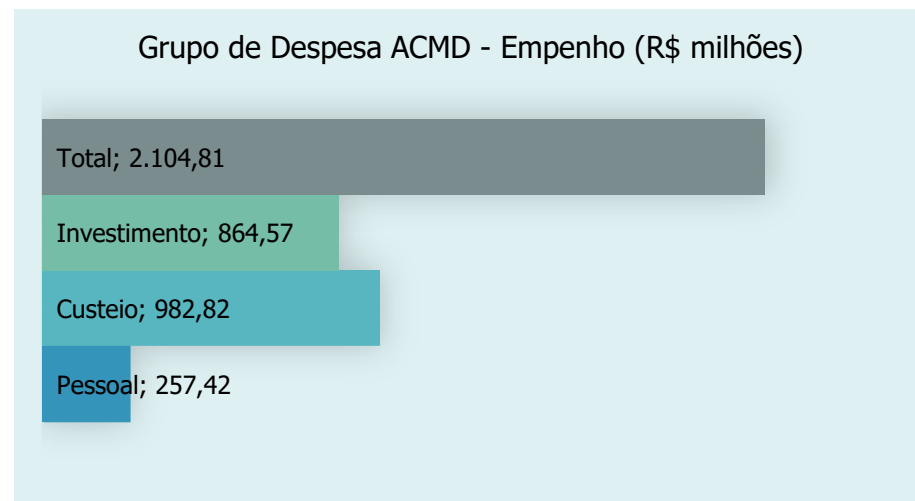
Projeto de Aquisição de Helicópteros para emprego das Forças Armadas: Projeto de aquisição de helicópteros destinados à realização de missões associadas ao treinamento e à tarefa de sustentação ao combate e às missões relacionadas à tarefa de interdição, bem como para utilização em ações cívico-sociais, de integração nacional, misericórdia e humanitária. O projeto apresentou, em 2019, alto grau de execução financeira, voltados a continuidade da aquisição dos Helicópteros H-X BR, com o consórcio EUROCOPER/HELIBRAS, com um valor empenhado de R$ 419,1 milhões e um pagamento da ordem de R$ 336,9 milhões, ou seja, foram pagos 80,4% dos valores empenhados.

Assistência emergencial e acolhimento humanitário aos Venezuelanos (Operação Acolhida): A Assistência foi viabilizada com a abertura de crédito extraordinário por meio de duas Medidas Provisórias, a Medida Provisória nº 880, de 30 de abril de 2019, no valor de R$ 223,8 milhões, e a nº 912, de 19 de dezembro de 2019, no valor de R$ 31,79 milhões, totalizando R$ 255,6 milhões, com o objetivo de fornecer o apoio logístico e de pessoal necessários à assistência emergencial e ao acolhimento humanitário de pessoas advindas da República Bolivariana da Venezuela, no Estado de Roraima. Se considerarmos o valor da reabertura de crédito, no valor de R$ 14,1 milhões, aprovados nos 4 últimos meses do exercício de 2018, o valor da dotação orçamentária total para essa ação em 2019 chegou ao patamar de R$ 269,7 milhões, dos quais R$ 255,8 milhões foram empenhados e R$ 171 milhões foram pagos.

Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO): O MD iniciou o exercício de 2019 com dotação de R$ 47,5 milhões. No decorrer do exercício, as Operações de GLO receberam mais R$ 93 milhões, totalizando uma dotação atualizada de R$ 140,5 milhões. Destes, R$ 86 milhões foram destinados para mobilização das Forças Armadas visando a atender as necessidades da Operação Verde Brasil, deflagrada em 24 de agosto de 2019 e prorrogada até 24 de outubro de 2019, por meio do Decreto 10.022, de 20 de setembro de 2019. Esses recursos adicionais foram necessários para fazer frente às ações em áreas de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental, nos Estados que compõem a Amazônia Legal. Outros R$ 7 milhões foram destinados para despesas com a mobilização e desmobilização dos meios necessários para o emprego das Forças Armadas na segurança dos Chefes de Estado e de Governo na XI Cúpula do BRICS, realizada em Brasília, capital federal, em novembro. Ao fim de 2019, as ações de GLO empenharam R$ 140,5 milhões, destes, R$ 88,7 milhões foram pagos.

Programa Calha Norte (PCN): o PCN é um Programa do Ministério da Defesa que tem o propósito de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região amazônica, por meio do apoio às organizações militares em faixa de fronteira ou em regiões geograficamente isoladas e aos municípios da região. Grande parte da sua execução orçamentária é realizada por meio de convênios com municípios, com recursos oriundos de emendas parlamentares. Em 2019 o programa empenhou R$ 405,6 milhões, entretanto, não houve pagamento de despesas da LOA 2019. A não realização de pagamento é justificada por se tratar de uma ação que depende da celebração e execução de convênios entre a União e outros Entes da Federação. Assim, a formalização do convênio, sua execução, e prestação de contas por parte do convenente pode ultrapassar um exercício financeiro, e dessa forma, forçar a inscrição destes recursos em Restos a Pagar (RAP) para que seu efetivo pagamento se complete nos exercícios subsequentes. Em decorrência deste interregno entre as fases da despesa, notadamente entre o empenho da despesa e do seu efetivo pagamento, em 2019 o PCN pagou R$ 225,6 milhões de Restos a Pagar processados e não processados inscritos até aquele ano (inscritos em diversos exercícios) na ação 1211.

Proteção, Fiscalização e Combate a Ilícitos na Amazônia Legal e sua Região Fronteiriça: A ação orçamentária destinada ao combate a ilícitos na Amazônia Legal (AO 21BT) foi criada a partir da Decisão do STF para que a Petrobrás devolvesse ao Tesouro Nacional o valor de R$ 2,6 bilhões em função dos ilícitos apurados pela Operação Lava Jato. Desta forma, em 13 de dezembro de 2019, por meio da Lei nº 13.947 foi adicionado ao orçamento do Ministério da Defesa e respectivos Comandos o valor de R$ 494 milhões, destes R$ 145,4 milhões destinados ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM). Dado que o crédito especial foi aprovado na 1ª quinzena de dezembro, não houve possibilidade de execução dos recursos, os quais poderão ser reabertos no exercício de 2020. Esses recursos serão utilizados em atividades relacionadas com ações de proteção, sensoriamento remoto, fiscalização, combate ao desmatamento, incêndios florestais e ilícitos ambientais, e atuação em delitos transfronteiriços na Amazônia Legal, inclusive na faixa de fronteira, executados pelas Forças Armadas, com objetivo de prevenir o desmatamento e preservar a floresta tropical na região da Amazônia Legal.

PERFIL DO GASTO: VISÃO DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA (EM MILHÕES)

Fonte: SIOP-BI

DESPESAS COM PESSOAL

Outras Despesas; 13.204.234,4
Contribuições Patronais; 33.033.866,94
Aposentadorias e Reformas; 40.821.750,84
Pessoal Militar; 12.771.890,29
Pessoal Civil; 157.588.400,8

Em 2019, houve queda percentual da despesa com pessoal, comparado com o ano de 2018, em relação a despesa total na ACMD. Em 2019 este percentual correspondeu a 12,0% de toda a despesa empenhada pela Administração Central, enquanto em 2018 este percentual foi de 16%. Em termos nominais, a despesa empenhada atingiu o montante total de R$ 257,4 milhões, e R$ 239,4 milhões para a despesa paga. Vale ressaltar que grande parte das despesas com o pagamento dos ativos militares lotados na Administração Central está a cargo dos três Comandos Militares, ficando para a ACMD apenas o encargo do pagamento de eventuais gratificações por desempenho de funções militares.

INVESTIMENTO

Outras Despesas; 41.540.974,35
Obras e Instalações; 366.293.831,26
Equipamento e Permanentes; 456.735.278,75

No que tange aos investimentos, em 2019, na Administração Central, foram empenhados R$ 864,57 milhões, e priorizados equipamentos e materiais permanentes, atingindo 52,8% da despesa empenhada. O Projeto de aquisição de Helicópteros H-X BR é responsável por 72,3% das despesas com equipamentos e materiais permanentes, no grupo investimentos, com R$ 330,1 milhões.

CUSTEIO

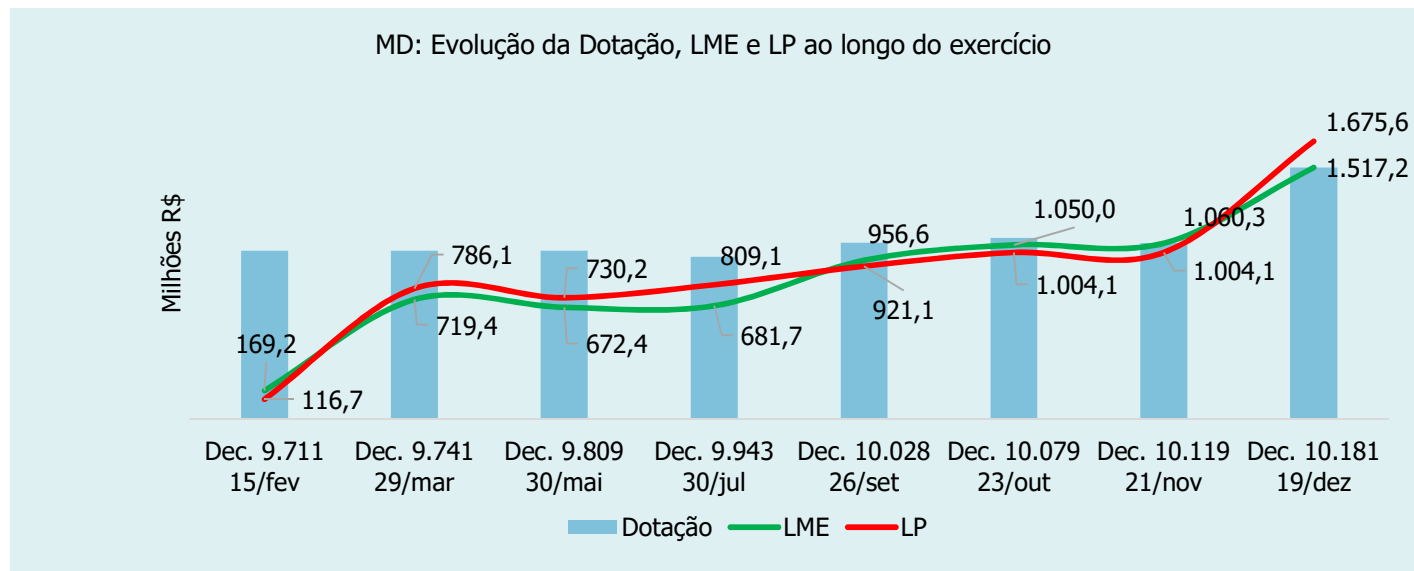
Outras Despesas; 167.463.574,88
Outros Serviços Terceios - PJ; 508.883.672,67
Material de Consumo; 306.472.183,01

Fonte: SIOP-BI

Em 2019, o empenho das despesas de custeio totalizou R$ 982,8 milhões; e os pagamentos totalizaram R$ 628,2 milhões, queda nominal de 3,7% em relação ao ano de 2018. As ações orçamentárias que mais contribuíram para a despesa empenhada em custeio com material de consumo foram as ações de Assistência Emergencial e Acolhimento Humanitário aos Venezuelanos (Operação Acolhida), com R$ 89,1 milhões, e as ações de Garantia da Lei da Ordem, com R$ 73,1 milhões. Já no caso das despesas de custeio em serviços de terceiros - PJ, a ação que mais contribuiu foi a Operação Acolhida, com R$ 136,1 milhões, seguida do Projeto de Aquisição de Helicópteros H-X BR, no valor de R$ 75 milhões.

COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS DA ACMD EM 2018 E 2019

(R$ milhão)	Tipo de Despesa	Pessoal	Custeio	Investimentos	Inversões Financeiras	TOTAL
2018	**Empenhado**	254,3	1.054,4	1.038,6	0,0	**2.347,4**
	Liquidado	254,2	670,8	576,6	0,0	**1.501,6**
	Pago	238,9	652,4	574,8	0,0	**1.466,1**
	RAP Pago	0,2	176,6	422,5	0,0	**599,3**
2019	**Empenhado**	257,4	982,8	864,6	0,0	**2.104,8**
	Liquidado	254,8	635,3	334,7	0,0	**1.224,9**
	Pago	239,4	628,2	333,8	0,0	**1.201,5**
	RAP Pago	15,4	379,9	333,3	0,0	**728,6**
Variação	**Pago 2019 – Pago 2018**	0,6	-24,2	-240,9	0,0	**-264,6**
	Variação (%)	0%	-3,7%	-41,9%	0%	**-45,9%**

Fonte: SIOP-BI

Fonte: DIORÇ/SEORI/MD

Discussão do Desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado

O gráfico explicita o Limite de Movimentação e Empenho (LME) e o Limite de Pagamento (LP), estabelecidos, por meio de Decretos do Poder Executivo, ao longo do ano de 2019, para a Administração Central do MD. Os valores contingenciados resultam da diferença entre a dotação autorizada na LOA 2019, o LME e o LP. Os dados extraídos referem-se às ações de despesas discricionárias e aos projetos estratégicos de Defesa, classificados como Resultado Primário 2 e 3, respectivamente. Não foram considerados no comparativo os créditos extraordinários, que não estão sujeitos a programação orçamentária e financeira; e as emendas parlamentares, que possuem limites de empenho e pagamento próprios.

	15/fev	29/mar	30/mai	30/jul	26/set	23/out	21/nov	19/dez
	Dec. 9.711	Dec. 9.741	Dec. 9.809	Dec. 9.943	Dec. 10.028	Dec. 10.079	Dec. 10.119	Dec. 10.181
% Disponibilidade Orçamentária (LME/Dotação)	17%	71%	66%	70%	90%	96%	100%	100%
% Disponibilidade Financeira (LP/Dotação)	11%	77%	72%	83%	87%	92%	95%	110%

Fonte: DIORÇ/SEORI/MD

Em 2019, verificou-se que no início do exercício houve contingenciamento de despesas, com baixos LME e LP em relação a dotação orçamentária consignada na LOA para a ACMD, e que foi sendo descontingenciado até o fim do 1º semestre, com uma liberação tardia desses limites, especialmente no início do 2º semestre, fazendo com que parte da execução ocorresse ao final do exercício, e, pressionando com isso, a formação de restos a pagar.

Importante destacar que a diferença positiva entre o LP e o LME, ao longo do ano, entre o Decreto nº 9.741, de 29 de março de 2019, e o Decreto nº 9.943, de 30 de julho de 2019, justifica-se pela necessidade de execução financeira de despesas inscritas em Restos a Pagar em exercícios anteriores. Tais despesas concorrem com a dotação consignada na LOA no momento da sua execução financeira, na medida em que ambas dependem do mesmo limite financeiro.

Somado a isso, verifica-se o aumento da dotação orçamentária consignada ao Ministério da Defesa ao final de 2019, impactando o desempenho do LP no Decreto nº 10.181, de 19 de dezembro de 2019. Isso se deve à publicação de créditos adicionais ao final do exercício, notadamente da Lei nº 13.947, de 13 de dezembro de 2019, que criou a ação orçamentária destinada ao combate a ilícitos na Amazônia Legal (AO 21BT), recursos estes destinados ao Poder Executivo em função do Acordo da Petrobrás com o Supremo Tribunal Federal na Operação Lava Jato, suplementando o orçamento do Ministério da Defesa e respectivos Comandos no valor de R$ 494 milhões, dos quais R$ 145,39 milhões destinados ao CENSIPAM, na Administração Direta. Apesar de uma dotação orçamentária significativa em relação ao montante dos recursos da ACMD, não houve empenho desses recursos, dada sua abertura ao final do exercício de 2019, o qual poderão ser reabertos no exercício de 2020.

Principais impactos do Contingenciamento

- Reprogramações orçamentárias, de custeio e investimentos, para garantir a execução e o pagamento das obrigações contratuais.
- Execução tardia, com liberação de recursos orçamentários e financeiros após o 2º semestre, propiciando a inscrição de despesas em Restos a Pagar.
- Descasamento entre o contingenciamento orçamentário e financeiro acarretando problemas no gerenciamento da execução, e comprometendo as entregas (custeio e investimento) à sociedade.

Medidas Mitigadoras

- Gerenciamento intensivo do orçamento, notadamente no que tange às despesas discricionárias, de forma a reduzir o impacto do descasamento entre LME e LP, e permitir maior eficiência na despesa.
- Priorização das despesas nos grupos de custeio e investimento, de forma a atender os contratos em andamento.
- Gestões junto à Presidência da República e Ministério da Economia por meio do encaminhamento de Ofícios, apresentando os impactos do contingenciamento e as principais demandas de expansão do LME e do LP para o conjunto dos programas e projetos estratégicos do MD e para as demais programações discricionárias.

EXPLICAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO RESULTADO SOBRE O DESEMPENHO FINANCEIRO

O desempenho da execução orçamentária e financeira sobre o resultado do MD tem como pano de fundo os novos desafios do Brasil diante dos cenários nacional e internacional, e a relação do que a sociedade brasileira espera quanto ao papel e a atuação das Forças Armadas, para que estejam preparadas e em condição de pleno e pronto emprego, especialmente em ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e em ações subsidiárias (acolhimento humanitário, combate a incêndios e ilícitos ambientais, poluição marítima, endemias, dentre outros), no qual é condição necessária a disponibilidade orçamentária e financeira compatível e regular.

Se considerarmos tal contexto, a discussão da variação do resultado sobre o desempenho financeiro pode ser analisada verificando quatro grandes blocos de financiamento da estrutura orçamentária do MD *vis-à-vis* sua execução no decorrer do exercício de 2019:

Créditos Extraordinários

Em 2019, os créditos extraordinários tiveram destaque na execução orçamentária, quando se avalia o nível de execução, no âmbito do MD.

Esses créditos, todos voltados em 2019 para a Operação Acolhida, que proveu ações de acolhimento humanitário aos Venezuelanos, foram responsáveis pelo valor empenhado de R$ 255,7 milhões, dos quais R$ 171 milhões foram pagos, o que corresponde, respectivamente, a 12,2% e 14,2% de todo empenho e pagamento do MD.

Cabe ressaltar que os créditos extraordinários não entram nos limites de movimentação, empenho e pagamento dos decretos de contingenciamento, nem nos limites impostos pela Emenda Constitucional nº 95, em 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal.

Projeto Estratégico Aquisição de Helicópteros

O projeto de aquisição de helicópteros para emprego das Forças Armadas apresentou, em 2019, alto grau de execução financeira, permitindo a continuidade da aquisição dos Helicópteros H-XBR com o consórcio EUROCOPER/HELIBRAS, com um valor empenhado de R$ 419,1 milhões e um pagamento da ordem de R$ 336,9 milhões, o que corresponde, respectivamente, a 19,9% e 28,0% de todo empenho e pagamento do MD.

Emendas parlamentares

As emendas parlamentares, no âmbito do MD, concentraram-se no Programa Calha Norte – Vertente Civil. Em 2019, esse programa apresentou um empenho de recursos nas emendas parlamentares da ordem de R$ 405,6 milhões, sendo que deste total, R$ 403,3 milhões de investimento. Entretanto, não houve liquidação, nem pagamento, sendo todo o recurso empenhado inscrito em Restos a Pagar para 2020. Isso corresponde a 19,2% dos recursos empenhados no MD.

A execução está concentrada no grupo relativo a investimento, e influencia a análise do desempenho da execução e dos investimentos no MD, na medida em que essas emendas compõem, em 2019, 76,1% do total de Restos a Pagar inscritos (RAP) em investimentos para o exercício seguinte.

Ações Subsidiárias das Forças Armadas no Cenário Nacional
(GLO, Operação Verde Brasil e Combate a Ilícitos)

Em 2019, as Operações de GLO totalizaram uma dotação de R$ 140,5 milhões, incluindo a Operação Verde Brasil. Ao fim de 2019, as ações de GLO empenharam R$ 140,5 milhões, dos quais, R$ 88,7 milhões foram pagos. Isso representa, no âmbito do MD, respectivamente, a 6,7% e 7,3% de todo empenho e pagamento.

A ação orçamentária destinada ao combate a ilícitos na Amazônia Legal, criada após Acordo da Lava Jato, suplementou o orçamento do MD, ao final de dezembro de 2019, no valor de R$ 145,39 milhões, destinados ao EMCFA. Tais recursos, que compreendem cerca 6,3% da dotação total do MD, poderão ser reabertos no exercício de 2020.

DESAFIOS

- Buscar novas formas de financiamento em Defesa Nacional, por meio da elaboração de mecanismos inovadores e criativos, de forma a suprir os impactos sofridos pela diminuição da dotação orçamentária, após a aprovação do Novo Regime Fiscal (EC nº 95/2016).
- Priorizar a eficiência e efetividade do gasto, entregando produtos mais elaborados e com maior qualidade ao cidadão.
- Manter o controle das despesas obrigatórias, evitando seu crescimento, ao mesmo tempo em que se busca priorizar as despesas discricionárias, notadamente o investimento.
- Gerir de forma eficiente o orçamento público, para minimizar o impacto do contingenciamento orçamentário e financeiro, de modo a não prejudicar a atuação das Forças Armadas e a entrega dos resultados à sociedade.

AÇÕES FUTURAS

- Promover constante aperfeiçoamento nos processos de execução orçamentária e financeira, de forma a maximizar os recursos disponíveis no âmbito do MD.
- Prover as unidades vinculadas à ACMD de soluções criativas e inovadoras para que que possam ser mais eficientes, entregando melhores resultados com redução de custos.
- Criar um ambiente colaborativo e recíproco entre as instâncias orçamentárias e financeiras no âmbito do MD, de forma a estimular parcerias e ambiente resolutivo para o enfrentamento da escassez de recursos.

GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE LEGAL

O MD possui força de trabalho híbrida, composta por servidores públicos que são regidos pelos preceitos da Lei nº 8.112/1990 e demais atos complementares, e por militares das três Forças Armadas, sujeitos a regulamento próprio, qual seja, o Estatuto dos Militares – Lei nº 6.880/1980 e demais atos complementares editados, com regras específicas quanto à apuração e à responsabilização disciplinar (legislações específicas de cada Comando de Força Singular).

PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE PESSOAS

As atividades relacionadas à gestão de pessoas vinculam-se ao Objetivo Estratégico da Secretaria Geral, de de "Desenvolver competências, valorizar pessoas e adequar a força de trabalho às necessidades institucionais". No âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Hospital das Forças Armadas (HFA), essas atividades são orientadas pelos seus respectivos planejamentos estratégicos.

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO CIVIL

A força de trabalho civil do MD é composta por servidores públicos efetivos (estatutários); requisitados da Administração Pública Federal Direta, empresas públicas, estados e municípios; empregados públicos; e militares requisitados das três Forças Armadas, conforme apresentado a seguir. Cerca de 1% encontra-se cedida a outros órgãos.

No Censipam, a força de trabalho civil é composta majoritariamente por servidores públicos de outros órgãos e servidores sem vínculo (72%), o que representa um risco potencial para o órgão. Cerca de 85% de seus cargos públicos efetivos encontram-se vagos, tendo em vista que os concursos para o seu preenchimento nunca foram autorizados.

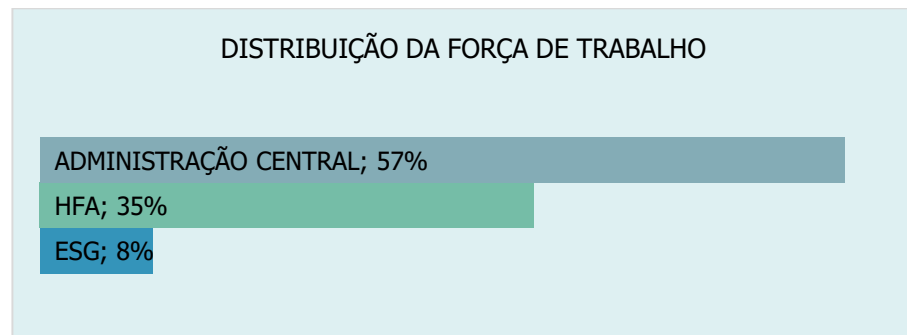
A ESG também enfrenta sérias dificuldades para a recomposição da sua força de trabalho, principalmente na atividade meio, não só pelo escasso número de servidores públicos em exercício, como também pelo fato de muitos já possuírem o tempo de serviço necessário para requerer aposentadoria. Em 2019, vinte e nove servidores civis estavam em exercício na Escola, sendo que cerca de 50% já possuem tempo para aposentadoria.

COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

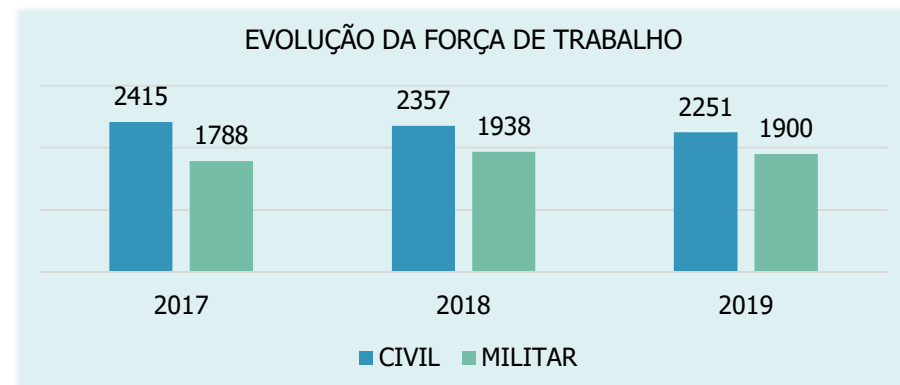
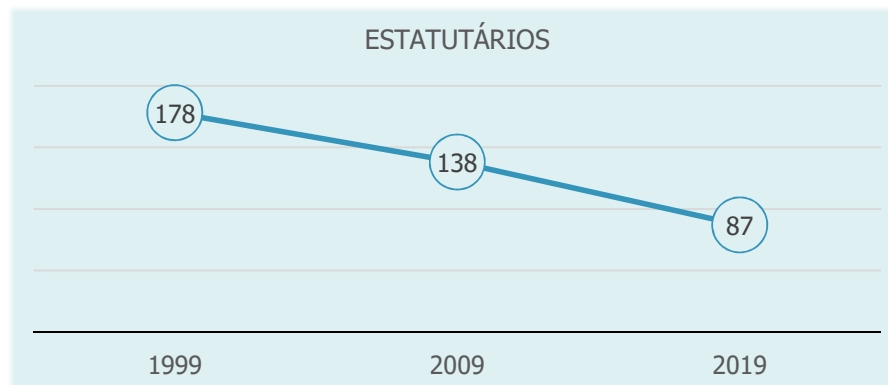
MILITAR; 1900
ESTATUTÁRIO; 1492
SEM VÍNCULO; 265
EMPREGADO PÚBLICO; 162
REQUISITADO; 155
OUTROS; 129
CEDIDO; 48

Fonte: DW Pessoal, base de dados do SIAPE, e BIEG, dez-19

No HFA, um dos principais problemas é a contínua redução da força de trabalho civil, por aposentadoria e exoneração, sem haver previsão de concurso público, especialmente quanto ao cargo de Médico. A principal causa é a baixa atratividade da remuneração do cargo, quando comparada à remuneração do Governo do Distrito Federal para os mesmos cargos, e mesmo para cargos equivalentes de outros órgãos da Administração Pública Federal. Desde 2013, o MD tem solicitado, quase que anualmente, a reestruturação da Carreira do HFA, com a elevação da remuneração do Médico, pleito não acatado pelo órgão central de pessoal.

Finalmente, vale mencionar que o caráter transitório da permanência dos militares, nas diversas unidades do MD, resulta em dificuldade de continuidade de muitas das atividades, com perda de informações e conhecimentos, uma vez que a cada ciclo de três ou quatro anos ocorre a substituição da maioria desses militares.

Fonte: DW Pessoal, base de dados do SIAPE, e BIEG, dez-19.

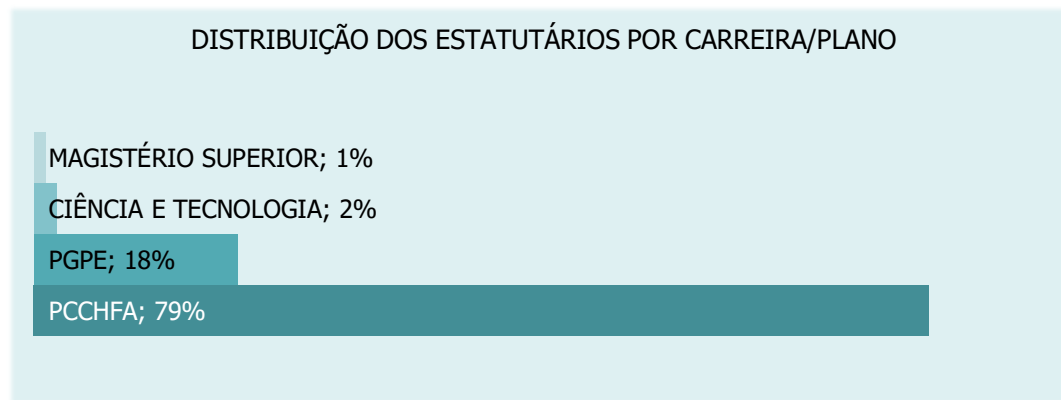
EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO CIVIL

Atualmente, a força de trabalho do MD é composta por cerca de 54% de servidores civis e 46% de militares, sendo que cerca de 72% dos servidores civis estatutários encontra-se no HFA. Nas demais unidades do MD, a força de trabalho civil é bastante reduzida e tem diminuído ao longo dos últimos anos, sendo que parte desse encolhimento vem sendo compensado pela alocação de militares. Essa situação tende a se agravar, devido à falta de provimento de vagas por concursos públicos e a iminente saída dos servidores que já completaram ou estão prestes a completar os requisitos para aposentadoria, com base nas regras atuais. Como resultado, a força de trabalho de muitas é composta majoritariamente por requisitados e sem vínculos.

Fonte: DW Pessoal, base de dados do SIAPE, e BIEG, dez-19.

CARREIRAS

O MD não possui carreira própria especializada, mas existem quatro carreiras/planos de cargos nas unidades que o integram. O HFA tem um plano de carreira e cargos próprios para a área de Saúde; o corpo docente da ESG é da carreira de Magistério Superior e o Censipam dispõe de cargos da Carreira de Ciência e Tecnologia.

O quadro a seguir apresenta a proporcionalidade de cargos de carreira/planos do MD ocupados, em relação ao quadro total de estatutários.

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTATUTÁRIOS POR CARREIRA/PLANO

MAGISTÉRIO SUPERIOR; 1%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA; 2%
PGPE; 18%
PCCHFA; 79%

Fonte: DW Pessoal, base de dados do SIAPE, dez-19.

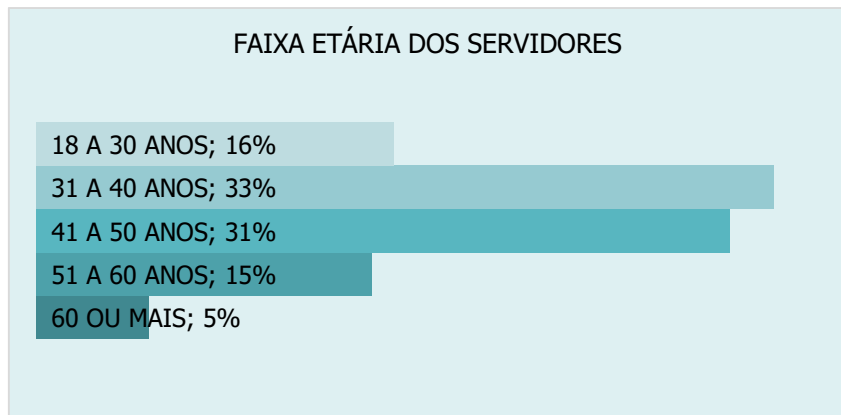
O MD submete, anualmente, suas demandas de concursos públicos ao órgão central de pessoal. O quadro a seguir relaciona as solicitações do MD nos últimos três anos, e a quantidade autorizada no período.

No caso dos militares, o provimento de cargos é realizado por solicitação às Forças Singulares, com base nas necessidades e considerando as tabelas de Lotação (da Marinha e da Aeronáutica) e o Quadro de Cargos Previstos do Exército.

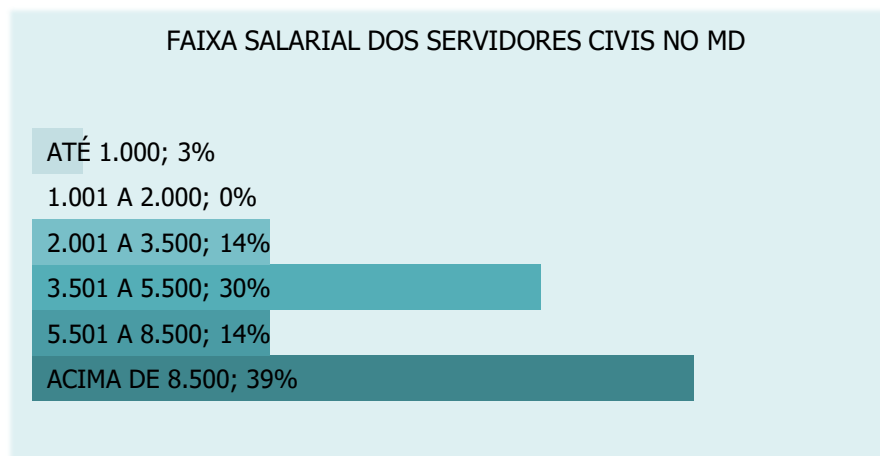
Órgão	QUANTIDADE DE PESSOAL DEMANDADA			
	2017	2018	2019	AUTORIZADOS
ACMD	21	46	0	0
Censipam	86	86	0	0
ESG	15	0	0	15
HFA	150	150	373	0
Total	272	282	373	15

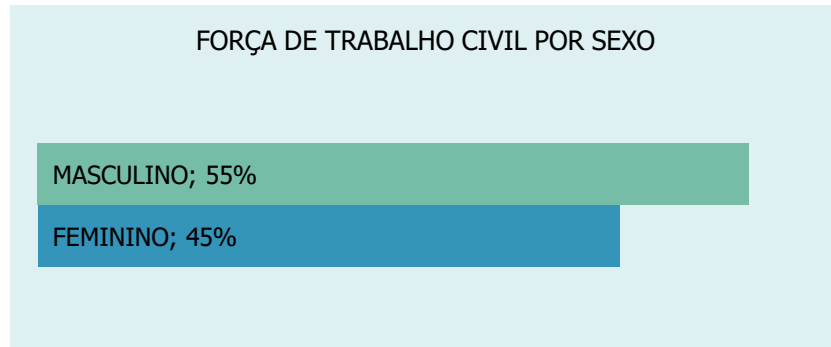
Fonte: Avisos MD nº 113, 115 e 134/2017; nº 130 e 140/2018; e Módulo de Seleção de Pessoas 2019.

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES CIVIS POR FAIXA ETÁRIA

Fonte: DW Pessoal, base de dados do SIAPE, e BIEG, dez-19.

Cerca de 64% da força de trabalho civil do MD tem entre 30 e 50 anos, em razão, principalmente, do efetivo de pessoal mais jovem que ingressou no HFA em virtude de concurso realizado em 2015; dos requisitados militares; e dos servidores sem vínculo.

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES CIVIS POR FAIXA SALARIAL

No MD, mais de 80% da força de trabalho civil têm remuneração acima de R$ 3.500,00.

Fonte: DW Pessoal, base de dados do SIAPE, e BIEG, dez-19

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL POR SEXO

Fonte: DW Pessoal, base de dados do SIAPE, e BIEG, dez-19

ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Em face da inexistência de quadro próprio de pessoal, o MD supre sua demanda principalmente por meio da requisição de servidores públicos concursados de diversas carreiras e de militares das três Forças Armadas. Tanto em relação aos servidores civis, quanto aos militares, é exigido currículo acadêmico e profissional compatível com o cargo a ser ocupado.

O HFA, a ESG e o Censipam, quando autorizados pelo Ministério da Economia, realizam concursos públicos para recompor parte de seus quadros funcionais. Outra alternativa que vem sendo utilizada é a movimentação para compor a força de trabalho, com base no §7º do art. 93 da Lei nº 8.112/90, quando servidores de outros órgãos são autorizados a terem exercício no MD.

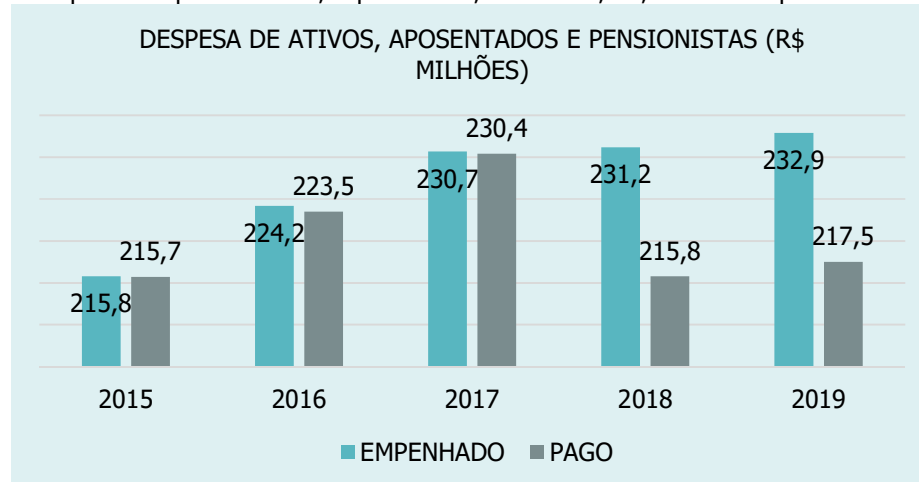
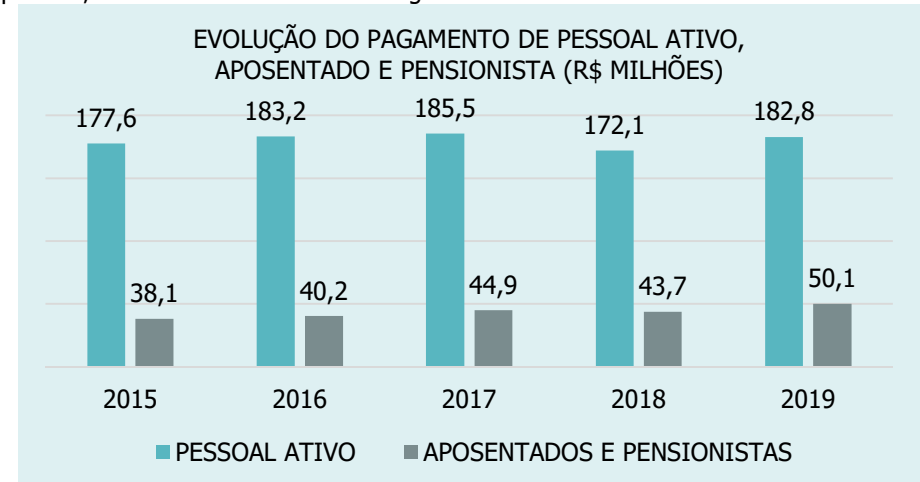
OCUPAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS

O quadro a seguir ilustra a ocupação dos cargos comissionados pela força de trabalho civil no MD:

	APROVADOS	OCUPADOS	OCUPADOS POR SERVIDOR DE CARREIRA (EFETIVOS + REQUISITADOS)	CARGOS OCUPADOS POR SERVIDOR DE CARREIRA (%)
MD (incluído Censipam)	401	398	186	47,13%
ESG	10	8	2	25%
HFA	15	15	9	60%
Total	426	421	197	46,79%

Fonte: Informações encaminhadas pelo DEADI, ESG e HFA, posição dez-19

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Considerando somente as despesas de pessoal, no período de 2015 a 2019 não houve variação significativa nos valores relativos ao pessoal ativo, aposentados e pensionistas do MD, do Censipam, da ESG e do HFA.
As despesas de pessoal ativo, representam, em média, 78,5% das despesas totais de pessoal, conforme demonstrado a seguir.

Fonte: SIOP, extraído em 26/05/2020

Fonte: SIOP, extraído em 26/05/2020

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA

O MD aplica processo de avaliação de desempenho para os servidores do quadro de pessoal do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE). A referida avaliação tem por finalidade aferir o desempenho institucional e individual, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), instituída Lei nº 11.357, de 2006, impactando diretamente na remuneração dos servidores. Esse processo ocorre anualmente, propiciando ao servidor uma reflexão sobre o seu ambiente de trabalho e seu desempenho.

Dentre os diversos elementos que compõem o referido processo de avaliação de desempenho, destacam-se a vinculação entre o desempenho institucional e o individual, a avaliação por múltiplas fontes (que prevê a possibilidade de o servidor ser avaliado pela chefia imediata, por seus colegas de equipe, bem como se auto avaliar), além da obrigatoriedade da existência de uma comissão de acompanhamento da Avaliação.

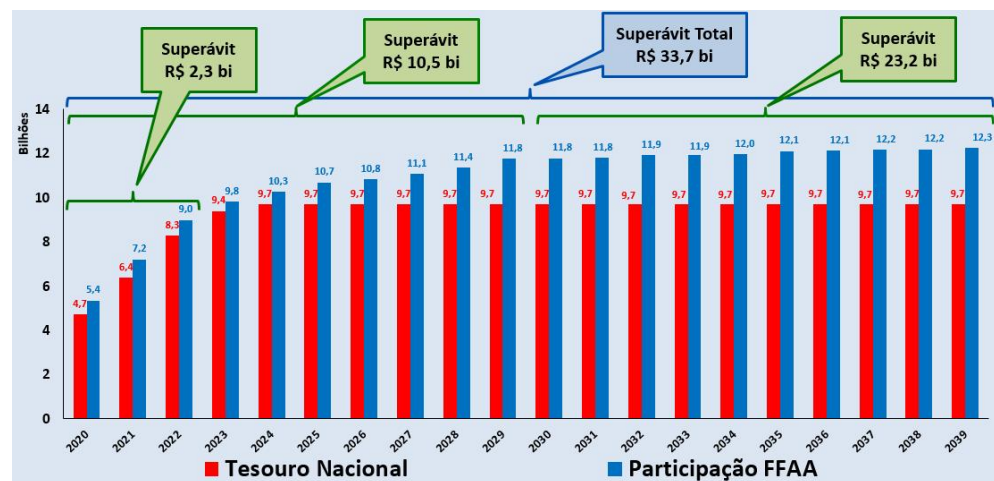
A avaliação do desempenho individual considera quesitos, como: participação, assiduidade, espírito de equipe, eficiência, dentre outros. A avaliação de Desempenho dos servidores do PGPE, realizada em 2019, referente ao 9º Ciclo Avaliativo, de atividades realizadas no período de 04/12/2018 a 03/12/2019, foi aplicada ao efetivo existente na ACMD de 67 servidores. Nesse ciclo foram avaliados 64 servidores, sendo 7 (sete) deles servidores cedidos; 3 (três) servidores não foram avaliados, em conformidade com o disposto nos art. 29 e 30, inciso I, da Portaria nº 2.532/MD, de 2011 (não cumprimento de 2/3 do período avaliativo, em efetivo exercício).

Resultado da Avaliação de desempenho - PGPE	CEDIDOS	ATIVO PERMANENTE	TOTAL
INTEGRANTES DO PGPE	7	60	67
APTOS À AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	7	57	64
RECURSOS	0	0	0

Fonte: Informações encaminhadas pelo DEADI, ESG e HFA, posição dez-19

SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

Em 2019, uma série de medidas de ajuste fiscal das contas públicas foram necessárias, dentre as quais destacam-se a Reforma da Previdência e do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA[1]). Com a evolução dos déficits das contas públicas, em especial as relacionadas às despesas com pessoal, foram realizados estudos pelo Ministério da Defesa, em conjunto com as Forças Armadas, com o objetivo promover alterações que permitissem aos militares contribuir com o esforço para a recuperação do equilíbrio fiscal. Ao mesmo tempo, buscou-se valorizar a carreira militar, de forma a atrair e reter talentos e a tratá-la como uma carreira de Estado, o que culminou na elaboração da Lei Ordinária 13.954, de 16 de dezembro de 2019, alterando cinco leis[2]As alterações no SPSMFA gerarão uma economia de R$ 23,45 bilhões[3], conforme observa-se na figura abaixo.

Em R$ bilhões

Fonte SEORI/MD

---

[1] O SPSMFA é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações, permanentes e interativas, de remuneração, pensão, saúde e assistência, que visa assegurar o amparo e a dignidade aos militares das FFAA e aos seus dependentes, haja vista as peculiaridades da profissão militar.

[2] Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980), Lei de Promoções (Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972), Lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), Lei de Pensões (Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960) e Lei de Remuneração (Medida Provisória nº 2.215-10/2001 vigorando por força da EC nº 32/2001)

[3] Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 61/2019-MD/MD

Em síntese, os militares contribuíram com o esforço nacional por meio de aumento do tempo de serviço mínimo necessário para a transferência para a inatividade (de 30 para 35 anos, para homens e mulheres); aumento de contribuintes para a pensão militar (todos os militares e pensionistas passaram a contribuir); aumento da alíquota de contribuição; elevação das idades-limite para a reserva e reforma; redução do efetivo de militares (10% ao longo de 10 anos).

No tocante à reestruturação da carreira militar, a fim de valorizá-la e torná-la atrativa, foram implementadas: criação do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar (ACDM); alteração dos percentuais do Adicional de Habilitação; e elevação do valor da ajuda de custo por ocasião da transferência para a inatividade (de 4 para 8 remunerações).

Assim como a reforma dos regimes de previdência4, o SPSMFA buscou estabilizar o déficit das pensões militares, que se apresentava na forma de uma curva ascendente. A figura a seguir demonstra que o objetivo será alcançado com a Lei nº 13.954/2019.

Em R$ bilhões

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Despesas Pens Mil	12,88	13,63	13,81	15,11	14,92	16,47	17,26	19,07	21,25	23,10	24,07	24,87	25,66	26,25	26,25	26,25
Receitas Pens Mil	1,82	1,91	2,44	2,70	2,31	2,53	2,69	3,16	3,18	3,32	6,49	7,33	8,22	8,23	8,28	8,20
Déficit	11,06	11,72	11,37	12,40	12,62	13,94	14,57	15,91	18,08	19,77	16,60	16,75	16,64	17,42	17,97	18,06
Déficit corrigido	11,06	11,85	12,55	13,29	13,8	15,65	16,63	17,12	17,76	18,51	19,26	19,98	20,73	21,50	22,31	23,15

Fonte SEORI/MD

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Em 2019, 48 servidores concluíram o estágio probatório, enquanto 43, ainda seguem no período de estágio.

UNIDADE	CONCLUÍRAM O ESTÁGIO PROBATÓRIO	SEGUEM EM ESTÁGIO PROBATÓRIO
CENSIPAM	0	0
ESG	0	15
HFA	21	6
ACMD	0	0
TOTAL	27	22

Fonte: Informações encaminhadas pelo DEADI, Censipam, ESG e HFA, posição dez-19

[4] Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

A política nacional para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (conforme Decreto n° 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, vigente até 27 de agosto de 2019, revogado pelo Decreto 9.991, de 28 de agosto de 2019) visa à melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; o desenvolvimento permanente do servidor público (e do militar); adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos da instituição; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação, e está orientada para o alcance do Objetivo Estratégico "Investir continuamente nos recursos humanos, visando ao incremento de competências e à qualificação, em prol do alcance das metas institucionais", do Plano Estratégico da Secretaria-Geral do MD, estabelecido para o período de 2017 a 2019.

UNIDADE	CURSOS	CAPACITADOS	HORAS-AULA	CUSTO
MD	146	554	24.668	R$ 627.419,79
Censipam	30	384	612	R$ 53.067,09
HFA	425	2.319	37.227	R$ 417.579,65
ESG	3	3	178 h	R$ 5.914,92

Fonte: informações CODEP-DEADI, Censipam, ESG e HFA

Ações detalhadas de desenvolvimento e capacitação

UNIDADE	TIPO	CURSOS	CAPACITADOS	HORAS-AULA	CUSTO
MD	Eventos sem ônus	36	163	4.166	--
	Eventos com ônus	109	389	19.802	R$ 627.419,79
	Licença Capacitação	2	2	700	-
	Total	146	554	24.668	R$ 627.419,79

Fonte: Arquivos CODEP

UNIDADE	TIPO	CURSOS	CAPACITADOS	HORAS-AULA	CUSTO
CENSIPAM	Eventos sem ônus	13	119	204	-
	Eventos com ônus	17	265	408	R$ 53.067,09
	Licença Capacitação	-	-		
	Total	30	384	612	R$ 53.067,09

Fonte: informações Censipam

UNIDADE	TIPO	CURSOS	CAPACITADOS	HORAS-AULA	CUSTO
HFA	Eventos sem ônus	226	1.968	4.884	--
	Eventos com ônus	53	158	3.127	R$ 417.579,65
	Licença Capacitação	146	193	29.216	-
	Total	425	2.319	37.227	R$ 417.579,65

Fonte: Informações HFA

UNIDADE	TIPO	CURSOS	CAPACITADOS	HORAS-AULA	CUSTO

ESG	Eventos sem ônus	0	0	0	0
	Eventos com ônus	3	3	178	R$ 5.914,92
	Licença Capacitação	0	0	0	0
	Total	3	3	178	R$ 5.914,92

Fonte: Seção de Pessoal Civil e seção de Pessoal Militar da ESG

PAPEL DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA NA CAPACITAÇÃO DO PROFISSIONAL DE DEFESA

Cabe destacar o papel da Escola Superior de Guerra (ESG) de Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, com a missão de preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à Segurança e ao Desenvolvimento. Em 65 anos de história, a instituição já formou 8 mil especialistas em assuntos de Defesa.

A ESG oferece diferentes qualificações na área de defesa, tais como o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), o Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE), o Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados, o Curso Superior de Inteligência Estratégica, o Curso de Estado-Maior Conjunto e o Curso de Altos Estudos de Defesa (CAED).

Em 2019 a ESG ministrou 12 (doze) cursos regulares, incluindo o curso de pós-graduação com o ingresso da 1ª turma do Mestrado em Segurança Internacional e Defesa, e três cursos de capacitação em aquisição de defesa. Os diferentes

cursos ministrados estão voltados para as áreas de Política, Estratégia, Logística, Mobilização, Defesa, Inteligência, Direito Internacional Humanitário, Segurança Internacional, todos relacionados com a Defesa, Segurança e Desenvolvimento, contribuindo para a formação continuada de 964 civis e militares, do Brasil e de Nações Amigas.

Além desses cursos, foram realizados diversos eventos acadêmicos (cursos, oficinas de pesquisa, estágios, seminários, mesas redondas, workshops, colóquios e encontros), que totalizaram 1.917 participantes de diferentes esferas da sociedade brasileira.

PRINCIPAIS DESAFIOS RELACIONADOS À GESTÃO DE PESSOAS

DESAFIOS

- Renovar a força de trabalho dos servidores estatutários (concursos públicos);
- Buscar alternativas ao concurso público:
  - aproveitamento de servidores de órgãos em extinção e de ex-territórios;
  - terceirização;
  - redistribuição de cargos para o MD;
  - contratação temporária;
- Incrementar as ações de capacitação; e
- Buscar a aprovação da carreira especializada de Defesa.

CONFORMIDADE LEGAL

No âmbito do Ministério da Defesa, constituem a legislação básica que rege os processos de licitações e os contratos: as Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002 e 12.462/2011, os Decretos 10.024/2019, 7.892/2013, atualizados pelos Decretos 8.250/14 e 9.488/18, 7.746/2012, 7.756/2012, 7.892/2013, 8.538/2015 e 9.507/2018, os Decretos 3.555/2000 e 5.540/2005, as Instruções Normativas nº. 01/2010, 02/2010, 03/2017, 05/2014 e 06/2013, do Ministério do Planejamento, dentre outros atos legais vigentes.

Merecem destaque, ainda, os seguintes normativos editados pelo MD: Orientação Normativa nº 6/DEADI/SEORI/SG/MD, 8/8/2018, que estabelece procedimentos e critérios acerca da realização da Pesquisa de Preços; e Instrução Normativa nº 1/2019, que estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no âmbito das Unidades Orçamentárias do Ministério da Defesa, referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no exercício de 2019.

PROCESSOS LICITATÓRIOS E CONTRATAÇÕES REALIZADAS

Os processos licitatórios e as contratações realizadas no âmbito do MD, em 2019, guardam conformidade com os planejamentos dos órgãos respectivos. É importante destacar que o Censipam, a ESG e o HFA dispõem de autonomia de gestão e realizam, de forma autônoma, seus processos licitatórios e contratações, em conformidade com as suas necessidades. No âmbito do MD, os processos licitatório e as contratações guardam conformidade com os objetivos estratégicos da Secretaria-Geral de "Prover o Ministério da Defesa de infraestrutura física adequada às suas condições de trabalho", "Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicações, nas formas adequadas e nas quantidades necessárias para garantir a qualidade, a agilidade e a produtividade do Ministério da Defesa" e de "Desenvolver competências, valorizar pessoas e adequar a força de trabalho do Ministério da Defesa às necessidades institucionais."

		CERTAMES HOMOLOGADOS			
		PREGÃO SRP	PREGÃO ELETRÔNICO	CHAMADA PÚBLICA	PARTICIPAÇÃO EM IRP
MD	2018	11	38	01	00
	2019	10	41	03	00
CENSIPAM	2018	34	20	00	00
	2019	0	29	00	05
HFA	56	8	0	117	
	56	10	0	128	
ESG	17	8	0	0	
	16	0	0	4	

Fonte: informações DEADI, Censipam, HFA e ESG

EFICIÊNCIA NAS LICITAÇÕES

Os principais procedimentos licitatórios realizados em 2019 geraram as economias abaixo relacionadas, levando em consideração o valor estimado e o homologado das licitações:

- na ACMD economia de R$ 19.988.845,28 (28%);
- no HFA economia de R$ 93.554.286,77 (36%);
- no Censipam economia de R$ 687.091,40 (13,56%);
- na ESG economia de R$ 1.087.409,60 (23,76%)

LICITAÇÕES REALIZADAS EM 2019

MD (EM R$ MIL)

NATUREZA	TIPO	ESTIMADO	HOMOLOGADO	DIFERENÇA	ECONOMIA
Manutenção e Reforma	Custeio	24.052.069,81	14.016.358,95	10.035.710,86	42%
	Investimento	5.440.091,32	4.270.501,41	1.169.589,91	21%
	Subtotal	29.492.161,13	18.286.860,36	11.205.300,77	17%
Tecnologia da Informação e Comunicações	Custeio	1.159.000,00	389.899,84	769.100,16	66%
	Investimento	477.334,81	305.982,00	171.352,81	36%
	Subtotal	1.636.334,81	695.881,84	940.452,97	57%
Alimentação	Custeio	11.492.490,88	8.465.519,35	3.026.971,53	26%
	Investimento	-	-	-	-
	Subtotal	11.492.490,88	8.465.519,35	3.026.971,53	26,34%
Diversos	Custeio	26.595.760,65	22.279.570,45	4.316.190,20	16%
	Investimentos	1.880.597,34	1.380.667,43	499.929,91	27%
	Subtotal	28.476.357,99	23.660.237,88	4.816.120,11	28%
Subtotal custeio		**63.299.321,24**	**45.151.348,59**	**18.147.972,65**	**29%**
Subtotal Investimentos		**7.798.023,47**	**5.957.150,84**	**1.840.872,63**	**24%**
Total		**71.097.344,71**	**51.108.499,43**	**19.988.845,28**	**28%**

Fonte: informações DEADI

HFA (EM R$ MIL)

NATUREZA	TIPO	ESTIMADO	HOMOLOGADO	DIFERENÇA	ECONOMIA
Manutenção e Reforma	Custeio	699.251,67	644.849,40	54.402,27	8%
	Investimento	3.180.599,61	2.599.096,22	581.503,39	18%
	Subtotal	3.879.851,28	3.243.945,62	635.905,66	16%
Tecnologia da Informação e Comunicações	Custeio	59.760,00	52.800,00	6.960,00	12%
	Investimento	5.785.323,40	1.215.150,00	4.570.173,40	79%
	Subtotal	5.845.083,40	1.267.950,00	4.577.133,40	78%
Alimentação	Custeio	18.096.651,80	13.043.204,14	5.053.447,66	28%

	Investimento	-	-	-	-
	Subtotal	18.096.651,80	13.043.204,14	5.053.447,66	0,00
Saúde	Custeio	219.900.535,02	145.217.183,47	74.683.351,55	34%
	Investimentos	6.186.041,34	1.962.781,02	4.223.260,32	68%
	Subtotal	226.086.576,36	147.179.964,49	78.906.611,87	35%
Terceirização	Custeio	-	-	-	-
	Investimentos	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	-
Diversos	Custeio	6.766.067,99	2.401.320,65	4.364.747,34	65%
	Investimentos	136.440,84	120.000,00	16.440,84	12%
	Subtotal	6.902.508,83	2.521.320,65	4.381.188,18	63%
Subtotal custeio		**245.522.266,48**	**161.359.357,66**	**84.162.908,82**	**34%**
Subtotal Investimentos		**15.288.405,19**	**5.897.027,24**	**9.391.377,95**	**61%**
Total		**260.810.671,67**	**167.256.384,90**	**93.554.286,77**	**36%**

Fonte: informações HFA

CENSIPAM (EM R$ MIL)

NATUREZA	TIPO	ESTIMADO	HOMOLOGADO	DIFERENÇA	ECONOMIA
Manutenção e Reforma	Custeio	468.876,45	331.256,56	137.619,89	29,35%
	Investimento	161.036,00	160.987,64	48,36	0,03%
	Subtotal	629.912,45	492.244,20	137.668,25	21,86%
Tecnologia da Informação e Comunicações	Custeio	-	-	-	-
	Investimento	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	-
Alimentação	Custeio	-	-	-	-
	Investimento	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	-
Diversos	Custeio	4.435.887,96	3.886.464,81	549.423,15	12,39%
	Investimentos	-	-	-	-
	Subtotal	4.435.887,96	3.886.464,81	549.423,15	12,39%

Subtotal custeio	4.904.764,41	4.217.721,37	687.043,04	14,01%
Subtotal Investimentos	161.036,00	160.987,64	48,36	0,03%
Total	5.065.800,41	4.378.709,01	687.091,40	13,56%

Fonte: informações Censipam

ESG (EM R$ MIL)

NATUREZA	TIPO	ESTIMADO	HOMOLOGADO	DIFERENÇA	ECONOMIA
Manutenção e Reforma	Custeio	156.450,69	100.000,00	56.450,69	36%
	Investimento	-	-	-	-
	Subtotal	156.450,69	100.000,00	56.450,69	36%
Tecnologia da Informação e Comunicações	Custeio	-	-	-	-
	Investimento	862.901,20	568.871,96	294.029,24	34%
	Subtotal	862.901,20	568.871,96	294.029,24	34%
Alimentação	Custeio	1.819.918,47	1.343.922,33	475.996,14	26%
	Investimento	-	-	-	-
	Subtotal	1.819.918,47	1.343.922,33	475.996,14	26%
Diversos	Custeio	1.559.497,41	1.301.826,21	257.671,20	16%
	Investimentos	178.716,18	175.453,85	3.262,33	1,82%
	Subtotal	1.738.213,59	1.477.280,06	260.933,53	15%
Subtotal custeio		3.535.866,57	2.745.748,54	790.118,03	22,35%
Subtotal Investimentos		1.041.617,38	744.325,81	297.291,57	28,54%
Total		4.577.483,95	3.490.074,35	1.087.409,60	23,76%

Fonte: informações ESG

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES REALIZADAS EM 2019

MD (EM R$ MIL)

OBJETO	PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES E REALIZAÇÕES	VALOR
Construções e reformas	- Contratação da elaboração do projeto e instalação do novo sistema de detecção e alarme de incêndio do Bloco "Q" e outras adequações físicas nas instalações; - Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações do sistema de cabeamento estruturado; - Contratação de empresa para prestação de serviços de revitalização nos Próprios Nacionais Residenciais de responsabilidade do Ministério da Defesa; - Contratação de empresa especializada no serviço de confecção de placas de identificação visual; - Contratação de serviços de engenharia para implantação de Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltaica ON-GRIDE nos Anexos do Ministério da Defesa (Prédio Anexo ao Bloco "O") - Contratação de empresa para a execução dos serviços de engenharia objetivando a readequação das Alas Norte e Central do 6° do Bloco "Q", Edifício Sede do Ministério da Defesa - Contratação de empresa para a execução dos serviços de engenharia de revitalização das esquadrias metálicas das fachadas das áreas de ligação dos Anexos 1 e 2 do Bloco "O" do Ministério da Defesa; - Contratação de empresa para a execução de serviços visando o fornecimento e instalação de uma porta articulada de vidro temperado incolor, no hall do 6° andar do Bloco "Q", Edifício Sede do Ministério da Defesa; - Contratação de empresa para a execução dos serviços de readequação da garagem e do trecho da calçada da via N2 Norte compreendido nos limites do prédio do Bloco "Q" do Ministério da Defesa, Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF - Contratação de empresa para a execução dos serviços de engenharia objetivando a readequação do 5° pavimento do Bloco "Q", Edifício Sede do Ministério da Defesa; - Contratação do fornecimento e instalação de um equipamento no-break modular trifásico na configuração redundante de 50+50kva, bem como pela adequação da área para recebimento desses equipamentos na subestação do Bloco "Q", Edifício Sede do Ministério da Defesa;	13.683.708,68
Manutenção preventiva, preditiva e corretiva	- Aquisição de peças para a modernização e adequação às normas de segurança para os elevadores do prédio da Associação de Compossuidores do bloco "B" da SQS 112 em Brasília DF; - Contratação de serviços continuados de revisão, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, materiais, acessórios e outros componentes dos 8 elevadores instalados no edifício sede Bloco "Q" – Esplanada dos Ministérios	2.595.277,10
Tecnologia da Informação e Comunicações	- Aquisição de Switches de acesso e serviço de Treinamento; - Aquisição de licença de software para backup e restauração de dados com disponibilização de transferência de conhecimento com atualização e prestação de suporte técnico - Fornecimento de solução de rede sem fio (Wi-Fi) tipo "outsourcing, com implementação, serviço de instalação, configuração, testes, manutenção, atualização e prestação de suporte técnico especializado durante todo o período contratual além de transferência de conhecimento;	599.590,84

Locomoção e transporte	- Contratação de serviços continuados de agenciamento de viagens para voos regulares internacionais e domésticos - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de mudança internacional de mobiliário, automóveis, bens pessoais e demais pertences, nas modalidades terrestre ou marítimo, combinados ou não, porta a porta - Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de coleta, remessa e entrega de cargas e encomendas diversas, via aéreo, porta a porta, em âmbito nacional, ida e volta para atender as necessidades do Projeto Rondon - Contratação de serviços de transporte nacional de mobiliário, equipamentos, bens pessoais, automóveis e motocicletas, sob demanda	
Alimentação	- Contratação de empresa especializada em fornecimento de refeições tipo "self service", "buffet" e lanches com cessão de área a título oneroso	

Fonte: informações DEADI

CENSIPAM (EM R$ MIL)

OBJETO	PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES E REALIZAÇÕES	VALOR
Construções e reformas	Contrato nº 32/2019, firmado junto à Empresa Proclima Engenharia Ltda, visando o a condução da 4ª Etapa da recuperação do Sistema de Climatização na Central de Água Gelada (CAG) do Centro Regional de Manaus-AM, mediante oAproveitamento da Ata de Registro de Preços n° 06/2018.	1.070.000,00
Manutenção preventiva, preditiva e corretiva	Contrato n° 26/2019, pactuado com a empresa Araújo Abreu Engenharia S.A, mediante o Pregão Eletrônico nº 06/2019, cujo objeto é a contratação dos serviços de manutenção predial em atendimento às necessidades do Centro Regional de Belém-PA.	1.250.016,00
Tecnologia da Informação e Comunicações	TED nº 03/Censipam/2019, formalizado junto à SETEL/MCTIC regime continuado de transmissão bidirecional de dados em âmbito nacional para instalação de conexão de Internet em banda larga disponibilizada em pontos específicos em apoio à atuação integrada do Censipam perante os demis órgãos federais, estaduais, distritais e municipais no âmbito da Amazônia Legal.	11.970.000,00
Terceirização	Contrato nº 07/2019, formalizado com a Empresa Tawrus Segurança e Vigilância Ltda e detentor do objeto que contempla a prestação dos serviços continuados de vigilância e segurança patrimonial em atendimento às necessidades do Centro Regional de Manaus-AM do Censipam.	1.196.808,12

Fonte: informações CENSIPAM

ESG (EM R$ MIL)

OBJETO	PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES E REALIZAÇÕES	VALOR
Manutenção preventiva, preditiva e corretiva	- Contratação de empresa especializada na prestação exclusiva de serviços continuados de gerenciamento de resíduos sólidos não perigosos, nas dependências da Escola Superior de Guerra. - Instalação e interligação elétrica de 01 (um) grupo gerador (potência entre e inclusive 580 a 620 KVA) ao Edifício Therezinha de Castro e execução de serviço de interligação elétrica de um grupo gerador de 500 KVA ao Edifício Marechal Cordeiro de Farias.	186.030,00 100.000,00

Tecnologia da Informação e Comunicações	- Aquisição de Estações de Trabalho e Notebooks. - Serviço comum de telecomunicações e eletrônico para instalação e manutenção de infraestrura de redes de telecomunicações e radiocomunicação e de sistemas de vídeo conferência.	554.440,00 325.010,00
Locomoção e transporte	- Contratação de empresa especializada na prestação de serviço eventual de locação de veículos, para transporte de pessoas em serviço, sem dedicação de mão de obra.	929.752,54
Alimentação	- Contratação de empresa, para a prestação de serviços de preparação, montagem e distribuição de lanches e congêneres para apoio a cerimônias e eventos de caráter oficial na Escola Superior de Guerra Campus Brasília.	144.930,75
Terceirização	- Contratação de serviços de agente de integração para recrutar, selecionar e administrar o programa de estágio para estudantes de nível superior na escola Superior de Guerra nos campus RJ e Brasília.	9.168,67

Fonte: informações ESG

HFA (EM R$ MIL)

OBJETO	PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES E REALIZAÇÕES	VALOR
Manutenção preventiva, preditiva e corretiva	- Adequação e ampliação da Unidade de Pronto Atendimento Médico (PAM) e da Clínica de Oncologia do Hospital das Forças Armadas (HFA).	2.599.096,22
Manutenção preventiva, preditiva e corretiva	- Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, das instalações prediais elétricas, hidrossanitárias e telefônicas; dos sistemas de gases medicinais, de geração de vapor e de prevenção contra e combate a incêndio do HFA.	11.351.421,80
Tecnologia da Informação e Comunicações	- Aquisição de licenças de uso de software e atualização do antivírus, serviço de entrega, instalação e configuração, garantia de atualização contínua, suporte técnico, por no mínimo 36 (trinta e seis) meses e treinamento; - Renovação da contratação do serviço de manutenção corretiva, adaptativa, evolutiva e operação assistida do Sistema de gestão hospitalar. - Aquisição de Licença de Software de Call center da Central Telefônica ALCATEL LUCENT OMNIPCX ENTERPRISE	741.935,00
Locomoção e transporte	- Serviço de Agenciamento de passagens	151.048,61
Alimentação	- Renovação do contrato de fornecimento de refeições para pacientes e servidores do HFA	15.080.543,20
Terceirização	- Renovação do contrato de serviços de Agente de Portaria, Ascensorista/Cabineiro e Encarregado Geral, para atender às necessidades de controle de acesso de pessoas e materiais; - Renovação do Contrato de serviços de limpeza, asseio e conservação das áreas; - Renovação do Contrato de prestação de serviços de lavanderia hospitalar	18.405.522,14

Fonte: informações HFA

CONTRATAÇÕES DIRETAS

ACMD

No exercício de 2019, houve um decréscimo de cerca de 17% das despesas pagas relativas às contratações na modalidade de Dispensa de Licitação e de 50% na de Inexigibilidade, em relação ao exercício de 2018, nas contratações diretas realizadas no âmbito do MD.

CONTRATAÇÕES DIRETAS EM 2018 E 2019 (R$)			
MODALIDADE	**DISPENSA**	**INEXIGIBILIDADE**	**TOTAL**
2018	9.147.919,05	11.571.168,86	20.719.087,91
2019	7.549.366,87	5.803.609,03	13.352.975,90

Fonte: informações DEADI

ESG

CONTRATAÇÕES DIRETAS EM 2018 E 2019 (R$)			
MODALIDADE	**DISPENSA**	**INEXIGIBILIDADE**	**TOTAL**
2018	1.303.209,16	766.482,51	2.069.691,67
2019	1.136.896,63	891.775,97	2.028.672,60

Fonte: informações ESG

HFA

CONTRATAÇÕES DIRETAS EM 2018 E 2019 (R$)			
MODALIDADE	**DISPENSA**	**INEXIGIBILIDADE**	**TOTAL**
2018	966.916,49	41.788.450,45	42.755.366,94
2019	391.050,15	63.311.563,20	63.702.613,35

Fonte: informações HFA

CENSIPAM

CONTRATAÇÕES DIRETAS EM 2018 E 2019 (R$)			
MODALIDADE	**DISPENSA**	**INEXIGIBILIDADE**	**TOTAL**
2018	2.249.630,71	1.969.089,28	4.218.719,99
2019	523.477,94	60.740,04	584.217,98

Fonte: informações HFA

DESAFIOS

- Proporcionar suporte logístico adequado e tempestivo, propiciando economicidade e eficiência; e
- Realizar os processos administrativos de forma eficiente e eficaz, atendendo aos princípios da economicidade, da eficiência e da publicidade;

AÇÕES FUTURAS

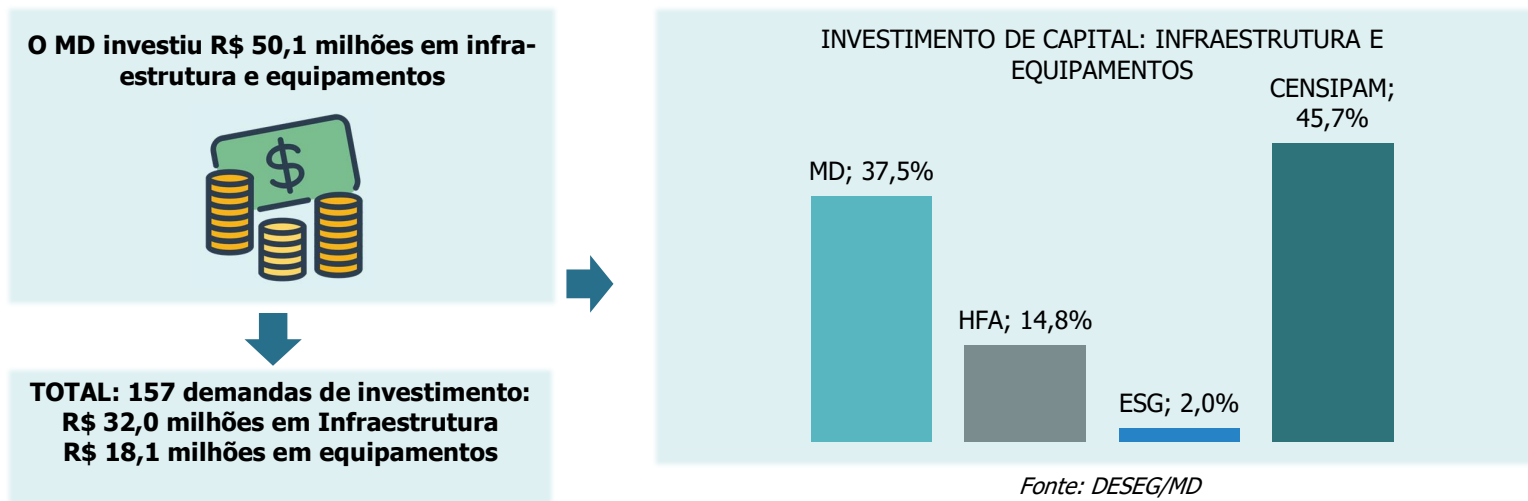
- Prosseguir com a modernização dos processos;
- Aprimorar os controles existentes;
- Readequar a infraestrutura, a fim de proporcionar condições favoráveis ao aumento da produtividade e redução do custo operacional;
- Investir em treinamento e capacitação do efetivo, visando aumentar a produtividade.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

Além das normas estruturantes (artigos 37 e 70 da Constituição Federal; Lei Complementar nº 101/2000, Lei 4.320/64; Lei 8.429/92; Decreto-Lei nº 9.760/46; Decreto-Lei nº 200/67; Decreto nº 980/93; Decreto nº 9.373/2018); o MD orienta a gestão patrimonial e de infraestrutura de acordo com as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SEDAP/PR nº 205/88 e na Instrução Normativa CGU nº 04, de 17 de fevereiro de 2009. Além disso, os atos de gestão patrimonial e de infraestrutura implementados no âmbito do MD, do Censipam, do HFA e da ESG guardam conformidade com a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93) e com o Decreto nº 7.983/2013.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS)

Fonte: DESEG/MD

Principais resultados:

- MD: Serviços de substituição da rede de esgoto primário e calçadas da fachada leste, e da impermeabilização e pavimentação do estacionamento; Instalação de usina fotovoltaica; Revitalização de 54 Próprios Nacionais Residenciais recebidos da SPU, da Ala Norte do 6º pavimento, do 5º pavimento, da calçada e da garagem do Bloco Q;
- Censipam: Manutenção de infraestrutura predial e a renovação de equipamentos contribui para o bom funcionamento dos quatro Centros, localizados em Brasília, Manaus, Porto Velho e Belém;
- HFA: Manutenção e reforma de Próprios Nacionais Residenciais; Término da reforma da Unidade de Tratamento Intensivo e da reforma da Central de Material de Esterilização; Modernização do Pronto Atendimento Médico; Reforma da Oncologia; Construção de estacionamento com 556 vagas; Aquisição de aparelhos e equipamentos médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares.

Os investimentos realizados visam alcançar os objetivos estratégicos de "Prover a administração central do Ministério da Defesa de infraestrutura física adequada às suas condições de trabalho" do MD; e de "Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura" do Censipam; " Prover a administração do HFA de infraestrutura física adequada às condições de trabalho"; de "Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura do HFA"; de "Aprimorar e otimizar continuamente a assistência à saúde prestada"; e de "Realizar a modernização das instalações, melhoria e manutenção de equipamentos em geral (Equipamentos, materiais e mobiliários)" do HFA; e "Implantar o campus Brasília" e "Reestruturar o campus Rio de Janeiro" da ESG.

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

O Ministério da Defesa realizou, em 2019, o desfazimento de bens móveis, entre transferências, doações e baixas. Dentre os bens móveis desfeitos, destacam-se equipamentos de comunicação, informática e veículos. Uma entidade beneficente e seis órgãos públicos foram favorecidos com transferência e doações realizadas pelo Censipam. Em novembro de 2019, foi realizado o Leilão Nr 001/2019- BCMS, NUP 64619.001969/2019-31, no qual foram arrematadas quatro viaturas pertencentes ao patrimônio da ESG. Além disso, no âmbito do HFA, foi realizado o desfazimento de 1.411 bens móveis, no valor total de R$ 2.257.028,82.

Os desfazimentos de bens ocorreram em conformidade com as orientações do Decreto n° 9.373/2018, e das Orientações Normativas n° 03/DEADI/2004, a qual disciplina os procedimentos para gestão do patrimônio e do almoxarifado do Ministério da Defesa, e a Nº 100/DA/ESG/2017, e dos Procedimentos Patrimoniais do Censipam.

Processos de desfazimento de ativos	**183**
Os ativos desfeitos totalizaram	**R$ 14,619 milhões**

GESTÃO PATRIMONIAL

Quanto à gestão patrimonial, foram tomadas ações para solucionar as pendências existentes junto à extinta Comissão do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSIVAM). Uma das ações foi a criação de Comissão mista de servidores do Censipam e do Comando da Aeronáutica, a fim de regularizar pendências referentes às transferências patrimoniais. No que se refere as áreas dos imóveis onde se encontram instalados os Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho, foi designado servidor para finalizar as tratativas junto às Gerências Regionais do Patrimônio da União-GRPU, visando a regularização patrimonial no sistema SPIUNet.

REDUÇÃO DE DESPESAS CONDOMINIAIS

O Censipam otimizou a utilização dos espaços disponíveis e, com isso, a área total de 1.269,72 m², referente aos blocos "J", "Anexo J" e "U", não mais utilizados pelo Centro foram devolvidos à Administradora do condomínio. Foi mantida sob a administração do Centro apenas o Bloco T, correspondente a 399,02 m², e em função disso, o valor estimado do condomínio (anual) foi reduzido de R$ 954,0 mil para R$ 419,8 mil.

DESAFIOS

- Finalizar os recebimentos das transferências patrimoniais do antigo projeto SIVAM;
- Efetuar a regularização patrimonial das áreas dos imóveis dos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho junto à SPU;
- Manter o controle da gestão de bens patrimoniais do CCG e dos demais 3 Centros Regionais, em face do limitado quadro de pessoal;
- Modernizar as instalações físicas e renovar o patrimônio mobiliário do MD, com padronização, aperfeiçoamento e agilidade dos processos envolvidos;
- Capacitar o pessoal envolvido tanto no aspecto tecnológico quanto no que diz respeito à legislação vigente;
- Diminuir o gasto com recursos materiais consumíveis;
- Realizar leitura eficaz dos ambientes interno e externo ao HFA, e então realinhar adequadamente estrutura, processos e pessoas em função de um novo posicionamento pretendido.

AÇÕES FUTURAS

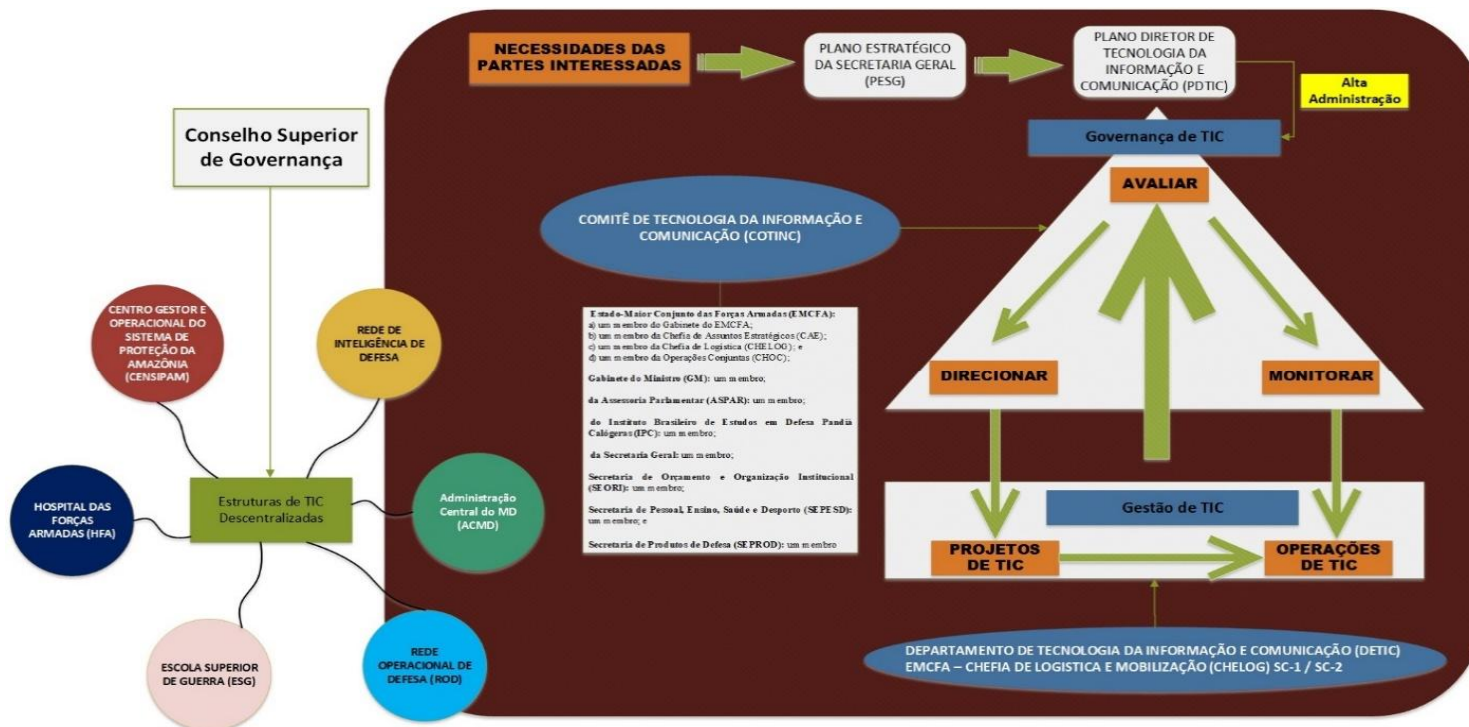
- Prosseguir com o recebimento e a regularização patrimonial dos bens móveis e imóveis da época da criação do Comando da Aeronáutica utilizados pelo Censipam;
- Efetuar o desfazimento dos bens móveis pendentes de recebimento, após a incorporação e regularização dos registros patrimoniais e contábeis;
- Revitalizar 90% da infraestrutura predial até 2025;
- Prosseguir na modernização de ambientes e áreas sob a administração do HFA, buscando eliminar os desperdícios, adequar-se às normas preconizadas pelos órgãos governamentais e racionalizar o emprego de recursos;
- Efetuar gestões visando à elevação do volume de recursos orçamentários destinados a investimento, considerando a ampliação das atividades de ensino e pesquisa do HFA;
- Efetuar gestões visando à elevação do volume de recursos orçamentários destinados a investimento, considerando a ampliação das atividades de ensino e pesquisa da ESG.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL

A gestão de Tecnologia da Informação do Ministério da Defesa é regida com base em um amplo conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, tais como: o Decreto nº 7.579/2011; o Decreto nº 7.845/2012**;** o Decreto nº 10.332/2020; o Decreto nº 9.637/2018; a Portaria MP/STI nº 20/2016; a Portaria SGD nº 778/2019, a Portaria Normativa nº 2/GM-MD/2019; Instrução Normativa nº 1 SGD/ME/2019; e Instrução Normativa nº 1 SG/ME/2019. Além disso, são observados os normativos e padrões de Segurança da Informação editados pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

O Modelo de Governança de TIC do MD está estruturado considerando seis diferentes áreas do órgão: a Secretaria-Geral; a Rede Operacional do EMCFA; a Rede de Inteligência do EMCFA; a ESG; o HFA e o Censipam. Importante esclarecer que o MD (Secretaria-Geral e EMCFA), a ESG, o HFA e o Censipam possuem estruturas próprias de governança de TIC e estruturas tecnológicas tecnicamente independentes, dadas as suas especificidades.

fonte DETIC/MD

ÓRGÃO	GOVERNANÇA
MD	O **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) do MD**, para o período 2016-2019, instituído pela **Portaria Ministerial nº 965/GM/MD/2016**, tem por objetivo geral definir as ações operacionais para o emprego efetivo dos meios e dos serviços de TIC, constituindo-se em importante ferramenta para a governança, a gestão e o monitoramento das demandas e aquisições de TIC. Em 2019 foi feita uma revisão do PDTIC, para o período 2020-2023, de forma alinhada ao planejamento estratégico institucional. O Plano de Dados Abertos do MD, para o período 2019-2020, documento que atualiza os parâmetros de implementação da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal no âmbito do órgão, detalhando e orientando as ações para manutenção do catálogo de bases de dados atuais, disponibilizadas à sociedade sob a forma de dados abertos, foi aprovado pela Instrução Normativa nº 17/SEORI/SG-MD/2018. O Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações (COTINC), da ACMD, instituído pela Portaria nº 3.024/GM-MD/2017, tem a finalidade de atuar na gestão estratégica da tecnologia da informação e comunicação, bem como aprovar, supervisionar e controlar a execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). O referido Comitê funcionou regularmente ao longo do primeiro semestre de 2019, realizando as reuniões ordinárias e acompanhando os projetos da área. Cabe destacar que existe um escritório de projetos para o acompanhamento dos projetos de TIC do MD.
Censipam	No Censipam, a principal instância é o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) que elabora e aprova políticas relativas à TIC, estabelecida pelo PDTIC, estabelece mecanismos para a comunicação e institucionalização, e monitora e avalia sistematicamente estas políticas. O Modelo de governança do Censipam possui vários componentes, merecendo destaque: elaboração do PDTIC; elaboração do mapeamento de gestão de riscos nos processos de contratações; definição de indicadores de desempenho de TIC; avaliação de investimentos e alocação de recursos de TIC; execução de projetos, serviços e inovações de TIC; elaboração de políticas relativas à TIC, estabelecidas no PDTIC; estabelecimento de mecanismos para a comunicação e institucionalização; e monitoramento e avaliação sistemática das políticas relativas à TIC.
HFA	O Modelo de Governança de TIC do HFA segue modelo semelhante ao da ACMD. A Orientação Normativa Nº 06/Cmt Log-HFA, 07 de Outubro de 2019, queispõe sobre a implantação da Política de Governança Digital no âmbito do HFA, instituiu o Comitê de Governança Digital com a finalidade de deliberar sobre os assuntos relativos à Governança Digital, nos termos do art. 9º do Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016. A Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) inicia os processos e realiza o acompanhamento das ações previstas no PDTIC e apresenta os resultados nas reuniões do Comitê de Governança Digital (CGD), que é acionado conforme a necessidade do Hospital.
ESG	O Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), é o responsável pela condução das tarefas relacionadas à Governança e à Gestão de TIC na ESG, sendo o órgão integrante dos seguintes Comitês: · - Comitê Diretivo da Tecnologia da Informação criado por meio da Portaria nº 125/GAB/ESG, de 19 de dezembro de 2014, para a elaboração do PDTIC; e · - Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação, criado por meio da Portaria nº 125/GAB/ESG, de 19 de dezembro de 2014, para a elaboração do PSIC. A ESG não tem contrato firmado com terceiros na área de desenvolvimento de sistemas de Tecnologia da Informação, buscando atender suas necessidades fazendo uso de sistemas gratuitos e empregando sua equipe de TIC para o desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos da organização.

NO ÂMBITO DO MD (R$ MILHÃO)

GRUPO DE DESPESA	Montante de Recursos Aplicados em TI			
	2018		2019	
	Empenhado	Pago	Empenhado	Pago
INVESTIMENTO	1,4	1,3	0,37	0,37
CUSTEIO	4,8	4,8	5,4	5,3
TOTAL	**6,2**	**6,1**	**5,8**	**5,7**

Fonte: SIOP - BI

Os recursos aplicados no exercício financeiro de 2019 foram distribuídos segundo as seguintes categorias: Locação de Software, Manutenção e Sustentação de Software, Comunicação de Dados e Rede, Manutenção e Conservação de Bens e Imóveis, Serviços de Telecomunicação, Aquisição de Equipamentos de TIC, Manutenção, Sustentação de Equipamentos, Aquisição de Software Pronto e Diversos.

NO ÂMBITO DO CENSIPAM (R$ MILHÃO)

TIPO DE DESPESA	VALOR (R$)	ARGUMENTAÇÃO
Telecomunicação Crítica, Tecnologia da Informação e Sensores	R$ 10.755.089,64	A quantia foi destinada, dentre outros gastos, a prover despesas contratuais com internet, telefonia, imagens satelitais, e transporte de dados. Desse montante, cabe ressaltar os gastos contratuais com a empresa CLARO S.A. (STAR ONE), para cessão de capacidade espacial para promover serviços de comunicação digital via satélite, no valor de R$ 6.836.675,97

Fonte: Censipam

NO ÂMBITO DO HFA (R$ MILHÃO)

GRUPO DE DESPESA	2018		2019	
	EMPENHADO	PAGO	EMPENHADO	PAGO
INVESTIMENTO	1,64	1,64	1,00	1,00
CUSTEIO	1,66	1,66	1,65	1,65
TOTAL	3,30	3,30	2,65	2,65

Fonte: HFA

NO ÂMBITO DA ESG

Em 2019 foi aplicado um montante no valor total de R$ 1.183.093,29 em TI.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TIC

NO ÂMBITO DO MD

OBJETO	R$ Milhão
Renovação de locação de softwares	2,6
Aquisição de solução para infraestrutura de rede	2,2
Renovação de licenças de softwares Firewall	0,44
Solução de rede sem fio (Wi-Fi)	0,38

Fonte: DETIC/MD

NO ÂMBITO DO CENSIPAM

INSTRUMENTO	OBJETO	CONTRATADA/PARCEIRO	R$
Contrato nº 38/2019	Solução de hardware e software, switch, com serviços de instalação e configuração de nós e de cluster para o Centro de Coordenação-Geral em Brasília/DF	NORTHWARE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	1.005.598,00
Contrato nº 39/2019	Solução de hardware e software, switch, com serviços de instalação e configuração de nós e de cluster para o Centro Regional de Belém/PA		299.200,00
Contrato nº 40/2019	Solução de hardware e software, switch, com serviços de instalação e configuração de nós e de cluster para o Centro Regional de Manaus/AM		1.005.598,00
TED 03//2019	Transmissão bidirecional de dados em âmbito nacional para instalação de conexão de Internet em banda larga.	Secretaria de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (SETEL/MCTIC)	11.970.000,00

Fonte: Censipam

NO ÂMBITO DO HFA

PRINCIPAIS AQUISIÇÕES (INVESTIMENTOS)		
DESCRIÇÃO	**ND**	**R$**
AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E MONITORES	44.90.52	930.391,60
TELEFONIA	44.90.52	32.000,00
LICENÇAS DE ANTIVÍRUS	44.90.40	19.500,00

Fonte: HFA

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES	
OBJETO	**R$ MILHÃO**
AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E MONITORES	0,9
OUTSOURCING DE IMPRESSÃO	0,4
SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO	0,4
TELECOMUNICAÇÕES	0,045
LICENÇAS DE SOFTWARES	0,024

Fonte: HFA

NO ÂMBITO DA ESG

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES	
OBJETO	**R$ MILHÃO**
Locação de Copiadoras	0,3
Aquisição de solução para infraestrutura de rede	0,6
Telecomunicações	0,2
Locação de Postes da Light para passagem de cabeamento de fibra ótica	0,01
TOTAL	

Fonte: ESG

PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS DE TIC

NO ÂMBITO DO MD, a gestão da tecnologia da informação está vinculada aos objetivos estratégicos "Aprimorar a difusão de informação e dos serviços afetos à atuação do MD" e "Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicações, nas formas adequadas e nas quantidades necessárias para garantir a agilidade e a produtividade da ACMD". Em 2019, as principais iniciativas e resultados que contribuíram para o alcance dos objetivos estratégicos foram:

PRINCIPAIS INICIATIVAS NA ÁREA DE TIC (SISTEMAS E PROJETOS)	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Manutenção da infraestrutura tecnológica para viabilizar o funcionamento do e-SIC.	Disponibilização de infraestrutura para funcionamento do e-SIC.
Gerenciamento dos serviços ofertados no Portal servicos.gov.br.	Manutenção de serviços públicos digitais: Alistamento Militar online, Sistema de Aerolevantamentos e Boletins Climáticos da região Amazônica. Disponibilização do serviço de Exercício de Apresentação da Reserva no portal.
Coordenação das ações para atendimento à Política de Dados Abertos e o suporte tecnológico para manutenção do plano de Dados Abertos.	Atualização de bases de dados; orientação e Treinamento aos mantenedores de bases de dados abertos disponíveis para consultas e pesquisas
Manutenção dos contratos de outsourcing de impressões e digitalização.	Racionalização de meios, otimização de recursos, melhoria dos processos de distribuição e de manutenção de equipamentos e materiais.
Manutenção de licenças de Sistema para Catalogação de materiais de uso militar compatível com o sistema da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN.	Melhorias nos processos de catalogação de materiais de uso militar.
Manutenção de acesso ao Sistema de Protocolo de Documentos via *Internet.*	Transparência e melhoria na infraestrutura de acesso aos expedientes e documentos de trabalho.
Continuidade da Implantação de Escritório de Gerenciamento de Projetos de TIC.	Melhoria no controle e no monitoramento das ações previstas no PDTIC.
Manutenção da infraestrutura de suporte ao Sistema de Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional (SISCLATEN).	Segurança e confiabilidade da informação relativa aos Levantamentos Aeroespaciais.
Iniciação da elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação de vigência 2020-2023.	Construção colaborativa por meio das áreas técnicas e de negócio na ACMD para a elaboração de artefatos, Planos e Modelos de Governança de TIC a partir do Guia de Elaboração de PDTIC do SISP e dos normativos vigentes.
Suporte ao sistema de Banco de Dados de Legislação para o ambiente web (BDLegis Web)	Repositório eletrônico de divulgação de legislação afeta ao Ministério da Defesa.
Produção inicial de painéis e dashboards com emprego de tecnologia de BI.	Entrega de informações estatísticas, construção de séries históricas para suporte ao sistema de apoio à decisão.
Interligação e melhoria nas atividades de Comando e Controle das Operações Conjuntas, Interagências e outras de interesse do Ministério da Defesa.	Aumento da Interoperabilidade entre os diversos SAD do EMCFA e das Forças Armadas.

Fonte: DETIC/MD

NO ÂMBITO DO CENSIPAM, merecem destaque os seguintes projetos:

PRINCIPAIS INICIATIVAS NA ÁREA DE TIC (SISTEMAS E PROJETOS)	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Projeto de conectividade à internet em banda larga	O CENSIPAM, com o órgão responsável pela operação de um sistema de comunicação satelital (sistema de terminais VSAT - Very Small Aperture Terminal) e pela distribuição, ativação, manutenção e operação deste sistema, fornece terminais de comunicação via satélite em localidades isoladas na Amazônia. Este fornecimento de conectividade à Internet é realizado em atendimento a órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, no intuito de promover a inclusão digital e a facilidade de comunicação e o acesso a políticas públicas na região. Os terminais disponibilizados apoiam comunidades ribeirinhas, aldeias indígenas, pelotões de fronteira e órgãos da Justiça. Além dos pontos de internet de uso geral, o sistema também realiza a comunicação de dados de estações meteorológicas de superfície e de radares meteorológicos. Diante dos avanços tecnológicos, da necessidade de modernização do sistema de comunicação satelital existente, que demandaria investimento significativo, e considerando as iniciativas governamentais em curso, verificou-se ser mais vantajoso, técnica e economicamente, estabelecer uma parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, no âmbito do programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), que oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga - por via terrestre e satélite, com o objetivo de promover a inclusão digital em todo o território brasileiro, priorizando comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todo o Brasil. A avaliação feita demonstrou que o apoio do Censipam ao fomento do programa GSAC, de maior amplitude e já em andamento, possibilitará reduções nas necessidades de investimentos e somará esforços para a plena utilização da infraestrutura disponível, com ganhos para todos. Esta conclusão se tornou mais evidente com o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégicas (SGDC-1), que é explorado pela Telebrás e utilizado pelo Programa GSAC do MCTIC para a disponibilização de sinal de internet para áreas remotas do país. Assim, o Censipam está substituindo os pontos de internet distribuídos pela Amazônia por antenas e modems do programa Gesac, gerenciado pelo MCTIC. O Gesac utiliza o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégicas, que fornece velocidade de 10 Mbps.
Projeto Panorama	O Projeto Panorama, iniciado em julho de 2019, tem o objetivo de estruturar e implantar uma infraestrutura de dados espaciais para a integração de dados, informações e produtos geoespaciais do Censipam, padronizando procedimentos e fluxos de trabalho necessários para armazenar, catalogar, integrar e harmonizar os dados geoespaciais produzidos, mantidos e geridos. A intenção é facilitar a localização, exploração e acesso dos referidos dados para os mais variados fins, pelos diversos tipos de usuários.

Dentre as etapas previstas para a primeira fase do Panorama, destaca-se a definição de um plano de capacitação permanente para o pessoal envolvido na plataforma. Desta forma, poderão ser desenvolvidas as competências necessárias tanto ao corpo técnico do projeto quanto para os gestores organizacionais e usuários da plataforma.

Requisitos de alto Nível:

- Possibilitar a disponibilização de Geoinformação na Internet;
- Operacionalizar a infraestrutura de dados espaciais;
- Permitir a interoperabilidade com sistemas do MD, demais parceiros e sociedade em geral;
- Possibilitar que o sistema seja auditável;
- Prover a Segurança da Informação e Comunicações;
- Prover a integração dos sistemas, projetos e/ou produtos;
- Permitir a manutenção do acervo de dados e metadados;
- Implementar política e governança de dados;
- Possibilitar análises espaciais, não espaciais e estatísticas.

Entregas Previstas:

- Geoportal para acesso e distribuição, de forma integrada;
- Projeto de banco de dados concluído;
- Servidores de geoserviços disponíveis;
- Catálogo atualizado de metadados;
- Catálogo atualizado de sistemas;
- Plano de Governança de Dados do CENSIPAM;
- Política de acesso e uso de dados do CENSIPAM;
- Plano de Dados Abertos do CENSIPAM;
- Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas do CENSIPAM;
- Plano de gestão de conhecimento da plataforma;
- Programa de capacitação permanente do pessoal envolvido.

Fonte: Censipam

NO ÂMBITO DO HFA, merecem destaque as seguintes iniciativas e seus respectivos resultados, de 2019:

PRINCIPAIS INICIATIVAS NA ÁREA DE TIC (SISTEMAS E PROJETOS)	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Manutenção e atualização da segurança da informação do HFA.	Melhoria da segurança da informação
Evolução, manutenção e suporte do Sistema de Gestão Hospitalar.	Manutenção das atualizações para o Sistema de Gestão Hospitalar; e contratação e aquisição de materiais de infraestrutura para apoio e suporte de TIC.
Renovação do parque computacional	Aquisição de 205 (duzentos e cinco) computadores, incluindo 5 (cinco) monitores de 4k e 10 (dez) workstations para melhoria no serviço de laudos de imagem.

Fonte: HFA

NO ÂMBITO DA ESG, merecem destaque as seguintes realizações:

PRINCIPAIS INICIATIVAS NA ÁREA DE TIC (SISTEMAS E PROJETOS)	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Instalação e configuração da rede no novo campus da ESG Brasília ao Ministério da Defesa	Transparência da estrutura do ponto de vista dos usuários, pois os acessos aos sistemas e rede do Ministério da Defesa ficaram de forma integrada.
Desenvolvimento e Implantação de sistema de inscrições para a pós graduação Stricto Sensu	Esse é um módulo de inscrição que faz parte do sistema acadêmico (em desenvolvimento) para automatizar as atividades de inscrição e entrega de documentos dos particpantes..
Implantção do Sistema SEI no campus Rio de Janeiro	Sistema para gestão de documentos eletrônicamente de forma unificada com o Ministério da Defesa.
Implantação de nova tecnologia de virtualização de servidores Projeto de melhoria da infraestrutura de rede da escola	Migração da versão dos sistemas de virtualização para melhoria da segurança dos servidores A modernização do parque tecnológico acarreta em maior estabilidade no servciço e atendimento aos usuário com um melhor dimensionamento das necessidades da escola
Implantação da Revista Eletrônica utilizando a ferramenta OJS	Melhorar e automatizar a confecção da revista da ESG no ambito de recebimento de artigos, avaliações e posterior postagem na plataforma de modo integradode.

Fonte: ESG

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Foi implementado no âmbito da Secretaria-Geral (Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DETIC) um posto de atendimento para a emissão de certificados digitais aos servidores da ACMD, vinculado à Autoridade Certificadora do Ministério da Defesa (AC Defesa). A AC Defesa, que tem como missão emitir e fornecer certificados digitais para o MD, bem como para as três Forças, Marinha, Exército e Força Aérea, é composta de uma Autoridade Certificadora Principal em Brasília, uma Autoridade Certificadora Reserva no Rio de Janeiro, uma Autoridade de Registro (AR) em Brasília e diversos postos de validação distribuídos em guarnições militares em todo o território nacional (ARR). Além da facilidade e velocidade para a emissão de tokens, o posto da ARR Defesa permite ampliar o nível de segurança nos sistemas utilizados na ACMD, com a autonomia para a emissão de certificados SSL (Secure Sockets Layer), um tipo de segurança digital que permite a comunicação criptografada entre um site e um navegador).

Iniciaram-se, no segundo semestre de 2019, as primeiras tratativas para uma cooperação com o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber), do Exército, visando o apoio nas atividades de segurança cibernética da rede da ACMD. Essas atividades envolverão a análise de riscos dos ativos e sistemas críticos da rede de dados, bem como atividades de monitoramento proativo e em tempo integral desses ativos e sistemas.

Outro avanço foi a implementação do protocolo IPV6 (O IPV6 é a versão mais recente do chamado Internet Protocol - Protocolo de Internet, mais conhecido como IP, o padrão usado para a comunicação entre todos os computadores ligados à Internet): todos os portais e sistemas publicados na Internet foram disponibilizados em IPV6, o que, além de melhorar a performance e a percepção de qualidade dos serviços disponibilizados, aumenta a segurança desses serviços uma vez que o protocolo é mais robusto e possui mais requisitos de segurança.

Além disso, foram implementadas algumas ações visando conscientizar os servidores sobre as boas práticas de Segurança de Informação e Comunicações (SIC), dentre as quais, destacam-se: o serviço de mensagens por e-mail de "Dica do Dia" e a realização de uma palestra contendo conceitos básicos em SIC, direcionada a todos os colaboradores do MD.

No campo normativo avançou-se com a atualização e a publicação da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) da ACMD, por meio da Portaria Normativa Nº 2/GM-MD, de 3 de janeiro de 2019, e com as tratativas iniciais visando a atualização das normas complementares decorrentes. A POSIC da ACMD tem o objetivo de estabelecer diretrizes, critérios e suporte administrativo para a implementação da Segurança da Informação e Comunicações no âmbito da ACMD, visando a garantia da disponibilidade, da integridade, da confidencialidade e da autenticidade das informações, e se aplica às atividades dos usuários da ACMD no cumprimento das diretrizes estabelecidas para manuseio, tratamento, controle, proteção das informações e conhecimentos produzidos, armazenados ou transmitidos pelos sistemas de informação ou por meio de outros recursos. O Censipam, o HFA e o Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa (CASLODE), devido às suas especificidades, são regidos por Políticas de Segurança da Informação e Comunicações próprias, alinhadas, no que couber, à POSIC da ACMD.

Por fim, vale mencionar a redução de 25% aplicada, em 2019, ao valor do contrato que suporta os equipamentos de firewall do MD, para adequação às restrições orçamentárias vigentes no período.

O Censipam, o HFA e a ESG têm suas Políticas de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) próprias, bem como executam as ações necessárias à sua implementação.

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Dar sequência à implementação de procedimentos para melhoria do atendimento ao usuário final;
- Cumprimento do PDTIC, considerando o orçamento disponível e a força de trabalho de TIC disponível;
- Plena implementação da Política de Governança Digital: Plano de Dados Abertos, Serviços públicos digitais e atendimento ao cidadão;
- Apresentar solução factível e adequada para a modernização e integração dos Centros de processamento de Dados (CPD's) existentes na ACMD;
- Aperfeiçoamento e reorganização da estrutura de governança de TIC no âmbito da ACMD;
- Adequação da força de trabalho de TIC;
- Cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- Melhoria nos processos de trabalho, ofertando ferramentas de TIC que possibilitem a eficiência na execução das atividades administrativas e de defesa;
- Implementação plena da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais da ACMD (ETIR-ACMD);
- Dar continuidade aos investimentos na adequação e modernização da infraestrutura de TIC;

GESTÃO DE CUSTOS

A Gestão de Custos do Ministério da Defesa está alinhada ao Objetivo Estratégico "Fortalecer a Gestão Orçamentária", componente do Planejamento Estratégico da Secretaria Geral do Ministério da Defesa para o triênio 2017 a 2019. O Sistema de Custos tem como objetivo proporcionar conteúdo informacional para subsidiar as decisões governamentais de alocação mais eficiente de recursos e gerar as condições para melhoria da qualidade do gasto público.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101, de 4/5/2000), determinou que a Administração Pública mantenha sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011, instituiu o Sistema de Custos do Governo Federal, cujas competências foram detalhadas na Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011.

No âmbito do Ministério da Defesa, tem-se promovido a estruturação de ações e mecanismos para permitir o incremento da utilização das informações de custos no âmbito da Administração Central do Ministério (ACMD) desde 2017, com o início da implantação de Projeto Piloto na Escola Superior de Guerra (ESG). Dentre as realizações em 2019, destaca-se a atualização do código SIORG no cadastro das Unidades Gestoras da ACMD. Isso permitirá a oferta de informações mais consistentes quando da utilização da ferramenta Detacustos na elaboração de relatórios no Sistema de Informações de Custo (SIC).

O Projeto Piloto na ESG, implantado em março de 2018, tem possibilitado a apuração de custos das atividades finalísticas e de suporte, proporcionando conteúdo para subsidiar as decisões do Comando da Escola e também dos gestores no que se refere à alocação eficiente de recursos, gerando, consequentemente, condições para melhoria da qualidade do gasto. A estrutura de custos da ESG apresenta uma codificação acessível e de simples assimilação pelos setores, o que facilitou a sua implantação e registros pelos setores responsáveis. As lições aprendidas ao longo de 2018 embasaram os ajustes na codificação realizados em janeiro de 2019 que visaram à correção de pequenas discrepâncias na estrutura inicialmente criada, em função da reestruturação da ESG e da necessidade de conhecimento de custos específicos. Entretanto, com base em diálogos com os setores responsáveis e nas análises dos relatórios foi possível concluir que as mencionadas discrepâncias não comprometeram a correta apropriação de custos durante o exercício.

Os relatórios gerenciais passaram a ser apresentados e acompanhados mensalmente na reunião do Comitê de Gestão, Riscos e Controles (CGRC), com participação do Comando, Subcomando, Assessorias e Administração da ESG, expondo uma visão geral das atividades que consomem recursos, permitindo, assim, que o planejamento seja analisado e, se necessário, revisado, auxiliando a tomada de decisão de forma consciente e embasada. De forma complementar, os relatórios são utilizados como apoio para a elaboração do planejamento do exercício subsequente, principalmente para validação de valores estimados.

O quadro a seguir apresenta a apuração por tipo de atividade das apropriações nos exercícios de 2018 (nos meses de março a dezembro) e de 2019:

TIPO DE ATIVIDADE	2018 (MARÇO A DEZEMBRO)		2019	
FINALÍSTICAS	1.518,0	22,0%	2.390,0	25,0%
SUPORTE	5.393,0	78,0%	7.218,0	75,0%
TOTAL	6.911,0	100,0%	9.608,0	100,0%

Fonte: SIAFI

Observa-se, ao comparar os dois exercícios, a manutenção da proporção das apropriações entre as atividades finalística e de suporte. Em relação aos percentuais apresentados, é importante considerar que (i) A estrutura criada permite a identificação detalhada das atividades finalísticas da Escola como cursos, pesquisa e extensão, sendo

possível o registro dos custos que podem ser alocados diretamente. Nesse aspecto, cabe ainda aperfeiçoamento de alguns processos de apropriação de custo; (ii) O método de custeio aplicado aloca os custos indiretos às atividades administrativas (suporte); e (iii) O sistema não adota a sistemática de rateio.

Assim, considerando a singularidade da Escola Superior de Guerra, toda a estrutura existente de suporte é essencial para que as atividades finalísticas sejam desenvolvidas na sua plenitude, em ambiente adequado e com serviços eficazes.

No que se refere à vinculação aos Programas Governamentais, as atividades da Escola encontram amparo, em sua maior parte, na Ação 2055 – Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra, do Objetivo 1113 – Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional, do Programa 2058 – Defesa Nacional (PPA 2016-2019); e na Ação 2000 – Administração da Unidade, do Programa 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.

Em um próximo momento, com base nas análises dos custos, em especial nas históricas, e em complemento às gestões ora realizadas, será possível proporcionar melhorias nas atividades de planejamento, nos processos e no acompanhamento, à medida que se permite a visualização em tempo real do consumo de recursos pelos centros de custos estabelecidos.

DESAFIOS

- Tornar a alocação de recursos mais eficientes; e
- Melhorar continuamente a qualidade dos gastos públicos.

AÇÕES FUTURAS

- Aprimorar o projeto-piloto de centro de custos personalizados na ESG;
- Ampliar o universo de Unidades do MD que utilizam a metodologia de centro de custos personalizados;
- Ofertar informações mais consistentes nas bases de dados dos sistemas estruturantes integrados ao SIC.

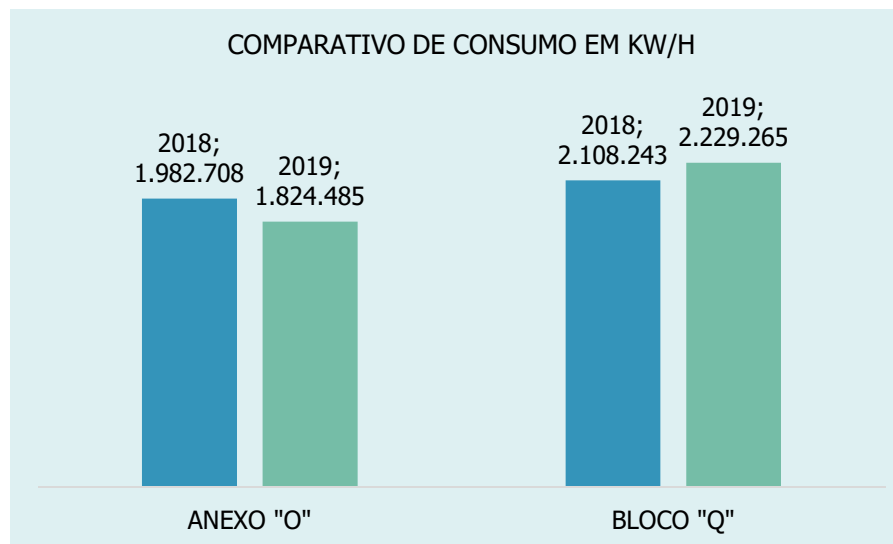
GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

CONFORMIDADE LEGAL

A ACMD, o HFA e a ESG, na realização de contratações e aquisições, observaram as diretrizes inerentes à sustentabilidade ambiental contidas nas Leis nº 6.938/1981 e 12.305/2010; nos Decretos nº 2.783/1998, 5.940/2006 e 9.178/2017, e nas Resoluções CONAMA nº 275/2001, 307/2002, 358/2005.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

Merece destaque, em 2019, o início da instalação de painéis fotovoltaicos na cobertura do Anexo do Ministério da Defesa (Anexo do Bloco O), com o objetivo de reduzir os gastos em consumo de energia elétrica, estimando-se uma economia mensal de R$ 30.000,00, em média, nas faturas de energia elétrica;

ENERGIA ELÉTRICA

Fonte: Ministério da Defesa

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (KW/H)

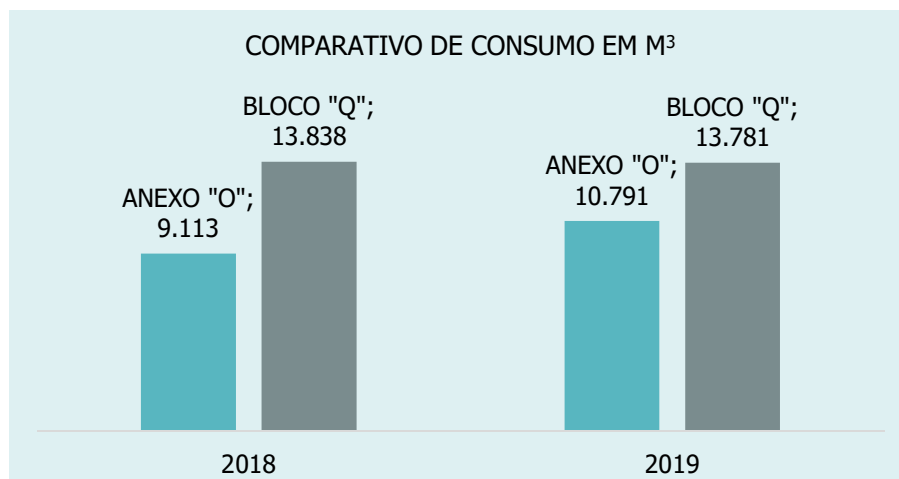
	2018	2019	DIFERENÇAS
MD	4.090.951	4.053.750	Redução de 37.201 Kwh
CENSIPAM	1.502.498	1.562.420	Aumento de 59.922 Kwh
ESG	805.171	791.840	Redução de 13.331 Kwh
HFA	10.008.223	10.459.861	Aumento de 451.638 Kwh
TOTAL	16.406.843	16.867.871	Aumento de 461.028 Kwh

Fonte: Ministério da Defesa

INICIATIVAS ADOTADAS PARA REDUZIR O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

- Substituição de ar-condicionado de janela por modelo splits, nas instalações do nos Blocos "Q" e "O", da Esplanada dos Ministérios, alas norte do 6º pavimento e térreo e 3º pavimento do Bloco Q.
- Substituição de aparelhos de ar condicionado tipo Janela por modelo "SPLIT" nas instalações do HFA
- Continuação da substituição gradual para lâmpadas de LED
- No final de 2019, a ESG adquiriu, por meio de processo licitatório, cinquenta (50) unidades de aparelhos de ar condicionados, que substituirão os equipamentos mais antigos, que apresentavam baixo rendimento e elevado custo de manutenção
- Com o objetivo de reduzir os gastos contratuais em faturas de energia elétrica, o Ministério da Defesa realizou a contratação de um sistema de geração de energia fotovoltaica. Tal projeto, objetiva a implementação de uma usina capaz de gerar ao menos 520 KWp, quando plenamente implantando, em 2020. Almeja-se, com tal iniciativa, uma economia monetária mensal de R$ 30.000,00, em média, na fatura de energia elétrica. Em 2019, foi iniciada a instalação de painéis fotovoltaicos na cobertura do Anexo do Ministério da Defesa (Anexo do Bloco O).

O "Sistema Fotovoltaico com otimizador de Potência 528 Kwp", projeto-piloto do programa de eficiência dos gastos no Ministério da Defesa (MD), começou com a instalação dos primeiros painéis solares fotovoltaicos. Ao todo, serão colocadas 1,6 mil placas. Esse sistema permitirá gerar, em média, 72.000 KWh/mês e será capaz de suprir aproximadamente 40% do consumo, o que permitirá uma economia de cerca de R$ 500 mil por ano com energia elétrica.

ÁGUA E ESGOTO

Fonte: Ministério da Defesa

CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO (M³)

	2018	2019	DIFERENÇAS
MD	22.951	24.572	Aumento de 1.621 m3
CENSIPAM	1.046	1.200	Aumento de 154 m3
ESG	19.724	21.695	Aumento de 1.971 m3
HFA	145.490	150.499	Aumento de 5.009 m3
TOTAL	189.211	197.966	Aumento de 8.755 m3

Fonte: Ministério da Defesa

INICIATIVAS DE REDUÇÃO DE CONSUMO DE ÁGUA

- Continuação da substituição de torneiras comuns por torneiras com válvula de acionamento automático, nas instalações dos Blocos "Q" e "O", da Esplanada dos Ministérios, HFA e Censipam (100%);
- Instalação de Bacias sanitárias com caixa acoplada e descarga dual flux, nas instalações do nos Blocos "Q" e "O", da Esplanada dos Ministérios e HFA;

- O HFA utiliza água proveniente de poço artesiano para abastecer a lavanderia do Hospital e para regar as áreas jardinadas no período de seca;
- Redução das regas das áreas ajardinadas no período de seca, nas instalações dos Blocos "Q" e "O", da Esplanada dos Ministérios.

CAUSAS DO AUMENTO NO CONSUMO DE ÁGUA

- Ampliação da quantidade de pessoas, no Bloco "O", da Esplanada dos Ministérios, além de maior quantidade de cursos ministrados pela ESG no mesmo prédio, ao longo de 2019;
- Problemas pontuais de vazamentos e rompimento de caixa d'água.

RESÍDUOS POLUENTES

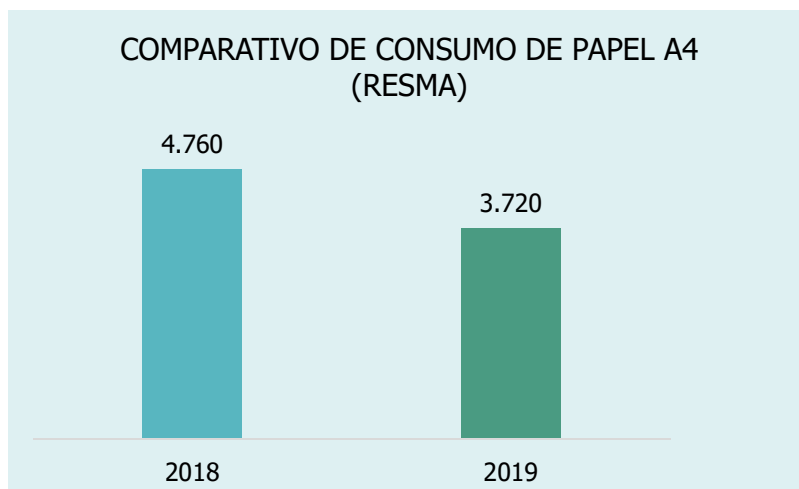
Fonte: Ministério da Defesa

CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS (PCT C/ 100 UNIDADES)

	2018	2019	DIFERENÇA
MD	5.224	4.199	Redução de 1.025 pct
CENSIPAM	1.000	524	Redução de 476 pct
ESG	5.500	4.900	Redução de 600 pct
HFA	17.064	18.231	Aumento de 1.167 pct
TOTAL	-	-	Redução de 934 pct

INICIATIVAS VISANDO A REDUÇÃO DO CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS:

- Realizada campanha de conscientização "adote um copo", pela ESG e pelo HFA;
- Retirada dos dispositivos de armazenamento de copos descartáveis, dos bebedouros, nas instalações do nos Blocos "Q" e "O", da Esplanada dos Ministérios.
- Promoção de campanhas para redução e racionalização de copos descartáveis (50 ml e 200 ml), conforme Projeto Esplanada Sustentável (PES).

CÓPIAS E PAPEL

Redução de 1.040 resmas (MD somente)

Fonte: Ministério da Defesa

CONSUMO DE PAPEL A4 (RESMA)

	2018	2019	DIFERENÇA
MD	4.760	3.720	Redução de 1.040 resmas
CENSIPAM	597	205	Redução de 392 resmas
ESG	3.000	1.390	Redução de 1.610 resmas
HFA	7.449	8.373	Aumento de 924 resmas
TOTAL	15.806	13.688	Redução de 2.118 resmas

INICIATIVAS VISANDO REDUZIR O CONSUMO DE PAPEL:

- Consolidação do modelo de outsourcing de impressão e estabilização do "processo de pagamento digital"
- Promoção de campanhas para redução e racionalização do uso de impressoras e papel, conforme Projeto Esplanada Sustentável (PES)
- - Incentivo ao maior uso do correio eletrônico, inclusive para comunicação oficial, sempre que possível
- Configuração padrão das impressoras para o modo de impressão frente e verso
- Em 2019 o SEI foi totalmente implementado e passou a ser utilizado por todos os usuários da ESG para trâmite de expedientes, contribuindo para a redução do consumo de papel na unidade em cerca de 10%.

REDUÇÃO DE IMPRESSORAS E PAPEL

- Redução de 2.118 resmas de papel A4, em 2019, somadas as Unidades da ACMD, ESG e HFA

PRINCIPAIS MEDIDAS ADOTADAS PARA A REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

- Maior utilização do correio eletrônico, inclusive para comunicação oficial, sempre que possível;
- Utilização da coleta seletiva do lixo, com separação dos resíduos recicláveis, e destinação adequada do material;
- Vem sendo adotadas medidas de redução de consumo e racionalização do uso da energia elétrica, com a troca gradual para lâmpadas de LED; e

Está prevista a implementação do sistema fotovoltaico de geração de energia elétrica, para os próximos dois anos, por ser uma energia limpa e renovável e ter pouquíssima necessidade de manutenção.

DESCARTE DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

- Utilização da coleta seletiva do lixo, com separação dos resíduos recicláveis, e destinação adequada do material;
- Existem coletores de pilhas e baterias em todos os órgãos;

No MD foram encaminhados para reciclagem, à Cooperativa de Trabalho de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos – RECICLO, 5.580 Kg de resíduos sólidos, em cumprimento ao Dec nº 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e pelo Decreto nº 37.568/2016, do Governo do Distrito Federal, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos. O controle e registro das atividades inerentes à tal coleta seletiva foram realizados pelos membros de uma Comissão de Coleta Seletiva Solidária criada com o objetivo de controlar a adequada destinação dos materiais recicláveis descartados pelas Unidades Autônomas do MD.

DESCARTE DE RESÍDUOS POLUENTES

- Os resíduos da construção civil são descartados em estrita consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente;
- Os resíduos da Oficina Mecânica do HFA são armazenados em galões e recolhidos por empresa especializada;
- Os resíduos perfurocortantes oriundos do Serviço de Saúde são coletados em "descarpack" nas Clinicas e no Laboratório do HFA e recolhidos por empresa especializada;

- O Lixo Hospitalar, do HFA e da ESG, é recolhido por empresa especializada.

AÇÕES EM ANDAMENTO

- Aprimoramento do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde do HFA.
- Finalização dos testes de comissionamento da usina fotovoltaica no Anexo do MD (anexo do bloco O)
- Está prevista a implementação do sistema fotovoltaico de geração de energia elétrica no Censipam, nos próximos dois anos
- Substituição de 50 unidades de aparelhos de ar condicionado da ESG
- Substituição de 400 lâmpadas antigas, por lâmpadas fluorescentes LED, na ESG

DESAFIOS

- Continuar reduzindo o consumo de água, energia elétrica, papel e copos descartáveis em todos os órgãos do MD.
- Aprimorar o processo de coleta e descarte de resíduos sólidos

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR, RENATO PONTES DIAS

O Ministério da Defesa está inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o número 03.277.610.0001/25 e está localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco Q – Edifício Sede.

A Lei n° 10.180/2001, regulamentada pelo Decreto n° 6.976/2009, organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal. A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 157/2011, instituiu o Sistema de Custos do Governo Federal, normatizado pela Portaria STN nº 716/2011, na qual foram definidas competências do Órgão Central e dos Órgãos Setoriais do Sistema.

A Secretaria de Orçamento e Organização Institucional exerce a função de Órgão Setorial dos Sistemas de Contabilidade Federal e de Custos. No âmbito do Ministério da Defesa (MD), o Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças coordena, dentre outros, as atividades relacionadas aos Sistemas de Contabilidade Federal e de Custos, cujas atividades são atribuídas à Divisão de Contabilidade (DICONT), conforme dispõe o Artigo 24 da Portaria Normativa n° 12/2019.

No exercício de suas atribuições, os principais processos de trabalho desenvolvidos pela DICONT têm por objetivo garantir a confiabilidade, a regularidade e a completude dos registros e das Demonstrações Contábeis no âmbito do Ministério da Defesa por intermédio de atividades como:

- Acompanhamento contábil diário das unidades gestoras e dos órgãos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal;
- Orientação, apoio técnico a ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda, para fins de execução orçamentária, financeira e patrimonial realizadas no SIAFI;
- Registro da conformidade contábil de unidades gestoras, de órgão e de órgão superior;
- Elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas; e
- Estruturação das atividades de Órgão Setorial de Custos.

Para tanto, a DICONT contava em 31/12/2019 com uma força de trabalho composta de quatro servidores, sendo um gerente, um coordenador, uma Analista Técnico-Administrativo, um Assistente Técnico. São Contadores responsáveis: Renato Pontes Dias (Titular), CRC n° 011149/0-4/DF, servidor da Secretaria do Tesouro Nacional há 25 anos com atuação nessa Divisão desde maio de 2018; e Carlos Antonio Araujo Cavalcanti (Substituto), CRC n° 014872/DF, servidor da Secretaria de Orçamento Federal há 17 anos, nessa Divisão desde de outubro de 2018.

As Demonstrações Contábeis do Ministério da Defesa (DCON) são constituídas pelo Balanço Patrimonial, pelo Balanço Orçamentário, pelo Balanço Financeiro, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquidos, extraídos do SIAFI, e por Notas Explicativas, podendo serem consultadas na íntegra no sítio https://www.defesa.gov.br/demonstracoes-contabeis.

A Unidade Prestadora de Contas (UPC) compreende apenas o Órgão 52000 – Ministério da Defesa no SIAFI. Portanto, foram considerados os valores contábeis consolidados nesse órgão nas DCON, que incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras Executoras (UG) constantes da tabela a seguir:

UNIDADE ADMINISTRATIVA	UNIDADE GESTORA		
Secretaria-Geral (SG)	110404	Departamento de Administração Interna	DEADI
	110407	Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças	DEORF
	110594	Departamento do Programa Calha Norte	DPCN
	111415	Fundo do Ministério da Defesa	FMD
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)	110406	Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa	RBJID
	113413	Fundo do Serviço Militar	FSM
Escola Superior de Guerra (ESG)	110402	Escola Superior de Guerra	ESG
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM)	110511	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	CENSIPAM
	110572	Centro Regional de Porto Velho	CR/PV
	110573	Centro Regional de Manaus	CR/AM
	110586	Centro Regional de Belém	CR/BL
Hospital das Forças Armadas (HFA)	112408	Hospital das Forças Armadas	HFA

Fonte: Portaria Normativa nº 12/2019 e SIAFI.

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do Órgão 52000 - Ministério da Defesa foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; do Decreto nº 93.872/1986; da Lei nº 10.180/2001; e da Lei Complementar nº 101/2000, e abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI, ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

DECLARAÇÃO

A presente declaração refere-se às demonstrações contábeis do Ministério da Defesa e suas notas explicativas em 31 de dezembro de 2019.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 02.01.35 – Conformidade Contábil presente no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

De acordo com as análises realizadas no balancete contábil, nas demonstrações contábeis e nos auditores contábeis do SIAFI, DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2019, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília/DF, 29 de janeiro de 2019.

Renato Pontes Dias

CRC/DF nº 11.149/O-4

Gerente de Contabilidade do Ministério da Defesa

A **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)** evidencia um Resultado Patrimonial positivo de R$ 153,19 milhões em 2019 contra um déficit patrimonial de R$ 25,08 milhões em 2018, o que representa uma variação em módulo de 710,8%. As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) apresentaram aumento de 11,3% em 2019 comparativamente a 2018. No caso das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), houve uma variação positiva de 11,1% em relação a 2018, conforme demonstrado na Tabela a seguir.

Demonstração das Variações Patrimoniais (R$ milhares)	DEZ/2019	DEZ/2018	AH(%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	107.507.682	96.636.127	11,25
Variações Patrimoniais Diminutivas	107.354.488	96.661.209	11,06
Resultado Patrimonial do Período	**153.194**	**-25.081**	**-710,79**

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

Quanto às Variações Patrimoniais Aumentativas, cabe mencionar que as "Transferências e Delegações Recebidas" representam 98% do total (105,35 bilhões), e decorrem majoritariamente das Cotas Financeiras Recebidas da STN e registradas no DEORF.

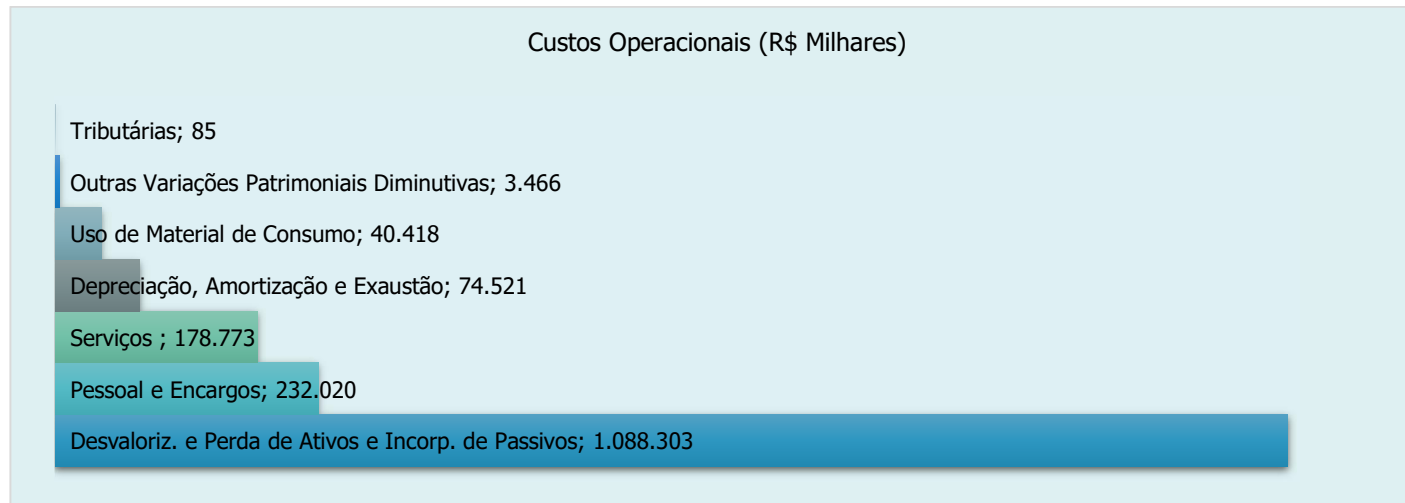
Em relação às Variações Patrimoniais Diminutivas, as "Transferências e Delegações Concedidas" correspondem a 98,1% do total (105,27 bilhões), e referem-se, principalmente, a Repasses e Sub-repasses Concedidos que são registrados no DEORF.

Os **Custos Operacionais** calculados com base nas informações da DVP apresentaram variação de 219,64% em relação a 2018, conforme detalhado na Tabela a seguir.

Custos Operacionais (R$ milhares)	Dez/19	Dez/18	AH (%)	AV (%)
Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	1.088.303	4.821	22472,34	67,28
Pessoal e Encargos	232.020	228.301	1,63	14,34
Serviços	178.773	162.474	10,03	11,05
Depreciação, Amortização e Exaustão	74.521	69.772	6,81	4,61
Uso de Material de Consumo	40.418	36.717	10,08	2,50
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.466	3.831	-9,55	0,21
Tributárias	85	155	-45,25	0,01
Total	1.617.584	506.072	219,64	100,00

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

Na composição dos Custos Operacionais, a rubrica "Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos" obteve uma variação expressiva em relação ao exercício de 2018. Dentre os motivos, destacam-se (i) a nova rotina de registro do Termo de Execução Descentralizada (TED) definida pela STN por meio da Mensagem SIAFI nº 2019/0104238, de 30/01/19, emitida pela Coordenação-Geral de Contabilidade da União - CCONT/STN, indicando a apropriação de ativo na UG descentralizadora; e o registro da obrigação decorrente de recursos pendentes de comprovação, na UG recebedora; (ii) transferências financeiras para pagamento de TED; e (iii) a baixa do item "Obras em Andamento" conforme recebimento das obras realizadas no HFA. O Gráfico a seguir demonstra a distribuição dos custos operacionais em 2019.

Custos Operacionais (R$ Milhares)

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

O **Resultado Não Financeiro** apurado a partir de informações da DVP alcançou o montante R$ 145,2 milhões em 2019. A Tabela a seguir compara esse Resultado com o de 2018.

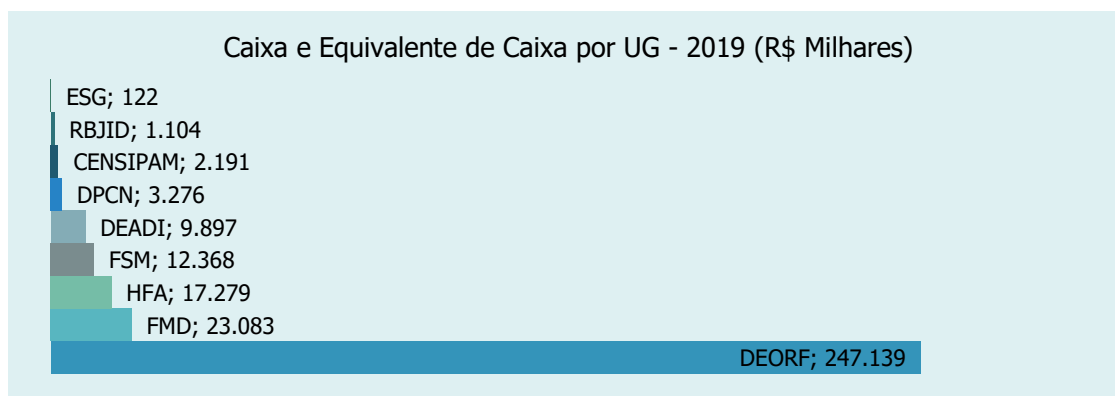
Resultado Não Financeiro (R$ milhares)			
Variações Patrimoniais Não Financeiras	Dez/2019	Dez/2018	AH(%)
Variações Patrimoniais Aumentativas – Não Financeiras	107.054.473	96.151.643	11,34
Impostos, Taxas e Contribuições	16.137	11.302	42,78
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	30.958	28.439	8,86
Transferências e Delegações Recebidas *	105.729.858	96.066.508	10,06
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.233.689	2.100	58.645,13
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	43.831	43.295	1,24
Variações Patrimoniais Diminutivas – Não FInanceiras	106.909.280	96.230.239	11,10
Pessoal e Encargos	232.020	228.301	1,63
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	50.275	47.049	6,86
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	293.712	268.963	9,20
Transferências e Delegações Concedidas*	105.241.505	95.677.273	10,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.088.303	4.821	22.472,34

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.466	3.831	-9,55
Resultado Não Financeiro do Período	145.193	-78.596	-284,73

*Para fins de consolidação, nas Transferências e Delegações Concedidas e Recebidas foram excluídos os valores relativos aos Sub-Repasses, que representam movimentações internas ao Órgão 52000.

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020

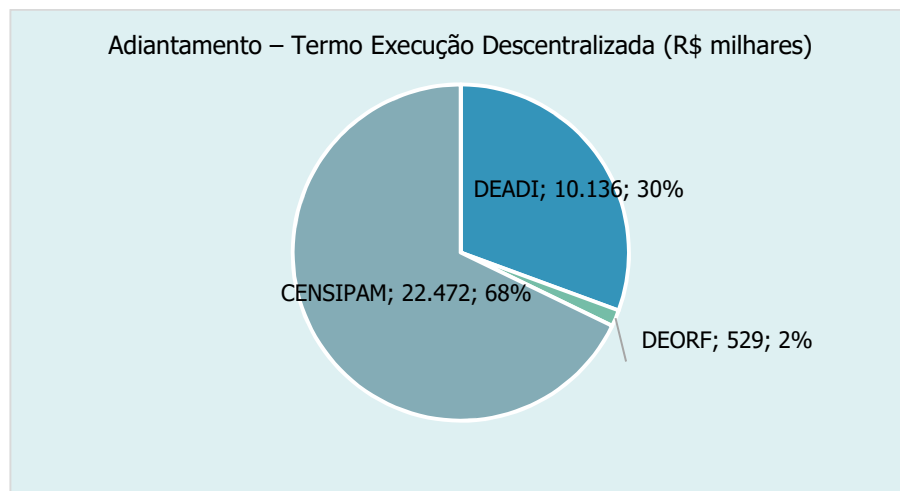
Em relação às **Variações Patrimoniais Aumentativas – Não Financeiras**, o item "Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos" apresentou variação expressiva devido, principalmente, à (i) mudança de rotina estabelecida pela STN para a contabilização da comprovação de TED concluídos; e (ii) atualização dos valores de Bens Imóveis registrados no HFA de acordo com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão nº 171/2015 - Plenário, especialmente itens 9.2.1, 9.7.1 e 9.7.2, e demais acórdãos, determinando a atualização dos valores dos imóveis cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNET).

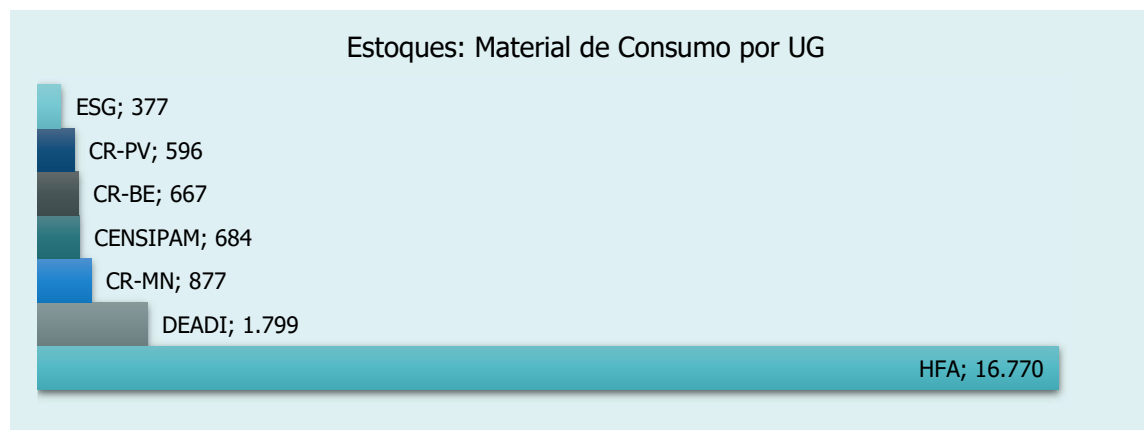
No **Balanço Patrimonial**, a rubrica "Caixa e Equivalente de Caixa" apresentou um saldo de R$ 316,46 milhões e crescimento de 31,4% com relação 2018, quando apresentou saldo de R$ 240,83 milhões, com a seguinte distribuição por Unidade Gestora:

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020

Na distribuição entre as unidades gestoras[1], o DEORF apresentou o maior saldo no exercício (78,1%), devido ao fato de ser a Setorial de Programação Financeira do Ministério da Defesa.

Ainda em relação ao Ativo, o Subgrupo **Demais Créditos e Valores a Curto Prazo** apresentou o montante de R$ 38,45 milhões, merecendo destaque a conta ***Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada (TED)***, cujo saldo de R$ 33,14 milhões reflete a nova rotina definida pela STN para a contabilização desse instrumento. O Gráfico a seguir demonstra a distribuição da rubrica por unidades gestoras.

---

[1] Os valores apresentados incluem tanto os relativos à moeda nacional quanto à moeda estrangeira. Os valores relativos à moeda estrangeira encontram-se em contas no Banco do Brasil e HSBC Bank situados no exterior, com a finalidade de atender despesas da RBJID.

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020

Por sua vez, o Subgrupo **Estoques** apresentou saldo no montante de R$ 21,79 milhões em 2019. A rubrica com saldo mais expressivo é a de "Materiais de Consumo", com R$ 21,77 milhões, sendo que o HFA é a unidade gestora com a maior representatividade (76,96%) com a totalidade de seu saldo alocado em Almoxarifado majoritariamente com Material de Uso Hospitalar. O Gráfico a seguir demonstra a composição do item "Material de Consumo" distribuído por Unidade Gestora.

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

No Grupo **Ativo Não Circulante**, o saldo mais relevante do Subgrupo "Ativo Realizável a Longo Prazo" encontra-se no item **Demais Créditos e Valores a Longo Prazo**, no valor de R$ 127,03 milhões, cujacomposição é apresentada a seguir:

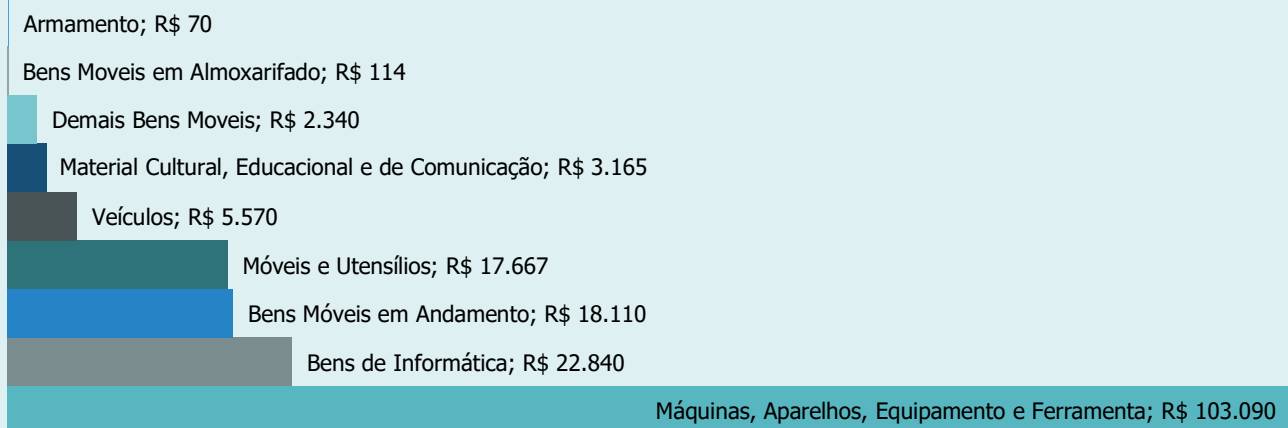
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo – Composição (R$ milhares)	DEZ/19	DEZ/18	AH (%)	AV (%)
Créditos a Rec. por Falta/Irregul. Comprovação	115.850	110.168	5,16	91,20
Créditos a Rec. Decorrentes de Infrações – LG PZ	11.168	9.759	14,43	8,79
Depósitos Judiciais Efetuados	16	16	0,00	0,01
Total	127.034	119.944	5,91	100,00

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

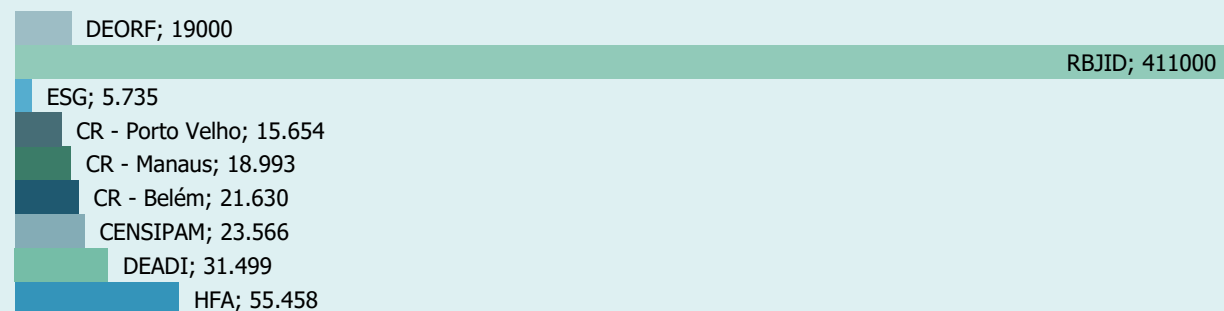
O item "Crédito a Receber por Falta/Irregularidade de Comprovação", com saldo de R$ 115,85 milhões, representa 91,2% do montante total da rubrica e é decorrente de registros de auto de infração e irregularidades na comprovação da execução de convênios apurados em Tomadas de Contas Especiais (TCE) e julgados pelo TCU e estão registrados majoritariamente no DPCN – cerca de 89% do total. Observa--se, também, que 8,8% da rubrica (R$ 11,17 milhões) encontram-se no item "Créditos a Receber Decorrentes de Infrações – LGPZ" e decorrem do registro de multas aplicadas em julgamentos de Tomadas de Contas Especiais pelo TCU. No **Imobilizado**, a composição da rubrica "**Bens Móveis**" é apresentada a seguir.

ATIVO IMOBILIZADO – BENS MÓVEIS: COMPOSIÇÃO (R$ MILHARES)								
BENS MÓVEIS	DEZ 2019			DEZ 2018			AH (%)	AV (%)
	VALOR CONTÁBIL BRUTO	DEPRECIA-ÇÃO ACUMULADA	VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO	VALOR CONTÁBIL BRUTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO		
Máq., Aparelhos, Equip. e Ferramanta	198.343	-95.254	103.090	200.116	-86.706	113.410	-9,10	59,60
Bens de Informática	75.328	-52.488	22.840	68.713	-48.590	20.123	13,50	13,20
Móveis e Utensílios	35.332	-17.665	17.667	34.225	-15.488	18.737	-5,71	10,21
Bens Móveis em Andamento	18.110	-	18.110	5.502	-	5.502	229,15	10,47
Veículos	8.405	-2.834	5.570	8.708	-2.667	6.041	-7,78	3,22
Mater Cultural, Educ. e de Comunicação	5.674	-2.509	3.165	4.650	-2.233	2.417	30,94	1,83
Demais Bens Móveis	3.220	-879	2.340	2.741	-779	1.962	19,31	1,35
Armamentos	139	-69	70	150	-69	81	-14,27	0,04
Bens Móveis em Almoxarifado	114	-	114	418	-	418	-72,84	0,07
Total	344.663	-171.698	172.966	325.224	-156.533	168.691	2,53	100,00

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

Em 2019, os itens com saldos contábeis mais representativos foram "Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas" (59,6%), "Bens de Informática" (13,2%) e "Móveis e Utensílios" (10,5%). A depreciação acumulada dos bens móveis apresentou saldo de R$171,70 milhões no período. A composição da rubrica "Bens Móveis" é representada a seguir.

*Saldos apresentados em valores contábeis líquidos.

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

O gráfico a seguir ilustra a distribuição do Bens Móveis por unidade gestora. Os saldos encontrados no HFA e no DEADI representam 32,1% e 18,21% do total da rubrica, respectivamente.

*Saldos apresentados em valores contábeis líquidos.

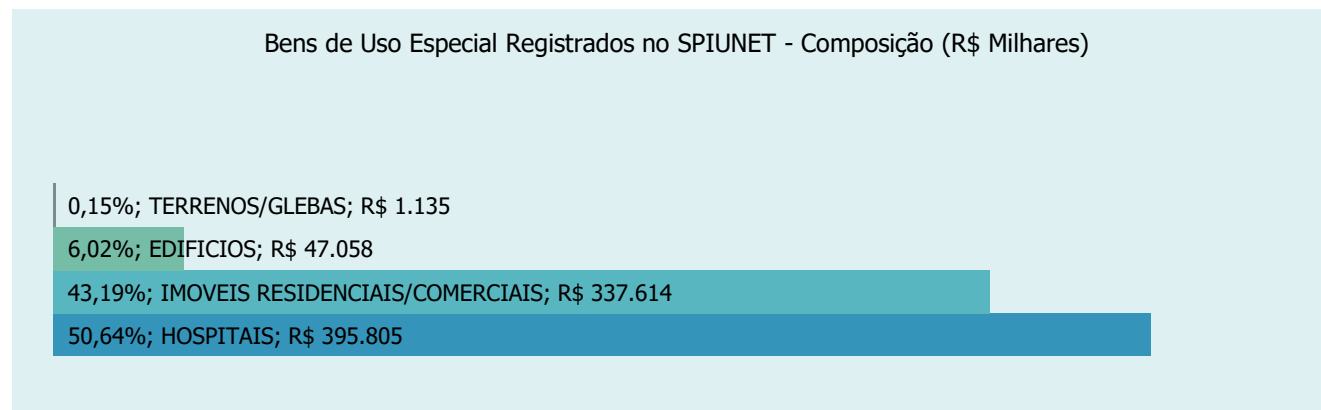
Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

No **Imobilizado,** os **Bens Imóveis** totalizavam um valor contábil líquido de R$ 915,35 milhões, com depreciação acumulada de R$ 39,89 milhões. A tabela a seguir detalha a composição da rubrica.

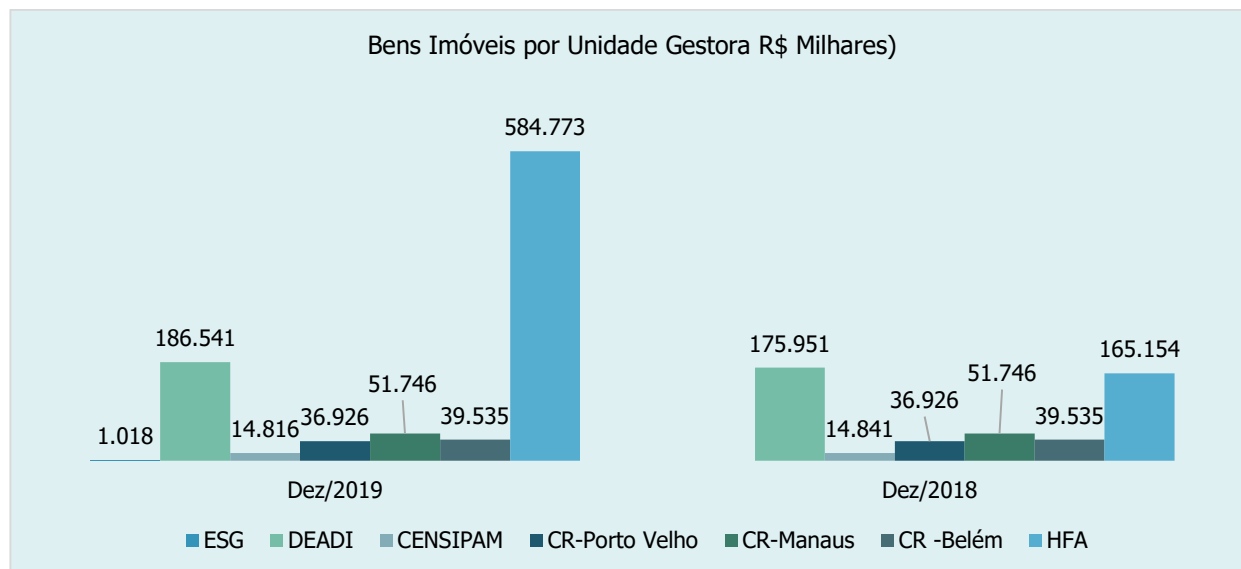
ATIVO IMOBILIZADO – BENS IMÓVEIS: COMPOSIÇÃO (R$ MILHARES)								
BENS IMÓVEIS	DEZ 2019			DEZ 2018			AH (%)	AV (%)
	VALOR CONTÁBIL BRUTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO	VALOR CONTÁBIL BRUTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO		
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET	821.500	-39.888	781.612	373.695	-25.490	348.205	124,47	85,39
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUNET	128.206	-	128.206	128.206	-	128.206	0,00	14,01
Bens Imóveis em Andamento	5.424	-	5.424	7.630	-	7.630	-28,91	0,59
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	111	-	111	111	-	111	0,00	0,01
Total	955.241	-39.888	915.353	509.642	-25.490	484.152	89,06	100,00

Fonte: SIAFI 30/1/2020.

Constatou-se que a rubrica "Bens de Uso Especial" teve saldo contábil líquido no valor de R$ 909,82 milhões, ou seja, 99% do total registrado no Subgrupo "Bens Imóveis". Os registros mais expressivos foram encontrados em: "Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET", no valor de R$ 781,61 milhões, ou seja 85,4% do item; e em "Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUNET", no montante de R$ 128,21 milhões (14,0% do item). O Gráfico abaixo mostra a composição dos Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET.

Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET - Composição (R$ Milhares)

*Saldos apresentados em valores contábeis líquidos da depreciação acumulada.

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

Verifica-se que no item "Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET", os saldos mais relevantes são da rubrica "Hospitais", relativos aos prédios onde funciona o HFA; e de "Imóveis Residenciais e Comerciais", representando no período o montante equivalente a 93,8% dos Bens Imóveis de Uso Especial.

Fonte; SIAFI, em 30/1/2020.

O HFA apresentou a maior valor registrado na rubrica de bens imóveis (64%) em 2019, seguido do DEADI com 20,4%. A variação de 254% nos valores dos Bens Imóveis registrados no HFA em relação a 2018 foi devida à atualização dos valores dos imóveis cadastrados no SPIUNET (Acórdão TCU nº 171/2015 – Plenário). No caso do DEADI, a variação de 6,02% em relação ao exercício 2018 refere-se à transferência de bens realizada pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) em 2019.

O **Ativo Intangível** totalizou R$ 508,39 milhões de valor contábil líquido em 2019. A Amortização Acumulada somou R$ 58,25 milhões., conforme a a composição detalhada do subgrupo.

ATIVO INTANGÍVEL (R$ MILHARES)								
BENS IMÓVEIS	DEZEMBRO 2019			DEZEMBRO 2018			AH (%)	AV (%)
	VALOR CONTÁBIL BRUTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO	VALOR CONTÁBIL BRUTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO		
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	547.209	-54.721	492.488	547.209	-2.719	544.490	-9,55	96,87
Software com Vida Útil Definida	16.838	-3.525	13.313	15.090	-60.396	-45.305	-129,38	2,62
Software com Vida Útil Indefinida	2.588	-	2.588	2.588	-	2.588	-	0,51
Total	566.635	-58.246	508.389	564.887	-63.115	501.773	1,32	100,00

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

No Intangível, destaca-se o título "Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Definida", que representa cerca de 96,9% do Grupo, ou seja, aproximadamente R$ 492,49 milhões. O valor é proveniente da apropriação do contrato de uso da banda militar X do *Sistema SGDC – Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicações Estratégicas*, registrado no DEADI.

A rubrica **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo** apresentou saldo no montante de R$ 15,58 milhões, sendo que o item "Pessoal a Pagar" concentra quase a totalidade do saldo do grupo (99,4%), o qual, por sua vez, apresenta seu maior saldo no item "Salários, Remunerações e Benefícios" com o montante de R$ 15,28 milhões.

A Tabela a seguir apresenta o grupo **Provisões de Longo Prazo** segregado por Órgãos. Verifica-se que o Comando do Exército detém 53,74% do total registrado no Grupo.

PROVISÕES DE LONGO PRAZO, POR ÓRGÃO (R$ MILHARES)		
Órgão	**Mar/2020**	**AV (%)**
COMANDO DA MARINHA	65.658.813	25,08
COMANDO DO EXÉRCITO	140.696.166	53,74
COMANDO DA AERONÁUTICA	55.436.147	21,18
Total	**261.791.125**	**100,00**

Fonte: SIAFI, em 15/4/2020.

A próxima Tabela demonstra que quase a totalidade do saldo apresentado na rubrica de "Provisões a Longo Prazo" refere-se ao reconhecimento das obrigações futuras com pensões militares.

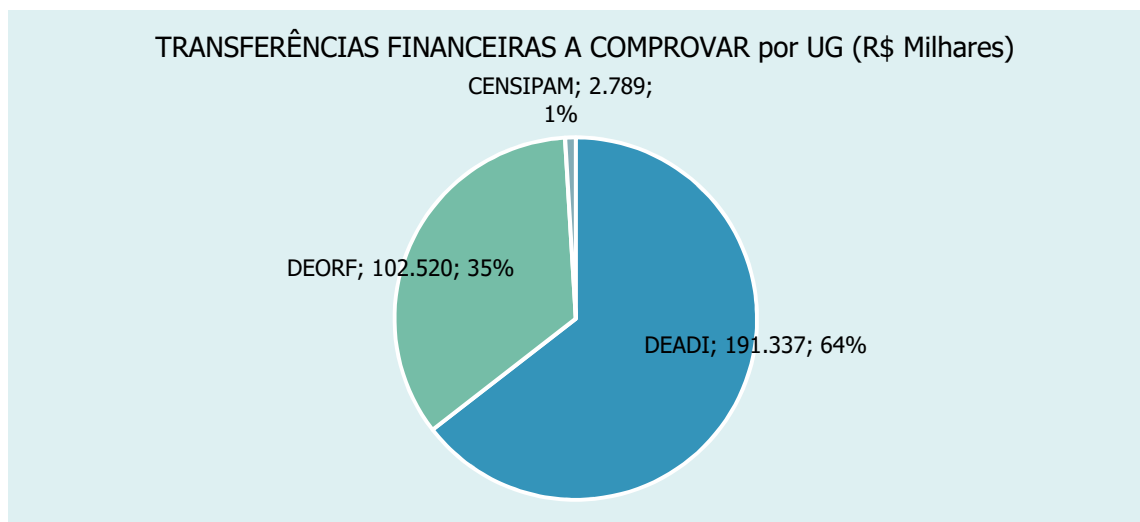
PROVISÕES DE LONGO PRAZO – COMPOSIÇÃO (R$ MILHARES)			
	Mar/2020	**Dez/2019**	**AV (%)**
Provisões de Pensões Militares Concedidas -LP	261.790.131	139.917.255	99,9996
Provisões para Indenizações Trabalhistas	995	995	0,0004
Total a Longo Prazo	**261.791.125**	**139.918.249**	**100,0000**

Fonte: SIAFI, em 15/4/2020.

O saldo apresentado na conta de **Provisões de Pensões Militares Concedidas - LP** refere-se ao reconhecimento das obrigações futuras com pensões militares concedidas pelas Forças Armadas. O registro contábil dessas obrigações foi efetuado em atendimento à recomendação contida no Acórdão nº 2.523/2016-TCU Plenário e na Nota Técnica SEI nº 2/2017/CCONT/SUCON/STN-MF, de 10/10/2017, da Secretaria do Tesouro Nacional, com metodologia de cálculo conforme o previsto na Nota Técnica Conjunta nº 001/2017-SG/MD, de 16/11/2017, do Ministério da Defesa.

Em 25/03/2020, a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Ofício SEI Nº 77838/2020/ME, deu conhecimento ao Ministério da Defesa do Ofício de Requisição nº 21-267/2019-TCU/SecexPrevidência e solicitou a realização de registro contábil, no valor de R$ 121,78 bilhões, a débito da conta 2.3.7.1.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores e a crédito da conta 2.2.7.9.1.06.00 - Provisão de Pensões Militares, para sanar a ocorrência preliminar constatada pelo TCU relativa ao Sistema de Proteção Social dos Militares - Pensões militares.

Em 27/03/2020, por meio do Ofício Circular n° 468/GM-MD, o Ministério da Defesa solicitou aos Comandos Militares que realizassem os registros contábeis complementares da provisão de despesas com pensões militares, conforme solicitado pelo Ofício SEI nº 77838/2020/ME da Secretaria do Tesouro Nacional.

Ato contínuo, os Comandos Militares realizaram os registros contábeis solicitados ainda no mês de março de 2020.O Grupo **Demais Obrigações a Curto Prazo** apresentou saldo no valor de R$ 516 milhões. Nesse grupo, merece destaque a conta **Transferências Financeiras a Comprovar – TED**, que apresentou registro contábil de valor significativo, partindo de saldo nulo em dezembro de 2018 para o valor de R$ 296 milhões em dezembro de 2019. O saldo dessa rubrica refletiu nova rotina do Termo de Execução Descentralizada (TED) definida pela STN em 2019 O Gráfico seguinte apresenta a sua segregação por unidade gestora.

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

O saldo da conta de **Ajustes de Exercícios Anteriores** teve variações atípicas em 2017 em decorrência de baixa de ativo na conta contábil 1.1.3.1.1.04.00 – Adiantamento de Transferências Voluntárias, conforme Acórdão nº 1.320/2017-TCU, e na conta contábil 1.1.3.4.1.02.08 – Crédito a Receber Decorrente Falta/Irregularidade de Comprovação em função de mudança de critério na contabilização de transferências voluntárias (Convênios) em 2017, o que não se repetiu nos exercícios de 2018 e 2019. A tabela a seguir apresenta os saldos da conta nos últimos três exercícios.

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (R$ MILHARES)			
	Dez/2019	Dez/2018	Dez/2017
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25.265	-25.463	-704.618
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25.265	-25.463	-704.618

Fonte: SIAFI, em 26/5/2020.

A próxima tabela apresenta a composição dos registros efetuados em “Ajustes de Exercícios Anteriores”.

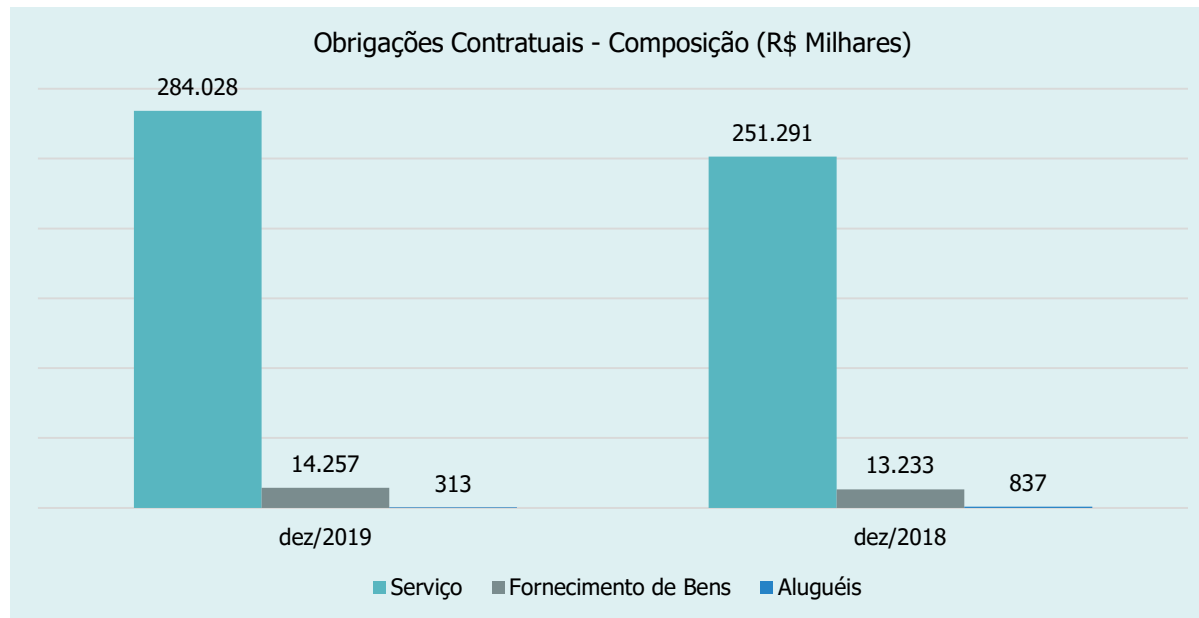
Ajustes de Exercícios Anteriores – Composição (R$ milhares)	
Item	**2019**
Reversão da Amortização Acumulada referente ao Processo 60544.000014/2017-64, do período de maio de 2017 a dezembro de 2017 para ajuste ao início do uso, conforme Processo 60000.005587/2018-11 (DEADI).	42.155
Regularização da Conta 21891.05.00 - Convênios e Instrumentos Congêneres (DPCN).	8.681
Baixa referente aos recebimentos de valores em dezembro de 2019 referente a serviços hospitalares prestados (HFA).	-5.613
Baixa referente à adequação de saldo SIAFI de acordo com conciliações efetivas realizadas pela Seção de Cobrança (HFA) conforme Processo 60550.026803/2019-16.	-7.725
Outros Ajustes.	-12.233
Total	25.265

Fonte: SIAFI, em 15/5/2020.

A Tabela seguinte evidencia os **Atos Potenciais Ativos e Passivos**. Verifica-se que em 31/12/2019 existia um saldo consolidado de R$ 298,6 milhões no título **Obrigações Contratuais**, relacionado a parcelas de contratos que serão executadas em períodos futuros.

ATOS POTENCIAIS ATIVOS E PASSIVOS (R$ MILHARES)		
ESPECIFICAÇÃO	**2019**	**2018**
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**148.830**	**121.797**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	148.830	121.797
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	34.021	28.955
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	114.239	92.271
Direitos Contratuais a Executar	571	571
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**148.830**	**121.797**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**1.179.753**	**1.058.841**
Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.179.753	1.058.841
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	881.155	793.479
Obrigações Contratuais a Executar	298.598	265.362
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**1.179.753**	**1.058.841**

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

O Gráfico abaixo demonstra a composição do item "Obrigações Contratuais" de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

A seguir é apresentada a tabela com o Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial com um resultado negativo de R$ 670,62 milhões, que representa recursos a receber da STN no exercício seguinte.

SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (R$ MILHARES)	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
RECURSOS ORDINÁRIOS	**-271.060**
RECURSOS VINCULADOS	**-399.560**
EDUCAÇÃO	152
SEGURIDADE SOCIAL (EXCETO PREVIDÊNCIA)	3.436
PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)	32
RECURSOS DE RECEITAS FINANCEIRAS	-328.171
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	-106.887
OUTROS RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS, ÓRGÃOS E PROGRAMAS	31.878
TOTAL	**-670.620**

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

Em relação ao **Balanço Orçamentário**, as **Receitas** previstas para o Órgão 52000 - Ministério da Defesa na Lei Orçamentária Anual de 2019 foram da ordem de R$ 2,53 bilhões, conforme tabela a seguir.

EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (R$ MILHARES)				
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	REALIZAÇÃO (%)	AV(%)
RECEITAS CORRENTES	**2.337.664**	**2.696.643**	**115,36**	**100,00**
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.301.453	2.656.214	115,41	98,50
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	2.943	11.296	383,85	0,42
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.000	9.087	90,87	0,34
RECEITAS DE SERVIÇOS	9.180	8.401	91,51	0,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.539	6.613	101,13	0,25
RECEITA PATRIMONIAL	7.548	5.032	66,66	0,19
RECEITAS DE CAPITAL	**188.151**	**0**	**0,00**	**-**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	183.151	0	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.000	0	0,00	-
TOTAL	**2.525.816**	**2.696.643**	**106,76**	**-**

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

O valor arrecadado até 31/12/2019 foi de R$ 2,7 bilhões e refere-se exclusivamente a Receitas Correntes. O montante representa 106,76% do total da receita prevista. Em valores absolutos, a maior participação refere-se às Receitas de Contribuições com R$ 2,66 bilhões, que correspondem à 98,5% das Receitas Correntes. As Receitas de Contribuições referem-se às contribuições para custeio das pensões militares, que são um recurso proveniente da remuneração de militares ativos e inativos, recolhidos nas Unidades de Pagamento de Pessoal das Forças Singulares e transferidos diretamente para a Secretaria do Tesouro Nacional. O registro contábil da Realização da Receita é efetuado no DEORF. Até o fechamento do exercício, não houve realização de Receitas de Capital.

EXECUÇÃO DIRETA E DESCENTRALIZADA DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA (R$ MILHARES)				
ÓRGÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESTAQUES RECEBIDOS	DESTAQUES CONCEDIDOS	DESPESAS EMPENHAS
Ministério da Defesa	2.326.241	0	1.241.257	895.247
Comando da Marinha	-	183.133	-	183.367
Comando do Exército	-	377.422	-	366.299
Comando da Aeronáutica	-	674.287	-	653.497
Outros Órgãos	-	6.414	-	6.401
Total	**2.326.241**	**1.241.257**	**1.241.257**	**2.104.810**
Fonte: SIAFI, em 26/5/2020.				

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

No tocante às **Despesas**, cabe esclarecer que, do total das dotações alocadas ao Órgão na LOA, 53,36% (R$ 1,24 bilhão) foram descentralizadas, por meio de destaque, para outros Órgãos, em especial os Comandos Militares. Das dotações remanescentes no MD, cerca de R$ 1,08 bilhão ou 46,64%, foram empenhados R$ 895,24 milhões (82,51%). Quanto às dotações descentralizadas por meio de destaque (R$ 1,24 bilhão), registrou-se empenhos no valor de R$ 1,21 bilhão e estão assim distribuídos: Comando da Aeronáutica responde por 54,3% do valor empenhado, seguido do Comando do Exército com 30,28% e do Comando da Marinha com 15,16%, conforme demonstrado na tabela a seguir.

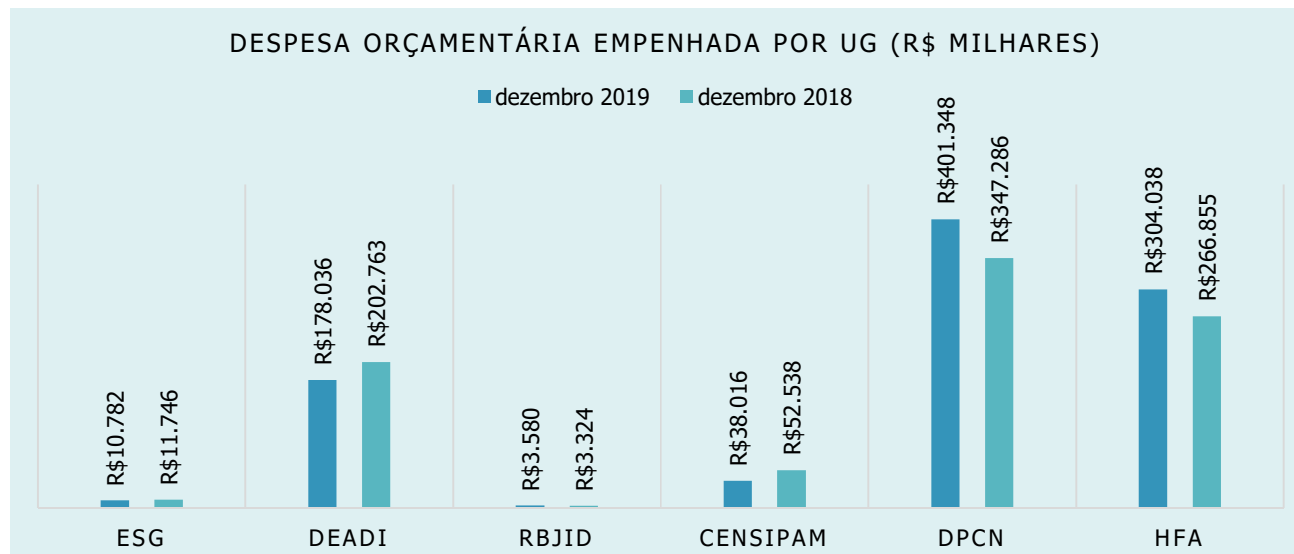
Em relação ao total da **Despesa Orçamentária** do Órgão 52000 - Ministério da Defesa, no exercício de 2019 em comparação a 2018, houve um acréscimo de 5,8% no montante de despesas empenhadas, correspondendo a cerca de R$ 935,80 milhões. Ressalta-se que esse montante refere-se a empenhos tanto de dotações alocadas em Unidades Orçamentárias do próprio Ministério da Defesa quanto de destaques recebidos de outros órgãos.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: DESPESA ORÇAMENTÁRIA (R$ MILHARES)						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS**	**SALDO DA DOTAÇÃO**
Despesas Correntes	**5.123.886**	**1.286.762**	**514.637**	**449.026**	**430.614**	**772.125**
Pessoal e Encargos Sociais	4.531.859	286.859	257.420	254.814	239.426	29.439
Outras Despesas Correntes	592.027	999.903	257.217	194.211	191.188	742.686
Despesas de Capital	**672.993**	**1.039.479**	**421.163**	**9.172**	**8.896**	**618.316**
Investimentos	672.048	1.039.479	421.163	9.172	8.896	618.316
Inversões Financeiras	945	-	-	-	-	-
Total	**5.796.878**	**2.326.241**	**935.800**	**458.197**	**439.511**	**1.390.440**

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

A Tabela e o Gráfico a seguir demonstram a distribuição da despesa orçamentária por Unidade Gestora.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR UG (R$ MILHARES)				
UNIDADE GESTORA	**DEZ/2019**	**DEZ/2018**	**AH(%)**	**AV(%)**
Escola Superior de Guerra	10.782	11.746	-8,21	1,15
Departamento de Administração Interna	178.036	202.763	-12,19	19,03
Representação do Brasil na Junta Interamericana Defesa	3.580	3.324	7,71	0,38
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	38.016	52.538	-27,64	4,06
Departamento do Programa Calha Norte	401.348	347.286	15,57	42,89
Hospital das Forças Armadas	304.038	266.855	13,93	32,49
Total	**935.800**	**884.511**	**5,80**	**100,00**

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

A Tabela a seguir demonstra a distribuição da despesa empenhada por Categoria Econômica e Grupo de Despesa.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DA DESPESA (R$ MILHARES)					
CATEGORIA ECONÔMICA	**GRUPO DA DESPESA**	**DEZ/2019**	**DEZ/2018**	**AH(%)**	**AV(%)**
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	257.420	254.315	1,22	27,51
	Outras Despesas Correntes	257.217	252.966	1,68	27,49
Despesas de Capital	Investimentos	421.163	377.230	11,65	45,01
Total		**935.800**	**884.511**	**5,80**	**100,00**

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

Verifica-se que os valores empenhados encontram-se nos Grupos "Pessoal e Encargos Sociais" (27,5%), "Outras Despesas Correntes" (27,5%) e "Investimentos" (45%).

Dentre os relativos aos Grupo "Pessoal e Encargos Sociais", merecem destaque os itens "Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil" com o valor empenhado de R$ 157,59 milhões; "Aposentadoria RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar" com R$ 40,82 milhões; e "Obrigações Patronais" com R$ 33,03 milhões, que juntos correspondem a 89,91% do valor empenhado no Grupo.

Quanto a "Outras Despesas Correntes", os três itens mais relevantes representam 75% dos valores empenhados no Grupo. São eles: "Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica" (R$ 112,26 milhões, 43,64%), "Locação de Mão de Obra" (R$ 41,35 milhões, 16,08%) e "Material de Consumo" (R$ 40,35 milhões, 15,69%).

O título "Obras e Instalações" representa 82,45% do Grupo "Investimento"e apresentou despesas empenhadas no valor de R$ 347,25 milhões.

Quanto aos Restos a Pagar, o quadro a seguir apresenta a execução dos Restos a Pagar Processados em 2019.

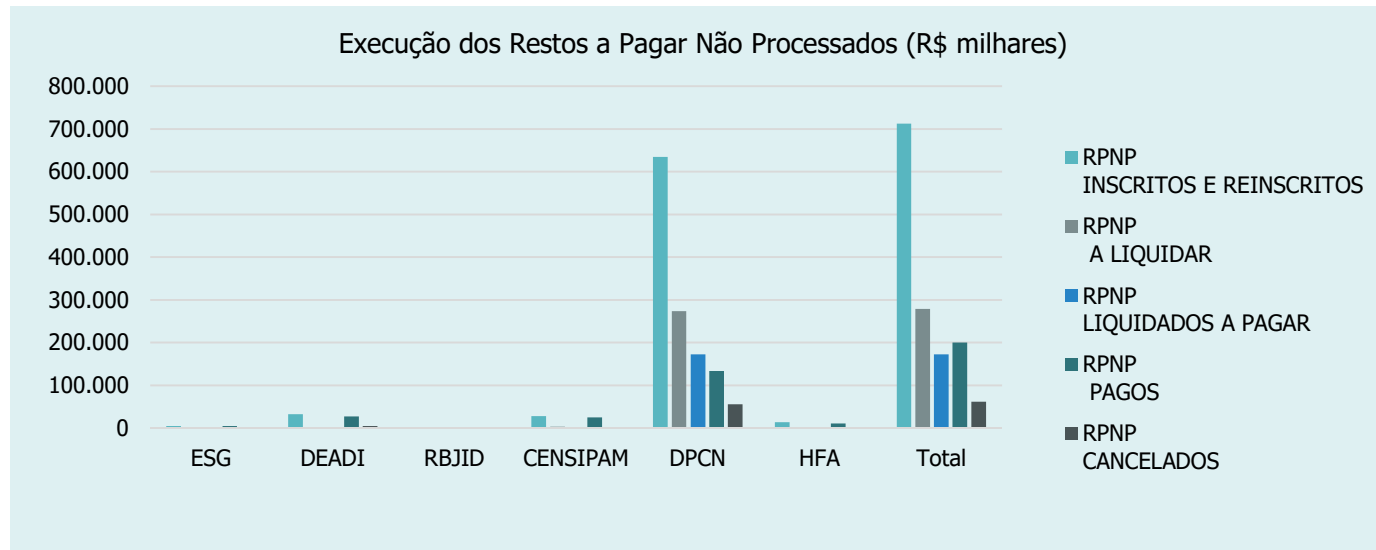
QUADRO EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS R$ MILHARES							
UG	**RPP INSCRITO E REINSCRITO ATÉ 2018**	**RPP A PAGAR**	**RPP PAGOS**	**RPP CANCELADOS**	**(%) RPP A PAGAR**	**(%) RPP PAGO**	**(%) RPP CANCELADO**
ESG	130	0	84	46	-	64,78	35,22
DEADI	6.117	0	6.115	2	-	99,97	0,03
CENSIPAM	74	0	74	0	-	100,00	-
DPCN	135.497	38.977	91.895	4.625	28,77	67,82	3,41
HFA	12.294	0	12.294	0	-	100,00	-
TOTAL	**154.112**	**38.977**	**110.462**	**4.673**	**25,29**	**71,68**	**3,03**

Fonte: SIAFI, em 18/5/2020.

A Tabela a seguir apresenta a execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) até dezembro de 2019.

QUADRO EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R$ MILHARES)									
UG	**RPNP INSCRITO E REINSCRITO ATÉ 2018**	**RPNP A LIQUIDAR**	**RPNP LIQUIDADOS A PAGAR**	**RPNP PAGOS**	**RPNP CANCELADOS**	**(%) RPNP A LIQUIDAR**	**(%) RPNP LIQUIDADO A PAGAR**	**(%) RPNP PAGO**	**(%) RPNP CANCELADO**
ESG	4.549	409	17	4.057	65	9,00	0,38	89,19	1,44
DEADI	32.158	1.527	0	26.505	4.126	4,75	-	82,42	12,83
RBJID	756	2	0	754	0	0,24	-	99,72	0,03
CENSI-PAM	27.578	2.736	0	24.472	370	9,92	-	88,74	1,34
DPCN	634.877	272.883	172.503	133.686	55.806	42,98	27,17	21,06	8,79
HFA	13.152	1.595	0	10.809	749	12,13	-	82,18	5,69
Total	**713.070**	**279.152**	**172.520**	**200.282**	**61.116**	**39,15**	**24,19**	**28,09**	**8,57**

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

O Gráfico a seguir ilustra a execução dos Restos a Pagar Não Processados.

Fonte: SIAFI, em 30/1/2020.

QUADRO RESUMO DAS RESTRIÇÕES CONTÁBEIS EM 2018 E PROVIDÊNCIAS EM 2019			
RESTRIÇÃO EM 2018	**TÍTULO**	**DESCRIÇÃO**	**PROVIDÊNCIAS 2019**
653	Saldo Alongado em Contas Transitórias de Controle	Identificação de registro de bens móveis enviados, pendentes de confirmação de recebimento, com prazo expirado.	Foi realizada a confirmação do recebimento no decorrer do ano de 2019.
707	Saldo Invertido - Classe 8	Identificação de registro, na setorial financeira de Órgão Superior, de recursos diferidos de programação financeira de cotas e repasses acumuladas até o exercício de 2018.	Não há. Contas encerradas no início do exercício subsequente.
318	Não atendimento de orientação da Setorial de Contabilidade	Decorrente de não atendimento relacionado à restrição 615.	Decorrente de não atendimento a orientação da DICONT. Relacionado à restrição 615 que foi sanada.
615	Falta de atualização de valores de Ativo Realizável a Longo Prazo	Identificação da falta do registro de atualização de valores de créditos a receber por irregularidades de comprovação na prestação de contas de convênios.	Os saldos foram atualizados em 2019.
603	Saldo contábil do almoxarifado não confere com RMA	Identificação do registro contábil do almoxarifado no SIAFI divergente do registro do RMA extraído do SIADS.	O HFA realiza o controle de estoques por meio de sistemas próprios que começaram a ser migrados para o sistema SIADS no exercício de 2018. Por dificuldades no SIADS, os saldos referentes à material hospitalar continuaram a ser controlados em sistema próprio. Seguem tratativas junto ao SIADS para a solução definitiva da questão.